

# Temporalidades

REVISTA DE HISTÓRIA

Volume 5, Nº2

Mai./Ago. 2013



Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em  
História da UFMG, v. 5, n. 2.

Maio/Agosto de 2013 – ISSN: 1984-6150 [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –

v. 5, n. 2 (maio/ago. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2013.

Quadrimestral

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG  
e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br  
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

# Expediente

## Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

## Conselho Editorial

Danilo Araújo Marques

Débora Cazelato de Souza

Deise Simões Rodrigues

Geovano Moreira Chaves

Igor Tadeu Camilo Rocha

Raul Amaro de Oliveira Lanari

## Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (Universidade de Évora-CIDEHUS)

Francismary Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora- CIDEHUS)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Mílene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFOP)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

### **Design**

Deise Simões Rodrigues  
Geovano Moreira Chaves  
Igor Tadeu Camilo Rocha

### **Diagramação**

Deise Simões Rodrigues  
Geovano Moreira Chaves  
Igor Tadeu Camilo Rocha

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: José Newton Coelho Meneses  
Secretária: Edilene Oliveira

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Clélio Campolina Diniz  
Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves  
Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

### **Departamento de História**

Chefe: Tarcísio Botelho  
Vice-chefe: João Pinto Furtado  
Secretários: Kelly C. Canesso de Oliveira Agostini e Valteir Gonçalves Ribeiro

### **Colegiado de Graduação**

Coordenadora: Adriane Aparecida Vidal Costa  
Vice-Coodenador: André Luis Pereira Miatello

Secretários: Marinho Nepomuceno, Paulo  
Afonso Maia e Sonia Mara Pacheco

**Contato:**

**Temporalidades**

Revista Discente do Programa de Pós-  
Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus  
Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910.  
Belo Horizonte/MG  
temporalidades@gmail.com  
<http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc*

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista.

Alessandra Soares Santos (CEFET-MG  
Divinópolis)

Ana Mónica Henriques Lopes (UFA)

Anderson José Machado de Oliveira  
(UNIRIO)

Andreas Hofbauer (UNESP-Marília)

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto (Centro  
universitário Una)

Arilson Silva de Oliveira (UFMG)

César Agenor Fernandes da Silva (UNESP)

Daniel Vasconcelos Campos (UFSCAR)

Diego Souto Simões (UFMG)

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro (UFF)

Jair dos Santos Júnior (UNICAMP)

José Jorge Siqueira (Universidade Severino  
Sombra)

Loque Arcanjo Jr. (UEMG/UNI-BH)

Luis Augusto Sarmiento Cavalcanti de  
Gusmão (UnB)

Mahomed Bamba (UFBA)

Marcus Cesar Ricci Teshainer (PUC/SP)

Pablo Luiz de Oliveira Lima (UFMG)

Ricardo Alexandre Ferreira (UNESP-  
Franca)

Robério Santos Souza (UNEB)

Rodrigo Bianchini (UFMG)

Rodrigo Turin (UFRJ)

Silvia Hunold Lara (UNICAMP)

Sílvio Marcus de Souza Correa (UFSC)

Vanda Fortuna Serafim (UEM)

Vanderlei Sebastião de Souza  
(UNICENTRO-PR)

Walderez Simões Costa Ramalho (UFMG)

# Sumário

Editorial.....1

## Dossiê

Apresentação  
José Carlos Reis ..... 8

Entrevista com o Professor Doutor François Hartog (EHESS)  
Danilo Marques. Débora Cazelato. Deise Rodrigues .....10

Entretien avec Monsieur le Professeur François Hartog (EHESS)  
Danilo Marques. Débora Cazelato. Deise Rodrigues .....16

Usos e desusos da História: pensamentos sobre o saber fazer do historiador na contemporaneidade  
André Cabral Honor .....21

Os Donos do Poder: sobre a origem da nação brasileira  
Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite .....34

Escritas da etnografia e da história no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914)  
Breno Sabino Leite de Souza .....46

O IHGMG e os parâmetros para a escrita da história mineira (1907-1927)  
Mariana Vargens Silva ..... 67

## Seção livre

O governo da população infantojuvenil no Brasil durante a ditadura civil-militar: diálogos entre o nacional e o local Camila Serafim Daminelli .....	86
Consta-nos que o criminoso anda nesta cidade: o processo de fuga e apreensão do escravo fugido Marcelino - Paraíba (1865) Elainne Cristina Jorge .....	111
Ousmane Sembène – uma abordagem cultural na luta contra o colonialismo de 1950 a 1969 Gustavo de Andrade Durão .....	123
A missão jesuíta de Cabo Verde e o islamismo na Guiné (1607-1616) Thiago Henrique Mota .....	137
De Nina Rodrigues à Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro” Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza .....	161

## Resenha

E. P. Thompson: transformação e crítica ativa Vitor Leandro de Souza .....	181
---	-----

## Transcrição e tradução comentada

Cartas em Latim: correspondências dos carmelitas reformados da Capitania de Pernambuco André Cabral Honor. Bárbara Faleiro .....	185
---	-----

# Editorial

Deixando de ser uma Revista de tiragem semestral, e agora consolidada como uma publicação quadrimestral – sendo esta já a nossa segunda publicação nesta nova etapa, o que pode ser considerado um grande passo para a elevação deste periódico de produção discente a estratos avaliativos ainda mais elevados –, a Revista Temporalidades torna público o seu décimo lançamento.

Nossa satisfação em publicar mais este número reside também no objetivo alcançado de, com a mudança de periodicidade, termos a possibilidade de ampliarmos o espaço editorial para publicações discentes.

Diante destas novas possibilidades, procuramos selecionar para o dossiê desta edição um tema que pudesse propiciar reflexões sobre a História de forma mais ampla, que fosse comum a várias abordagens e fontes de pesquisa variadas. Neste sentido, o eixo temático desta edição reflete uma questão ímpar no processo do “fazer” historiográfico, que diz respeito à indagação do lugar que a teoria-metodologia ocupa no conhecimento histórico.

Talvez um dos grandes desafios para a historiografia brasileira na contemporaneidade, a teoria-metodologia aplicada à produção do conhecimento histórico tem provocado indagações e questionamentos, uma vez que livros relacionados à História, mas não necessariamente escritos por historiadores, figuram entre os maiores sucessos de vendas, sobretudo se levarmos em conta a lista dos livros mais vendidos no Brasil nos últimos anos, o que demonstra, mesmo com uma significativa contribuição publicitária, um grande interesse do público pelo assunto. Neste sentido, esta edição da Revista Temporalidades tem como propósito propiciar reflexões e discussões que se referem às tendências e referências da teoria e metodologia da História produzidas no Brasil, assim como também destacar a importância das mesmas.

Questão polissêmica, a Teoria da História pode ser considerada o *locus* onde habitam os paradigmas historiográficos, onde a História é tensionada em sintonia com as concepções levantadas por variadas reflexões teóricas e variadas escolas historiográficas que propuseram compreensões sistematizadas a respeito do ofício do historiador. Pensar e

teorizar sobre a produção da História, e quais são os métodos utilizados para a construção deste aspecto do conhecimento humano, são situações que legitimam a tarefa do historiador, entre outras.

Neste sentido, esta edição da Revista *Temporalidades* tem o intuito de divulgar perspectivas de análises que dizem respeito a usos de diferentes métodos teóricos por meio de algumas pesquisas referentes à historiografia brasileira atual, com destaque, como é parte do propósito da Revista, para a produção discente. Através de artigos relacionados diretamente ao dossiê e as sessões livres que permeiam temáticas variadas, destacamos na nossa décima edição alguns exemplos da aplicabilidade de metodologias em fontes históricas diversas, em objetos de pesquisa distintos, o que demonstra o caráter múltiplo e abrangente da produção historiográfica atual, sem deixar de levar em consideração os processos que revolucionaram, sobretudo a partir de meados do século XX, as concepções de teoria e metodologia da História, assim como os usos e as definições da noção de fonte histórica.

Para tanto, nesta edição, contamos com uma entrevista do historiador francês François Hartog, que é publicada em duas versões, sendo uma traduzida para o português, para facilitar a compreensão do nosso público leitor, e outra em francês, mantendo o texto no original e visando dar uma publicidade transnacional à Revista, almejando/contemplando leitores internacionais.

De acordo com a proposta do dossiê desta décima edição, François Hartog responde questões sobre os dilemas da historiografia contemporânea e destaca problemáticas relacionadas ao esvaziamento ou deslocamento dos conceitos e categorias históricas. Temas como o presentismo e as perspectivas da história, os usos políticos e as demandas pelo passado, a recepção de sua obra no Brasil e a tensão entre os historiadores e outros profissionais que pretendem escrever “histórias”, são temas discutidos na entrevista com o historiador francês.

Além da entrevista, a décima edição da Revista *Temporalidades* conta com artigos e seções livres que perpassam temáticas e fontes variadas e abordam aspectos teórico-metodológicos da História, além de uma resenha e uma transcrição/tradução comentada.

Na seção diretamente relacionada ao dossiê, uma declaração preconceituosa do jornalista e então âncora do jornal da TV Band, Boris Casoy, serviu ao doutorando André Cabral Honor como ponto de partida para uma breve e densa reflexão acerca dos *Usos e*

*desusos da História: pensamentos sobre o saber-fazer do historiador na contemporaneidade.* A necessidade de não se existir o que o autor chama de “História única” – apropriando-se do termo da autora nigeriana Chimamanda Adichie – conduz uma análise em torno dos usos sociais da produção histórica, no combate ou reafirmação de desigualdades, privilégios, distinções sociais. Uma História contra-factual que sucede escolas mais factuais – próprias do que o autor considera como pós-modernidade – será objeto da análise que busca articular a produção da História e seus usos possíveis.

Em *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite procura discutir uma questão que, segundo o mesmo, merece análise mais aprofundada: o lugar da nação tanto no vocabulário de Raymundo Faoro quanto em sua teoria. Para isso, o autor propõe a leitura de uma obra específica do intelectual que analisa, a saber, *Os Donos do Poder*, com foco em alguns de seus aspectos, tais como a denúncia da distância entre nação e Estado, o que acarretaria a não-realização de uma relação entre as duas partes; a composição de um estamento fechado em si por políticos profissionais sem vínculos com suas origens sociais; a inexistência de uma identidade única entre esses políticos e a dificuldade de cunhagem de um conceito que dê conta dessa especificidade. Para o autor do artigo não existia a possibilidade de definir sumariamente o patrimonialismo-estamental faoriano sem engessá-lo. Levando em conta tal dificuldade, Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite dá pistas sobre o conceito faoriano em todo o texto, de forma a não conduzir o leitor a uma visão guiada apenas por sua análise.

Por sua vez, Breno Sabino Leite de Souza analisa as teses que compuseram a seção etnográfica do I Congresso Nacional de História organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1914. Intitulada *História das Explorações Archeológicas e Ethnographicas* e coordenada por Edgar Roquete-Pinto, a seção foi parte integrante dos Anais do evento publicado na Revista do IHGB. O autor argumenta que os estudos que fizeram parte da seção apontam para uma ampliação do objeto de estudo da etnografia, que deixou de se dedicar apenas ao indígena e passou a analisar também os negros e imigrantes europeus. Indígenas, negros e brancos foram então classificados através de critérios raciais considerados determinantes no desenvolvimento psíquico, moral, intelectual e material dos povos, representando hierarquias centradas no conceito de civilização. Segundo o autor, a ampliação do escopo dos estudos não acarretou, por sua vez, um avanço para além das teses científicas que pautaram as conclusões dos membros

do Instituto na segunda metade do século XIX, persistindo a noção de que diferentes raças representavam diferentes estágios civilizatórios.

Como já frisado no que se refere à intenção da Revista em dar espaço a interpretações e concepções teórico-metodológicas com base em objetos de estudos e fontes variadas, a graduanda em História pela UFMG, Mariana Vargens, encara o desafio de produzir um artigo acerca de uma temática ainda pouco abordada pela historiografia, qual seja, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, suas concepções historiográficas e produção em *O IHGGMG e os parâmetros para a escrita da História Mineira (1907-1927)*. Para tal, a autora utiliza o conceito de “lugar”, presente da obra de Michel Certeau, a fim de compreender como que os agentes envolvidos na criação desse Instituto, bem como sua produção, estariam comprometidos com ideais políticos bem específicos.

O texto *O governo da população infantojuvenil no Brasil durante a ditadura civil-militar: apontamentos entre o nacional e o local*, de Camila Serafim Daminelli, abre a seção livre da Revista abordando as políticas sociais voltadas à infância e juventude no Brasil durante o governo civil-militar, partindo da atuação da Doutrina de Segurança Nacional, que governaria a população infantojuvenil a partir de duas matrizes: as diretrizes da Política Nacional de Bem-Estar do Menor e o Código de Menores, de 1979. Feita esta incursão sobre o contexto de políticas voltadas à criança e ao adolescente à nível federal, Camila Daminelli analisa a operacionalização de tais políticas no estado de Santa Catarina, sustentando a tese de que os modos como as mesmas se concretizaram em cada estado da federação tiveram características próprias, que se distanciaram em grande medida da letra da lei.

Tendo também como base o uso de periódicos como fonte da História, Elaine Cristina Jorge Dias nos traz em seu artigo, algumas considerações acerca do processo de fuga e apreensão do escravo Marcelino, cativo acusado de cometer crimes e causar ferimentos graves contra duas pessoas na cidade da Parahyba do Norte, na província da Paraíba, no século XIX. A autora aborda o episódio através da análise do jornal *O tempo*, apontando a importância dos periódicos para a identificação de visões de mundo e aspectos do cotidiano dos diversos grupos sociais em diferentes períodos históricos. No caso em questão, a autora enfatiza que as matérias jornalísticas retratam os episódios de fugas de escravos a partir da ótica dos senhores e dos poderes instituídos, fazendo-se valer do discurso da ordem para incentivar a perseguição e a delação dos fugitivos pelas populações locais. Neste sentido o caso do escravo Marcelino seria exemplar da dinâmica observada na

sociedade imperial, na qual os cativos procuravam por espaços onde pudessem desfrutar de liberdade, mesmo que relativa e transitória. Para se manterem fugidos, alguns escravos criavam uma rede de solidariedades, o que poderia garantir longos períodos de autonomia distantes de seus senhores. A sorte de Marcelino em sua fuga durou apenas alguns meses, entre março e outubro de 1865, tendo ele sido julgado e condenado por ter esfaqueado um companheiro e fugido de seu senhor.

O artigo *Ousmane Sembène – Uma abordagem cultural na luta contra o colonialismo de 1950 a 1969*, que foi escrito pelo doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Gustavo de Andrade Durão, traz uma contribuição para os estudos da História da África a partir da análise da obra *Le Mandat*, do intelectual senegalês Ousmane Sembène. Destaca-se no artigo o contexto intelectual de produção das obras e a atuação do autor, salientando que Sembène foi também romancista, cineasta pioneiro na representação da África de expressão francesa através da cinematografia e militante de um movimento anticolonialista que começa fora da África, mas têm suas bases no questionamento do colonialismo no Senegal. As obras de Sembène são de fundamental importância para os historiadores, se analisadas como representação do tempo histórico. Os romances e filmes demonstram parte do modo de vida africano e das complexidades que foram encontradas após a independência. O autor tem o objetivo de demonstrar o caráter representativo da sociedade africana contemporânea, no que tange à África francófona e às implicações do colonialismo francês no continente africano, no período que vai da produção literária pós-independente até os primeiros anos da emancipação política africana.

Thiago Henrique Mota, mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense, é o autor do artigo titulado *A missão jesuíta de Cabo Verde e o islamismo na Guiné (1607-1616)*. O autor desenvolveu uma análise da obra *Etiópia Menor e descrição geográfica da província da Serra Leoa*, de autoria do jesuíta português Manuel Álvares, no período entre a sua chegada à missão de Cabo Verde (1607) até seu falecimento (1616). O valor histórico da obra analisada é entendido como produto do processo de dispersão e institucionalização da Companhia de Jesus, o contato de cristãos e muçulmanos e suas perspectivas religiosas e temporais na África. A narrativa tece os conflitos vivenciados pelo missionário português Manuel Álvares frente à presença e atuação islâmica na Guiné. O objetivo é compreender o desempenho dos missionários inicianos à luz das necessidades do Império português e da recessão econômica de Cabo Verde. Dos desdobramentos da análise pretende-se entender as relações da missão jesuíta na Guiné com os povos islamizados da Senegâmbia. Para além

do confronto entre católicos e muçulmanos, esse artigo trabalha duas atuações missionárias bastante específicas, que se esforçavam mutuamente para atingir e conquistar o maior número de fiéis.

Os estudos sobre o Quilombo de Palmares de Raimundo Nina Rodrigues e Arthur Ramos são trazidos à tona pelo mestrando da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Thyago Ruzemberg Gonzaga, em seu texto intitulado *De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”*. O autor procura identificar pontos que aproximam e separam esses dois estudiosos acerca da temática, e a forma em que ambas as obras foram produzidas no início do século XX, demonstrando os interesses e nuances que perpassaram as concepções acerca do negro na formação do Brasil.

Por fim, a obra lançada em 2012 por Marcelo Badaró Matos, *E. P. Thompson: transformação e crítica ativa*, foi objeto de uma resenha escrita por Vítor Leandro de Souza, mestrando em História pela UFRJ. Nela são ressaltados alguns pontos fundamentais da obra, tais como as críticas de Thompson ao que chamou de “marxismo ortodoxo”, e posteriormente as contribuições do autor britânico à historiografia brasileira.

A partir das temáticas levantadas pelos trabalhos que integram esta edição da Revista *Temporalidades*, acreditamos ter cumprido o propósito do dossiê de refletir a respeito das tendências e referências da teoria e metodologia da História produzidas no Brasil. Ao abrirmos mais uma vez espaço para a reflexão e produção discente em âmbito acadêmico, entendemos que cumprimos um dos objetivos centrais da intenção e propósito da Revista.

O processo de construção do conhecimento histórico foi sempre uma questão que inspirou instigantes trabalhos na historiografia. Dar sentido ao passado por meio de uma narrativa, sobre um tempo por vezes longínquo, é o que caracteriza o “ser” da profissão historiador. Sendo assim, a sugestão de conjectura proposta pela imagem da capa desta edição, destaca o recorte de uma cena do filme *Morangos Silvestres* (*Smultronstallett*, 1957), sob a direção de Ingmar Bergman, que denota uma representação sugestiva sobre a percepção do tempo, no caso do recorte do quadro do filme, onírico, assim como a construção da memória, carregada de simbologias, tradução das concepções de um professor universitário aposentado que (re)constrói, por meio de indícios, o seu passado, através de uma viagem física e ontológica no tempo, porém uma temporalidade sem ponteiros no relógio, nem cíclica nem linear, apenas uma viagem ao passado que, colocado em ordem por meio de uma lógica atribuída, se estrutura em uma narrativa que, permeada de tensões, produz um

equilíbrio que é o filme acabado, neste caso, como o efeito de construção sobre uma percepção psicológica sobre um tempo que se foi e que volta, permanecendo incessante na memória, aberto a leituras e interpretações diversas, situação esta que muito nos diz e nos leva a analogias que nos permitem refletir sobre a tarefa do historiador diante da pluralidade de fontes e de concepções teórico-metodológicas, para, a partir daí, atribuir sentido a uma construção discursiva sobre o tempo, sobre o passado.

Portanto, esperamos que esta edição da Revista possa contribuir para novas possibilidades de interpretações sobre o fazer historiográfico e para novas reflexões sobre a importância da teoria e metodologia na construção da narrativa histórica.

Agradecemos o trabalho de todos que contribuíram para mais esta edição da Revista, ao público leitor que nos prestigia, aos autores e aos pareceristas, ao Conselho Consultivo e também aos Conselhos Editoriais anteriores, que muito contribuíram para que a Revista pudesse atingir este patamar considerado elevado para uma produção discente. Em especial para esta edição, agradecemos a Fabiana Léo e George Nascimento, conselheiros transitórios da gestão anterior que, com muita paciência e atenção, nos ajudaram bastante e ensinaram os caminhos por vezes difíceis, mas por demais gratificantes, desta experiência de produzir um periódico.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2013

Deise Rodrigues

Geovano Chaves

Igor Tadeu Camilo Rocha



## APRESENTAÇÃO

Os membros do Conselho Editorial da revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, *Temporalidades*, queriam produzir um número com um dossiê sobre a área de Teoria e Metodologia da História e Historiografia, e procuraram-me para sugerir-lhes alguns temas. Eu sugeri a eles três temas:

**1º) O que é teoria-metodologia da História? O lugar da teoria-metodologia no conhecimento histórico**

Podem ser incluídos artigos sobre: as contribuições de Koselleck, Ricoeur, Hartog, Rüsen, Annales, Roger Chartier, François Dosse, Hayden White, Thompson, Foucault, Ranke, Dilthey, Nietzsche, Marx, enfim, dos clássicos do pensamento histórico.

**2º) Teoria-metodologia e historiografia brasileira: tendências e referências**

Quais teóricos-metodólogos têm sido mais citados, como são apropriados pelos historiadores brasileiros e por quê? Quem produz e publica pesquisas sobre teoria-metodologia no Brasil? Quais as linhas de pesquisa da pós-graduação, os grupos de pesquisa, os autores isolados?

**3º) História e Verdade: novas abordagens**

Este é um tema clássico, mas que precisa ser sempre recomeçado, refeito. As relações entre as palavras e as coisas, entre a linguagem historiográfica e o passado, entre texto e realidade, como estão sendo abordadas, hoje? É o famoso Castigo de Sísifo, que não deixa de ser sempre agradável, instigante.

Eles hesitaram muito, mas acabaram escolhendo o primeiro tema. Pediram-me também a indicação de um historiador reconhecido nesse domínio, para uma entrevista. Eu procurei na memória os nomes da “geração madura” de historiadores/as brasileiros/as: Jurandir Malerba, Temístocles César, Marieta de Moraes Ferreira, Ângela de Castro Gomes, Márcia D’Aléssio, Margareth Rago, Durval Muniz, José d’Assunção Barros, outros, e indiquei um deles. Eu pensei em historiadores brasileiros porque acho que precisamos ouvir a nossa própria voz, conversar entre nós mesmos, apesar da forte pressão pela



internacionalização da universidade, que nos obrigará em breve a dar aulas em inglês! Acredito que, dentro em pouco, o “entre nós” já será objeto de pesquisa histórica.

Mas, como sempre, a “temporalidade” soprou a história desse número em um rumo diferente. Não apareceram artigos para o primeiro tema, mas apareceram bons artigos para o segundo. Tivemos de abandonar a primeira opção para adotarmos a segunda, mas não foi tanta mudança assim, porque estava também previsto e, talvez, devesse ter sido a primeira opção. Quanto à entrevista, não teremos um/a historiador/a brasileiro/a, porque os nossos “ambiciosos” alunos preferiram entrevistar o maior especialista no domínio da história da história, o professor François Hartog, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, que generosamente os acolheu. O professor Hartog já recebeu dezenas de historiadores brasileiros na *EHESS*, em seus seminários, como orientador de doutorado e supervisor de pós-doutorado, em agradáveis conversas em seu gabinete, e a sua escolha para a entrevista foi perfeita.

Eis o percurso sinuoso, imprevisto, desse número da *Temporalidades*. Apesar das incertezas e linhas tortas, os “alunos escreveram certo”, fizeram um ótimo trabalho, produziram um belo número, que, agora, os leitores brasileiros e do planeta poderão desfrutar.

Cordialmente,

José Carlos Reis

Professor do PPGHIS/UFMG



## Entrevista

Prof. Dr. François Hartog  
École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)

---



---

## Entrevistadores

Danilo Marques

Débora Cazelato

Deise Rodrigues

## Tradução

Raíssa Palma  
(Aliança Francesa – Ouro Preto)

## Revisão técnica

Danilo Marques

Deise Rodrigues



**Temporalidades:** Na sua trajetória intelectual o senhor caminhou da história antiga à historiografia, à história da história. Como foi essa transição de uma área para outra? O senhor se considera um historiador-filósofo que busca valorizar o diálogo entre a historiografia e a filosofia?

**Professor François Hartog:** Sim e não. Sim, pois a partir do meu livro sobre Fustel de Coulanges, *Le cas Fustel de Coulanges* (O caso Fustel de Coulanges), trabalhei diretamente sobre outros períodos, no caso, o século XIX. Não, pois o meu primeiro livro *Le Miroir d'Hérodote* (O Espelho de Heródoto) já tinha sido alvo de um questionamento historiográfico, devido ao próprio título: Heródoto, considerado como este espelho no qual a história ocidental não parou de se observar, e onde eu havia buscado respostas para alguns momentos-chave. Como é possível que aquele que foi designado como o "pai" da história tenha também sido considerado pela tradição como um "mentiroso"?

A filosofia é outra questão: a minha formação não é a de um filósofo, apesar de ter lido e continuar lendo filósofos. Na França, especialmente, a história se constituiu como disciplina, dando as costas (por razões que levariam muito tempo para se explicar) para a filosofia da história. É uma posição prejudicial: eu acho que os filósofos podem fazer perguntas filosóficas à história, assim como os historiadores podem fazer perguntas históricas à filosofia, e que deve haver, conseqüentemente, um espaço comum de reflexão.

**Temporalidades:** Tem-se presenciado nos últimos anos, pelos Departamentos de História das mais diversas universidades, uma verdadeira expansão das reflexões conceituais em torno de teorias da história e histórias da historiografia. A que o senhor atribuiria essa crescente "sedução da história pela epistemologia"?

**Professor François Hartog:** Eu não estou certo se o que vocês afirmam poderia ser verificado em todos os lugares, mas percebe-se, particularmente no Brasil, tal fenômeno. Mais precisamente, eu veria um movimento triplo: uma questão de método, de teoria e de epistemologia (muitas vezes essas palavras são usadas um tanto quanto indistintamente). Mais recentemente, uma virada arquivística, o que conta são os arquivos, aqueles que irão ajudar a construir uma boa história (arquivos familiares, jornais, registros judiciais, policiais,



etc.): uma valorização do arquivo e um refinamento considerável no seu tratamento e, finalmente, uma virada ética, especialmente em casos de memória e justiça. Como articular história e ética? Essas três esferas (não rotativas)<sup>1</sup>, que têm cada uma sua especificidade, parecem apontar para a mesma direção: a de uma perda de segurança do discurso histórico comum ou canônico. Elas são, ao mesmo tempo, os sintomas de uma situação e respostas, mais ou menos organizadas, para esta situação.

**Temporalidades.** Assim como o conhecimento histórico vem sendo construído em diálogo com outras formas de saber, temos histórias que são escritas por pessoas de outra formação, os jornalistas, por exemplo. No Brasil, nos últimos anos, houve um crescimento da produção histórica por historiadores não profissionais, algo que parece incomodar alguns Departamentos de História. Ao mesmo tempo, existe um movimento pela profissionalização do historiador no Brasil. Como o senhor vê essas duas questões sobre a história não *stricto sensu* e o processo de regulamentação da profissão do historiador?

**Professor François Hartog:** A codificação das regras do *métier* anda de mãos dadas com a institucionalização da disciplina. Os grandes codificadores foram alemães (com Ranke, sendo o pai da história moderna), bem como historiadores metódicos franceses (Langlois e Seignobos). E pode-se perceber esse movimento como vários círculos concêntricos que emanam das manifestações iniciais. Mas é preciso observar que, ao contrário, a história não tem sido escrita apenas por historiadores patenteados! Lembrem-se que Walter Scott foi considerado nos anos 1820-1830 como o modelo de escrita histórica! A história acadêmica teve que lutar para se impor. Diante de si, ela tinha todos aqueles que, desde então, foram chamados de "historiadores amadores". Mas ela nunca os reduziu ao silêncio, longe disso, e a história acadêmica foi lida durante um longo período por um público muito limitado. Este fato conferiu à história acadêmica o status e uma alta ideia de sua missão, que é a sua ligação intrínseca com a construção das nações e sua função educadora (ensinar a Nação). Hoje a situação é diferente: a história nacional está sempre (talvez demasiado) presente, mas a história acadêmica não pode mais reivindicar o monopólio. Muitos outros vetores e produtores existem e estão em cena. Ou seja, eles têm acesso às mídias e, portanto, podem divulgar os livros ou filmes que escreveram ou dirigiram. É um mundo ao qual, de modo

---

<sup>1</sup> Não foi possível manter o jogo de palavras e a aliteração presentes no original em francês: *Ces trois tours (pas toumant)s*.



geral, os historiadores profissionais não têm acesso, mesmo que alguns se arrisquem. A situação está mudando muito rapidamente diante dos nossos olhos, com o desenvolvimento dos jogos na internet e dos videogames. Todo mundo poderá ou até mesmo já pode produzir a sua própria história: o que acontece nestas condições com noções como "consciência histórica" ou "memória coletiva"?

**Temporalidades:** A tradição francesa de historiografia contribuiu fortemente sobre o modo de se fazer história no Brasil. Podemos dizer que a maior influência tenha sido a história social dos *Annales*, a história cultural e mesmo, a sua obra *Regimes de Historicidade*. Atualmente, vemos no Brasil uma tendência crescente dos estudos ligados à história da linguagem de tradição anglo-saxônica e à história dos conceitos, de origem alemã em concorrência dessa tradição historiográfica francesa. Como o senhor avalia essas novas aproximações e como vê o futuro da relação entre a historiografia francesa e a historiografia brasileira?

**Professor François Hartog:** Não cabe a mim definir as relações entre a historiografia francesa e a historiografia brasileira. Nem no âmbito da França, e nem, certamente, no do Brasil! Eu penso que entre as abordagens, digamos, da escola de Cambridge – sob a ótica de Skinner – a da história conceitual - o *Begriffsgeschichte* sob a ótica de Koselleck - e de certa história intelectual francesa, existem abordagens e questionamentos que se sobrepõem. Se falarmos de meu livro *Régimes d'historicité* (Regimes de historicidade), cuja tradução foi publicada há pouco no Brasil, me parece que ele tem inspirado certo número de trabalhos que colocaram no centro de seu questionamento as modalidades de nossas experiências do tempo. É apenas uma abordagem, ela não responde a todas as perguntas e tampouco pretende a isso, mas oferece trilhas comparativas para interrogar as sociedades ontem e hoje, na Europa ou em outros lugares. Eu noto que o próprio título da revista de vocês marca sua particular atenção para as “Temporalidades”. O que eu pude perceber, por ocasião de encontros de historiadores brasileiros em São Paulo, é o número de participantes, a forte presença de doutorandos, o número impressionante de publicações lançados por várias editoras, mas eu seria incapaz de avaliar as tendências.

**Temporalidades:** Para finalizar, o senhor poderia fazer algumas considerações sobre o presentismo: seria possível escrever uma história do ponto de vista de um presente



onipresente e autorreferente? A partir da concepção de que hoje as sociedades ocidentais viveriam uma nova experiência do tempo, presentista e estruturalmente diferente daquela moderna, o senhor pensa ser possível sustentar a afirmação de que atualmente haveria, de fato, uma “condição pós-moderna”? Em *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*, o senhor declarou que uma das características mais marcantes do presentismo é olhar o futuro, “mas a partir de um presente contínuo, sem solução de continuidade nem revolução”. A história já nos deu vários exemplos de como a política foi feita tendo como referencial, por um lado, o passado e a tradição e, por outro, o futuro e a utopia. O que o senhor diria sobre as possíveis implicações do regime de historicidade presentista na ação política?

**Professor François Hartog:** O que havia de moderno na história "moderna", aquela do conceito moderno de história, é que ela esclarecia o passado a partir do futuro e desenvolvia uma série de conceitos temporalizados, que foram operadores potentes, tais como o de civilização, o de revolução ou o de modernização. Por outro lado, a história "antiga", pelo menos aquela que tratava do que eu chamo de antigo regime de historicidade, esclarecia o presente pelo passado.

Ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos, a mudança mais notável foi esse distanciamento do futuro (especialmente na Europa). Falou-se sobre crise do futuro, de seu encerramento, enquanto, simultaneamente, o presente tendia a ocupar todo o espaço. Esta transformação de nossa relação com o tempo passou a desenhar uma nova configuração, que eu propus nomear como presentismo. Como se o presente, esse presente do capitalismo financeiro, da revolução da informação, da globalização, mas também da crise atual (desde 2008) absorvesse em si as categorias (que acabaram por se tornar mais ou menos obsoletas) de passado e futuro. Como se o seu próprio horizonte se transformasse, sofresse uma mutação para um presente perpétuo. Com ele, algumas palavras de ordem foram elevadas ao primeiro plano de nossos espaços públicos, e, junto com elas, certas práticas que se traduzem por políticas, tais como: memória, patrimônio, comemoração, reparação, reconciliação etc. Aí estão algumas das maneiras de buscar o passado no presente, favorecendo uma relação imediata, usando de empatia e identificação. Basta visitar os memoriais e museus de história, inaugurados em grande número no mundo todo nos últimos anos, para ficar convencido disso. Na linguagem comum, a palavra "memória" tende a se tornar o termo mais abrangente, mais evidente, em vez de história. O presente



presentista é cercado por uma série de noções ou conceitos *destemporalizados*<sup>2</sup> tais como "modernidade", "pós-moderno", mas também "globalização", sendo ainda necessário acrescentar, no mínimo, o conceito "identidade", o mais utilizado e mobilizado.

Esses deslocamentos, essa variação, assinalam um fenômeno duradouro ou transitório? Não se sabe. E inclusive nós estamos apenas agora começando a compreender suas dimensões. Na verdade, estamos começando a trilhar um caminho: o conceito moderno de história (futurocentrado<sup>3</sup>) tem perdido eficácia para dar sentido a um mundo que, ou é inteiramente absorvido no único presente cabível, ou ainda, cada vez mais claramente, não está sabendo como regular suas relações com um futuro percebido no modo de ameaça e catástrofe que se apresenta. Um futuro, não mais indefinidamente aberto, mas um futuro cada vez mais restrito, se não fechado, devido, em particular, à irreversibilidade gerada por muitos de nossos atos. Forjada na Europa, ligada à sua expansão e dominação, esta História moderna (a um passo de se tornar antiga) também foi, sob várias formas e através de múltiplas interações, regente do mundo, oscilando entre sentido, *non-sens* e ciência da História. Nós não acreditamos mais neste conceito, ou pelo menos, não verdadeiramente, mas continuamos a usá-lo; ele está aí, ainda familiar e um pouco em desuso, tornou-se incerto, mas continua disponível, pelo menos até que outro venha assumir o seu lugar. Ou, mais provavelmente, esperando até que um novo conceito venha a se acrescentar aos precedentes. As políticas não hesitam em mobilizá-lo, nem tampouco as mídias, a literatura o interroga com frequência e os historiadores, nunca deixando de utilizá-lo, ainda acreditam em seus poderes cognitivos. Eles ainda acreditam que a história está para ser feita, e eles a estão fazendo, mesmo que não se pronunciem muito sobre o fato de decidir quem fez e quem faz essa história, ou melhor, essas histórias. São justamente essas as questões que abordei em meu último livro intitulado *Croire en l'histoire* (Crer na história).

---

<sup>2</sup> Do original *détemporalisés*

<sup>3</sup> Do original *futurocentré*



## Entretien avec Monsieur le Professeur François Hartog (EHESS)

**Temporalidades:** En votre démarche intellectuelle, vous êtes passé de l'histoire antique à l'historiographie, à l'histoire de l'histoire. Comment cette transition a cheminé d'un domaine à l'autre? Vous considérez-vous un historien-philosophe qui cherche à valoriser le dialogue entre l'historiographie et la philosophie?

**Professeur François Hartog:** Oui et non. Oui, car à partir de mon livre sur Fustel de Coulanges, *Le cas Fustel de Coulanges*, j'ai directement travaillé sur d'autres périodes, le XIXe siècle, en l'occurrence. Non, car mon premier livre *Le Miroir d'Hérodote* était déjà traversé par un questionnement historiographique, portée par le titre lui-même: Hérodote envisagé comme ce miroir dans lequel n'a cessé de se regarder l'histoire occidentale, et dont j'avais interrogé quelques moments clés. Comment se fait-il que celui qui a été désigné comme le « père » de l'histoire a été aussi considéré par la tradition comme un « menteur » ?

La philosophie, c'est une autre question: ma formation n'est pas celle d'un philosophe, même si j'ai lu et lis des philosophes. En France surtout, l'histoire s'est constituée en discipline, en tournant le dos (pour des raisons qu'il serait trop long de donner ici) à la philosophie de l'histoire. C'est une position dommageable: je pense que les philosophes peuvent poser des questions philosophiques à l'histoire et les historiens des questions historiques à la philosophie, et qu'il y a donc un possible espace commun de réflexion.

**Temporalidades:** Pendant les dernières années on a observé, dans plusieurs Départements d'Histoire, une véritable expansion des réflexions conceptuelles autour de quelques théories de l'histoire et histoires de l'historiographie. À quoi attribueriez-vous cette croissante « séduction de l'histoire par l'épistémologie » ?

**Professeur François Hartog:** J'ignore si ce que vous avancez se vérifierait partout, mais on remarque, notamment au Brésil, un tel phénomène. Plus exactement, je verrais un triple mouvement: un souci de méthode, de théorie, d'épistémologie (souvent ces mots sont



employés un peu indifféremment). Plus récemment, un tour archivistique, ce qui compte, ce sont les archives, celles qui vont permettre de bâtir un bon récit (archives familiales, journaux, archives judiciaires, policières, etc.): une valorisation de l'archive et un raffinement considérable dans son traitement ; enfin, un tour éthique, en particulier dans les affaires de mémoire et de justice. Comment articuler histoire et éthique ? Ces trois tours (pas tournants), infléchissements, qui ont chacun leur spécificité, me semblent pointer dans une même direction, à savoir une perte d'assurance du discours historique ordinaire ou canonique. Ils sont donc à la fois des symptômes d'une situation et des réponses, plus ou moins organisées, à cette situation.

**Temporalidades.** Ainsi comme la connaissance historique est, continuellement, construite en dialogue avec d'autres formes de savoir, il existe des histoires écrites par d'autres personnes, qui ont d'autres formations professionnelles, comme les journalistes, par exemple. Au Brésil, dans les dernières années, il y a une croissante littérature historique faite par des non historiens, ce qui a parût incommoder certains Départements d'Histoire. Parallèlement, il y a un mouvement de professionnalisation des historiens au Brésil. Comment interprétez-vous ces deux questions: l'expansion de l'histoire non-conventionnelle, d'un point de vue académique, et la réglementation du métier d'historien?

**Professeur François Hartog:** La codification des règles du métier marche de pair avec l'institutionnalisation de la discipline. Les grands codificateurs ont été les Allemands (avec Ranke en père de l'histoire moderne), ainsi que les historiens méthodiques français (Langlois et Seignobos). Et l'on peut suivre cette mise en place comme autant de cercles concentriques se déployant à partir de ces foyers initiaux. Mais il faut bien voir que jamais, tant s'en faut, l'histoire n'a été écrite que par des historiens patentés! Rappelez-vous que Walter Scott a été considéré dans les années 1820-1830 comme le modèle de l'écriture historique! L'histoire académique a donc lutté pour s'imposer. Face à elle, elle avait tous ceux qu'on a dès lors appelé « historiens amateurs ». Mais elle ne les a jamais réduits au silence, loin de là, et l'histoire académique n'a pendant longtemps été lu que par un public très réduit. Ce qui a donné à l'histoire académique un statut et une haute idée de sa mission, c'est son lien intrinsèque avec la construction des nations et sa fonction d'enseignement (enseigner la Nation). Aujourd'hui, la situation est différente: l'histoire nationale est certes toujours (voire trop) présente, mais l'histoire académique ne peut plus prétendre au



monopole. Bien d'autres vecteurs et producteurs existent et ont pignon sur rue. C'est-à-dire ont un accès aux médias et peuvent donc diffuser les livres ou les films qu'ils ont écrits ou réalisés. C'est un monde auquel, en règle générale, les historiens professionnels n'ont pas accès, même si certains s'y essaient. La situation change même très rapidement sous nos yeux avec le développement d'internet et des jeux-vidéos. Chacun pourra, peut déjà produire sa propre histoire : que deviennent dans ces conditions des notions comme celle de « conscience historique » ou de « mémoire collective »?

**Temporalidades.** La tradition historiographique française a contribué fortement à la manière de faire de l'histoire au Brésil. La plus grande influence se situe dans l'histoire sociale des *Annales*, l'histoire culturelle ainsi que votre livre *Régimes d'historicité*. Actuellement, au Brésil, une tendance croissante se dessine sur les études liées à l'histoire du langage, de tradition anglo-saxonne, et l'histoire des concepts, d'origine allemande, en concurrence aux influences de l'historiographie française. Comment évaluez-vous ces nouveaux rapprochements et comment voyez-vous l'avenir de la relation entre l'historiographie française et l'historiographie brésilienne? Que connaissez-vous de l'historiographie brésilienne ou bien quelle est votre impression d'elle?

**Professeur François Hartog:** Il ne me revient pas définir les relations entre l'historiographie française et l'historiographie brésilienne. Ni au titre de la France ni, bien sûr, au titre du Brésil ! Je pense qu'entre les approches, disons de l'école de Cambridge – à la Skinner – celle de l'histoire conceptuelle – la *Begriffsgeschichte* à la Koselleck – et une certaine histoire intellectuelle française, il y a des approches et des questionnaires qui se recoupent. Si on parle de mon livre *Régimes d'historicité*, dont la traduction a paru il y a peu au Brésil, il me semble qu'il a inspiré un certain nombre de travaux qui ont placé au centre de leur interrogation les modalités de nos expériences du temps. C'est une approche, elle ne répond pas à toutes les questions, et n'y prétend pas, mais elle offre des pistes comparatives pour interroger des sociétés hier et aujourd'hui, en Europe ou ailleurs. Je remarque que le titre même de votre revue marque votre particulière attention aux « Temporalités ». Ce que j'ai pu mesurer, par exemple, lors des rencontres des historiens brésiliens à Sao Paulo, c'est le nombre des participants, la forte présence des doctorants, le nombre impressionnant des publications, émanant des multiples presses, mais je suis incapable d'évaluer des tendances.



**Temporalidades:** Pour finir, pourriez-vous nous faire quelques considérations sur le présentisme: serait-il possible d'écrire une histoire du point de vue d'un présent omniprésent et autoréférentiel? à partir de la conception selon laquelle, aujourd'hui, les sociétés occidentales vivaient une nouvelle expérience du temps, présentiste et structurellement différente de la conception moderne, pensez-vous qu'il soit possible de soutenir qu'il y aurait, aujourd'hui, en fait, une "condition post-moderne"? En *Régimes d'historicité: présentisme et expérience du temps*, vous avez dit qu'un caractère remarquable du présentisme est de regarder l'avenir, "à partir d'un présent continu, sans solution de continuité ni révolution." L'histoire donne plusieurs exemples: soit de faire une politique orientée, basée, sur le passé et la tradition comme références, soit en se tournant vers l'avenir et l'utopie. Que diriez-vous des implications possibles du régime d'historicité présentiste sur l'action politique?

**Professeur François Hartog:** Ce qu'il y avait de moderne dans l'histoire « moderne », celle du concept moderne d'histoire, c'était qu'elle éclairait le passé à partir du futur et développait une série de concepts temporalisés, qui ont été des opérateurs puissants, tels ceux de civilisation, de révolution ou de modernisation. Alors que l'histoire « ancienne », celle du moins qui relevait de ce que j'appelle l'ancien régime d'historicité, éclairait le présent par le passé.

Au cours des trente ou quarante dernières années, le changement le plus notable a été ce recul du futur (surtout en Europe). On a parlé de crise du futur, de sa fermeture, alors que, simultanément, le présent tendait à occuper toute la place. Cette transformation de nos rapports au temps est venue dessiner une configuration inédite, que j'ai proposée de nommer le présentisme. Comme si le présent, celui du capitalisme financier, de la révolution de l'information, de la globalisation, mais aussi de la crise actuelle (depuis 2008) absorbait en lui les catégories (devenues plus ou moins obsolètes) du passé et du futur. Comme si, devenu à lui-même son propre horizon, il se muait en un présent perpétuel. Avec lui, sont venus au premier plan de nos espaces publics des mots, qui sont aussi des mots d'ordre, et derrière eux des pratiques, qui se traduisent par des politiques : mémoire, patrimoine, commémoration, réparation, réconciliation, etc. Ce sont là autant de manières de convoquer du passé dans le présent, en privilégiant un rapport immédiat, faisant appel à



l'empathie et à l'identification. Il suffit de visiter les mémoriaux et autres musées d'histoire, inaugurés en grand nombre un peu partout ces dernières années, pour s'en convaincre. Dans le langage ordinaire, le mot « mémoire » a tendu à devenir le terme le plus englobant, le plus évident, en lieu et place d'histoire. Ce présent présentiste s'entoure de tout un cortège de notions ou de concepts détemporalisés, tels « modernité », « post-moderne », mais aussi « globalisation », à quoi il faudrait ajouter, au moins, « identité », le plus invoqué, le plus mobilisé.

Ces déplacements, voire ce basculement, signalent-ils un phénomène durable ou transitoire ? Nul ne le sait. Alors même que nous commençons tout juste à en prendre la mesure. À tout le moins, nous traversons une situation d'entre-deux : le concept moderne d'histoire (futurocentré) a perdu de son efficace pour donner sens à un monde qui, ou bien s'absorbe tout entier dans le seul présent, ou bien, de plus en plus nettement, ne sait comment régler ses rapports avec un futur perçu sur le mode de la menace et de la catastrophe qui vient. Un futur, non plus indéfiniment ouvert mais un futur de plus en plus contraint, sinon fermé, du fait, en particulier, de l'irréversibilité générée par plusieurs de nos actions. Forcée en Europe, liée à son expansion et à sa domination, cette Histoire moderne (en passe de devenir ancienne) n'en a pas moins, sous des formes diverses et à travers de multiples interactions, régi le monde, oscillant entre sens, non-sens et science de l'Histoire. Ce concept-là, nous n'y croyons plus, ou plus vraiment, mais nous continuons à en faire usage ; il est là, familier encore et un peu suranné, devenu incertain mais toujours disponible, aussi longtemps, du moins, qu'un autre ne viendra pas prendre le relais. Ou, plus probablement, en attendant qu'une nouvelle acception vienne se surajouter aux précédentes. Les politiques n'hésitent pas à le mobiliser, les médias aussi, la littérature l'interroge, et les historiens, ne cessant de le travailler, croient toujours en ses pouvoirs cognitifs. Ils croient toujours que l'histoire est à faire, et ils s'y emploient, même s'ils ne se prononcent plus trop sur le fait de décider qui a fait et qui fait cette histoire ou, plutôt, ces histoires. Ce sont justement ces questions que j'ai examinées dans mon dernier livre intitulé *Croire en l'histoire*.



## Usos e desusos da História: pensamentos sobre o saber-fazer do historiador na contemporaneidade

**André Cabral Honor**

Doutorando em História – UFMG

[cabral.historia@gmail.com](mailto:cabral.historia@gmail.com)

**RESUMO:** O artigo é um pequeno apanhado de várias considerações sobre o papel da escrita historiográfica na sociedade contemporânea. Através de uma situação extraordinária, o vazamento de uma fala do jornalista Boris Casoy, inicia-se uma trajetória de considerações sobre a importância de uma História para a transformação da sociedade. Assim, defende-se a importância que o acúmulo de obras historiográficas de aportes teóricos possuem para a erudição do historiador e, conseqüentemente, o avanço da pesquisa histórica. Busca-se a ideia da História como uma disciplina viva, em que o conhecimento é construído na prática historiográfica. Desta forma, é possível começar a vislumbrar os motivos que tornam a História disciplina fundamental para a reformulação constante do mundo, almejando desenvolver o pensamento crítico e ajudar na eterna busca de uma sociedade mais humanitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da História, Historiografia, Ensino de História.

**ABSTRACT:** This paper consists of a few remarks on historical writing in the contemporary society. Through situations taken from our day-to-day life, such as the *off* comment by anchor and journalist Boris Casoy mistakenly broadcasted in Brazilian television, it outlines the importance of History for the society's transformation. Thus, it defends the relevance which historiography's works from diverse approaches have to the historian's formation and, therefore, to the improvement of the historical research. This work stands for an idea of History as a living discipline, in which the knowledge is built through the practice of historiography. Consequently, it provides a glimpse of some reasons why History is such a fundamental subject to the understanding of the on-going reformulation of the world, and yearns for developing the criticism required for the construction of a more humanitarian society.

**KEY-WORDS:** Theory of History, Historiography, History's Teaching.

“O historiador é rei, Freud a rainha.”

Frase inicial do documentário *Nós que aqui estamos por nós esperamos.*

Ao meu primo Caio Brito Barreira, que acaba de adentrar os mares da História.

Profecias sempre previram o fim do mundo para a virada do ano. É algo que acompanha o homem desde que foi inventada a contagem dos dias e das horas. Dizem que no último dia do ano forças mágicas se alinham e coisas sobrenaturais podem acontecer. Neste dia, com grandes festas, a sociedade ocidental comemora o encerramento de um



ciclo e o início de outro. Talvez houvesse mesmo algo de sobrenatural no dia 31 de dezembro de 2009. Pelo menos é o que ainda devem acreditar os engenheiros de som da Rede Bandeirantes, responsáveis pelo *Jornal da Band*. Exatamente neste dia, uma falha técnica permitiu que os telespectadores — que infelizmente não eram muitos, mas que se multiplicaram numa progressão geométrica graças ao *site You Tube* — escutassem em *off* o jornalista Boris Casoy falando durante a vinheta de apresentação, logo após a exibição de um breve vídeo introdutório do jornal do dia que mostrava dois garis desejando feliz natal ao povo brasileiro. Sem imaginar que estava sendo ouvido, o jornalista disse: “Que merda... dois lixeiros desejando felicidades... do alto de suas vassouras... dois lixeiros... o mais baixo da escala do trabalho...”<sup>1</sup>.

Mais de 130 anos antes do referido episódio, mais especificamente em 1874, Friedrich Nietzsche publicou um texto de sua autoria intitulado “Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”<sup>2</sup>. Nesse ensaio, o filósofo prussiano atacava diretamente a História, questionando a real necessidade de sua existência. À primeira vista, tal atitude tornaria Nietzsche inimigo público número um da historiografia mundial. Contudo, pensar desta forma é cometer o pior dos pecados de um historiador: o anacronismo. O ataque do autor era direcionado para a História chamada de positivista, aquela que almejava ser uma ciência nos termos que colocava Augusto Comte. Sim, Nietzsche desejava matar a História, mas porque acreditava que assim como a fênix, ela ressurgiria das cinzas renovada e rejuvenescida. Para ele, essa História factual, cheia de datas e nomes, que se dizia objetiva, pouco contribuía para o crescimento da sociedade.

Na metodologia histórica positivista, a interpretação da fonte era uma atitude tão proibida quanto o anacronismo histórico é nos dias atuais. O documento era apenas um: escrito e provindo de fontes oficiais. Sua credibilidade era inquestionável: na maioria das vezes, bastava transcrever ou parafrasear o que havia nele e a História estava feita. Para

---

<sup>1</sup> Há que se pedir desculpas pela citação do palavrão emitido pelo apresentador, todavia isso é feito tomando como base a ideia de que o historiador deve explicitar as evidências sem preocupar-se com a polidez, como já dizia Paul Veyne, “(...) o historiador, esse, não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade.” VEYNE, Paul. *Como se escreve a História/Foucault revoluciona a História*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 15. Sendo assim, é mantida a palavra inadequada para um artigo científico e com a abstenção de impressões pessoais sobre o tom da fala do apresentador. Deixa-se para o leitor a tarefa de formular suas próprias conclusões assistindo ao vídeo que se encontra disponibilizado na internet. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=W1dQzm0Ohu8>. Acesso em: 18 fev. 2010.

<sup>2</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre História*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.



nós, historiadores da contemporaneidade, o documento continua a ser peça basilar do relato historiográfico, e é possível afirmar que nunca deixará de sê-lo, todavia, ele faz a História e não simplesmente a é.

Por essência, a história é conhecimento mediante documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado vivo.<sup>3</sup>

Tal crítica não deve conduzir o leitor a pensar que essa História – a qual utiliza o que aqui foi chamado de metodologia positivista – não deixou grandes contribuições para a historiografia moderna. Seu uso, por vezes, é indispensável na construção do que é chamado, nesse artigo, de “História” com H maiúsculo. Tal definição é usada em contraposição à acepção da palavra “história” como narrativa factível, mas contada sem cunho metodológico, ou “estória”, cujo aspecto ficcional se sobressai sob qualquer aspecto de apreço à verdade. Para melhor esclarecer o ponto de vista aqui defendido, toma-se como exemplo uma obra que pertence à tríade de autores da historiografia paraibana dita “clássica”: Maximiano Lopes Machado, com *História da Província da Parahyba* (1912).<sup>4</sup> Os outros dois são Irineu Ferreira Pinto, com o livro *Datas e notas para a História da Paraíba* (1908)<sup>5</sup> e Horácio de Almeida com sua *História da Paraíba* (1966)<sup>6</sup>, todas obras basilares para o estudo da História da Paraíba.<sup>7</sup>

Maximiano Lopes Machado nasceu em 1821 na Cidade da Paraíba e veio a falecer em 1895, em Recife, Pernambuco. Membro fundador da cadeira número 28 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP),<sup>8</sup> se filiava aos ideais liberais de construção de

<sup>3</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a História/Foucault revoluciona a História*, p. 12.

<sup>4</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. *Historia da Província da Parahyba*. João Pessoa: Imprensa Oficial Parahyba, 1912.

<sup>5</sup> PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*. V. 1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977 [1908].

<sup>6</sup> ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I e II. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

<sup>7</sup> A esta lista deve-se acrescentar o sempre injustiçado, pois nunca é colocado neste *ball*, João de Lyra Tavares, com os dois tomos de *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba* (1910), no qual transcreve as cartas de sesmarias da Capitania da Paraíba. TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*. Tomo I e II. João Pessoa: Imprensa Oficial Paraibana, 1910.

<sup>8</sup> Sobre a fundação do IHGP e a formação de seu discurso de uma história oficial que realça grandes feitos, sob a tutela daqueles a que chamarão de herói, ver o trabalho seminal da professora Margarida Dias (PPGH/UFRN): DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa, PB: Almeida Gráfica, 1996.



uma história que se baseava estritamente nos documentos oficiais, sem questionar o seu conteúdo.<sup>9</sup> Nas palavras do próprio Maximiano:

O historiographo [...] não é o orador que procurar convencer pelo attractivo de palavras floridas, inflammado por manifestações de fogo poético. O seu fim é outro, expor os factos e sobre elles o seu juiso com critério e rectidão, como o juiz que, depois de averiguar as provas, sentença na conformidade das leis [...].<sup>10</sup>

Nesse sentido, em sua obra, Machado usou da sua apurada retórica de advogado – era formado em Direito pela Faculdade de Olinda, cidade onde também exerceu o cargo de promotor de justiça – para escrever o seu livro, buscando ser fiel ao que diziam os documentos oficiais, porém carregando nas cores de suas narrativas, como pode ser lido na sua descrição do Massacre de Tracunhaém: “Os índios atearam fogo nos canaviaes, e o incendio veio dar ao combate um aspecto medonho, mostrando á luz de impectuosas labaredas todo o horror do desespero e da morte.”<sup>11</sup> Os Potiguaras, responsáveis pelo ataque a Tracunhaém, são retratados como os promotores de uma chacina, sem preocupações por parte do autor de compreender as suas ações, que constituíam uma reação perante a invasão das suas terras pela economia açucareira pernambucana<sup>12</sup>.

A obra de Maximiano reúne informações valiosíssimas, transcritas de documentos que as traças, o mofo, o furto e o descaso dos poderes públicos para com os arquivos trataram de dar fim. Ignorá-lo, significa perder dados essenciais para a construção da História da Capitania da Paraíba. Assim como Penélope, esposa de Odisseu<sup>13</sup>, a História deve destecer o sudário que outrora construiu. Dessa forma, ao desconstruir o discurso construído por Maximiano, através do seu posicionamento no contexto histórico em que viveu e escreveu, o historiador consegue chegar até o dado requerido. Em vez de observar o tecido, o historiador passa a analisar o fio em que a narrativa foi tecida.

<sup>9</sup> Sob o lugar histórico de Maximiano Lopes Machado, ver: MENESES, Hérick Dayann Moraes de. *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação.

<sup>10</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. *Historia da Província da Parahyba*, p. VII.

<sup>11</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. *Historia da Província da Parahyba*, p. 44.

<sup>12</sup> Sobre o Massacre de Tracunhaém e o papel crucial que esse evento possui na conquista do Rio Paraíba, ver: GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: Economia e sociedade na Capitania da Parahyba*. Bauru: EDUSC, 2007.

<sup>13</sup> HOMERO. *Odisséia*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.



Lendo esses autores entende-se porque a máxima dita por Antoine-Laurent de Lavoisier<sup>14</sup> – “na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma” – deve ser aplicada aos estudos históricos. Apesar do verdadeiro medo que há entre os historiadores em estabelecer leis — afinal a História é dinâmica e mutável — a adoção da máxima de Lavoisier pouparia a disciplina de discussões de defesas teóricas que por vezes parecem inócuas por indicarem quase sempre a mesma solução: é preciso aproveitar o que já foi dito.

É essencial compreender que a História é um ser vivo, cuja morte de certas correntes historiográficas, apesar de já ter sido anunciada diversas vezes, nunca se cumpriu. O problema não está no abandono de tal metodologia de trabalho, isso é algo inerente à disciplina histórica, mas sim em relegar ao esquecimento toda a historiografia produzida por aquela vertente. Aqueles que apregoam funerais para a historiografia de determinadas vertentes teóricas, se espantam quando o defunto se levanta e debate com os presentes os motivos que levaram a crer na veracidade do velório. Ao contrário de D. Quitéria e os demais seis finados de Antares<sup>15</sup>, a historiografia não se levantou para exigir o seu sepultamento, mas para debater os motivos pelos quais se acreditava que isso aconteceria, além de exigir o seu lugar dentro da construção do conhecimento histórico. Sepultar uma historiografia por causa de seu posicionamento teórico é um retrocesso que vai na contramão da formação da erudição de um historiador.

Deixa-se bastante claro que nenhuma obra historiográfica, assim como nenhum documento, deve ser aceito de bom grado, sem questionamentos. Marxismo, Positivismo, História Contra-factual, Micro-História, só para citar os mais famosos neste início do século XXI, podem, devem e necessitam de contestações. Seus resultados, suas colocações, precisam ser constantemente reavaliados para que a historiografia se mova. O que não pode haver é a rejeição da História que se propõe a ser científica através de uma clara metodologia de trabalho.

A História só existe se guiada por preceitos teórico-metodológicos. Dessa maneira, excluem-se os trabalhos realizados por senhores e senhoras que se dizem historiadores para pregar crenças pessoais e que usam e abusam dos anacronismos históricos e da invenção.

<sup>14</sup> Químico francês nascido em 26 de agosto de 1743, Antonie Laurent Lavoisier formou-se em direito, mas nunca exerceu a profissão. Em 1789 lançou sua obra mais importante, o “Tratado elementar de química”, um marco no estudo da química moderna. Foi guilhotinado em 1794 no decurso da Revolução Francesa por causa de sua ligação com o antigo estado monárquico francês.

<sup>15</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1971].



Tais textos só são úteis para compreender o lugar social de suas falas, ou seja, para serem tratados como documentos que demonstrem certa mentalidade pessoal ou social. As suas ditas “análises históricas” nada contribuem para a compreensão do período analisado. Em outras palavras, não constituem uma História. É por isso que a seriedade e o compromisso com a verdade — que nunca chega — devem ser condições *sine qua non*<sup>16</sup> para que nos tornemos historiadores. Escrever História é extremamente difícil, mas quem disse que seria fácil? Como lembra Paul Veyne:

O perigo com a história é que ela parece fácil e não o é. Ninguém se aventura a improvisar-se físico porque todo mundo sabe que, para isso, é preciso uma formação matemática; apesar de menos espetacular, nem por isso é menor a necessidade, para um historiador, de uma experiência histórica. Apenas, no caso da história, as consequências dessa insuficiência se dissimularão melhor: não se produzirão segundo a lei do tudo ou nada; o livro de história terá defeitos (conceitos inconscientemente anacrônicos, nós de abstrações não esclarecidos, resíduos de acontecimentos não analisados), mas, sobretudo, lacunas; pecará menos pelo que afirma do que pelo que deixa de investigar.<sup>17</sup>

O que Paul Veyne sabiamente aponta é para o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie chama de “o perigo de uma história única”<sup>18</sup>. Quando se conta apenas uma única história repetida vezes, ela cria estereótipos, e como a sábia escritora fala: “E o problema com os estereótipos não é que eles sejam mentiras, mas que eles sejam incompletos”<sup>19</sup>. O historiador é responsável por trazer à tona estas histórias que se sobrepõem uma às outras. É preciso diversificar a visão e perceber que o fato é um polígono multifacetado e a sua análise só será apreendida caso os seus diversos lados sejam vistos. A História torna-se tão múltipla quanto os seres humanos. Nesse contexto, a perspectiva de uma história vista de baixo, que busca compreender o movimento daqueles que estavam aliçados das análises históricas, vide a visão dos Potiguaras no Massacre de Tracunhaém, é uma importante contribuição para a formação dessa História multifacetada<sup>20</sup>.

<sup>16</sup> Expressão em latim muito usada no Direito que significa “sem a qual não pode existir”.

<sup>17</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a História/Foucault revolucionou a História*, p. 113.

<sup>18</sup> O discurso da escritora Chimamanda Adichie para o TED pode (e deve) ser visto no sítio eletrônico [http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). Acesso em: 01 abr. 2010. A autora nigeriana possui vários contos e três romances publicados, nos quais destaca-se sua obra de estreia *Hibisco Roxo*.

<sup>19</sup> Fala original: “And the problem with stereotypes, it’s not they are untrue, but they are incomplete”. Captado em: [http://www.ted.com/talks/lang/ptbr/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/ptbr/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). Acesso em: 01 abr. 2010.

<sup>20</sup> Sobre a História vista de baixo, deve-se sempre referenciar um dos pioneiros em por tal questão no centro da discussão historiográfica, o historiador britânico E. P. Thompson. THOMPSON, E.P. *A História vista de*



Fazer História é, a grosso modo, estabelecer uma posição política. É compreensível que os historiadores estejam eternamente assombrados pela ausência de uma alteridade nas análises históricas. O problema existe quando há omissão ou supervalorização consciente de fatos porque estes colaboram com a tese ou ideia que deve ser preterida. Uma dita “historiografia” que, através da manipulação dos dados, exalta ditadores, é tão perniciosa quanta aquela que, com a mesma má fé para com a verdade, exalta movimentos sociais ou raciais. Ambas constroem ídolos com pés de barro que irão se quebrar em algum momento. Apesar da transitoriedade de tais análises no meio acadêmico, os efeitos danosos de tais escritos podem ser por demais profundos, causando sequelas que, às vezes, são difíceis de serem superadas.

A verdade é que a História é facilmente manipulável. A leitura do livro *1984* de George Orwell<sup>21</sup> é um impacto para qualquer historiador. Cada vez que o Ministério do Amor reescreve a história para que esta se adeque aos seus desejos, o historiador consegue vivenciar todo o horror da manipulação e perceber como a História pode ser frágil. Os documentos dirão o que o historiador quiser, pois entre os pobres papéis e o homem não há intermediários. O historiador é rei, e como tal pode se deixar cegar pelos seus desejos e impor a seus súditos algo que não lhes convém. Não se trata de retirar o título de rei que foi atribuído ao historiador logo na epígrafe deste trabalho, porém seu reinado deve possuir uma bússola precisa: o compromisso com a verdade. Por isso a importância das fontes fidedignas e da crítica à documentação levantada. Somente assim a História pode emergir. Ao lado dela, a sociedade só tem a ganhar não importando a filiação teórico-histórica. Para isso, os historiadores precisam aplicar a premissa básica para qualquer estudo: a contextualização dos dados. Se há a opção de trabalhar com determinada obra historiográfica e utilizá-la como base para a pesquisa, é fundamental conhecer os seus aportes teóricos e suas fontes, para que seja possível contextualizar o texto em análise.

---

baixo. In: THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. São Paulo: UNICAMP, 2012, p. 185-201. De acordo com Peter Burke, “A história vista de baixo, traz duas questões importantes: o fato de não se constituir somente como uma abordagem, mas também com um tipo distinto de história. Como abordagem, sugere uma correção da história das elites, e ao oferecer essa abordagem alternativa oferece uma compreensão mais rica da história, uma nova experiência. E como um tipo distinto de história, ela não deve estar dissociada das concepções mais amplas da história”. BURKE, Peter. *A História vista de baixo*. Captado em: < <http://pt.scribd.com/doc/73499983/A-historia-vista-de-baixo>>. Acesso em: 20/6/13. Tais comentários foram tecidos tendo como base o debate proposto por Jim Sharpe em: SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

<sup>21</sup> Concebida como uma crítica ao socialismo e ao regime stalinista – assim como sua também famosa obra *A revolução dos bichos* – George Orwell consegue expor em sua narrativa as consequências que a manipulação da História pode trazer a uma sociedade. ORWELL, George. 1984. Trad. Heloisa Jahn e Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



A crítica é consequência desta contextualização. Somente a partir dela é possível construir uma análise historiográfica mais apurada que prima pela busca da imparcialidade. Nunca é demais colocar que é fundamental, antes de tudo, compreender o aporte teórico da obra utilizada. Assim, o historiador pode se entregar ao luxo de corroborar, contestar ou reelaborar as considerações do texto historiográfico estudado. É o anjo benjaminiano da História que não consegue voltar atrás.

Tese IX - Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.<sup>22</sup>

De acordo com o filósofo alemão, que escreveu suas teses sobre a História em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, a História não pode refazer o que os homens já fizeram. Insistir em determinadas posições teóricas, sem considerar suas críticas e reformulações, é ignorar o progresso e desviar-se do caminho da História. Os escombros ficarão para trás, porque o conhecimento histórico é construído no dia-a-dia, por meio de montagens e desmontagens, como um jogo de peças *Lego*, em que as partes fundamentais estão dadas e se encaixam em combinações impossíveis de contabilizar. Ignorar as contribuições e críticas posteriores que surgem para cada possibilidade teórica é tentar fazer com que o anjo da História regrida. Ou seja, é um engodo de intenções políticas escusas ou ingenuidade desmedida. O historiador caminha para frente com seus olhos voltados para trás, retirando a partir dos escombros uma nova-velha historiografia. Influenciado também pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, Eric Williams afirmou:

Os historiadores nem fazem nem guiam a história. Sua parcela nisso é geralmente tão pequena que é quase insignificante. Mas, se não aprenderem alguma coisa com a história, suas atividades serão então apenas um ornato cultural, ou um passatempo agradável, igualmente inútil nestes tempos conturbados.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225 (Obras Escolhidas, v. 1.).

<sup>23</sup> WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975, p. 234.



Para Eric Williams, o historiador é o meio pelo qual a História se monta e se conta. Fugindo da História como objeto decorativo, a disciplina deve conter aquilo que Nietzsche clamava em seu já citado artigo sobre a História: a ausência de uma perspectiva de mudança. Em suas entrelinhas, o alemão diz que a História deveria transformar e não consolidar e para isso deveria assumir a sua subjetividade: “É somente a partir da mais elevada força do presente que tendes o direito de interpretar o passado.”<sup>24</sup>

O pós-modernismo, palavra que ninguém define como teoria ou movimento ou o que quer que seja, mas que adentrou com fôlego nos estudos acadêmicos, traz a diluição da perspectiva de mudança dentro da História. Embutido dentro do seu discurso — sim há um discurso próprio dos pós-modernos, por mais que este seja negado — está a premissa de que o socialismo/comunismo é inviável, vide a desagregação da URSS. A conclusão destes fatos é de que o capitalismo é soberano sobre o homem. Nesse sentido, qualquer proposta de destituição do mesmo e até a crítica sobre o seu funcionamento se torna destituída de valor, pois a vitória do sistema seria absoluta. Novamente, a ideia de uma História que transcende a mera curiosidade e busca transformar a sociedade é posta em cheque. Em outras palavras, tenta-se empurrar a História para dentro de um caixão. No fim, a ideia que se imprime é que a História torna-se puro entretenimento de acadêmicos e de alguns poucos curiosos. De acordo com Ellen M. Wood:

O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento ‘totalizante’ e de valores ‘universalistas’ — incluindo as concepções ocidentais de ‘racionalidade’, idéias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a ‘diferença’: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e ‘conhecimentos’ particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos.<sup>25</sup>

Trazer o estudo das diferenças para o centro da discussão acadêmica é uma atitude extremamente louvável, sendo essa a maior contribuição desses estudos para a historiografia. Não se questiona aqui, a existência de tais pesquisas, mas os objetivos de tais histórias.

O crescimento dos movimentos de mulheres, gays, negros, índios, *punks*, dentre outros, que reivindicam seu espaço na sociedade se abastece destes estudos. Ora, tal

<sup>24</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre História*.

<sup>25</sup> WOOD, Ellen Meiksins. O que é a “agenda pós-moderna?”. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 12.



visibilidade é mais do que desejável, ela é extremamente necessária. É preciso garantir a todos os direitos básicos de liberdade e dignidade. Contudo, o que se percebe é um aproveitamento do discurso desses grupos para a manutenção de uma ordem social que tem como premissa básica a exclusão social, principalmente das camadas baixas. Existem três engodos que, inconscientemente, ou conscientemente, rondam esses estudos, e que me parecem começam a se tornar visíveis perante a crise econômica atual que vive a União Europeia.

O primeiro é de que há um lugar dentro do sistema capitalista para todos. Sim, não deixa de ser verdade. A África e sua grave crise social são extremamente necessárias para a ordem mundial, portanto, existe um espaço para aquele continente dentro do sistema: o da miserabilidade. Sua existência é desejada desde que ela não almeje ser uma Europa pré-crise. Caso deseje, ela deverá ser de alguma forma expurgada do sistema, pois para a África pacificada e saciada não há lugar. Ademais, a crise europeia pôs a última pá de cal no capitalismo de bem-estar social e os europeus parecem acordar para a realidade que não há espaço no sistema capitalista para a saciedade de todos.

Tal questão nos leva a um segundo engodo, o de que toda diferença deve ser exaltada, principalmente as econômicas. Atualmente existe uma disseminação de um discurso provindo das favelas, notadamente dos grandes centros, em que paira uma ideia de exaltação deste ambiente. Ser favelado torna-se motivo de orgulho. Não que ser pobre deva ser motivo de vergonha, mas sentir-se orgulhoso de morar em um local desprovido de qualidade de vida é o primeiro passo para a conformação de sua condição. A favela não deve ser exaltada simplesmente porque esta não deveria existir. O discurso deveria apontar para uma real inclusão de seus moradores na sociedade, e não de uma segregação motivada por um sentimento de que aquela situação é irremediável.

E daí surge o terceiro engodo, o de que a solução encontra-se na diferenciação. Perde-se o sentido de unidade, ou se preferir, de humanidade. Em vez de se integrarem, os homens devem cada vez mais se separar, impossibilitando assim reações que venham a contestar o verdadeiro problema: as bases socioeconômicas do nosso mundo contemporâneo. Uma pergunta permanece no ar: na prática, esses estudos estão levando a uma inclusão de fato ou apenas realizando uma manutenção do sistema, que deseje reconhecê-los como diferentes para que continuem alheios à sociedade?



Essa História desprovida de um sentido de unicidade, que apregoa a diferença pela diferença, pode conduzir cada vez mais a uma segregação e não a uma aceitação social. É preciso educar a sociedade, transformá-la e uni-la. A causa de cada um deveria ser a nossa. Pode parecer sonho, mas como diria o espanhol Calderón de La Barca: “A vida é sonho, e os sonhos, sonhos são.”<sup>26</sup>, ou seja, a vida é feita de um sonhar permanente, e por mais de que os sonhos nunca se realizem, pois, no final das contas, não passam de sonhos, a vida só faz sentido dentro desta eterna busca pelo inalcançável.

E é nesse ponto que os historiadores devem buscar sua responsabilidade, pois, por mais divertida que a disciplina de História seja, encará-la como puro entretenimento diante de nossos alunos e da sociedade pode causar danos incomensuráveis. A dificuldade de aceitação e inclusão das minorias – que por vezes são até mesmo maiorias, como acontece com o negro – mostra que a História ainda está para ser feita. E se já é feita, não chega à sociedade, permanecendo dentro da academia. Um ensino de História transformador permitiria não só aos negros se reconhecerem dentro de si e dentro da história, como serem reconhecidos por todos, unindo e não segregando. A História acabaria, por exemplo, com a opção sexual e plantaria nos alunos a concepção de que “a gente é para o que nasce”, ou seja, não há escolha sexual, há a diferença que deve ser respeitada porque cada ser humano é um indivíduo com um mundo dentro de si muito maior do que o que está lá fora, e que mesmo assim, se conecta com todos os outros.

Não se trata de condenar o reconhecimento das diferenças e das políticas para reafirmá-las. É fundamental que todos militem pelas causas e lutas sociais, porém, assusta a possibilidade de que esses reconhecimentos se tornem segregação e não uma mudança de mentalidade que perceba o diferente como parte da humanidade. Como bem fala Aijz Ahmad “precisamos de formas políticas que formem seres humanos em sua heterogeneidade e universalidade”<sup>27</sup>.

A História, naturalmente comprometida com a verdade, pode conduzir o homem a adotar ações transformadoras da sociedade. Ela pode ser o impulso que levará a percepção de que a solução e as consequências de um problema social afeta não somente aos desafortunados, mas também aos ditos privilegiados. É fundamental defender a História como o veículo motor da mudança de percepção do outro. E cada vez que a injustiça

<sup>26</sup> BARCA, Calderón de la. *A vida é sonho*. Trad. Manuel Gusmão. Lisboa: Estampa, 1973, p. 131.

<sup>27</sup> AHMAD, Aijaz. Problemas de classe e cultura. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*, p. 72.



social, que está na base constitutiva do sistema capitalista, avança sobre o mundo, a História se torna mais imprescindível. É preciso romper as barreiras do isolamento e construir um sentimento de unidade. E isso só será feito conhecendo a versão do outro através da sua História.

A Historiadora Gwendolyn Midllo Hall nos fornece uma percepção simples e eficaz da escrita historiográfica:

A história é uma história contada por um historiador. Ainda que seja parcialmente baseada em fatos, não é fato e tampouco ficção. Um bom historiador é um detetive que formula perguntas relevantes, sai à procura de documentos e outras evidências, seleciona aquilo que considera importante, e submete tudo à cuidadosa análise e interpretação. Todo esse processo é deliberado e nele racionalização e impedimentos aparecem como aspectos muito importantes que às vezes preocupam. Não importa quão sofisticada e abstrata seja a metodologia, a história está contando uma estória que é mais ou menos verdadeira. Algumas dessas estórias se coadunam a modismos passageiros. O maior desafio da história é perseverar em busca da verdade e aproximar-se dela o máximo possível, evitando juízos e falácias, que servem para encobrir o comportamento de dadas nações e lançá-las sob luzes benignas. Os historiadores precisam comunicar suas descobertas ao maior número possível de pessoas, de maneira a ajudarem a transcender estreitas identidades nacionais. Encarar este desafio requer coragem, correção e os níveis mais elevados de competência, habilidade e empenho.<sup>28</sup>

Com essas palavras, retoma-se o exemplo do jornalista Boris Casoy — um ativista político da direita com a carreira construída dentro da “ditabranda” brasileira, cujas más línguas acusam de ter participado do CCC<sup>29</sup> — e sua frase considerada “gafe”<sup>30</sup> pela Folha de S. Paulo<sup>31</sup>. Na posterior retratação no próprio jornal, Boris Casoy ratifica o conteúdo de sua fala quando resume seu pedido de desculpas ao fato de que havia dito uma frase infeliz durante uma falha técnica do som.<sup>32</sup> O âncora do jornal é bem claro: só pede desculpas porque se sentiram ofendidos os telespectadores, não porque o cerne de seu raciocínio seja

<sup>28</sup> HALL, Gwendolyn Midllo. *Slavery and African Ethnicities in the Americas: restoring the links*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2005, p. XV. Tradução de Berttoni Cláudio Licarião (Mestrando/UFGM). E-mail: berttonidaudio@hotmail.com

<sup>29</sup> O CCC (Comando de Caça aos Comunistas) atuava no combate dos comunistas no Brasil durante a década de 60 e 70 no Brasil, atuando em grande consonância com a política da ditadura militar.

<sup>30</sup> A definição de gafe de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa; “**gafe** (francês *gaffe*) s. f. 1. Dito ou comportamento irrefletido. = DESLIZE, INCONVENIÊNCIA; 3. Engano por lapso ou negligência. = ERRO.” Captado em: <http://www.priberam.pt/dlpo/gafe>. Acesso em: 20 abr. 2010.

<sup>31</sup> A curtíssima reportagem intitulada “Errei mesmo, falei bobagem”, diz Boris Casoy após gafe”, está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u673601.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2010.

<sup>32</sup> O pedido de desculpas do jornalista Boris Casoy também está disponível no site *You Tube*: <http://www.youtube.com/watch?v=esZYkpcfS8>. Acesso em: 20 abr. 2010.



execrável ou porque se arrepende de tê-lo dito. Inconscientemente, Boris semeou o germen de uma outra história pessoal que vai em oposto à sua imagem construída pela mídia de defensor do povo, um homem indignado com as injustiças que chegou ao ponto de dar uma “banana” aos políticos brasileiros, numa antológica edição do TJ Brasil do SBT.<sup>33</sup> Deve-se ir além: surge a oportunidade de se fazer uma nova história do jornalismo brasileiro, caminhando para perceber os projetos políticos implícitos nas linhas editoriais.

Torna-se urgente que o historiador comece a colocar na sua pauta a produção das várias histórias, pois nem sempre podemos contar com as forças mágicas do último dia do ano para que elas comecem a se revelar. É necessário construir, dentro do pensamento humano, a concepção de que sempre há distintas versões. Que o que se vê, ouve e lê, nem sempre o é. Mais do que criar outras histórias do jornalismo brasileiro, é preciso reinventar constantemente a historiografia. É necessário construir narrativas múltiplas que se interconectem formando um novo mundo. Expondo a diversidade de visões que os personagens da História — dentre eles, os historiadores — proporcionam à historiografia, é possível construir um conjunto de narrativas que tornem o homem capaz de perceber a multiplicidade que há em si e no outro. Assim, escapamos dos malefícios de uma História única e caminhamos para o início de uma nova consciência crítica que possa desaguar numa transformação da realidade humana.

Recebido em: 18/05/2013

Aprovado em: 18/07/2013

---

<sup>33</sup> Infelizmente, não foi possível localizar tal vídeo na internet.



## ***Os Donos do Poder: sobre a origem da nação brasileira***

**Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite**

Mestrando em História pela UFMG

[augustobrunoc@yahoo.com.br](mailto:augustobrunoc@yahoo.com.br)

**RESUMO:** *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro* não se trata de um texto descompromissado, fechado em discussões internas à academia, mas, sim, de uma obra que pensa o Brasil. Objetiva-se aqui conjecturar sobre a pertinência da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro e seus desdobramentos, discutindo as asserções do autor e as críticas recebidas pela teoria faoriana. Partindo da Revolução do Mestre de Avis português para chegar aos anos de ação do ex-presidente Getúlio Vargas, em um recorte extenso, Raymundo Faoro propõe algo além da conhecida chave interpretativa – Estado patrimonial-estamental. O jurista-historiador delimita os contornos de uma teoria da origem da nação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nação, Origem, Faoro.

**ABSTRACT:** *The Power Owners: The Formation of the Brazilian Patronage Group*, written by Raymundo Faoro, is not just an academic text, but rather a book devoted to think about the foundations of Brazil. This article approaches the relevance of the Brazilian patrimonial state theory and its consequences, debating the author's assertions and and its critics. From the revolution of the Portuguese Master of Avis (1383-1385) to the former President Getúlio Vargas Era (1930-1945 and 1951-1954), in a quite extensive time gap, Raymundo Faoro goes further the familiar interpretative key, the patrimonial state. The lawyer-historian outlines a theory of the origin of the Brazilian nation.

**KEYWORDS:** Nation, Origin, Raymundo Faoro.

*Você, meu brasileiro,  
não acha que já é tempo de aprender  
e de atender àquela brava gente  
fugindo à caridade de ocasião  
e ao vício de esperar tudo da oração?*

Carlos Drummond de Andrade

Caso perguntem a um indivíduo quem ele é, o que o mesmo responde? Recorre esse a sua experiência e, depois de organizar um pouco as lembranças que na mente pairam embaraçadas, configura um esboço de identidade, respondendo a seu contento à pergunta

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. Prece do brasileiro: um ensaio estilístico. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 30 de maio de 1970, Caderno B, p. 37



um tanto complexa, carregada de um teor ontológico. Em uma escala macro, a mesma indagação cabe a uma nação? Exemplo: quem somos nós, ditos brasileiros? Mesmo levando em conta a medida ideológico-política e cultural, ou seja, imaginária do “ser brasileiro”, deve-se lembrar que é a experiência de fato, a experiência política e social vivida. Daí a pertinência em análises dessa experiência.

Um Estado-nação subentende, obviamente, um Estado e uma nação. São entidades que informam uma à outra quem são. O Estado, enquanto entidade palpável, materializada em fronteiras geográficas, uma estrutura de governo e domínio sobre alguma comunidade, difere da nação. Para o filósofo polonês Bronislaw Baczko, a nação é amalgamada por um “imaginário social”<sup>2</sup> que, enquanto imaginário, agrupa experiências compartilhadas para conformação, ou legitimação, da mesma. São “comunidades imaginárias”<sup>3</sup>, diz Benedict Anderson. Partilhando esse olhar sobre a nação, animando a discussão, assevera José Murillo de Carvalho que:

Mais do que qualquer outra comunidade, as nações exigem para sua sobrevivência a construção de uma identidade coletiva para contrabalançar os muitos fatores de divisão que todas têm de enfrentar. A identidade é uma construção feita de vários ingredientes, em geral carregados de componentes emocionais.<sup>4</sup>

Historiadores, sociólogos, antropólogos, juristas, políticos profissionais, diversos homens se encarregaram de pensar a categoria “brasileiro”, em outras palavras, a nação brasileira. E, assim, ao seu modo, interpretar o Brasil. Raymundo Faoro é um deles. Jurista, historiador, mas, acima de tudo um sociólogo, logrou obras de grande importância para a historiografia contemporânea. “Mais do que cientista social que faz história, é um historiador no cultivo da ciência social no seu todo.”<sup>5</sup> Em seu texto mais conhecido, *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*<sup>6</sup>, Faoro traça uma estrutura básica que, como uma capa social rígida, engessa, sufoca uma nação que poderia ser brasileira, mas não o é. Sobre essa estrutura, o estamento-patrimonial, Faoro, em entrevista a Jair dos Santos Júnior, diz que: “[...] o Brasil era dirigido por uma classe dirigente sem conexão com uma

<sup>2</sup> BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>3</sup> ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*, rev. ed. London: Verso Books, 1991.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Brasil fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>5</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Ed. Nova Fronteira, 2000.

<sup>6</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008. A partir de então, referir-me-ei a obra apenas como *Os Donos do Poder*.



base, uma classe dirigente que se renovava dentro dela própria. Esse é o estamento, que se renova dentro dele próprio, e se renova por um fenômeno de circulação de elites.”<sup>7</sup>

*Os Donos do Poder* apresenta uma interpretação *sui generis* das origens<sup>8</sup> e do desenvolvimento de um Estado brasileiro, não de uma nação brasileira, malograda por ação do próprio Estado. Raymundo Faoro diz sobre um Brasil que, engendrado por uma empreitada portuguesa, português não deixou de ser.<sup>9</sup>

\*\*\*

À primeira edição de *Os Donos do Poder*, em 1958<sup>10</sup>, edição de pouco sucesso e muitas críticas, Faoro responde com uma segunda edição em 1973<sup>11</sup>. Nesse momento, a obra toma corpo, em número de páginas, que se amontoam num calhamaço dividido em dois volumes; são as provas que o autor arregimenta e quer levar à público. Provas de um crime cometido por um Estado, que recebe do autor a alcunha de patrimonial-estamental. Esse Estado brasileiro é levado a julgamento, denunciado com provas, evidências, que vão

---

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Juez (orgs.). Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009. p 99.

<sup>8</sup> Atenho-me ao sentido benjaminiano – referência ao teórico alemão Walter Benjamin – do termo, *Ursprung*. Aqui, origem é aquilo que informa um algo que salta de seu início à sua permanência, desvelando uma estrutura, chave para entendimento de algum processo que subjaz ao observável em uma narrativa. Ver o Prefácio epistemológico-crítico de BENJAMIN, Walter. Origem do drama trágico alemão. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011. E GAGNEBIN, Jeanne-Marie. História e narração em W. Benjamin. Campinas, SP: São Paulo: Perspectiva / FAPESP / UNICAMP, 1994.

<sup>9</sup> Peço licença ao leitor para usar a primeira pessoa e dizer que intenciono aqui, nesse pequeno artigo, realizar uma apresentação da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro de Raymundo Faoro e, por conseguinte, aprofundar em uma questão que, segundo minha leitura, merece discussão, a saber, o lugar da nação tanto no vocabulário de Faoro quanto em sua teoria. Isso, pela via que mais me interessou na leitura de uma obra específica do autor, *Os Donos do Poder*: a denúncia da distância entre nação e Estado, e, por conseguinte, a *não-realização* de uma relação entre as duas partes; o político se ocupando meramente do político, enquanto estamento fechado em si; e, também, a desvinculação das origens sociais dos agenciados desse estamento: entidade plástica, sem forma, sem identidade única e, assim, difícil de se concentrar em um conceito. Não existe a possibilidade de definir sumariamente o patrimonialismo-estamental faoriano sem engessá-lo. Portanto, deixo pistas sobre ele em todo o texto, de forma a não conduzir o leitor até uma conceitualização fechada, minha. Pelo contrário, minha ambição é induzir o leitor a reflexão e instigá-lo a ir até a obra.

Também chamo a atenção para o seguinte fato: as lacunas que persistem no presente artigo são, dedaradamente, lacunas a serem preenchidas pelos especialistas em Faoro. E tenho a consciência de que são várias, as lacunas: a ausência de análise das outras obras de Faoro e suas afinidades com *Os Donos do Poder*, ausência de estudos que comparem Faoro com outros autores de matriz weberiana, como Sérgio Buarque de Holanda, ou mesmo a incipiente apresentação da crítica ao centro de seu modelo interpretativo. Não tive ambição de trazer nenhuma resposta, mas, apenas, indicar questões que, em minha leitura de *Os Donos do Poder*, devem ser colocadas, especialmente, aos atuais estudiosos da história brasileira.

<sup>10</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958. 271páginas.

<sup>11</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1975. 750páginas.



da Revolução do mestre português de Avis ao brasileiro Getúlio Vargas. Ao folhear as páginas de *Os Donos do Poder*, ouve-se esses, os donos do poder, o Estado e o estamento. A nação, essa, sufocada, cala-se.

O estilo de escrita, fato seguido de fato, a nação que não aparece, sufocam além da nação, também o leitor. Ao se enveredar pelo raciocínio de Faoro, o incômodo é inevitável. Um incômodo que se dá não por ser desinteressante o que se lê, mas por fazer o leitor brasileiro, flagrar ali, nas páginas, ou provas, a nação silenciada, *bestializada*<sup>12</sup>, diante da força política do estamento, por vezes confundido com o próprio Estado. São vestígios de um passado reconstituído em forma de denúncia.

Entendido que *Os Donos do Poder* não se trata de um texto descompromissado, fechado em discussões internas à academia, mas, sim, de uma obra que pensa o Brasil, objetiva-se aqui conjecturar sobre a pertinência da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro – mesmo hoje –, discutindo as asserções do autor e as críticas recebidas pela teoria faoriana.

\*\*\*

No movimento historiográfico e sociológico dos anos de 1950 a 1970, período de escrita da obra em questão, correntes teóricas exerciam sobre a intelectualidade seu fascínio; evidenciam-se três: marxismos, weberianismo e estruturalismos. Em especial, os marxismos brasileiros pensavam com maior empenho a nação, o Estado e, claro, os caminhos para revolucionar esse Estado. Faoro discute, então, nesse ambiente.

Raymundo Faoro traça um panorama social brasileiro a partir de estruturas, ou mesmo de um marxismo bastante analítico, ao estilo de Florestan Fernandes, apropriando-se de um vocabulário weberiano, instrumentalizando-o à sua própria maneira. Não obstante Faoro negue ser weberiano no prefácio à edição de 1973, o registro não dissimula o fato de seu vocabulário ser. Vocabulário e conceitos weberianos são, em grande medida, explorados, discutidos, ao modo do autor, isto é, adequados à realidade brasileira. Em entrevista, ele mesmo diz que “talvez nenhum autor tivesse me [à Faoro] sugerido tanto como o Weber”.<sup>13</sup> Weber, de fato, segundo o próprio autor, foi importante teórico em sua formação acadêmica que, depois de conhecido, tornou complexa as relações sociais dicotômicas comuns à bibliografia acadêmica conhecida por ele nos tempos de faculdade:

<sup>12</sup> Faço referência específica a obra que, em alguma medida, é concordante com a teoria faoriana, a saber: CARVALHO, Jose Murilo de. *Os Bestializados : o Rio de Janeiro e a Republica que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Juarez (orgs.). *Raymundo Faoro e o Brasil*. p. 98.



uma bibliografia marcada por “um marxismo muito primário”<sup>14</sup>, segundo o jurista gaúcho. Faoro não se alinhou a nenhum grupo teórico. Seu esforço foi o de se apropriar da linguagem das ciências políticas, história, filosofia, na medida em que essas linguagens fossem pertinentes para explicar a realidade brasileira. Seu léxico é, dessa forma, weberiano, marxista, estruturalista, diverso.

O conceito-chave de sua obra, o “patrimonialismo-estamental”, é, num todo, uma categoria ideal weberiana<sup>15</sup>. Categoria ideal eleita por estar consoante à estrutura de longa duração constatada por Faoro, pois “De D. João a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo.”<sup>16</sup> É a estrutura patrimonial-estamental, difícil de definir, talvez por isso, alvo de tantas críticas; tanto pelo seu significado ideal em Weber, quanto pela não explicitação esquemática no próprio texto de Faoro. O conceito porta um caráter absoluto, quase meta-histórico.

Uma das mais contumazes críticas ao estamento de Faoro parte da historiografia de matriz marxista<sup>17</sup>. Essa, não é simpática ao pessimismo em relação à Revolução – no sentido marxiano do termo – que se pode deduzir da obra. Faoro também não enxerga as estruturas econômicas determinantes e as superestruturas determinadas, conforme os esquemas do marxismo clássico<sup>18</sup>, necessários para explicar o passado brasileiro, entendido como “feudal” pelo mesmo. Faoro não identifica um feudalismo, vê um patrimonialismo, dirigido por um estamento. São conceitos por vezes difíceis de desdobrar as diferenças, mesmo dentro dos esquemas propostos por Weber. Vejamos um pouco da discussão endurecida em relação aos conceitos utilizados por Faoro:

A diferenciação entre patrimonialismo e feudalismo (...) nem sempre é inequívoca. Zabludovsky, por exemplo, destaca a ambigüidade que

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Juarez (orgs.). Raymundo Faoro e o Brasil. p. 98.

<sup>15</sup> Ver WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. WEBER, Max. O conceito de ordem legítima/ tipos de ordem legítima/ justificação da ordem legítima. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ Unicamp, 1992.

<sup>16</sup> FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 2008. p. 819.

<sup>17</sup> Como salienta Fábio Konder Comparato: “É claro que a interpretação que Faoro deu da História do Brasil irritou profundamente a crítica marxista, pois tornava dispensável o recurso metodológico ao esquema da luta de classes.” Ver COMPARATO, Fábio Konder. Raymundo Faoro historiador. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, pp. 330-337. ISSN 0103-4014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142003000200024&lng=pt&nrm=iso&tln=g=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200024&lng=pt&nrm=iso&tln=g=pt).

<sup>18</sup> Procuro aqui delinear a diferença entre marxismo clássico ortodoxo em detrimento de um marxismo aberto a reformas, conforme obra de Raymond Aron: ARON, Raymond. O marxismo de Marx. 2. ed. São Paulo: Arx, 2005.



Weber empresta ao termo patrimonialismo. Geralmente, diz a autora, Weber classifica-o como sub tipo de dominação tradicional, ao lado do feudalismo. Às vezes, porém, patrimonialismo é tratado por Weber como sinônimo de dominação tradicional, sendo feudalismo um modo de patrimonialismo, identificado com o patrimonialismo estamental. Daí a diferenciação feita pela autora entre patrimonialismo em sentido amplo (sinônimo de dominação tradicional, que engloba o feudalismo) e patrimonialismo no sentido estrito (um modo de dominação tradicional, ao lado do feudalismo).

Talvez essa ambigüidade se deva ao fato, para Weber, de o feudalismo possuir, contraditoriamente, tanto elementos tipicamente patrimoniais – como culto à fidelidade pessoal ao governante – quanto características tipicamente extrapatrimoniais – como a complexa e minuciosa estipulação contratual (mesmo que não-escrita, costumeira) de direitos e deveres entre governantes e quadros administrativos.<sup>19</sup>

Visto isso, o quão difícil é delinear os limites desse conceito, o patrimonial-estamental, afastar-se da obra de Weber e discutir o conceito a partir da obra de Faoro, pensando o que Faoro entendia por Estado patrimonial-estamental, faz-se pertinente. Lembrar que os conceitos propostos por Weber são ideais, ou seja, dados a adequações, é importante para compreender a instrumentalização dos mesmos pelo autor que, a partir dessas categorias ideias weberianas, determina quem seriam os donos do poder na estrutura política brasileira. Faoro se apropria desses conceitos, não como militante, de antemão afeito a um projeto político, mas como cientista social, dado ao seu projeto intelectual – se Faoro tem ou não um projeto, isso será discutido adiante. Simon Schwartzman, em sua obra *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, na qual o patrimonialismo é discutido em profundidade, evidencia em capítulo intitulado “Neopatrimonialismo e a questão de Estado” os diversos usos da terminologia weberiana para compreensão dos processos políticos latino-americanos, especialmente, no caso brasileiro. Faoro é um deles. Em *Os Donos do Poder*, como já citado, é latente a dominação exercida por esse estamento, corroborado, ou, nas palavras de Weber, justificado, pelo poder tradicional do patrimonialismo.

Ademais, além das críticas estritamente conceituais, apegadas a um conceitualismo duro, as quais não alcançaram a forma faoriana de emprego das categorias weberianas – friza-se, ideais –, críticos têm suas ressalvas aos limites de averiguação histórica do suporte teórico principal da obra de Faoro, a saber, o estamento-patrimonial. Maria Aparecida Azevedo Abreu, em artigo intitulado “Raymundo Faoro: Quando Mais é Menos”<sup>20</sup>, lembra as críticas de Antônio Paim e do sociólogo Leopoldo Waizbort. Suas críticas vão em

<sup>19</sup> CAMPANTE, Rubens Goyatá. patrimonialismo em Faoro e Weber. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 46, n.º 1, 2003.

<sup>20</sup> ABREU, Maria Aparecida Azevedo: “Raimundo Faoro: quando o mais é menos”, Perspectivas,. SP. V. 29, pp. 169-189, 2006.



direção ao centro do texto faoriano. Para eles, Faoro força sua teoria, conformando fatos, elegendo, esquecendo situações ou acontecimentos. Paim escreve que Faoro ficou tão pasmado com sua teoria que “ofuscado pela magnitude da própria descoberta” – o estamento brasileiro – tentou provar sua tese a qualquer custo<sup>21</sup>. Waizbort diz que “poderíamos dizer, um pouco provocativamente, que Faoro possui sua história já pronta de antemão.”<sup>22</sup> Diz mais, em referência à obra *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, na qual Faoro discute o segundo reinado por um olhar machadiano, procurando localizar o funcionamento do estamento nesse período chave, quando da conformação do estamento propriamente brasileiro – sem perder a origem lusitana –, Waizbort aponta que Faoro “vê o que Machado não vê”.

As elucubrações acusativas supracitadas adentram o terreno da teoria da história. Pensar que Faoro foi ambicioso e, em suas centenas de páginas de fatos atrás de fatos, tentou de forma enciclopédica, como um positivista rankeano<sup>23</sup>, dar conta de uma verdade factual, é tentador. Ou mesmo acusar Faoro de tecer uma narrativa ideologizante, no sentido durkheimiano do termo, urdindo uma trama de verdade frágil. Tais acusações são inaveriguáveis, na medida em que se entende, assim como informa o historiador José Carlos Reis, a impossibilidade de isenção em um discurso, seja ele qual for; ser ideologizante faz parte de um bom processo argumentativo. Em sua obra *A História entre a Filosofia e a Ciência*, Reis, discutindo o esforço historicista de afastar-se da filosofia, o qual procura aproximar-se das ciências sociais, como ciência “verdadeira”, informa sobre a impossibilidade de se abster de uma filosofia da história. Ela estaria subjacente em qualquer texto que narra alguma história.

Além do já dito, Faoro impede o leitor atento de cair nessa tentação simplista, demarcando em sua obra suas impressões dos fatos narrados. A especial leitura do primeiro e do último capítulo de *Os Donos do Poder* não deixam dúvida: Faoro interpreta o Brasil. Neles, o autor explicita seu objetivo, a saber, por seus fatos apresentados, ou provas, delimitar os contornos de um Estado brasileiro patrimonial-estamental, paulatinamente.

Dentro da discussão conceitual e teórica, sem fugir da proposta faoriana, a cientista política Kátia M. Barreto aclara outra questão colocada pela crítica: quem seria esse corpo sem rosto, o tão falado estamento? O possível intento de Faoro em não explicitar quem é o estamento, é desenvolvido por Barreto nos seguintes termos:

<sup>21</sup> Ver PAIM, Antonio. *A querela do estatismo*. 2. ed. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1994.

<sup>22</sup> WAIZBORT, L. “Influências e invenção na sociologia brasileira (desiguais porém combinados)”. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira*, 2002. p 85 – 174.

<sup>23</sup> REIS, José Carlos. *História entre a filosofia e ciência*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



O que parece estar subjacente ao raciocínio de Faoro na constituição da relação estamental é que não interessa tanto quem a constitui, até porque os atores vão sendo substituídos durante a história. Mas como se constitui. As práticas é que são relevantes.<sup>24</sup>

A partir da leitura total da obra é que se pode construir uma idéia de o que seria esse estamento. Faoro não determina de forma clara quem é o estamento, mas trata de como funciona, com quem se relaciona, a quem interessa a sua existência e, especialmente, o que realizou e tem realizado esse estamento dentro da história brasileira; sensivelmente percebe as dissimulações e o uso de máscaras no jogo político<sup>25</sup>. Explicita alguns desses atores, aponta-os, a partir de um acontecimento esboçado, identificando quem está fazendo parte do corpo estamental num certo momento político da história, apropriando-se da estrutura de poder tradicional na política lusitana-brasileira, o estamento. Segundo Faoro, assim se dá a constituição do Estado brasileiro. Resta aqui, então, lembrar onde, na obra, se demarca de melhor forma essa incompreendida estrutura estamental.

Partindo da chamada Revolução Portuguesa do Mestre de Avis, quando uma nobreza se alia ao Rei por um processo de negociação, Faoro averigua uma camada de poder que aos poucos delimita seus contornos. Tal estrutura de poder, assegurada por “privilégios jurídicos [...] pela lei ou pela tradição”<sup>26</sup>, seguiu como uma capa social rígida, nas palavras do próprio autor, perene mas plástica – sabendo adequar-se as demandas e movimentos da política e sociedade. Essa estrutura, o estamento, como já discutido anteriormente, são atores diversos: instituições privadas, do Estado, grupos econômicos, políticos, aliados ou legitimados pelo Estado e suas tradições. Criam, esses atores, relação profícua com o patronato, o Estado, engendrando uma autarquia chamada Estado patrimonial-estamental. Essa estrutura não poética, não cria ou recria nada de si para fora-de-si; fechada em si, pensa apenas em si. O estamento pensa em si e no Estado; o Estado pensa em si e, para tanto, preocupa-se com o bem-estar do estamento.

São de fato atores diversos e mutáveis, parte de um mesmo corpo, o estamento. Para essa identidade comum funcionar, é preciso entender o seguinte: ao se tornar parte dessa estrutura estamental, os atores desvinculam-se de sua origem, tomando-se parte do Estado patrimonial-estamental, perdendo assim sua identidade original para conformar-se à nova, impossibilitando uma representatividade da origem, desmantelada pela força do estamento. A denúncia central de Faoro é essa, a saber, que há uma ruptura entre o Estado

<sup>24</sup> BARRETO, Kátia M. Um projeto civilizador: revisitando Faoro. Lua Nova, São Paulo, n. 36, 1995.

<sup>25</sup> A título de exemplo: “Getúlio Vargas, na multiplicidade de papéis que lhe querem impor, tem o seu próprio.” Ver FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. p. 705.

<sup>26</sup> FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. p. 261.



e a nação, mesmo quando o Estado é composto por entes, classes, originárias da nação como já dito. Assim foi, também, fundado o Estado português, de acordo com Faoro. Uma realidade transportada até o outro lado do Atlântico, aqui fazendo morada e permanecendo; trabalhando em prol dessa ruptura, malogrando o advento de uma nação de fato brasileira. As tentativas de diálogo – entendido aqui como os momentos da história brasileira em que a nação fala ou tenta falar, quando não geme ou grita – foram violentamente extinguidas por parte do Estado, seja o português, nos idos da colonização, ou mesmo o brasileiro, quando o estamento e seu justificador, o Estado, são questionados. 1817 no Recife, 1824 e seus confederados nordestinos, são exemplos por Faoro citados; reações espasmódicas de antigas elites de um Brasil que nunca houve. “O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu Estado-maior.”<sup>27</sup>

Esse afastamento entre nação e Estado, além da desvinculação do funcionário do estamento e sua origem, são pontos em que o historiador-jurista se ancora. Faoro constata movimentos de contestação. Mas os mesmos não prevalecem e, a cada movimento revolucionário do estamento, a nação não se pronuncia. Golpes de Estado, militares no poder, alianças oligárquicas, coronelismo são assistidos por uma nação sem voz, impotente, castrada pelo Estado estamental-patrimonial. Em *Os Donos do Poder*, o silêncio dessa nação é o maior argumento do autor para corroborar sua tese.

O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida.<sup>28</sup>

E sobre a nação, o povo, pouco citado em *Os Donos do Poder*, diz ainda Faoro:

E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternos e, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou.<sup>29</sup>

Durante o período colonial, o Brasil permanece como pedaço da estrutura estamental portuguesa. Os impostos e riquezas enviados à Coroa são os mesmos que

<sup>27</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008. p. 837.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. p. 449.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. p. 837.



saldam os gastos e pensões devidos aos fidalgos e dependentes do corpo estatal português. E, com a transmigração da corte portuguesa para as terras brasileiras, tal estrutura é também transmigrada. É a partir de então que, segundo Faoro, funda-se o Estado patrimonial brasileiro. Referindo-se ao período imperial, Faoro evidencia que:

O predomínio do soberano, legitimado no Poder Moderador, a centralização articulada, na corte, pela vitaliciedade, o voto manipulado não criam, como entidades feitas de vento, o sistema político. Este assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importadas (...). Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania.<sup>30</sup>

O séc. XIX, da chegada da corte portuguesa ao período do Império é, assim, crucial para compreensão do estamento-patrimonial como elemento típico da política portuguesa-brasileira (vide a quantidade maior de capítulos dedicados ao período em *Os Donos do Poder*). Nesse momento, quando da transmigração da Coroa, na visão de Faoro, uma possível emancipação em relação ao modelo estamental-patrimonial aos moldes portugueses é malograda. Uma elite formada já ensaiava empreender, tal qual se observa em alguns países hispano-americanos, um movimento de autonomia econômica e política. São enumerados, na própria obra, os diversos movimentos de contestação aos poderes centralizadores nos fins do séc. XVIII; portugueses ou da estrutura colonial. Mas, com a transmigração da Coroa e, conseguinte, o advento do Estado brasileiro autônomo em relação à Coroa portuguesa, paradoxalmente engendrado por elites portuguesas, a estrutura política transmigrada se sedimenta. Estrutura essa que é corroborada por José Murillo de Carvalho, historiador, autor de importante obra sobre o Império brasileiro. José Murillo destaca o período como lugar de uma “dialética da ambiguidade”, quando, autorizados pelo poder moderador, a figura imperial, grupos partidários, grupos políticos, classistas ou não, alternavam-se no poder<sup>31</sup>, estrutura que Faoro chama de estamento.

Ainda na “viagem redonda” proposta pelo autor, ao proclamar-se a República, nada muda. Os Militares, um dos fatores da assim chamada proclamação, assediam o estamento, adentrando-o, para permanecerem por um tempo significativo. Sem perder o total controle desse estamento, grupos econômicos, especialmente os cafeeiros, alternam-se no poder, ainda numa dialética da ambiguidade: a chamada “política dos governadores”.

<sup>30</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. p. 444 - 445.

<sup>31</sup>Ver José Murillo de Carvalho, I – *A Construção da Ordem*, II – *Teatro de Sombras*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.



É com Getúlio Vargas, apenas, que, na visão de Faoro, se discute o Brasil: é produzido um discurso e uma *praxis* política brasileira; ou seja, uma discussão teórica a respeito do Brasil e uma prática política nos termos dessa teoria são ensaiadas. Mesmo que Getúlio ainda não rompa com a estrutura patrimonial-estamental, o “pai dos pobres” aproxima o Estado da nação, fenômeno único, até então, constatado por Faoro em sua reconstituição do que se passou no Brasil, do dito achamento à República.

Essa simpatia ao projeto varguista, talvez oriunda de um positivismo gaúcho, pois o autor era gaúcho, aquiesce em alguma medida com o olhar faoriano sobre o Brasil<sup>32</sup>. O positivismo gaúcho é tradicionalmente alinhado à idéia da ação do Estado como “coordenador e disciplinador dos interesses coletivos” – palavras de Getúlio –, provedor de um equilíbrio supraclassista. Quando esse Estado age de forma a coordenar os interesses da nação, promovendo uma aproximação entre as duas partes, Faoro tem elogios. Quando não, o autor averigua o caos, ou a atuação nociva do estamento, preocupado com assuntos intestinos à dinâmica de seu funcionamento, mantendo o distanciamento entre o Estado e a nação. Nesses termos, pensando Faoro como politicamente simpático ao projeto positivista gaúcho, em síntese: o Estado seria o problema, pois, no Estado residiria a solução. Por isso um estudo tão profundo, um olhar tão preocupado com o histórico e funcionamento da estrutura do Estado brasileiro em *Os Donos do Poder*.

\*\*\*

Após essa breve análise, objetivando traçar as balizas teóricas propostas por Faoro para uma interpretação do Brasil, fica a pergunta: averigua-se esse Brasil faoriano?

De fato, Faoro animou e anima as discussões acerca da identidade brasileira enquanto algo a ser pensado e repensado, reflexão pertinente para confrontar o ser brasileiro de outrora e o de hoje. Se não temos ainda uma nação que se relaciona de forma intensa com o Estado que, em grande medida, confere a ela identidade, a teoria faoriana ainda é instrumento eficaz de análise da realidade brasileira.

Consoante à visão do texto faoriano que se presta aqui, Bernardo Ricupero e Gabriela Ferreira, em artigo intitulado “Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil”, sintetizam assim, a origem do Estado patrimonial-estamental brasileiro:

Faoro, como outros intérpretes da experiência brasileira e latino-americana, considera que conviveriam no país, lado a lado, duas sociedades distintas. No entanto, diferentemente, por exemplo, de Euclides da Cunha que entende a oposição entre litoral e sertão com base em determinantes geográficas, *Os Donos do Poder* a explicita a partir de fatores sociais, em particular, a ação do estamento burocrático

<sup>32</sup>Ver BOSI, Alfredo. *Dialetica da colonizacao*. 3. ed. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 306.



ao longo da história brasileira. Expressão da civilização européia, agiu sobre o ambiente americano sem, contudo, transformá-lo inteiramente. Estaria aí a origem da permanente tensão entre a metrópole e a colônia, o Estado e a nação no Brasil.<sup>33</sup>

“As armadilhas trágicas que o povo brasileiro sofreu foram frutos dos privilégios e da ganância da minoria dominante”<sup>34</sup>, salienta o historiador José Honório Rodrigues. Anuindo a essa ideia, Faoro, com linguagem barroca, fala de “Quatro séculos de hesitação e de ação, de avanços e recuos, de grandeza e vacilação.”<sup>35</sup> Esses dois, “Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhas próprias”<sup>36</sup>, num rumo mesmo. É uma nação que não existe em um Estado que não se deixa existir em sua completude, como âncora de uma nação. São duas partes que se buscam, em contínua procura recíproca. Uma nação malograda e um Estado patrimonial-estamental. Uma imagem que Raymundo Faoro traça com linhas fortes.

Essa comunidade imaginária que, para solver seus problemas, precisa do ancoramento do Estado, deve, segundo Faoro, “devagar e urgentemente”<sup>37</sup> traçar um horizonte no qual o Estado deixe de se retro-alimentar, deixe de pensar apenas em si e pense a nação. Talvez fosse esse o projeto faoriano, que, como um promotor público, denuncia a sufocante realidade da impotente nação brasileira ao seu modo e espera que a mesma, ao folhear sua obra, perceba a medida real de sua denúncia, relacionada à experiência dessa nação malograda. Como já dito, *Os Donos do Poder* não é um texto descompromissado, é uma obra que pensa o Brasil e, do mesmo, demanda ação.

Recebido em: 07/05/2012

Aprovado em: 19/06/2012

<sup>33</sup> RICUPERO, B. ; FERREIRA, G. N. . Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. Perspectivas (São Paulo), v. 28, p. 37-55, 2005.

<sup>34</sup> RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat. Ensaios livres. São Paulo: Imaginário, 1991. p. 4.

<sup>35</sup> FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. p. 114.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. p. 114.

<sup>37</sup> Conforme a canção “Todo o Sentimento” de Chico Buarque de Holanda. Ver HOLANDA, Chico Buarque de. Francisco. Chico Buarque, Cristóvão Bastos, Edu Lobo, Vinícius Cantuária, João Donato, composições; Chico Buarque e Vinícius Cantuária, vozes. São Paulo: BMG Ariola, 1987.



## Escritas da etnografia e da história no *I Congresso de História Nacional* do IHGB (1914)\*

**Breno Sabino Leite de Souza**

Mestrando em História – UNESP/Assis

[breno.sabino@hotmail.com](mailto:breno.sabino@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo visa investigar o discurso etnográfico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no início do século XX. Para tanto, neste texto, analisaremos a organização do I Congresso de História Nacional no ano de 1914, e mais especificamente, a seção reservada para a discussão sobre a etnografia: “História das explorações archeológicas e ethnographicas”. Organizada por Edgard Roquette-Pinto, essa seção publicou, nos Anais do evento, cinco teses compreendidas como um painel dos debates que ocorriam naquele momento em torno das problemáticas etnográficas, antropológicas e políticas em relação à constituição étnica do brasileiro. Buscou-se assim, na compreensão deste evento, interrogar-se sobre os temas, métodos e intelectuais envolvidos em tal escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escrita etnográfica; História da historiografia; IHGB

**ABSTRACT:** This Article intends to investigate the ethnographic discourse amongst the Brazillian Historical and Geographic Institute's members , proceeding a analysis of the organization of the I Congress of National History, occured in 1914. The article will focus specifically on the historical and ethnographical section of the Congress : History of the archeological ans ethnographical explorations, organized by Edgard Roquette-Pinto and published as a part of the event's final bulletin. Its five thesis will be taken as a overall view of the ethnographic and anthropological discussions at that moment and the public policies about the brazilian ethnic constitution.

**KEYWORDS:** Ethnographyc writing; History of historiography; IHGB.

### Introdução

As escritas da etnografia e da história estiveram no cerne do discurso construído sobre o passado nacional no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX<sup>1</sup>. Tendo em vista a relevância da investigação

---

\* Pesquisa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>1</sup> Uma longa bibliografia sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi produzida nos últimos anos, a seguir destacamos os mais relevantes textos para o desenvolvimento deste trabalho: GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009; GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set. 1995; \_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Nação e civilização nos*



das fronteiras entre os saberes, a pesquisa ainda em desenvolvimento que originou o presente texto propõe o estudo de uma disciplina que, vinculada à história, desenvolveu-se no mesmo período e em uma mesma base epistemológica sob os auspícios do Instituto: a etnografia.

Ter como objetivo a compreensão das escritas da etnografia e da história desenvolvidas no início do século XX no IHGB teve como ponto de partida o questionamento realizado por Michel de Certeau: “O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão ?”<sup>2</sup> Entre outros questionamentos realizados sobre a escrita historiográfica, tornou evidente que:

O conhecimento histórico é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se fez a História do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz.<sup>3</sup>

No presente texto, abordaremos a organização do I Congresso de História Nacional realizado em 1914 como uma das primeiras iniciativas voltadas para uma maior especialização da escrita da história. Cabe salientar que o evento organizado pelo Instituto reservou uma de suas seções à questão etnográfica. Sob o título de “História das explorações archeologicas e ethnographicas”, Edgard Roquette-Pinto organizou a seção que reuniu cinco teses dedicadas aos temas da etnografia, com destaque para o indígena e o negro: *Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento; A contribuição ethnographica dos Padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros seculos; Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil*; e, por fim, as duas últimas sob o mesmo título *As tribus negrus importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos.*

Essas teses discutiram os temas aos quais se propuseram, mas também apresentaram importantes balanços críticos com o intuito de propor e defender novos caminhos para os estudos etnográficos brasileiros. Essa característica presente nos cinco

---

tropiaos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 1, p. 5-27, 1988; HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação (Mestrado em História). 2007. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC, Porto Alegre.

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 65.

<sup>3</sup> ALBURQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 61.



textos apresentados mostra, de um lado, o debate em torno dos estudos sobre os indígenas, que teve no IHGB um lugar privilegiado de escrita desde sua fundação, em 1838, e desde o final do século XIX foi acolhido também em outros lugares de produção. E, do outro lado, marca duas tentativas de delimitação em torno de estudos relacionados ao negro que não tiveram espaço no Instituto durante o oitocentos.

Como uma “sistematização do conhecimento histórico disponível”<sup>4</sup>, a seção de “História das explorações archeologicas e ethnographicas” permite estabelecer questionamentos referentes à escrita da etnografia e da história, bem como aos lugares em que tais escritas foram produzidas no início do século XX. Neste artigo apresentaremos a relevância de Edgard Roquette-Pinto para a organização do I Congresso de História Nacional e, mais especificamente, para a seção reservada à etnografia e, em seguida, às teses apresentadas.

### Organização do Congresso e da Seção

Em sessão realizada no IHGB em 1913, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) pronunciou uma conferência intitulada o “Actual Papel do Instituto Histórico”, na qual discutia quais desafios deveriam ser enfrentados por seus sócios naquele momento. Mobilizando sua vasta experiência internacional, propôs a realização de um Congresso nos moldes dos que eram organizados na Europa e nos Estados Unidos, “em que fossem representados todos os institutos históricos estaduaes, formando-se assim uma federação intellectual e affectiva” com o objetivo de “reforçar entre nós o sentido nacional”<sup>5</sup>.

O papel do Instituto defendido por Lima, evidenciado diversas vezes em seu texto, é o de “divulgador máximo das informações relativas ao nosso passado commum”<sup>6</sup>. A escrita da história desejada nesta conferência tinha como perspectiva um forte componente patriótico, que no entender de Oliveira Lima deveria ser o fio condutor da produção e da realização de um Congresso organizado pelo IHGB.

A proposta oficial de realização do I Congresso de História Nacional foi pronunciada na sessão seguinte do mesmo ano por Max Fleiüss (1868-1943), historiador e

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 90.

<sup>5</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *Actual Papel do Instituto Histórico*. Revista do IHGB, Tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 489.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *Actual Papel do Instituto Histórico*, p. 489.



secretário perpétuo do Instituto. Fleiüss retoma o discurso de Oliveira Lima e coloca em votação a proposta que foi aprovada por unanimidade<sup>7</sup>.

Realizado no Rio de Janeiro entre 7 e 16 de setembro de 1914, o I Congresso de História Nacional foi dividido em 9 seções de trabalho que contemplavam variados aspectos da história pátria. Cada seção possuía um relator e eram apresentadas teses oficiais e avulsas, sendo as primeiras escritas por convite do próprio Instituto e as outras que deveriam passar por aprovação dos organizadores da seção. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o evento foi responsável por promover a “sistematização do conhecimento histórico disponível conferindo-lhe unidade e coerência.”<sup>8</sup>

Uma das seções dedicava-se a etnografia, sob o título de “História das Explorações Archeológicas e Ethnographicas”, que foi coordenada Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e “direcionava-se para o exame dos elementos constitutivos da formação étnica da população brasileira.”<sup>9</sup>

O problema da constituição étnica da população brasileira foi enfrentado pelo IHGB desde sua criação em 1838, para tanto se instituiu uma escrita particular em constante relação com a história, a etnografia. “A etnografia, então, tanto foi um saber auxiliar da história como ela mesma, em sua inteligibilidade, derivou dos pressupostos do conhecimento histórico que ora se desenvolvia.”<sup>10</sup> Conforme Turin:

Portanto, na própria constituição da centralidade da História dentro de um regime moderno de historicidade, surge esse discurso outro, como em um espelho, simétrico e inverso, que se ocupará por excelência do “selvagem”, do “primitivo”, e mesmo do “popular”, instituindo-os como

<sup>7</sup> A organização de um congresso de história naquele momento pode ser entendida como parte de um projeto de dar publicidade e renovar os estudos realizados por seus sócios e correspondentes. Na transição do regime monárquico para o republicano, o Instituto enfrentou uma série de dificuldades de diversas ordens. Identificado com o modelo político anterior, precisou passar por mudanças para recuperar, no início do século XX, o prestígio de outrora. Uma das formas empreendidas com este intuito foi a realização de eventos e obras coletivas, onde se insere o I Congresso. Sobre as dificuldades enfrentadas e os novos projetos iniciados com a República, ver: GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009; e GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República, 2007. Para uma situação semelhante enfrentada pelo Instituto Histórico de Paris, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre Amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 184-200.

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 167.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 155.

<sup>10</sup> KODAMA, Kaori. *Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010, 261.



objetos. Essa partilha, fundada na consolidação de um mesmo espaço de saber, acabaria por se mostrar, todavia, uma partilha ilusória, pois o objetivo primeiro do discurso etnográfico era, justamente, trazer o outro para o mesmo, enquadrá-lo, ainda que por vias indiretas, num mesmo plano de inteligibilidade que é o discurso histórico.<sup>11</sup>

A etnografia teve um espaço privilegiado no IHGB para seu desenvolvimento e debate ao longo dos oitocentos. No entanto, desde o final deste mesmo século dividia seus estudos com outros lugares de produção, dentre os quais podemos destacar: o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Nesses lugares eram privilegiadas as discussões a partir de uma perspectiva da antropologia física e da biologia. Nesse cenário é interessante destacar que o IHGB<sup>12</sup> manteve algumas características particulares, se o compararmos com outras instituições, dialogando ao mesmo tempo com sua própria tradição e com as novas perspectivas e demandas do início do século.

Necessário notar que muitos desses letrados transitavam como “polígrafos”<sup>13</sup> entre diversas instituições, característica marcante no início do século XX quando as disciplinas estavam delimitando suas fronteiras e os estudiosos tinham uma formação ampla que poderia contemplar áreas diferentes do conhecimento.

Edgard Roquette-Pinto foi um exemplo deste tipo de trajetória. Formado em medicina, tornou-se antropólogo do Museu Nacional a partir de 1905 e seria eleito sócio correspondente do IHGB em 1913. Participaria ainda ao longo de sua carreira, da Academia Brasileira de Letras, da Sociedade de Geografia, da Academia Nacional de Medicina, da Associação Brasileira de Antropologia e de uma longa lista de organizações. Também atuou de forma destacada em congressos científicos nacionais e internacionais nas áreas de antropologia, história, medicina, geografia e eugenia<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, 14-15.

<sup>12</sup> Outros Institutos congêneres mantiveram uma perspectiva próxima ao do IHGB. Temos estudos que mostram o uso das teorias raciais e da etnografia no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002. MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica - o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis.

<sup>13</sup> Termo utilizado por Angela de Castro Gomes para definir esses letrados de fins do século XIX e início do XX que moviam-se “pelas fronteiras fluidas de diversos campos disciplinares”, GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 25.

<sup>14</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. 2012. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, FioCruz, Rio de Janeiro.



No parecer emitido pela comissão encarregada de avaliar a obra de Roquette-Pinto para admissão como sócio do Instituto, em Sessão ordinária realizada em 15 de Julho de 1913, foram destacados os seguintes textos do autor apresentados em congressos: *Ethnographia Indigena do Brasil*, exposto no Quarto Congresso Médico Latino Americano; *Notas sobre os Índios Nhambiquaras*, as primeiras anotações apresentadas após a Comissão Rondon no XVIII Congresso de Americanistas em Londres no ano anterior; e *Note sur la situation sociale des Indiens du Brésil*, exposta no Congresso Universal de Raças também em Londres no ano de 1911. Neste parecer, ao invés da erudição comumente evocada no Instituto, outras qualidades foram utilizadas para justificar seu ingresso, tais como sua juventude e a cientificidade. O perfil traçado nas poucas páginas da justificativa era de um cientista atuante e jovem, com formação em medicina, preocupado com os rumos da pátria e capaz de propor inovações<sup>15</sup>.

Roquete-Pinto tomou posse no mês seguinte, na Sessão realizada em 30 de Agosto, e seguindo os rituais acadêmicos do IHGB foi conduzido por uma comissão composta por quatro sócios para o recinto em que firmou compromisso legal e pronunciou seu discurso. Nesse discurso Roquette-Pinto se apresentou ao Instituto e procurou mostrar que seus interesses eram coincidentes. Como nos lembra Ângela de Castro Gomes,

Tais discurso [...] eram enunciados por quem de direito, para quem de direito, em condições de direito, inclusive em uma ocasião ritualizada, isto é, definida para consagrar aquele que diz e o que diz. Dessa forma, pode-se defender que o conteúdo do discurso, mesmo não sendo necessariamente consensual, era entendido como legítimo.<sup>16</sup>

Podemos concluir que sua posse significou, além do ingresso, a delimitação de um programa de pesquisa em etnografia no IHGB. Seu trabalho conciliava questões, fontes e métodos que, desde o século anterior, compunham os estudos etnográficos do Instituto, com a abordagem da antropologia física e das problemáticas biológicas que faziam parte de suas perspectivas intelectuais. Citando o trabalho iniciado por Varnhagen, com a proposta de criação de uma seção de etnografia em 1840<sup>17</sup>, se posiciona como o continuador desse trabalho.

---

<sup>15</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *Actual Papel do Instituto Histórico*. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte II, 1913, 538-540.

<sup>16</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 66-67.

<sup>17</sup> Na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1º de Agosto de 1840, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen(1816-1878) propunha a criação de uma seção dedicada aos estudos de etnografia indígena. Objetivo que seria alcançado anos mais tarde em 1847, quando era criada a



Procurando reunir, por intermedio do Instituto, material e informações elle sentira a necessidade de remover um dos escolhos que encontram ainda hoje os que se entregam a esses estudos: a dispersão dos dados e noticias.

O grupamento de uma série de monographias dedicadas ás tribus estudadas formaria o tractado de Ethnographia que todos nós desejamos.

Tentarei, talvez, a escalada dessa montanha, forte do vosso auxilio, si um outro mais bem aparelhado antes o não fizer.<sup>18</sup>

No entanto, o objeto da etnografia não se limitaria mais às “tribus” estudadas nos oitocentos, pois, “interessado nas questões da Anthropologia, no que se não separa do ponto de vista social, não póde deixar de se occupar com os problemas que encontra no seu proprio paiz”<sup>19</sup>. Os problemas encontrados no país, segundo Roquette-Pinto, se ampliaram, não se limitando apenas ao indígena. O etnógrafo precisava preocupar-se com os negros após abolição, com os emigrantes europeus e com a composição de um tipo brasileiro.

Compreendeis agora, meus senhores, porque a Ethnographia no Brasil, não póde mais prender sómente ao aborigene.

Não é que o indio seja thema exhausto, incapaz de interessar por mais tempo. Longe disso.

É um assumpto que se renova. Quando a atenção do ethnographo começa a dormir sobre as aquisições realizadas estalam novas noticias.<sup>20</sup>

Ricardo Ventura Santos, ao analisar a obra de Roquette-Pinto em comparação com *Os Sertões* de Euclides da Cunha, demonstra a importância do último em relação ao primeiro e à antropologia das primeiras décadas do século XX. Tanto em Cunha quanto em Roquette-Pinto, existiu a preocupação do conhecimento do interior do Brasil, de um outro país, diferente daquele do litoral. A compreensão do sertanejo considerado a “alma do brasileiro” atribuía-lhe “um papel importante (de ‘mediador salutar’) na constituição de

---

*Seção de Etnografia e Arqueologia*, neste momento definia-se “de maneira concisa, o objeto da etnografia (os índios), seus objetivos (estudo das línguas, crenças e dos costumes) e sua pertinência social (orientar a política indigenista do Estado imperial)”. MOREIRA, Vânia. *O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 53-72, 2001, p. 60.

<sup>18</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte II, 1913, 595.

<sup>19</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar *Discurso*, p. 591.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Discurso*, p. 593.



um país ainda a ser conhecido e nacionalizado”<sup>21</sup>. Anos depois de seu ingresso no IHGB, Roquette-Pinto dedicaria um artigo aos *Sertões* no qual criticou as posições assumidas por Cunha em relação as raças e ao cruzamento. Para o autor, “sob as teses de hierarquia das raças, estaria o imperialismo, que nelas encontrava uma justificativa para o processo de expansão colonial dos países europeus”<sup>22</sup>. Embora essa posição tenha sido assumida por Roquette-Pinto apenas anos após sua posse no Instituto, podemos observar algumas características de suas propostas deste discurso ao se preocupar com os outros temas e objetos aos quais a antropologia deveria se dedicar.

Somando-se aos novos objetos de pesquisa, havia ainda a necessidade de estudar a literatura especializada que fora produzida em língua estrangeira havia ainda poucos anos pelos viajantes que estiveram no Brasil pesquisando sua natureza e população, dos quais destacaram Carl von Martius, Peter Lund, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Koch-Cunberb, Schmidt.

As reuniões preparativas para a realização do I Congresso de História Nacional iniciaram-se ainda em 1913, tomando como conclusão dividir o mesmo em nove seções em que cada uma teria um nome escolhido para desempenhar a função de relator. O relator tinha a incumbência de organizar toda a seção: a escolha dos temas que seriam apresentados, quem apresentaria as teses oficiais e quais teses avulsas seriam aceitas. Conseqüentemente, as seções trouxeram características marcantes de seus organizadores.

Edgard Roquette-Pinto<sup>23</sup> foi o escolhido para a seção de “História das explorações archeologicas e ethnographicas” e propôs sete pontos que deveriam ser abordados pelos expositores. Foram selecionados os respectivos responsáveis para cada tema, segundo suas especialidades:

---

<sup>21</sup> SANTOS, Ricardo Ventura. *Os debates sobre mestiçagem no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 132.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *Os debates sobre mestiçagem no início do século XX*, p. 133.

<sup>23</sup> Além de Edgard Roquette-Pinto, outros nomes foram selecionados para compor a seção após a escolha dos apresentadores que, seguindo a orientação da organização do evento, deveriam acompanhar os trabalhos nos dias de exposição, assim a seção ficou com a seguinte composição: Dr. Edgar Roquette-Pinto (presidente), Dr. José Vieira Fazenda, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Dr. Theodoro Sampaio, Dr. Affonso A. de Freitas, Dr. Nelson de Senna, Dr. Domingos Jaguaribe, Dr. Affonso Claudio e Barão de Studart. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 1, p. 83.



3ª Secção - Historia das Explorações Archeologicas e Ethnographicas <sup>24</sup>		
Tese	Título	Autor
1. <sup>a</sup>	Distribuição geographica das tribus indigenas na época do Descobrimento	Affonso A. de Freitas
2. <sup>a</sup>	Troncos linguisticos indigenas do Brasil e sua influencia recíproca durante os tempos históricos. Modificações dos idiomas.	Rodolpho Schuller
3. <sup>a</sup>	A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros séculos.	Nelson de Senna
4. <sup>a</sup>	Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indígena no Brasil	Theodoro Sampaio
5. <sup>a</sup>	As tribus indígenas extinctas nos tempos históricos.	Sergio de Carvalho
6. <sup>a</sup>	As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos.	Affonso Claudio
7. <sup>a</sup>	A imigração branca sob o ponto de vista ethnographico	Juliano Moreira

As sete propostas temáticas de Roquette-Pinto seguiram as preocupações apresentadas em seu discurso de posse proferido meses antes, no qual demonstrou conhecer o “lugar social”<sup>25</sup> em que estava se inserindo e quais eram as pesquisas que ocuparam seus sócios desde a fundação do Instituto. Mas também trazia as indagações que deveriam ocupar os etnógrafos naquele momento segundo sua formação como antropólogo do Museu Nacional.

Essa característica fica clara com o convite efetuado a Juliano Moreira para discutir sobre a imigração branca ao Brasil, tema que começou a ser debatido nas instituições científicas no país. Moreira, médico de formação, e um dos introdutores da psicanálise em terras brasileiras, foi um árduo combatente das teorias raciais em voga no período. Ao

<sup>24</sup> *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, v.2, 1915-1917.

<sup>25</sup> Refiro-me aqui à noção de *operação historiográfica* formulada por Michel de Certeau, na qual desenvolve o argumento de que a história é a articulação entre um *lugar social*, uma *prática científica* e uma *escrita*. O IHGB é compreendido aqui como uma “instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 76.



relacionar suas análises psicanalíticas com as ideias eugênicas, que procuravam explicações para doenças em causas raciais, relativizou a noção de “raça” presente nestes estudos.<sup>26</sup>

Neste sentido, o Congresso propôs um debate amplo que formava um painel das discussões de então. A etnografia deixava de ser uma disciplina dedicada apenas ao indígena e seu alcance se ampliava. Indígenas, negros e brancos poderiam ser objetos de estudo dessa disciplina que delimitava, ao lado da história, suas preocupações, e reunia uma diversidade de posições em relação ao futuro das respectivas raças, segundo o vocabulário da época, no processo de desenvolvimento do país.

### Uma leitura das teses

Embora sete temas tenham sido propostos por Edgard Roquette-Pinto para as teses oficiais, e que os relatores selecionados tenham confirmado sua presença, três ausências podem ser notadas: Rodolfo Schuller, Sergio de Carvalho e Juliano Moreira. Assim, essas teses ficaram sem publicações e exposição no evento. Nos *Anais do Congresso* aparecem, portanto, quatro publicações oficiais com o acréscimo de uma tese avulsa.

A primeira tese apresentada e publicada nos *Anais do Congresso* foi “Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento”, escrita pelo sócio correspondente do Instituto Affonso A. de Freitas (1868-1930)<sup>27</sup>. Com o subtítulo da primeira parte “Os primitivos habitantes do Brasil”, o artigo propõe uma reflexão sobre a particularidade do indígena brasileiro frente aos americanos e africanos, combatendo os estudos que afirmam que o território nacional havia sido primeiramente ocupado por estrangeiros. Dessa forma, a tese se desenvolve no sentido de compreender a ocupação do Brasil na época do descobrimento, ou seja, dos primeiros relatos e escritos sobre o assunto com o intuito de provar a teoria de autoctonia do primitivo brasileiro.

Segundo Freitas, o primitivo brasileiro descenderia de dois troncos indígenas distintos: um autóctone, nascido das bacias do Prata e do Amazonas, e outro do tupi-guarani, descido para o Brasil vindo do planalto boliviano em tempos imemoriais. A partir desta constatação, o texto apresenta o movimento dos Tupis e a posterior localização dos

<sup>26</sup> Sobre Juliano Moreira, ver: VENANCIO, Ana Teresa A. *As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. n° 36, julho-dezembro de 2005, p. 59-73.

<sup>27</sup> FREITAS, Affonso A. de. Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 489-510.



variados grupos indígenas formados deste encontro na época de chegada dos portugueses. Cabe salientar o entendimento da ocupação do território brasileiro desenvolvida por Affonso de Freitas em sua tese, segundo o qual existia um “primitivo brasileiro” na figura do indígena autóctone e, portanto, fruto da própria terra anterior ao elemento europeu.

A segunda tese, intitulada “A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros seculos”, foi a contribuição de Nelson de Senna (1876-1952)<sup>28</sup>. Iniciando sua exposição com uma série de citações de Pandiá Calógeras, Barão de Studart, Miranda Azevedo e Sylvio Romero, Senna justifica a importância dos padres jesuítas para a história do Brasil e, em especial, para a catequese indígena. As primeiras páginas são, em vista disso, uma história da criação da ordem, seus feitos, grandes homens e vinda para o país. Nota-se que essa contextualização operada sobre a Companhia de Jesus não tinha o único intuito de informar o leitor. Justificava o olhar dos padres como legítimos, confiáveis e sinceros. Entendidos como benfeitores e especialistas nas línguas e catequese dos silvícolas, seus olhares transcritos em relatos eram entendidos como privilegiados para o estudo dos selvagens brasileiros.

[...] antes de von Martius ninguém classificou, por um methodo scientifico, com base na filiação linguistica ou parentesco dos dialectos, os nossos aborigenes. Os proprios grupos ethnicos de Martius: Tupis, Gês ou Krans, Guerens ou Crens, Guck ou Cocos, Parecis ou Parexis, Goitacás, Aruaks, e Guaycurús ou Lengoas, já estão modificados depois dos mais recentes trabalhos de von Steinen e outros. Porque, pois, admirar que os Jesuitas tivessem deixado de dar a ultima palavra no assumpto (ainda hoje bem controvertido!) da classificação ethnographica do selvagem brasileiro?<sup>29</sup>

Foram os “tenazes” missionários os primeiros que analisaram os diversos povos indígenas, “tinham sinão com inteiro rigor scientifico, pelo menos com admiravel tacto e observação do methodo de filiação ethnica pela comparação linguistica”<sup>30</sup>. Expõe de forma sucinta os principais trabalhos de civilização e etnografia indígena. O fim da ordem, também fim do texto, é o lamento pelo prejuízo causado pela extinção da Companhia de Jesus.

<sup>28</sup> SENNA, Nelson de. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus dos Chronistas leigos dos primeiros seculos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 511-542.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus dos Chronistas leigos dos primeiros seculos, p. 529.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus dos Chronistas leigos dos primeiros seculos, p.530.



Concluindo as publicações a respeito dos indígenas no Congresso, encontra-se o texto oferecido por Theodoro Sampaio (1855-1937), a terceira tese oficial dos Anais, que tinha como objeto de análise “Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil”<sup>31</sup>. Tema que, como destaca Maria Lúcia Guimarães, só se tornaria comum anos mais tarde por se dedicar a “alguns aspectos da cultura brasileira que só seriam incorporados às análises historiográficas na década de 1930, nas obras pioneiras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda”<sup>32</sup>.

Theodoro Sampaio, como explicita no título da tese, escreveu uma história dos exploradores para discutir a produção científica e influência que tiveram para o desenvolvimento da etnografia no Brasil. Inicia seu argumento no século XVIII, mas este parece servir apenas como uma introdução e para apresentar-nos Alexander Von Humboldt. A seguir, dedica-se exclusivamente ao século posterior.

Humboldt desempenha a função de explorador exemplar, mas também demonstra o entendimento de Sampaio de quais seriam as fronteiras disciplinares da etnografia: “A geographia e sobretudo as sciencias naturaes dominam o campo das investigações no primeiro periodo do século XIX”<sup>33</sup>. Esse foi, segundo o autor, o início das viagens que percorreram o país a partir do último quartel dos setecentos e que se intensificaram no oitocentos.

Assim, descreve detalhadamente os viajantes que trouxeram alguma contribuição para a área construindo sua própria posição sobre o tema em que defende a particularidade do homem americano e sua constituição como uma raça única, embora não acredite em sua origem autóctone. Desenvolvendo seu argumento, divide a etnografia em duas áreas de pesquisa: a arqueologia e a linguística, na qual cada uma desempenharia um papel nos estudos desses povos que não possuíam escrita.

As duas teses seguintes dedicaram-se ao mesmo tema e tiveram um mesmo título: “As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil.

---

<sup>31</sup> SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 543-594.

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*, p. 164.

<sup>33</sup> SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil, p. 548.



Os grandes mercados de escravos”. A primeira oficial, apresentada por Affonso Claudio (1859-1934), e a segunda, única tese avulsa da sessão, por Braz do Amaral (1861-1949)<sup>34</sup>.

Affonso Claudio inicia sua tese com um debate sobre a raça africana, no qual defende a existência de três raças – “Negros, Negróides e Ethiope-negros” – e uma infinidade de tipos no continente. Por este motivo, argumenta que a classificação geográfica e etnográfica simplesmente não é suficiente para compreensão da distribuição racial no continente. A existência de uma multidão de tipos se deve aos cruzamentos raciais que aconteceram ao longo da história. Não havendo assim raças puras na África como em lugar nenhum do mundo, fato que geraria desigualdades evolutivas entre as tribos. Dessa forma,

Compete a esse especial ramo do conhecimento, dar esclarecimentos acerca das subdivisões do genero humano, sob o ponto de vista de seus caracteres *naturaes* relativos á cor e ás formas, bem como a respeito dos caracteres *sociaes*, expressos pela *língua*, pela *filiação historica*, pelos *costumes*, *cultura*, *religião*, etc.etc...<sup>35</sup>

Nas páginas seguintes são apresentadas as características etnográficas de diferentes tribos “negras” que vieram para o Brasil trazidas pelo tráfico. Seguindo sua definição de análise etnográfica divide o texto em seções em que descreve diferentes características, a saber: arte, vestuário, armas, agricultura, animais, bebidas, mercados e feiras, casamento, mulher, sucessão de bens, religião, rituais funerários, manifestações emocionais, língua e justiça. Constituindo um verdadeiro inventário dessas populações.

Dividido em quatro capítulos, reservou o IV para uma análise histórica dessas populações que vieram ao Brasil, privilegiando o tema da escravidão. O título do capítulo é esclarecedor do conteúdo discutido:

Origens da escravidão nos tempos remotos e do trafico africano em época posterior. A expansão do trafico por parte das nações européas. A escravidão em face do direito. Persistencia dos portugueses na captura de africanos e de sua introdução nas possessões do reino. Reacção operada

<sup>34</sup> CLAUDIO, Affonso. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 595-660; AMARAL, Braz do. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915-1917, v. 2, pp. 661-693.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 611.



contra o tráfico negro, pelas leis brasileiras. Tribus africanas importadas e sua distribuição no Brasil. Mercados de escravos.<sup>36</sup>

Abordando o mesmo tema deste capítulo IV, acima mencionado, temos a última tese publicada nos Anais de autoria de Braz do Amaral. Nela se encontra uma apresentação das tribos africanas vindas para o país trazidas pelo sistema escravista brasileiro. No entanto, a discussão de maior destaque em seu texto é sobre o acesso à informação por parte do historiador que quisesse estudar as populações negras. Acusando o governo brasileiro de esconder a verdade, destruindo e queimando documentos da escravidão que dificultavam sua tarefa, deveria esta continuar sendo um objetivo de interrogações, pois “a verdade não se apaga com tanta facilidade da vida de um paiz, como se queimou alguns papeis.”<sup>37</sup>

A medida, porém, produziu um triste efeito, qual foi o de nos privar de documentos preciosos para reconstruir a historia desta raça africana, que tão profundamente deixou signaes indeleveis de sua passagem nas terras da America e especialmente no Brasil.<sup>38</sup>

Muitos vestígios da escravidão e dessas populações foram perdidos, na opinião de Amaral, com o intuito de enganar a população sobre seu passado, porém nem a possível destruição dos papéis faria com que a escravidão fosse esquecida, visto que deixou marcas profundas no país que seriam lembradas por muito tempo.

### **O caminho para a civilização brasileira**

Notamos nas propostas apresentadas por Edgard Roquette-Pinto e nas respectivas teses publicadas nos Anais do I Congresso que alguns conceitos são centrais na composição do discurso etnográfico no período. Indígenas, negros e brancos são classificados por critérios raciais considerados determinantes no desenvolvimento psíquico, moral, intelectual e material dos povos e o seu lugar ocupado em relação à civilização.

A noção de civilização em sua concepção iluminista compõe um projeto francês universalista e humanista de interpretação do mundo. Segundo Denys Cuche, o conceito de civilização de origem francesa contrapôs-se ao conceito de cultura (*kultur*) alemão. O primeiro pressupunha a unidade da humanidade e sua diferenciação segundo o estado

<sup>36</sup> CLAUDIO, Affonso. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 636.

<sup>37</sup> CLAUDIO, Affonso. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 664.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos, p. 664.



evolutivo em que se encontra, enquanto *kultur* privilegiava a visão particularista das sociedades. Civilização neste entendimento seria o estágio mais avançado no caminho evolutivo da humanidade em que se encontrariam apenas algumas sociedades europeias. Para o autor, essas noções de civilização e cultura foram importantes no século XIX na conformação das ciências sociais nascentes e da forma como definiram seus olhares sobre outras populações<sup>39</sup>. No caso brasileiro, os caminhos percorridos na busca de um posicionamento para a questão também foram decisivos para o desenvolvimento das ciências sociais no país.

O que era ser um país civilizado nos trópicos? Manoel Luís Salgado Guimarães dedicou-se a essa questão em seu artigo “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, ao analisar a fundação e a escrita da história realizada pelo IHGB. Texto em que Guimarães associa o discurso histórico construído com o “delineamento de um perfil para a *Nação brasileira*, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das *Nações*.”<sup>40</sup>

Neste estudo o autor argumenta que a história escrita nesse momento teve o objetivo de definir os contornos da “nação brasileira” como representante da “civilização” nos trópicos. Relacionando “nação, civilização e Estado monárquico”, esse discurso delimitou a questão da identidade nacional brasileira ao mesmo tempo em que definia seus “outros”: índios e negros como não portadores da noção de civilização e as repúblicas latino-americanas representantes da barbárie, inserindo, assim, a nação brasileira “numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo.”<sup>41</sup>

Nesse contexto a disciplina da etnografia começa a ser empreendida no estudo desses “outros” do discurso nacional em construção e encontra no IHGB seu lugar de produção por excelência. Apenas a partir da década de 1870 outros lugares começam a pesquisar a questão racial sob outras perspectivas, notadamente o Museu Nacional. No entanto, as pesquisas desenvolvidas em antropologia física pelos cientistas do Museu, que ainda teriam grande repercussão nas primeiras décadas do século posterior, não

---

<sup>39</sup> CUCHE, Denys. 2ª edição. Trad. Viviane Ribeiro. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 2002.

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 1, p. 5-27, 1988, p. 6.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos, p. 8.



abandonaram as noções de civilização e progresso. Ao contrário, associaram tais ideias com as perspectivas biológicas em voga.

No livro *O Espetáculo das Raças*, Lilia Moritz Schwarcz dedicou-se ao amplo panorama de teorias raciais que foram utilizadas nas interpretações no Brasil entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX. Localizando o início da recepção de tais ideias na década de 1870, a autora argumenta que a preocupação dos brasileiros a respeito da mestiçagem tornou-se, durante o período, “uma questão central para a compreensão dos destinos da nação.”<sup>42</sup> As concepções evolucionistas associadas à biologia geraram modelos analíticos pautados na noção de raça de uma forma determinista que, embora paradigmáticas, resultaram em diferentes leituras.

Para Schwarcz, a discussão no século XIX entre monogenistas e poligenistas foi amenizada a partir da publicação de Charles Darwin, em 1859, de *Origem das espécies*. Daquele momento em diante, o novo paradigma evolucionista foi capaz de aglomerar os dois grupos. Os primeiros seriam aqueles ligados a uma tradição cristã e que acreditavam numa origem única da humanidade, assim como os escritos iluministas que olhavam os homens como iguais em sua origem e nas possibilidades de progresso. Por outro lado, os poligenistas podem ser caracterizados como os que afirmaram que diversos grupos deram origem aos homens. Nessa segunda perspectiva as diferenças eram consideradas irreduzíveis, a humanidade seria formada por várias raças<sup>43</sup>.

Entre os intelectuais brasileiros, pensar essa posição de um país mestiço e suas possibilidades de progresso rumo à civilização tornou-se objeto de investigações científicas, obras literárias e políticas públicas. Em todas as instituições de ensino e pesquisa do país o tema foi contemplado: museus etnográficos, faculdades de direito e medicina e Institutos Históricos. Nesse sentido, pensar a constituição étnica da população brasileira era uma condição para o entendimento das possibilidades de futuro da nação.

O IHGB possuía uma tradição de análise etnográfica, caracterizada pelos estudos de populações indígenas vinculado à escrita do passado da nação. A etnografia funcionaria como uma ciência auxiliar da História com o objetivo de compreender o papel do indígena nesse processo. Destacamos as referências feitas a Karl Von Martius que realizou uma

<sup>42</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18.

<sup>43</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 49.



classificação indígena linguística em seus trabalhos e que era discutida naquele momento. João Capistrano de Abreu (1853-1927), que havia publicado seu estudo sobre a língua dos caxinauá naquele mesmo ano de 1914<sup>44</sup>, era citado como exemplo de estudo etnográfico a ser feito pelos sócios do Instituto.

Eram povos na infância ou em decadência? Poderiam adentrar a civilização? Deveriam ser incluídos ou excluídos? Preservados ou eliminados? Diversas foram as posições assumidas pelos letrados do oitocentos, seja na valorização do “índio Tupi como matriz da nacionalidade”<sup>45</sup> brasileira promovida pelos românticos, seja em sua caracterização negativa atribuída aos escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Posicionando-se sobre o assunto em seu discurso de posse no Instituto, Roquette-Pinto criticou duramente as conclusões do historiador a respeito dos indígenas:

Varnhagen merece este cuidado. Elle foi por vezes defensor de opiniões retrogradadas. Aconselhava a guerra aos Índios brasileiros[...]

A sua indianophobia, tão paradoxal em um ethnographo do seu valor, pois que ninguém se occupa carinhosamente com os objectos que não estima, nasceu de um grande susto que lhe fizeram durante certa viagem os índios de Paraná.

Em vez de organizarmos a sua destruição, como elle queria, organizamos a sua protecção; e assim foi melhor...<sup>46</sup>

Na primeira década do novo século a questão parece ter sido superada. Uma posição deste tipo não era mais aceita publicamente. A preocupação com os problemas do presente, como defendia Roquette-Pinto, exigia do etnógrafo a continuação das pesquisas sobre os indígenas e sua preservação, mas também o olhar sobre os negros e os imigrantes, atentando para os tipos brasileiros que se formavam das misturas possíveis, destacando-se o sertanejo, pois composição étnica significava o rumo que o Brasil poderia tomar.

No entanto, uma posição contrária ao extermínio indígena não significava o abandono da ideia de civilização ligada à raça. Podemos observar diferentes posições assumidas nos textos, todavia todas se organizando sob o conceito de civilização em

<sup>44</sup> Refiro-me a *rã-txa hu-ni-ku-ĩ* - a língua dos caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá). Sobre este livro ver: CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do Ra-txa Hu-ni-ku-ĩ em face da sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>45</sup> MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre-Do-cência em Antropologia) – Universidade de Campinas, Campinas, p.5.

<sup>46</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*, p. 595.



contraposição à selvageria/barbárie/primitivismo. Os quatro binômios analisados por Michel de Certeau em seu estudo sobre o relato do viajante Jean de Lery em sua organização textual são complementares para a ideia de uma oposição entre civilização e selvageria, sendo estes: oralidade/escrita, espacialidade/temporalidade, alteridade/identidade, inconsciência/ consciência<sup>47</sup>.

Em sua exposição sobre os jesuítas, Nelson de Senna entende que a catequização efetuada por estes no primeiro século após a chegada dos portugueses aos povos silvícolas foi um chamado à civilização. Conciliando uma perspectiva cristã com sua análise etnográfica, podemos observar em suas considerações algumas características de um evolucionismo que considerava o progresso como inerente a todas as populações. Dessa forma, o trabalho dos jesuítas colocaria os indígenas brasileiros em outro estágio no caminho para a civilização pelo ato da catequese.

Afonso de Freitas, por sua vez, ao defender a autoctonia do indígena brasileiro afirma que não importa se estes foram criados por geração espontânea, sistema de catástrofes como afirmou Cuvier ou seguindo as leis da evolução de Darwin.

Contemporaneo de todas as revoluções sysmicas e em consequência dellas mesmo, o homo brasiliensis, o ascendente dos aymorés teve a sua *expansão e a sua civilização retardadas* por centenas de séculos para; sómente em época relativamente próxima a *tempo históricos*, ensaiar a ocupação do continente, distendendo-se pelos intérmios sertões do norte e nordeste do paiz.<sup>48</sup> (grifo nosso)

Freitas alinha-se com as pesquisas poligenistas ao afirmar a autoctonia do indígena brasileiro. Mesmo adotando tal perspectiva acredita no progresso dos mesmos que com algumas centenas de anos seguiriam rumo à civilização, ou seja, existiria nesse caso um caminho da evolução de todos os povos e nessa lógica evolucionista uns mais avançados e outros mais atrasados. Outra característica evidenciada neste trecho é o lugar atribuído à história, que só teria início com a chegada do elemento civilizatório europeu, destinando a selvageria a algum tempo anterior aos tempos históricos. A etnografia, entretanto, não se limitava ao estudo dessas populações apenas quando no período anterior ao chamado tempo histórico, mas também quando inseridos nestes tempos da civilização.

<sup>47</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 211.

<sup>48</sup> FREITAS, Affonso A. de. Distribuição geographica das tribus indígenas na época do descobrimento, p. 494.



A posição de Theodoro Sampaio parece ir nessa mesma direção ao afirmar que,

Os trabalhos mais recentes da *catequese dos índios* em Matto Grosso e Goyaz; os cuidados ultimamente dispensados pelo governo brasileiro as populações indígenas sob um regime de proteção systematica; as explorações arrojadas do coronel Rondon [...] e essa recentíssima expedição do Sr. Theodoro Roosevelt [...], tudo isso revela de nossa parte o despertar de uma era nova, senão o desígnio assentado de dar combate definitivo ao que dentro das nossas fronteiras ainda se queda ignorado de referencia á Terra, como ao *Homem primitivo* que a habita.<sup>49</sup> (grifo nosso)

A noção de civilização funciona como organizador do texto etnográfico atribuindo-lhe função e um objetivo. Como podemos ver, eles discorrem sobre a catequese e proteção dos indígenas, a incorporação dos negros via escravidão no século passado e a recente onda migratória europeia ao país. Enfim, sobre o futuro da população brasileira e suas possibilidades de desenvolver-se rumo à civilização. Embora o componente racial seja destacado nessas análises, o nível de determinismo atribuído a ele tem uma variação importante como podemos ver na citação de Roquette-Pinto:

A Anthropologia não se limita mais a medir craneos e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as “raças superiores” das “raças inferiores”.

Hoje a doutrina da egualdade vai ganhando terreno; “superiores” e “inferiores” são agora “adeantadas” e “atrazadas”.<sup>50</sup>

Vemos nessa afirmativa de Roquette-Pinto uma crítica à antropologia física desenvolvida nas últimas décadas do século XIX, que, em nome do determinismo racial de características biológicas, criou inúmeras práticas científicas com o objetivo de avaliar os diferentes graus evolutivos de cada raça. Esse evolucionismo que interpretou a humanidade como dividida em diferentes tipos raciais fixos olhava de forma rígida para as diferenças e desenvolveu uma visão pessimista da miscigenação. “Superiores” e “inferiores” são termos que pressupõem a imutabilidade das raças e, conseqüentemente, os lugares que ocupavam no mundo. Em seu lugar, Roquette-Pinto propõe a divisão entre “adiantados” e “atrasados” que por sua vez considera que as causas das diferenças entre populações são atribuídas a outras questões que não determinadas biologicamente por raças. Para as teses fatalistas raciais, diversas respostas foram elaboradas, desde as que a aceitavam até aquelas

<sup>49</sup> SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil, p. 555-556.

<sup>50</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*, p. 591.



que de alguma forma recusavam-se. Nesse contexto, podemos observar esse desvio realizado por Roquette-Pinto como uma visão otimista da miscigenação no país.

Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá alertam que apesar da importância do debate racial não podemos “reduzir o debate sobre a questão nacional ao tema da ‘raça’”, pois, “o aspecto central a ser investigado dizia respeito à tentativa de compreender as principais características do que se convencionou chamar de ‘Brasil real’ e de promover uma articulação entre o processo de construção do Estado e o conhecimento e organização da sociedade.”<sup>51</sup> Nesse sentido, a questão racial teve um papel importante dentro deste debate mais amplo que dominou a pauta dos intelectuais no período, que pensavam o Brasil em termos de atraso e buscavam possibilidades de alçá-lo ao progresso e à civilização.

### Considerações finais

De forma sucinta, procuramos demonstrar um momento dos estudos etnográficos realizados no IHGB. No I Congresso de História Nacional houve o primeiro balanço realizado sobre a produção do Instituto que, com uma forte perspectiva patriótica presente no período, demonstrou uma preocupação com a construção da nação brasileira. Na seção destinada aos estudos etnográficos observamos – no mesmo sentido da orientação no restante do Congresso – essa preocupação aplicada aos seus objetos. Ou seja, no início do século XX, o discurso etnográfico esteve preocupado com a definição e o futuro do que seria o brasileiro.

A existência de um protagonismo dos intelectuais brasileiros nessas primeiras décadas do século XX, elegendo o tema da identidade nacional como objeto a ser construído (desvendado e proposto), é cada vez mais evidente com a multiplicação de estudos sobre a Primeira República. Tais intelectuais assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, como intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, responsáveis, em grande medida, pelo “atraso” em que o país se encontrava.<sup>52</sup>

Podemos concluir que uma ampliação do objeto da etnografia se desenhava nos primeiros anos do novo século, que ela não se destinava mais apenas àqueles grupos

<sup>51</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. *Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fio cruz, 2008, p. 69.

<sup>52</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 25.



considerados sem história. Começava a se estabelecer no cerne da etnografia um diálogo ainda mais próximo com a história, não limitado à contraposição entre espacialidade/temporalidade. Assim, a etnografia também trabalharia, a partir de então, com populações que teriam história ou que foram inseridas no processo histórico.

No início do século XX, os estudos de etnografia realizados no IHGB mantiveram um estreito vínculo com a escrita da história, preocupados naquele momento com o futuro da nação e de seu povo. Para justificar seus motivos para o uso do nome Instituto “Histórico e Geográfico do Brasil”, ao invés de “Brasileiro” em seus trabalhos, Kaori Kodama utiliza dois argumentos: aquele fora o nome de nascimento do Instituto e do período ao qual se dedicou; e “Brasil” veio antes do “Brasileiro” no trabalho desempenhado pelos letrados do Império no projeto de uma escrita nacional<sup>53</sup>. Se no século XIX o projeto de uma escrita etnográfica serviu como componente na delimitação das fronteiras da nação, no início do XX outras funções lhe podem ser atribuídas. No Instituto nomeado “Brasileiro”, a história nacional poderia explicar o desenvolvimento da população, ao passo que o brasileiro poderia explicar os rumos do Brasil.

Recebido em: 28/05/2013

Aprovado em: 07/08/2013

---

<sup>53</sup>KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, 19-20.



## O IHGMG e os parâmetros para a escrita da História mineira (1907 – 1927)

Mariana Vargens Silva  
Graduada em História – UFMG  
[marianavargens@gmail.com](mailto:marianavargens@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo recuperar os elementos definidores dos projetos historiográficos para a escrita da história mineira formulados pelos membros do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), desde sua criação, em 1907, até 1927, período em que se pretende iniciar uma nova fase dentro da instituição. O *Arquivo Público Mineiro*, criado anos antes do *Instituto Histórico*, em 1895, teve a função de recolher os documentos importantes para a história do Estado. Faltava agora uma instituição que se dedicasse exclusivamente à redação desta história e aqueles que se dispuseram a esta “nobre tarefa” tinham objetivos políticos muito claros em mente. Os fundadores do IHGMG possuíam a demanda de construir uma história que conseguisse justificar a posição de prestígio ocupada pelo Estado dentro da nascente República brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da historiografia, Instituto Histórico, Minas Gerais.

**ABSTRACT:** This article aims to recover the defining elements of historiographical projects for the writing of Minas Gerais history expressed by members of the *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), since 1907 until 1927, a period in which wanted to start a new phase within the institution. The *Arquivo Público Mineiro* created years before the IHGMG, in 1895, had the task of collecting the important documents to the history of the State. Now lacked an institution that is devoted exclusively to the writing of this story, and those who agreed to this "noble task" had very clear political objectives in mind. The founders of IHGMG had the demand to build a story that could justify the prestigious position occupied by the State within the nascent Brazilian Republic.

**KEYWORDS:** History of Historiography, Historical Institute, Minas Gerais.

### Introdução

São relativamente recentes os esforços no sentido de se compreender a produção dos institutos históricos como parte integrante da historiografia brasileira. Relegados à margem quando da criação dos cursos universitários de história, a produção destas associações foi muito mais criticada do que conhecida, ao menos quanto ao que vai além do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). O objetivo do nosso trabalho passa pela ideia de reconhecer os esforços realizados por uma das associações estaduais, o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, dentro de suas características específicas.

Estamos, portanto, de acordo com Margarida dos Santos Dias, quando ela afirma que:



“A história factual, descritiva, desprovida de análises profundas, tem sido muito criticada. Vulgarmente denominada positivista, muitas vezes nem chegou a tal. Na realidade toda a historiografia factualista tem sido menosprezada, sem, contudo essa atitude proceder de uma avaliação real do seu poder de influência, de suas ligações com políticas oficiais (...) e mais ainda, sem saber até que ponto atende a determinados anseios da sociedade.”<sup>1</sup>

A ideia da criação de institutos históricos nas províncias do Império já constava no estatuto do IHGB desde sua criação, em 1838. Entretanto, como afirma Lúcia Paschoal Guimarães, o que houve foi uma “inversão nos planos traçados pelos fundadores do IHGB, que imaginaram a expansão da ‘Casa da Memória Nacional’ de dentro para fora, promovida por sua própria iniciativa” e na prática o que tivemos foi a solicitação das províncias para a fundação ou o reconhecimento destas filiais pelo IHGB, tido como “matriz” do Rio de Janeiro.<sup>2</sup> Os dois primeiros institutos estaduais de que se tem notícia a solicitarem este reconhecimento foram o do Rio Grande do Sul, criado em 1853 e refundado em 1860, e o *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que surgiu em 1862. Após a Proclamação da República, no entanto, há a criação de vários institutos estaduais ao longo do território nacional. Apenas para citar alguns exemplos, temos neste momento a criação de institutos históricos no Ceará, 1887; na Bahia, em 1894; em São Paulo, 1895; Santa Catarina, 1896; Rio Grande do Norte, 1902; Paraíba, 1905; e em Minas Gerais, 1907.

Com a instauração da República, as antigas *províncias* passam ao estatuto de *estados* que compunham a Federação. A maior autonomia dos estados era um desejo amplamente reivindicado no movimento republicano, influenciado pelo positivismo de Augusto Comte, que defendia a ideia de “pequenas pátrias”<sup>3</sup>. Contudo, mesmo com a aparente vitória política, a sociedade passa por um momento de incertezas quanto ao futuro. Neste momento de conflito, era preciso construir uma identidade forte, que definisse o Estado perante os demais, mostrando, inclusive, como se inseria de maneira destacada e ativa na grande história do país, e, em alguns casos, mais do que isso: mostrar como a história daquele estado era propriamente a parte mais significativa da história do Brasil republicano. Para esta tarefa, os intelectuais do período foram buscar no passado elementos que

<sup>1</sup> DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepda ab origine: o IHGP e a produção da história local (1905-1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996, p.19.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889). 387 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 1994, p. 172-173.

<sup>3</sup> IGLESIAS, Francisco. Prefácio à reedição de Diogo de Vasconcelos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol.1 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.



permitted explain what was happening in the present, and, with base in this explanation, to project a future to the height of its aspirations. It is valid to remember, still, that the IHGB also passed through reformulations in this period, adapting to the new regime.

In this context, historical institutes emerge, heirs of the *modo de fazer* history of the IHGB, but seeking to distance themselves from the idea of construction of a “general history of Brazil”, which already did not satisfy its federalist expectations. This article seeks to present some essential points of the historiographical proposal of the *Instituto Histórico Mineiro* and our temporal scope covers the period that extends from the moment of its creation, in 1907, to 1927, when it is intended to begin a new phase within the institution<sup>4</sup>. Thus, we will verify the initial proposal of the founders and, subsequently, the evaluation of the members themselves in front of the work carried out up to that moment, in a period that saw the need to rethink their practice.

We would like to make some reservations before moving on to the next part. We will not deal here with a homogeneous group, with a clear historical or line of thought. For entering these proposals we will leave aside generalizations – in the measure of the possible. What we seek is to understand this group in its diversity, and for this we do not deal with the need to frame them in that model. However, it is possible to perceive, we do not give up the idea of “group”, and we clarify that we conceive it as such from the idea of “place” coined by Michel de Certeau. In his *A escrita da história*<sup>5</sup>, Certeau speaks of the “historiographical operation”, which is the “relationship between a *lugar* (...), *procedimentos* of analysis (...) and the construction of a *texto*”<sup>6</sup>. For this work, however, we will prioritize the idea that is difficult, or “impossible”, in the words of Certeau, “to analyze the historical discourse independent of the institution in which it is organized”<sup>7</sup>. The “social place” places in evidence the relationship between the production of our mine intellectuals and the political medium, from which they are originators, and also the choice they made of the form “historical institute” to write their history, once that, more than to determine “procedures” of analysis, the institutes of history create a space from which the speech is authorized.

<sup>4</sup> Alargaremos pontualmente este recorte sempre que se fizer necessário questionar as supostas mudanças desta nova fase.

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *A escrita da história*, p. 46.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. *A escrita da história*, p. 55.



É um conceito interessante para o nosso trabalho ainda em dois aspectos. No primeiro, pela ideia de que “o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história”<sup>8</sup>, pois perceberemos que o “destinatário” da produção destes intelectuais/políticos são eles mesmos. A história é tida como uma ferramenta de auxílio para a solução de problemas a nível político ou social. E como são eles os governantes, é a eles quem mais interessa a produção historiográfica. Não que isto exclua certas iniciativas em se divulgar a história para a população, pois há a publicação de algum material em jornais e a comemoração de eventos cívicos que mobilizam a sociedade, mas esta relação é hierárquica, daquele que informa algo a quem não o sabe. Em segundo lugar, e para finalizar esta introdução, Certeau define uma ideia de lugar que nos dá liberdade para pensar na formação de subgrupos, uma vez que o lugar “também se demultiplica”<sup>9</sup>. Ressaltamos essa ideia, pois mesmo no nível da política, a trajetória de alguns integrantes do IHGMG foge do padrão de “republicano comum”, seja ele “adesista” (pós Abolição, portanto) ou “histórico”. O exemplo mais marcante é certamente Diogo de Vasconcellos, que possui uma longa tradição de defesa da Monarquia e da religião católica em Minas Gerais, mantendo-se um saudosista da monarquia mesmo após a Proclamação da República. Vasconcellos se afasta da militância política, mas a sua proposta historiográfica trará marcas da manutenção do seu tradicional conservadorismo.

### A escrita da história mineira

A primeira investida no sentido da escrita da história em Minas Gerais – de maneira institucional e que tivesse uma duração significativa – não foi a criação do Instituto Histórico, mas sim a do Arquivo Público Mineiro (APM), em 1895. O APM tinha por objetivo reunir os documentos importantes para a escrita da história do Estado e dar início a esta tarefa. O primeiro diretor do Arquivo, José Pedro Xavier da Veiga, lança a obra *Efemérides Mineiras* (1897), já com o claro objetivo de construir uma história do Estado que o apresentasse enquanto sujeito histórico e não mais como uma parte constitutiva e sempre ligada ao plano de uma história geral do Brasil.<sup>10</sup>

A criação do Arquivo em Minas Gerais é de fundamental importância na vida do Instituto Histórico, uma vez que ambas as instituições irão compartilhar boa parte de

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. *A escrita da história*, p. 56.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *A escrita da história*, p. 52.

<sup>10</sup> ARAÚJO, Valdeí Lopes de. MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Dossiê, v. XLIII, p. 22-37, 2007.



seus membros e também a revista na qual publicarão em seus anos iniciais. O IHGMG nasce com uma função complementar o APM – ou a própria História –, uma vez que “a obra patriótica do governo que fundou o Arquivo e que deu lugar ao opulento repositório as ‘Ephemerides Mineiras’, e a divulgação de um grande número de factos e documentos da nossa história, não devia ficar isolada”,<sup>11</sup> como afirma Augusto de Lima. Era necessário o surgimento de uma instituição que se dedicasse exclusivamente à sistematização da história do estado e que outorgasse a ela a força necessária para justificar a liderança política de Minas Gerais no cenário nacional<sup>12</sup>.

O Instituto Histórico Mineiro é então criado a partir da iniciativa dos membros do Clube Floriano Peixoto, que era uma das várias associações republicanas do período e possuía forte tradição em relação às marchas cívicas e à defesa da memória dos “heróis” mineiros. De acordo com a historiadora Claudia Regina Callari, no dia 21 de abril de 1902 o Clube organizou uma “romaria cívica”, partindo de Belo Horizonte para Ouro Preto – terra sagrada que deu origem aos primeiros republicanos. Para Callari, que compara os projetos do IHGB com os do IHGMG e a recepção de sua produção quando da transição entre os regimes, a presença da religiosidade marcaria o trabalho dos membros do Instituto Mineiro, que não desprezaram os símbolos religiosos na elaboração do panteão cívico do Estado<sup>13</sup>. Também Ivana Parrela<sup>14</sup> recorda das procissões guiadas pelo busto da República, que eram promovidas, em Belo Horizonte pelo Clube Floriano Peixoto, com intuito pedagógico.

O Instituto Mineiro pretende-se, no entanto, como o iniciador da escrita da história do estado de Minas Gerais, relegando à marginalidade as tentativas individuais anteriores, considerando-as como “crônicas esparsas” e “demasiadamente apaixonadas”. Os fundadores do *Instituto* possuíam o interesse de escrever uma história de caráter

<sup>11</sup> LIMA, Augusto de. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 3-16, 1909.

<sup>12</sup> Diferente do que acontece em outros institutos históricos, especialmente no caso daqueles da região nordeste do país, o IHGMG não compartilhava da necessidade de destacar o estado em uma posição relevante no cenário político nacional, uma vez que ele já havia conquistado tal prestígio. Vide a sucessão de presidentes na chamada “Política dos Governadores”, ou “Política do Café com Leite”, que abrange o período estudado.

<sup>13</sup> CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

<sup>14</sup> PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937)*. 415 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, p. 73, 2009.



profissional e que dialogasse com as referências historiográficas em voga no período. No momento da criação da instituição os discursos são unânimes em declarar que a criação do Instituto fazia falta ao estado, e boa parte deles complementa dizendo que ela se deu de forma tardia em relação a outros institutos estaduais, “menos ricos e influentes”, o que era um absurdo uma vez que, para eles, a história de Minas Gerais era a parte mais importante da história do Brasil.

Dentre os fundadores do Instituto Mineiro encontramos personagens como João Pinheiro, Diogo de Vasconcellos, Augusto de Lima, Nelson de Senna, Carlos Otoni e Júlio César Pinto Coelho – e a lista de nomes ligados à política mineira segue extensa! O forte vínculo entre a escrita da história e a dimensão política na historiografia brasileira de fins do século XIX e início do XX é uma ideia que já conquistou seu espaço entre os historiadores, especialmente após os trabalhos da socióloga Ângela Alonso, para a geração da década de 1870<sup>15</sup>, e da historiadora Ângela de Castro Gomes ao lidar com o IHGB<sup>16</sup>. Em conformidade com esta teoria, observamos que os fundadores do IHGMG pertenciam aos quadros da política, ainda que também exercessem outras funções, como as de jornalista e advogado. Predominantemente, ou seja, dentro do Instituto Histórico em questão, este vínculo fica explícito e marca do “lugar” de onde falam.

Não podemos nos esquecer da participação de membros do IHGB no momento de criação do Instituto Histórico Mineiro. Destacamos a presença de Max Fleiuss na sessão de inauguração do Instituto e Pedro Lessa, na fundação da associação. Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, esteve presente no dia 15 de agosto como convidado especial e proferiu um discurso que colocava a criação do IHGMG dentro dos planos do próprio IHGB, fazendo questão de recordar que constava no artigo 9º do primeiro estatuto do grêmio carioca a ideia de ramificar-se nas províncias do Império, para facilitar a reunião dos documentos necessários à escrita da história e ao desenvolvimento da geografia do Brasil – o que se deu de forma invertida, como já dissemos. A história é definida por Fleiuss como “elemento social mais decisivo”, servindo às necessidades concretas da sociedade, mesmo porque “a época das

<sup>15</sup> ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 44, out. 2000.

<sup>16</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.



banalidades literárias [...] passou” – a história deveria ser desenvolvida de maneira séria, pautada na razão, deixando para trás a visão da história como gênero literário, ideia que se remete à tradição greco-romana clássica. Para se enfrentar as mudanças que estavam acontecendo naquele momento, era necessário compreender profundamente a história, que “habitua à variação das formas sociais e dissipa os receios dessas mudanças”. Para Fleiuss o trabalho do historiador estava imbuído de tamanha importância que concorda com Oliveira Viana quando este afirma que até aquele momento “o Brasil tem tido (...) grandes *pesquisadores*, como Varnhagen, mas não possui ainda um grande *historiador*”<sup>17</sup>.

Fleiuss cita uma série de autores, dentre eles Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos, de quem os trabalhos realizados até aquele momento “são magníficos subsídios que poderemos oferecer ao definitivo historiador que não tardará”, deixando transparecer sua crença em uma história ou um historiador “definitivo”. Além do trabalho desses autores, a Revista do Arquivo Público Mineiro também oferecia os “subsídios” para a escrita da história mineira. Finalizando seu discurso, Fleiuss recordará um evento da história mineira que também aparece nos discursos de João Pinheiro e de Diogo de Vasconcellos, também proferidos na inauguração do Instituto. Referimo-nos à chegada dos bandeirantes paulistas, que para o historiador “oferecem margem para fecundas pesquisas”. Foram “invasões beneméritas”, pois tiveram como consequência a descoberta das riquezas da pátria.

De passagem por Minas Gerais, o mineiro Pedro Lessa, que vivia então em São Paulo, foi convidado para proferir um discurso na reunião de fundação do IHGMG, que ocorre pouco depois de o historiador tomar posse no IHGB<sup>18</sup>. Apesar de doente, ele comparece no dia, declarando que tinha grande prazer em acompanhar o desenvolvimento de sua terra natal. O discurso de Pedro Lessa traz reflexões interessantes para se compreender a visão que estes homens possuíam do “fazer história” no período.

---

<sup>17</sup> FLEIUSS, Max. Discurso de Max Fleiuss no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 15 de agosto de 1907. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1928 [1927], tomo 101, vol. 155, p. 229-233. Grifo nosso.

<sup>18</sup> Pedro Lessa contribuía com o IHGB desde 1901, mas a solenidade de sua posse ocorre apenas em 10 de junho de 1907. Apenas recordando, a sessão de fundação do IHGMG acontece no dia 17 de junho do mesmo ano, ou seja, sete dias após Lessa tomar posse no IHGB.



Para Lessa é quase uma “banalidade” afirmar que a criação do Instituto Histórico em Minas era algo importante, assim como não há “quem duvide que o olhar que se embebe no passado vê mais claramente o presente e chega a vislumbrar o futuro”. Neste ponto, ele faz um rápido levantamento historiográfico para, logo em seguida, definir o que entendia por história. Assim, mergulhado nas referências do classicismo greco-romano, Lessa afirma que, tanto para os gregos, quanto para os romanos, a história era a “mestra da vida”. Para Políbio, Plutarco e Cícero, ela era um gênero literário e possuía como finalidade a educação política e moral. Entretanto, “essa conceituação ingênua da história foi severamente desmentida pelo critério da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos contrapostos a criação romantica dos seus primeiros cultores”. Desse modo, a história não era nem a “mestra da vida”, nem literatura, nem romântica, e possuía critérios objetivos a serem seguidos, como os da “exatidão” e da “fidelidade na averiguação dos fatos”.<sup>19</sup>

Todavia, logo em seguida, Lessa afirma: “mas a história continua mestra da vida, não se limita a reunir os fatos humanos, de cujo exame comparativo se induzem as leis sociológicas; proporciona ensinamentos práticos, lições de immediata utilidade, exemplos vivamente suggestivos, que os estadistas não podem deixar de aproveitar.”<sup>20</sup> A história é então entendida como este saber prático, uma forma de conhecimento metódico que possui seus critérios de investigação, mas deve visar abranger mais do que o campo intelectual, pois tem condições de fornecer aos governantes orientações para sua ação política. Lessa finaliza sua fala lembrando alguns problemas vividos naquele momento em Minas Gerais – sem querer ofender ao Presidente João Pinheiro, ele enfatiza – e dá a entender que poderiam ser solucionados com o auxílio da história.

Não é tarefa simples compreender o que Pedro Lessa pensava sobre a história. Identificado dentro dos parâmetros da “escola metódica” por Ângela de C. Gomes, Lessa tentava superar a visão greco-romana clássica da história como mero “gênero literário”, sem, contudo acreditar nela enquanto uma ciência, como a queria Buckle – pois não é próprio da história assumir as generalizações necessárias à ciência. O que fica claro é a função social atribuída por Lessa à história, não para “prever o futuro”,

<sup>19</sup> LESSA, Pedro. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 8, 1909.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, p. 9.



mas para conhecer a sociedade, o que seria possível através do trabalho “com séries de processos lógicos (os indutivos e os dedutivos) e examinando-se e comparando-se os fatos, através do uso de documentos”.<sup>21</sup>

Sem mais considerações, façamos neste ponto o nosso prometido passeio pelas propostas historiográficas desses políticos e intelectuais – tal como se intitulavam –, por meio da análise de três discursos proferidos no momento de criação do IHGMG, sendo um da sessão de fundação (17 de junho de 1907), o de Augusto de Lima, e dois da sessão de inauguração (15 de agosto de 1907), os de João Pinheiro e Diogo de Vasconcellos. Acreditamos que esses discursos marcam a forma – ou as formas – da escrita da história dentro da instituição e que tornam possível, sem deixar de lado os diálogos com a produção externa – seja do IHGB, seja a nível internacional –, a fusão de modelos para a prática historiográfica em Minas Gerais, pelo menos até 1927.

### **Augusto de Lima e os combates pela história**

Augusto de Lima é um dos nomes mais importantes para a História no cenário mineiro deste período, ao menos no que diz respeito ao incentivo à produção e à proteção dos documentos. Como representante do Clube Floriano Peixoto, ele abre seu discurso na sessão de fundação do IHGMG falando da necessidade de se criar o Instituto Histórico do Estado e recordando o longo processo que foi necessário para se chegar à efetivação deste projeto. Ele recorda também os esforços que tanto ele, quanto Nelson de Senna tiveram que investir nessa empreitada. De acordo com o já mencionado trabalho de Ivana Parrela, Lima defendia a ideia de criação do Instituto Histórico desde 1897<sup>22</sup>, antes portanto de tornar-se diretor do APM (1901-1910). Somente em 1907, o coronel Júlio César Pinto Coelho, sócio do Clube Floriano Peixoto, nomeou uma comissão de onze membros para organizar a associação, que se reúne pela primeira vez neste dia.

Assim, Lima reforça o que havia dito:

Senhores, já era tempo de Minas fundar seu areópago histórico, quando quasi todos os outros Estados da União já o fizeram. Não é demais recordar que Minas foi o foco mais intenso da formação da nossa nacionalidade, sendo a precursora dos eventos mais notáveis da nossa evolução político-social.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. P. 40-52.

<sup>22</sup> PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus*, p. 73.

<sup>23</sup> LIMA, Augusto de. Discurso. Ata da sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 6-7, 1909.



Vemos aqui a intenção de se trabalhar com a história do Estado enquanto elemento mais significativo da história do país. Além de precursora dos eventos políticos, Lima faz questão de ressaltar a posição de Minas Gerais em relação ao negro, pois já em 1825, traçava-se no Estado um código humanitário que proibia a importação de africanos e o cativo de filhos de escravas e dos sexagenários - antes, portanto, da Lei de 1831.

Para além do excelente desempenho quanto à cultura social e a política, Minas Gerais se destacava nas artes, com Aleijadinho e seus “trabalhos imortais”; nas letras, com os grandes poetas da *Arcádia Ultramarina*; e na jurisprudência, pois aos mineiros coube a confecção do Código Criminal do Império, que era motivo de admiração das “nações civilizadas” da Europa – como de costume, o continente europeu aparece como padrão de civilidade a ser seguido.

Finalizando, Augusto de Lima resalta a importância de se manter uma relação com o APM, convidando os membros correspondentes do Arquivo para serem sócios do *Instituto*, e de se eleger o Presidente do Estado, João Pinheiro – que assistia a sua exposição – como Presidente do *Instituto*. Com um caráter mais administrativo, o discurso de Augusto de Lima não se aprofunda nas questões teóricas, limitando-se a ressaltar a importância da história mineira.

### **João Pinheiro e a necessidade prática da história**

Enquanto um dos expoentes do Partido Republicano de Minas Gerais e Presidente do Estado, João Pinheiro é muito conhecido por sua ação política, tanto pelos investimentos que fez na educação do Estado – especialmente no desenvolvimento do ensino técnico –, quanto por sua defesa do liberalismo e por seus esforços em afastar a Igreja dos assuntos do Estado. Entretanto, buscamos recordar aqui suas contribuições intelectuais, pois foi um dos grandes incentivadores da produção historiográfica no Estado, além de leitor entusiasta e difusor das obras de Roosevelt<sup>24</sup>.

O presidente do Instituto abre sua fala na sessão de inauguração do Instituto Histórico da seguinte maneira: “Ao Estado de Minas faltava, para a sistematização completa da sua vida social, a instituição que ora inauguramos.” Talvez o mais preocupado com o caráter prático da história, ele afirma que mais do que um prazer intelectual, a história deve servir “as fecundas e positivas cogitações da atualidade, na solução premente de problemas mais

<sup>24</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano. In: *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 13-15.



necessários, que resguardecem o futuro, melhorando-o.” E completa dizendo que, “de par com os estudos propriamente da erudição, devem ser feitos e principalmente, os que visem uma utilidade humana, procurando, pela imparcial observação do passado, induzir leis que regulem o presente para que o futuro seja melhor que ambos.”<sup>25</sup> Infere-se desta fala a concepção de história como ferramenta de compreensão da sociedade que serviria como ponto de partida para a solução de problemas da atualidade – este é um traço marcante nesta historiografia que visa à construção de um novo estado e percebe a história como indutora de leis sociais. O caráter da imparcialidade, elemento caro para a historiografia do período, também se encontra presente na fala de João Pinheiro, como na maioria dos discursos do Instituto Mineiro, ainda que seja raro na prática.

João Pinheiro define a história como sendo a “marcha da Humanidade”, que passa por períodos gloriosos e períodos de decadência. Por isso, apesar de dizer que o estudo do passado nos remete ao entendimento de que devemos confiar “no Direito, na Justiça, na Liberdade, [e] no Bem”, João Pinheiro afirma que a história “assinala lições de prolongado aviltamento dos povos e nele o exemplo da desonra do homem e, por isso, não pode ser a ‘mestra da vida’.”<sup>26</sup> Observamos aqui um posicionamento que questiona a relação direta entre a disciplina histórica e o ensino dos bons costumes – a história começa a se afastar da ideia de *magistra vitae*, deixando de ser uma disciplina fundamentalmente moralizante.

Para finalizar seu discurso, João Pinheiro dá enfoque ao que talvez considerasse como o momento mais importante da história do Estado, que é o descobrimento de Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, assim como vimos com Max Fleiuss. Refere-se ao exemplo de luta e persistência que marcam a origem da vida no Estado e ao incomparável legado de força moral que os paulistas deixaram aos mineiros. João Pinheiro oferece ainda algumas referências de onde se devem buscar os documentos relativos ao período do descobrimento da “estremecida terra mineira”, que poderiam ser encontrados “nas reclamações dirigidas ao governo d’el-Rei, nas respostas de ultramar, nos roteiros, nas informações dos governadores sobre os descobrimentos felizes, como sobre as fundas desilusões dos garimpeiros sem riqueza, nas narrações das próprias lutas ensanguentadas”

---

<sup>25</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p. 248-50.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*, p. 249-250.



<sup>27</sup>, ou seja, a história de Minas será encontrada nos momentos de conflito com a Corte e nas dificuldades e desilusões de seus primeiros habitantes.

João Pinheiro demonstra com sua proposta que, apesar de não ter se dedicado profundamente à escrita da história – talvez por estar mais interessado em “fazer história” –, era um leitor dedicado a esta e possuía uma boa noção – ou pelo menos apresentava uma proposta coerente para a época – de como deveria ser desempenhado o ofício do historiador.

### **Diogo de Vasconcellos e a “hermenêutica do cristianismo”**

Passemos agora para o projeto historiográfico defendido por Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos. Vasconcellos é eleito como orador perpétuo do Instituto Mineiro, ainda que possuísse um passado de militância em prol da monarquia. Membro ativo do Partido Conservador Mineiro e árduo defensor do catolicismo, o historiador não fazia questão de esconder sua admiração pelo passado imperial, mesmo após a Proclamação da República. Em 1893, no entanto, Vasconcellos se afasta do meio político e começa a se dedicar à escrita da história, publicando sua primeira grande obra, a *História Antiga das Minas Gerais*, em 1901, e reeditando-a ampliada em 1904.

Em seu discurso, também proferido na inauguração do IHGMG, o orador do Instituto inicia sua fala ressaltando a importância da criação do grêmio para o povo mineiro, que “sentia falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais.”<sup>28</sup> Já aqui a história é apresentada como elemento unificador e homogeneizador da sociedade: estão suprimidos os conflitos e divergências. Talvez tenha sido por acreditar nesta teoria – e/ou pela recordação de seu passado político – que Vasconcellos tenha evitado escrever sobre a Conjuração Mineira.

O orador levanta uma longa lista de pensadores europeus que refletiram sobre a história, dos quais discorda em grande parte, dando mostras de sua experiência no campo. Como a prática na época não exigia a citação completa das referências, muitas vezes é difícil acompanhar as citações de Vasconcellos, mas sabemos que são majoritariamente autores de origem europeia. Vasconcellos traz para o discurso, por exemplo, a doutrina de Hegel, “que

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*, p. 250.

<sup>28</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, p. 213-214, 1909.



nos ensina que a história é a justificação divina, mostrando-nos como Deus se manifesta na vida coletiva dos homens”, mas o orador afirma que, se tudo fosse obra de Deus, o bem e o mal se igualariam o que torna a ideia inaceitável.<sup>29</sup>

Achamos conveniente transcrever uma passagem do discurso do orador, ainda que demasiado extensa, com a finalidade de recuperar suas expressões e a maneira como ele desliza por diversas teorias da história. Sobre Augusto Comte, ele afirma:

Espírito genial, mas puramente científico, preocupado exclusivamente de fatos e algarismos, alma todavia leal, e honesta, no dizer de Guisot, Augusto Comte a seu turno se fez inovador e dogmaturgo. Sem se falar de sistema ateísta [...], o Mestre se apresentou fazendo descobertas, e propondo a história uma nova filosofia.

Mas, senhores, a maior descoberta de Comte resulta da semelhança com as três idades de Vico, e a sua crítica histórica iniciada desde os tempos de Santo Agostinho, coordenada por Volney, não excede em mérito à *Ciência Nova* daquele mesmo insigne Napolitano.

O sucesso do grande inovador se fez notável pelo emprego exclusivo do método experimental, pelas tendências materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo ceticismo metafísico de Kant, em meio das classes matemáticas e especulativas, que preferem sobre tudo os métodos *a priori*.

Proclamando o progresso, por fim, supre o ideal humano e para tanto invoca a história que trunca e desencadeia a propósito e a medida de conclusões antecipadas. Comte não pode alegar ter feito uma filosofia para a sua história, mas uma história para a sua filosofia.

Tomando de Bukle o modo de observar os fatos, de que se deduzem logicamente as conseqüências, concebeu igualmente a ideia de leis gerais segundo a história, à semelhança das leis fatais que regem os astros e produzem os fenômenos.

No positivismo caímos, portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que respeita ao mundo moral.<sup>30</sup>

Desse modo fica claro que para Vasconcellos o positivismo não tem utilidade para a história, pois se aplica ao mundo das ciências naturais e não “ao mundo moral”. “Nestas condições”, ele afirma, “rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel [...], o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada.”<sup>31</sup>

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217.

<sup>30</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217.



Por “hermenêutica do cristianismo”, o autor demonstra compreender uma teoria composta por “três verdades”, que são, por sua vez, a Verdade Filosófica, “tríplice ciência das coisas intelectuais e morais”; a Verdade Religiosa, “conhecimento de Deus, manifestado no culto”, que por natureza ama o passado; e, por fim, a Verdade Política, que representa a ordem, ou seja, “a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público”. De acordo com este raciocínio, é da interação entre estas três dimensões – política, religião e filosofia - que os “fatos” históricos acontecem, partindo-se do pressuposto da existência de uma “verdade” a respeito delas. A Verdade Política seria disputada pelas duas anteriores (Religiosa e Filosófica), mas elas se equilibram, pois mesmo que combatam entre si, nunca poderão se destruir. Ainda sobre este assunto, Vasconcellos afirma que “a maneira apaixonada [...] de se encarar na história o fenômeno do progresso dá em resultado das lutas os desvarios, que no desespero proclamam a fatalidade das coisas. O cristianismo, porém, separando aquelas três verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competência, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuízo da Providência.”<sup>32</sup>

A imparcialidade também surge na fala do orador como um elemento importante para a escrita da história e ele nos oferece uma mostra do que entendia por “imparcialidade”. Diz Vasconcellos, “ao historiador [...] decorre o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difícil, no campeonato das letras. [...] A crítica tem de ser [...] imparcial e justa, não somente com os tempos, se não ainda mais com os homens.” Os povos “não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos.”<sup>33</sup>

Tal como fizeram Max Fleiuss e João Pinheiro, Vasconcellos traz ao fim de seu pronunciamento o descobrimento dos bandeirantes como o aspecto da história de Minas que deve ter lugar de destaque. Considerando os princípios historiográficos elencados acima, os historiadores mineiros deveriam ressaltar a “origem privilegiada” do Estado, pois é “descendente de generoso sangue paulista”. Para Vasconcellos, Minas Gerais possui uma tradição conservadora e católica, herança dos bandeirantes. Observe-se, portanto, que tanto João Pinheiro, quanto Diogo de Vasconcellos lançam mão do mesmo episódio para defender aspectos bastante diferentes. Enquanto o primeiro vê nos bandeirantes o exemplo

<sup>32</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 217-218.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. Discurso. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 218.



de luta e persistência, ressaltando as dificuldades que estes tiveram em relação à coroa, o segundo, a seu turno, resalta aspectos que lhe são caros: o conservadorismo e a religiosidade dos paulistas, deixando de lado os conflitos. Temos aqui a presença da experiência política ditando regras para a escrita da história.

### **Desenvolvimento da escrita da história nos primeiros anos**

Apesar de toda a efervescência inicial e da importância que os membros do IHGMG viam na criação da associação, a produção realizada a partir de então deixou a desejar aos seus próprios membros em um período posterior (1927). Após a morte precoce de João Pinheiro, em 1908, o Instituto passará por dificuldades de ordem financeira. A falta de recursos para promover a publicação de sua revista – que estava prevista desde seu primeiro estatuto – e mesmo para se conseguir uma sede própria, gera desgastes a nível administrativo, o que ajuda a explicar, em uma perspectiva interna, a baixa quantidade na produção efetiva. Fatores externos podem também ser apontados, como a Primeira Guerra Mundial, que, para Ângela de Castro Gomes “produz um profundo impacto sobre os valores políticos acreditados no Ocidente”, como a ideia de “progresso e de civilização fundada em modelos universais ‘otimistas’, oriundos ou não de teorias científicas.”<sup>34</sup> Apontamos da mesma forma o ressurgimento do nacionalismo diante da situação colocada pela Primeira Guerra, o que enfraqueceu o federalismo e a ideia de “pequenas pátrias” no Brasil.

Por último, vale recordar que o IHGB absorveu para si a história de Minas Gerais como parte importante da história da República, pois fez um alto investimento no uso de elementos da história mineira, em especial a figura de Tiradentes, transformando-os em símbolos nacionais. É de iniciativa do IHGB que parte, por exemplo, em 1922, a preservação dos edifícios nos quais residiram personagens como Tiradentes, Marília de Dirceu e outros participantes da Inconfidência Mineira, pois os mesmos se encontravam em estado de deterioração.<sup>35</sup> A produção do IHGB sobre tais símbolos não encontrou uma grande concorrência no IHGMG pelo menos até fins da década de 1920.

A escassez e a diversidade de locais de publicação da produção dos membros do IHGMG – e tendo em vista que nem as atas das reuniões trazem de forma integral o conteúdo referente aos encontros – dificultam em muito a análise de forma sistemática da produção

<sup>34</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*, p. 66.

<sup>35</sup> Palavras sobre a preservação dos edifícios em que residiram Marília de Dirceu, Tiradentes e outros. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1926, tomo 92, p. 392.



dos membros do IHGMG enquanto tais. Todavia, é possível analisar alguns artigos e discursos transcritos que aparecem no jornal *Minas Geraes*, na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM), como também na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e usar como complemento as publicações independentes, como a de Diogo de Vasconcellos, que lança sua *História Média das Minas Gerais* em 1918. Contudo, não é nosso objetivo, neste trabalho, o esforço de adentrar nesta produção historiográfica, ainda que a consideremos importante para a compreensão da escrita da história no período.

### **1927, um ano importante para a historiografia do Estado**

Em 1927, Minas Gerais perde seu renomado historiador Diogo de Vasconcellos. Contudo, Vasconcellos viverá o bastante para presenciar a insatisfação dos membros em relação aos rumos que o IHGMG havia tomado. Há neste ano a tentativa de se reestruturar o Instituto Histórico de Minas Gerais, que recebe um novo fôlego graças ao incentivo do Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. No discurso de Antônio Carlos, ele afirma de maneira enfática: “a história de Minas Geraes está ainda por ser feita”. Estava inaugurada uma nova fase da historiografia no Estado – ou pelo menos se havia a pretensão de uma nova fase.

Um artigo de comemoração aos vinte anos do Instituto é publicado no jornal *Minas Geraes*, de 24 de maio de 1927, e posteriormente, republicado na RAPM.<sup>36</sup> Naquele ponto, o Instituto já havia passado pela presidência de João Pinheiro da Silva, João Bráulio Moinhos de Vilhena, Virgílio de Martins de Mello Franco, Carlos Honório Benedicto Ottoni, Antônio Arnaldo de Oliveira, e de Rodolpho Jacob. Alguns membros dos quadros iniciais ainda permanecem na associação, mas a inserção de novos membros é alta. O artigo tenta reconstruir o desenvolvimento da associação desde sua fundação, passando por algumas de suas principais atas e chegando até a reunião de reestruturação do IHGMG. Curioso observar que este artigo é, em boa parte, formado pela reprodução de atas antigas, com uma sutil narrativa de fundo que tenta coordená-las – os documentos praticamente falam “por si”.

No discurso proferido por Antônio Carlos em fevereiro de 1927, ele afirma que, com exceção das obras de Xavier da Veiga e de Diogo de Vasconcellos, os estudiosos do assunto não podem encontrar mais nada além da “leve narrativa de episódios esparsos ou

---

<sup>36</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte*, vol. 21, n. 2, p. 101-145, abr./ jun. 1927.



monographias que, embora meritórias, valem a pena como ligeiros lineamentos para as grandes generalizações que o historiador do futuro terá de lançar.”<sup>37</sup> O discurso da “História Geral” ganha novamente força. Antônio Carlos propõe ainda que sejam feitas conferências mensais pelos membros do Instituto, trabalho que terá por objetivo lançar luz sobre os fatos que ainda permanecem obscuros, e contribuirá para a sistematização que terá de vir no futuro, como também para manter viva a memória dos homens do passado e de seus feitos.

Afonso Celso, diretor do IHGB, é então convidado para proferir o discurso de inauguração da série de conferências mensais, cujo tema era “Traços moraes do visconde de Ouro Preto”. Amplamente aplaudido, o discurso tem um caráter extremamente elogioso e deixa entrever o sentimento de nostalgia pelo período monárquico. O tema, assim como a condução dada por Afonso Celso na inauguração dessas conferências, deixa claro o posicionamento adotado pelo IHGMG. Se o Instituto havia nascido com um caráter majoritariamente republicano, direcionando seus esforços para o futuro, este entusiasmo sede lugar ao conservadorismo e ao saudosismo em relação ao passado monárquico. Encerrando o encontro, Antônio Carlos afirma que “as últimas palavras a serem proferidas, naquella memorável sessão, deviam ser somente as que bem traduzissem a veneração dos mineiros pela memória do visconde de Ouro Preto.”<sup>38</sup>

Na ata da reunião seguinte, do dia 21 de abril, há transcrito o discurso do orador José Eduardo da Fonseca, que é sintomático da tentativa de rompimento com o passado do Instituto. Ele critica a “filosofia positivista” de Augusto de Lima (que ainda era membro da associação, mas não estava presente no dia), dizendo que era “uma philosophia negativa, assim como o evolucionismo e o pragmatismo, que vieram mais tarde [e] não passavam de simples hypotheses.”<sup>39</sup> Há nessa reunião – assim como na anterior – uma grande preocupação de rompimento com as práticas do passado da instituição, e com isso, a associação se posiciona de maneira ainda mais conservadora e fechada, lembrando que a década de 1920 foi um momento em que o Brasil vivia uma fase de efervescência cultural, mas também de certa insegurança política devido à “ameaça” comunista.

Uma última consideração se faz necessária. Retomando a sessão, após a crítica do orador, é lido o fim da sentença condenatória de Tiradentes. Em seguida, Aurélio Pires inicia seu

<sup>37</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede, p. 117.

<sup>38</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede, p. 127.

<sup>39</sup> Instituto Histórico e Geográfico de Minas Geraes: Origem; histórico; fins; sede, p. 127.



discurso. Não pretendemos detalhar este discurso, que trata de breves biografias elogiosas de “ilustres figuras” do estado, mas vale ressaltar um de seus pontos, quando ele afirma, por exemplo, que não há muito o que dizer sobre Tiradentes, pois sua história em Minas havia passado para o “domínio da lenda”, integrando-se ao imaginário popular. Por esse raciocínio notamos que, uma vez que a história não servia para questionar e sim para consolidar memórias, e a partir do momento que isto estava feito em relação à imagem de Tiradentes, torna-se um campo em que não são necessários maiores investimentos.

Apesar de toda movimentação no sentido de promover o renascimento do Instituto em 1927, as mudanças que ocorrem não são tão significativas quanto se pretendem. Para além de alterações nos quadros administrativos e de um relativo aumento da produção dos membros, o IHGMG permanecerá sem sua revista própria até 1945 e só terá direito a uma sede em 1967, migrando até então por salas no Congresso e na Faculdade de Direito.

### **Conclusão**

Não temos condições atualmente de definir uma corrente historiográfica para o IHGMG em sua primeira fase e com essa afirmativa não declaramos que um dia teremos, visto que os esforços nesse sentido caminham na contramão da identificação de padrões. Dentro do Instituto percebemos interferências do positivismo, do cientificismo, da religiosidade, do classicismo greco-romano, do liberalismo estadunidense, de antigos monarquistas e republicanos, da valorização do futuro republicano e da valorização do passado imperial, e de toda uma gama de disjunções que se reuniram no mesmo espaço para consolidar a escrita da história do estado de Minas Gerais. Acreditamos que este elemento tenha contribuído para a proliferação dos projetos individuais que surgiram, assim como também o fez a falta da revista enquanto um espaço de diálogos.

Entretanto é possível identificar pontos de coesão que permitem incluir estes intelectuais no mesmo grupo, tomando inicialmente, como dissemos na introdução do texto, a ideia de “lugar social”. Para além da prática historiográfica propriamente dita, todos os membros do IHGMG pertencem à elite mineira, uma elite intelectual que compartilhava a maioria dos seus membros com a elite política. E a história escrita e discutida por essa elite tinha por objetivo servir ao Estado e justificar a predominância política de Minas Gerais no cenário da política nacional.

Apesar de, em um ou outro discurso, o povo ser colocado como sujeito dessa história, até mesmo a efetividade de seu contato com a produção do IHGMG pode ser questionada,



ainda que houvesse a presença das festas cívicas, dos monumentos e da publicação de algumas atas nos principais jornais, fazendo com que a produção atingisse um número maior de pessoas, o que não quer dizer, entretanto, que fosse popular, uma vez que hierarquizada. Recuperar a recepção da história do Instituto Mineiro é um trabalho à parte, mas podemos afirmar que atender aos anseios das camadas populares não era o principal objetivo da associação.

Um segundo aspecto a ser considerado está na direção de se refletir se foi a história ou a memória que mais se fez presente no Instituto, pois se há no discurso dos fundadores a preocupação de usar a história como ferramenta para a compreensão do presente – e assim, até mesmo como base de onde se planeja ações para o futuro –, essa ideia vai perdendo força até que na “segunda fase” a valorização da memória acrítica se faz predominante. À medida que a história sai de cena, é a memória que assume posição de destaque. Lúcia Paschoal Guimarães possui uma reflexão sobre o IHGB do período monárquico que nos ajuda a pensar o caso do IHGMG. Ela afirma que, “direcionados para a Memória, os idealizadores da Academia não se ocuparam da História. Embora o valor e a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica dos dias de festa.”<sup>40</sup> E ainda, “nossos intelectuais se esmeraram no que diz respeito à Memória. Quanto à História, eles deixaram a desejar.”<sup>41</sup> Em último caso, vale dizer que as nossas concepções – provindas de uma análise posterior, é claro – de memória e história muitas vezes se confundiam para estes intelectuais, com predominância e declarada preferência pelo aspecto da memória em suas narrativas.

Dessa forma, os membros do IHGMG conformam um grupo que tem origem comum – a elite letrada de Minas Gerais –, um objetivo comum, que é o de escrever uma história pautada na memória, para atender suas próprias necessidades perante o cenário da política nacional e a manutenção da tradição e do conservadorismo nesta prática historiográfica ao longo do tempo.

Recebido em 29/06/2013

Aprovado em 26/08/2013

<sup>40</sup> GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*, p. 6.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*, p. 114-115.



## O governo da população infantojuvenil no Brasil durante a ditadura civil-militar: apontamentos entre o nacional e o local

Camila Serafim Daminelli  
Mestre em História – UFSC  
Pesquisadora Associada do LABGEF/UEDESC  
[camis.hst@gmail.com](mailto:camis.hst@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo aborda as políticas sociais voltadas à infância e juventude no Brasil durante o governo civil-militar, instaurado em 1964. Neste contexto, marcado pela atuação da Doutrina de Segurança Nacional, fosse a âmbito legislativo ou operacional, a população infantojuvenil foi governada a partir de dois matizes: as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, levada a cabo pela Fundação de mesmo nome e o Código de Menores de 1979. Partindo deste contexto planteado no cenário federal, analisamos a operacionalização das políticas sociais para crianças e adolescentes no estado de Santa Catarina. Uma vez que as ações ficavam a cargo das fundações estaduais e entidades municipais, o modo como se concretizaram em cada estado da federação teve características próprias que se distanciaram em grande medida da letra da lei. As fontes documentais utilizadas para escrita dessa narrativa histórica foram matérias jornalísticas veiculadas pelo principal impresso do estado de Santa Catarina no período, o jornal *O Estado*, além das diretrizes e da legislação pertinente.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Políticas sociais; Infância e juventude.

**ABSTRACT:** This article discusses the social policies geared to children and youth in Brazil during the civil-military government, established in 1964. In this context, marked by the performance of the National Security Doctrine, was the legislative framework or operational, the juvenile population was governed from two shades: the National Policy to Welfare of Children, conducted by Foundation with same name and the 1979 Minors Code. Based on this context, we analyze the execution of social policies for children and adolescents in the state of Santa Catarina. Once the actions were the responsibility of state foundations and municipal entities, how to materialize in each state of the federation had characteristics that distanced themselves largely of the letter of the law. The documentary sources used to write this historical narrative was conveyed by the main news stories printed in the State of Santa Catarina in the period, the newspaper *O Estado*, in addition to the guidelines and relevant legislation.

**KEYWORDS:** History, Social Policies; Childhood and youth.

Durante os anos da década de 1980, os leitores e leitoras do jornal *O Estado*, editado em Santa Catarina, foram informados mais de duas dezenas de vezes acerca de seminários e congressos a realizar-se nas cidades catarinenses, cuja temática seria a “questão” ou



“problema do menor”<sup>1</sup>. A que se referia o “problema”, enfrentado pela população infantojuvenil, digno de tanta comoção social? A infância e a adolescência publicizada em Santa Catarina, alçada à categoria de problema de Estado, seguia os rumos do cenário nacional: o problema era a criminalidade infantojuvenil. No entanto, as matérias jornalísticas produzidas pelo periódico, sugeriam, também, tanto o desgoverno de uma infância e juventude mal abarcadas pelas políticas sociais vigentes, quanto a tolerância de outras realidades que foram minimizadas pelos discursos da mídia impressa, concentrados no problema do conflito com a lei, considerado germe da criminalidade adulta no país.

O que instigou a pesquisa histórica da qual resultou esta narrativa foi buscar conhecer algumas vidas que tiveram seu caminho cruzado com o dos programas sociais do período compreendido pela ditadura civil-militar no Brasil. Foi também objetivo entender o papel da mídia impressa na construção e/ou disseminação de discursos<sup>2</sup> acerca do modelo operativo das políticas públicas, suas prioridades e seu envolvimento com os movimentos político-partidários do estado. As fontes principais utilizadas neste estudo foram reportagens do jornal *O Estado*, o mais significativo periódico editado no estado de Santa Catarina durante o período. As narrativas jornalísticas se tornaram campo profícuo de estudo do cotidiano da operacionalização, tanto da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, instaurada em 1964, quanto do movimento de consolidação da Doutrina da Situação Irregular, assentado com a promulgação do Código de Menores de 1979.

A História Cultural forneceu o viés que a abordagem do problema requereu. Por um lado, vemos que a História Cultural é fruto de certo desinteresse por análises generalizantes, que buscavam dar explicações históricas “encaixadas” em certos esquemas teóricos amplos, daí nossa opção metodológica. Por outro, a entrada em cena de estudiosos interessados em aspectos culturais do comportamento humano, como relações de gênero,

---

<sup>1</sup> Apesar de conhecermos as críticas em torno da utilização deste conceito, *menor*, ele virá a ser empregado quando fizer referência às fontes documentais, ainda que destacado do resto do texto. Quando expressamos nosso pensamento e também ao referenciar os sujeitos-alvo das políticas em questão, o termo não será empregado, mas sim os conceitos *crianças* e *adolescentes*.

<sup>2</sup> O conceito de discurso como será utilizado nesta narrativa é o da tríade discurso-objeto-sujeito, explicado por Gilles Deleuze, com base nos estudos foucaultianos, como verdades produzidas através de dispositivos, que são máquinas de fazer ver e fazer falar. Para Foucault, em todas as sociedades a produção dos discursos é controlada, selecionada e organizada a fim de conjurar poderes e perigos. Apropriando-se destes conceitos, entendemos a mídia impressa como uma peça dessa maquinaria dos discursos: parte da ideologia por trás do corpo editorial para dominar o elemento aleatório, criar sujeitos e caracterizá-los, selecioná-los, criminalizá-los ou não, de acordo com procedimentos de exclusão e interdição, que visam a adequação do mundo conhecido à produção de verdades úteis. Os estudos referenciados são, respectivamente: DELEUZE, Gilles. *¿Que é um dispositivo?* In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155; FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2000, p. 09.



étnicas, religiosas, bem como em temas das mentalidades, hábitos e costumes, impulsionou uma virada para a cultura, da qual este trabalho, sua temática e seu problema, são subsidiários<sup>3</sup>.

Esta narrativa está dividida em duas partes. A primeira versa sobre o âmbito nacional das diretrizes do governo da infância e da juventude no Brasil entre os anos de 1964 e 1990. Apresenta, também, o processo político em curso no país e estabelece relações com as políticas sociais voltadas aos infantojuvenis. A segunda parte se dedica ao contexto do estado de Santa Catarina, tendo sido construída com base em narrativas jornalísticas. Visando informar sobre as políticas sociais em curso, os jornalistas de *O Estado* deixaram indícios de uma série de negligências, politicagens e prioridades no que se referia ao tratamento e à demanda, atendida ou não, pelos programas sociais em Santa Catarina.

#### **Contexto e diretrizes nacionais do governo da infância e juventude no Brasil (1964-1990)**

No alvorecer da década de 1960, o Brasil vivia sob os auspícios de uma democracia frágil, ameaçada dentro e fora do país, embora sustentada por intensa participação social e comunitária. A nação atravessava um contexto de reformas sociais, as chamadas reformas de base, que se caracterizavam por esforços no sentido de resolver “pela raiz” algumas das questões sociais latentes na sociedade brasileira: a questão agrária, a temática educacional e a interferência estrangeira no país são alguns exemplos. Estas questões estavam sendo pensadas como investimentos que, além de promover a ampliação do Estado de Bem-Estar Social, em longo prazo e estendidos a grande massa da população seriam os pilares para uma ação nacional preventiva da criminalidade e da violência. Ou seja, vigorava certo consenso social de que as oportunidades desiguais no âmbito rural, dada a enorme concentração de terras, a marginalização da pobreza nas cidades e a educação como um privilégio de classe, quase inacessível às classes populares, não serviam senão para engordar os números da chamada delinquência juvenil. O golpe civil-militar<sup>4</sup> instaurado em 1964 calou, portanto, um dos movimentos sociais mais atuantes e democráticos da história do

<sup>3</sup> BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

<sup>4</sup> Neste texto utilizaremos o conceito *ditadura civil-militar*, ao invés de *ditadura militar*, visando reforçar a participação de uma parcela da sociedade civil no golpe que subjulgou o Brasil ao governo dos militares, iniciado em 1964.



país<sup>5</sup>. Em seu lugar, estabeleceu um aparato institucional, legislativo e operacional com características próprias que visavam, essencialmente, o estabelecimento da ordem social.

O problema da criminalidade no Brasil adquiriu, após o golpe, um significado próprio, ligado ao conceito de “defesa nacional”. As relações possíveis entre criminalidade, ilegalidade, violência e insatisfação social foram traduzidas pelo conceito de “forças internas de agitação”<sup>6</sup>. Tal conceito foi transformado em inimigo público da nação e ao seu redor desenvolveu-se uma doutrina que embasaria grande parte da legislação e das políticas sociais que governariam a população brasileira no período 1964-1985: a Doutrina de Segurança Nacional. Arno Vogel explica como, apesar do termo “forças internas de agitação” referir-se ao subversivo político, a delinquência infantojuvenil preocupava aos idealizadores da DSN:

Em suma, a massa crescente de crianças e adolescentes marginalizados fazia prever, a curto e médio prazos, prejuízos consideráveis, quer do ponto de vista socioeconômico, quer do ponto de vista político. [...] No segundo [caso], em virtude do risco de que o potencial constituído por esses “irregulares” viesse a ser capitalizado por forças contrárias ao regime.<sup>7</sup>

Apesar de ter sido largamente disseminada no Brasil após o advento do governo civil-militar, através da Escola Superior de Guerra e, mais especificamente com o livro de Golbery de Couto e Silvia publicado em 1967<sup>8</sup>, a DSN teve sua origem no país no final do século XIX, “vinculada a teorias geopolíticas e calcada no antimarxismo e em tendências conservadoras do pensamento social católico”<sup>9</sup>. O governo civil-militar adaptou a Doutrina aos anos em marcha, alçando-a ao patamar de principal corpo teórico e ideológico para o planejamento dos programas governamentais a serem implantados.

<sup>5</sup> Sustenta essa afirmação a historiadora Lucília Almeida Neves Delgado, na seguinte obra: DELGADO, Lucília Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, UFF, 2009, pp. 123 – 143.

<sup>6</sup> COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrina de Segurança Nacional: banalizando a violência. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v.5, n. 2, 2000, p.10.

<sup>7</sup> VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 293.

<sup>8</sup> Refere-se aqui à seguinte obra: SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

<sup>9</sup> BECHER, Franciele. *O perigo moral em tempos de segurança nacional: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul - RS (1962 – 1992)*. 302 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2012, p. 66.



Como grande parte das questões de Estado naquele momento, o governo da infância e da juventude foi marcado fortemente pela Doutrina de Segurança Nacional. Para esse segmento da população, os esforços visavam a intervenção sob aquele que vinha consolidando-se como um grande problema social: a marginalização de crianças e adolescentes. Este “problema” emergiu no Brasil com o decorrer da década de 1950. Gestado durante um momento de intenso êxodo rural, este incentivado indiretamente pelos movimentos produzidos pela era desenvolvimentista, o “problema do menor” era o produto “mais visível, mais deletério e mais incômodo”<sup>10</sup> de um problema amplo ligado ao modelo de crescimento em voga no país: o da “sobra” populacional nas médias e grandes cidades brasileiras. Segundo Arno Vogel,

A marginalidade desses grupos sociais consistia, pois, no fato de serem *desassistidos*, seja por falta de meios de se proverem a si próprios, seja pela sua “indigência de força política” [...], em virtude da qual não conseguiam ter acesso aos programas desenvolvidos pelo governo. Frutos de um processo social perverso, tais grupos tendiam a converter-se em geradores de desarmonia. De marginalizados passavam a *marginalizantes* em consequência dos efeitos deletérios de seus “caracteres comuns” sobre a própria reprodução social, isto é, sobre crianças e adolescentes, nascidos ou criados em seu meio.

Nesse contexto, a atuação do Estado até o momento parecia insuficiente para assimilar – fosse pelas vias do trabalho ou da assistência social – uma massa não previdenciária que vivia às margens do trabalho formal, da escolarização e do consumo. Nos casos em que a família fora considerada “marginalizante” da própria prole, o Estado poderia intervir para evitar a reprodução social da desarmonia que estes grupos representavam para o futuro próximo do país.

O período civil-militar se iniciou com uma série de preocupações nesse sentido. Os subsídios para o fortalecimento de sua legitimidade viriam do esforço empreendido para a anulação de alguns problemas sociais que urgiam intervenção. No caso do “problema do menor”, a reação foi imediata. Ao final do ano da “revolução”, em dezembro de 1964, o governo civil-militar lançou as bases daquele que viria a ser um dos mecanismos de governo da infância e da juventude em “situação irregular”: a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, adjunta à política de mesmo nome, a PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Essa política foi elaborada tendo em vista o

<sup>10</sup> PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27.



conceito de “Bem-Estar”, que fazia referência às necessidades fundamentais do ser humano, a serem garantidas pelo Estado, neste contexto, em troca das liberdades individuais e das garantias institucionais, um ligeiro sacrifício em favor da ordem social e, também, da pátria em si.

Especialistas em políticas públicas no Brasil, Francisco Pilotti e Irene Rizzini descrevem a criação da FUNABEM nos seguintes termos:

Sua missão era velar para que a massa crescente de “menores abandonados” não viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional. [...] Desse ponto de vista, a “questão do menor” interessava à segurança nacional, não só pela eventual canalização do potencial do “sentimento de revolta” dessa juventude “marginalizada” pelos movimentos de contestação do regime, mas, também, tendo em vista os efeitos da dilapidação do seu potencial produtivo para o processo de desenvolvimento.<sup>11</sup>

A Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, criava a FUNABEM, cujo objetivo imediato era enterrar a instituição que a sucedeu na execução das políticas sociais para infância e juventude no Brasil, o SAM – Sistema de Atendimento ao Menor. Esta instituição, criada na década de 1940, havia sido apelidada de “escola do crime”, pois, ao adotar a institucionalização dos “menores” em grandes estabelecimentos, que mesclavam os considerados infratores, os abandonados, sem representação legal ou em situação de rua, todos submetidos à mera privação de liberdade, o SAM promoveu a reprodução de contextos sociais violentos, contextos os quais era responsável por evitar<sup>12</sup>. Eram competências da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor:

- 1 – Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, provendo cursos, seminários e congressos e levando em consideração o problema do menor em âmbito nacional;
- 2 – Promover a articulação de atividades das entidades públicas e privadas;
- 3 – Opinar, quando solicitado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado ou pelo Poder Legislativo, nos processos pertinentes à concessão de auxílios ou de subvenções pelo Governo Federal à entidades públicas ou particulares dedicadas ao problema do menor;
- 4 – Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos efetivados com a referida instituição;

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. A infância sem disfarces: uma leitura histórica, p. 27.

<sup>12</sup> Esta discussão foi realizada por Edson Pasetti no premiado livro *História das Crianças no Brasil*, cuja referência é a seguinte: PASETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 347 – 375.



- 5 – Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor fixada por seu Conselho Nacional;
- 6 – Mobilizar a opinião pública com relação à importância da participação da comunidade na solução do problema do menor;
- 7 – Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, quando solicitarem.<sup>13</sup>

Cabe afirmar sobre as diretrizes acima, que havia a sugestão de que a opinião pública se manifestasse a respeito da Política do Bem-Estar do Menor, mencionando também a participação da comunidade na solução do “problema” que estes representavam socialmente. No entanto, durante a vigência da doutrina da situação irregular, instaurada legalmente pelas diretrizes da FUNABEM e consolidada na legislação de 1979, não foi prevista instituição ou organismo público algum formado pela sociedade civil. Segundo o jurista Edson Seda, a legislação impediu a participação da sociedade na condução das questões públicas, por estar, também essa, submetida à tutela judicial. O autor afirma ainda que o próprio Poder Executivo tornou-se tutelado, “razão pela qual tampouco a FUNABEM pode liberar-se da camisa de força que havia transformado o SAM em um órgão reciclador da criminalidade juvenil, ao ser obrigado a manter centenas de infratores reunidos em grandes reformatórios”<sup>14</sup> (tradução nossa).

No exercício de escrita desta História, torna-se difícil para o historiador ou historiadora não amalgamar o futuro previsto da instituição criada na década de 1960, com o olhar que, passados mais de 40 anos, direcionamos àquele momento histórico. Isto porque, excetuando-se a necessidade de substituir o SAM, a FUNABEM já nasceu com tantos problemas conscientes quanto somos capazes de inferir atualmente sobre sua criação. Em primeiro lugar, apesar de ter sido concebida com o objetivo de ser uma antítese do SAM, a FUNABEM foi sua herdeira, seja com relação aos abrigos, ao mobiliário, aos abrigados e, sobretudo, aos operadores da nova política, os mesmos agentes sociais que operavam a anterior: policiais, delegados, monitores, assistentes sociais, psicólogos e Juízes de Menores. Fica a questão: o desejo por uma nova política voltada aos “menores” trazia consigo, necessariamente, uma nova postura por parte daqueles que iriam executá-la? Em segundo lugar, apesar das diretrizes não se caracterizarem por uma exposição de métodos repressivos e centralizadores, é inevitável não associar suas linhas ao contexto no qual foram geradas. Mobilizar, propiciar, opinar, fiscalizar... mas sob quais

<sup>13</sup> BRASIL. Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

<sup>14</sup> SEDA, Edson, *Evolución del derecho brasileño del niño y adolescente*. In: MENDEZ, Emilio G.; CARRANZA, Elias (orgs.). *Del revés al derecho: La condición jurídica de la infancia en America Latina – base para una reforma legislativa*. Buenos Aires: Galerna, 1992, p. 124.



objetivos gerais esses verbos sem conjugação seriam executados e quais as implicações destas ações na vida dos maiores interessados, as crianças, os adolescentes e suas famílias?

De qualquer forma, senão imediatamente, o país logo sentiria os sintomas de um problema social mal resolvido. No ano de 1967, entrou em vigor em todo o território nacional a lei n. 5.258, que instituiu a idade penal em 16 anos e restaurou um antigo conceito jurídico, o critério do discernimento, que deveria ser utilizado pelos Operadores do Direito para julgar se o adolescente, entre os 14 e 18 anos, havia cometido infração com ou sem consciência dos seus atos<sup>15</sup>. O cenário da promulgação da lei foi o seguinte: os debates no Senado Federal não resultavam em acordo no sentido de atualizar o Código que legislava sob a população infantojuvenil brasileira, o Código de Menores de 1927<sup>16</sup>. De acordo com este corpo de leis, eram inimputáveis crianças e adolescentes menores de 18 anos completos. Ou seja, não se poderia instaurar um processo penal a essa população, pelo menos não através da mesma *práxis* voltada ao público adulto. A organização da FUNABEM levou algum tempo para consolidar-se. Em 1967, três anos após a sua fundação, eram praticamente inexistentes as Fundações Estaduais. O que fazer, nesse contexto, com os considerados “menores infratores” que não apresentassem conduta antissocial grave – situação em que a privação de liberdade era permitida? A prática corrente era que fossem levados às delegacias, especializadas ou não, advertidos e liberados em seguida. Da numerosa reincidência de menores nas delegacias do país surgiu o objetivo da referida lei: antecipar a idade de responsabilidade penal e acabar com a “impunidade” dos jovens, permitindo o encarceramento em institutos correcionais voltados ao público adulto a partir dos 16 anos.

De acordo com Paulo Roberto Sandrini, a aprovação da referida lei ocorreu em um momento bastante duro de censura e repressão aos movimentos de contestação ao regime, o que não impediu que inúmeras manifestações fossem contrárias à sua implementação. Mesmo no meio jurídico, a redução da idade de responsabilidade penal foi duramente contestada, sendo considerada um retrocesso na história jurídica do país – além de ineficaz – e substituída em 1968 pela de n. 5.439, que reestabeleceu os critérios a ser observados com relação ao menor em conflito com a lei – jovens até os 18 anos incompletos<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> BRASIL. Lei n. 5.258, de 10 de abril de 1967.

<sup>16</sup> BRASIL. Decreto- Lei n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

<sup>17</sup> SANDRINI, Paulo Roberto. *O controle social da adolescência brasileira: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente*. 164f. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, p. 53 – 54.



A década de 1970 alvorece sem que se delineiem ações significativas no campo da infância e da juventude. Com a eleição para a presidência do país do General Emilio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974, a população brasileira experimentava o endurecimento da militarização da sociedade, bem como a expansão da tortura, dos exílios políticos, do governo pelo medo. Em termos sociais, segundo Arno Vogel, os dados disponíveis indicavam uma realidade assustadora: “de acordo com o Censo de 1970, em uma população global de 93.292.100 habitantes, contava-se 49.378.200 com idade entre 0-19 anos (52,93%). Dessa população infantojuvenil um terço podia considerar-se em estado de marginalização”<sup>18</sup>.

Estes são dados oficiais. Contudo, cabe fazer uma ressalva acerca do contexto de sua produção. Os números da marginalização, extremamente altos, tem relação com o ponto de vista pelo qual crianças e adolescentes das famílias pobres eram vistos pelo Estado. Esta população, oriunda de famílias cuja formação e dinâmica eram desconhecidas pelas autoridades, costumava ser classificada em dois grandes grupos: os considerados abandonados e os considerados infratores. Este olhar, no qual se pautava o projeto de família e de comunidade descrito nas diretrizes da FUNABEM, era o modelo das camadas médias urbanas. Portanto, era considerada em “situação irregular” toda a gama da infância e da juventude que não se encontrasse escolarizada, coabitando com progenitores e que exercesse atividades laborais, sobretudo as informais. Portanto, sem questionar a expansão da marginalização das periferias das grandes cidades brasileiras, consideramos que os números podem ter sido um tanto superestimados, visto que a noção de “abandonado”, ou “infrator”, era bastante distinta no entendimento das camadas que viviam a norma familiar burguesa e no das classes populares<sup>19</sup>.

Apesar da necessária crítica aos números, poucas ações no âmbito do Estado, para além das propagandas oficiais, permitem inferir que, naquele momento, caminhava bem a “causa” da infância e da adolescência no Brasil. Foi em decorrência de pressões internacionais a movimentação em prol desta “causa esquecida”. No ano de 1979, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – estabeleceu uma programação internacional para que se fizesse valer os preceitos da Declaração dos Direitos da Criança,

---

<sup>18</sup> VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo, p. 292.

<sup>19</sup> Esta discussão foi realizada pela historiadora Silvia Maria Fávero Arend, na seguinte obra: AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de abandono: infância e Justiça no Brasil (década de 1930)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, 357p.



de 1959. Dentre as ações estava a proclamação do Ano Internacional da Criança, cujo objetivo central era chamar a atenção dos países membros da ONU para a situação da infância e adolescência mundiais: contextos marginais, desnutrição, analfabetismo eram algumas das bandeiras levantadas. No Brasil, as comemorações em torno do Ano Internacional ficaram marcadas pela promulgação de um corpo de leis que viria substituir o considerado obsoleto Código de Menores de 1927: o Novo Código de Menores ou Código de Menores de 1979<sup>20</sup>.

Através de reportagens veiculadas pelo jornal *O Estado*, de Santa Catarina, vemos que a nova legislação foi recebida com certo otimismo. Logo após a aprovação da lei, os leitores e leitoras do referido periódico eram informados que o presidente João Batista Figueiredo, entusiasmado, “quebrou o protocolo e abraçou o Senador Nelson Carneiro, autor do projeto”<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> BRASIL. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

<sup>21</sup> O ESTADO. Figueiredo sanciona novo código e elogia ação de Carneiro. 11 out. 1979. Cabe atentar, no entanto, para o fato de que a proposta de renovação do Código de Menores, realizada pelo senador Nelson Carneiro, foi substituída por um texto de autoria da Associação Brasileira de Juizes de Menores.



Junto à informação sobre a derrota do Avai Futebol Clube na Copa do Brasil de 1979, os leitores e leitoras d'*O Estado* informavam-se de que havia sido aprovada uma nova política, no campo das leis, voltada aos infantojuvenis no Brasil. 11 de outubro de 1979.

Quando o código entrou em vigor, em fevereiro de 1980, lemos no mesmo periódico que com satisfação havia sido recebida a nova lei por aqueles que viriam a operacionalizá-la. Uma vez munida do objetivo de tornar legítimas práticas que não estavam sustentadas por lei, mas já vinham sendo executadas pela polícia e pelos Juízes de Menores, o jornal *O Estado*, para noticiar sua promulgação, informou o seguinte:

A existência de dispositivo, obrigando a apresentação do menor suspeito de delito à autoridade judiciária do Estado, desde a criação do Departamento de Polícia de Menores de 1974, fez com que não constituísse novidade, para os policiais de menores de Pernambuco, a aplicação do Novo Código de Menores, que começou a vigorar ontem em todo o país.

Para o diretor executivo da Delegacia de Menores de Pernambuco, delegado José Porto Mello, o que vai acontecer agora será apenas o amparo legal do código, pois o juiz de menores da Capital, Sr. Nelson



Lopes Ribeiro, sempre era informado da existência de menores detidos para averiguação pela polícia do Estado.<sup>22</sup>

Poder-se-ia afirmar que o Código de Menores de 1979 caracterizou-se por uma mera adequação jurídica à política operacionalizada pela FUNABEM? Vale a pena, antes de adentrar na realidade prática de ambas diretrizes, realizar um esforço filosófico de compreensão das transformações advindas da nova legislação.

A título de comparação, percebe-se a simples vista que o Código de Menores de 1979 enxugou grande parte das possibilidades colocadas por seu antecessor. Quer dizer, o detalhamento do Código de Menores de 1927 era significativo: objetivava abarcar o maior número possível de situações envolvendo a população infantojuvenil. Este dado serve como escopo para todos os itens da nova legislação, diminuídos em comparação à anterior. No entanto, o capítulo mais evidente é o que se referia ao trabalho. Enquanto a lei de 1927 descrevia as possibilidades laborais dos “menores”, bem como as condições de sua realização, a lei de 1979 infere, a este respeito, da seguinte maneira: “Do trabalho do Menor - Art. 83. A proteção ao trabalho do menor é regulada por legislação especial”<sup>23</sup>.

Entretanto, para que não pareça que esta discussão gira em torno da diminuição do número de artigos, através de uma comparação entre os dois Códigos de Menores, vamos analisar as implicações de uma legislação que não dá conta da totalidade das situações jurídicas possíveis, e cujo objeto e fim da lei era o “menor em situação irregular”. Para fins desta lei, considerava-se nesta situação jurídica o “menor”:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
  - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
  - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
  - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
  - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal.

<sup>22</sup> O ESTADO. Desde ontem em vigor no país o novo Código de Menores. 12 fev. 1980.

<sup>23</sup> BRASIL. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Título VIII.



Um primeiro elemento a ser observado é aquele que diz respeito ao que poderia ser considerada “falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis”. Como já mencionamos, não resta dúvida de que a dinâmica dos grupos populares urbanos não concebia perambulação, mendicância ou ociosidade dentro de conceitos como o de omissão familiar. Como veremos a diante, foi comum, durante a vigência desta legislação, que as Fundações Estaduais apreendessem aqueles menores considerados, pelos operadores da doutrina, como “abandonados”. Como um segundo elemento, apontamos a inexatidão de termos como “desvio de conduta” ou mesmo “autor de infração penal” que, não especificados pela lei, dariam margem tanto à interpretação do aparato policial responsável pelos flagrantes urbanos, quanto à prática da “prevenção”, traduzida no “Vocabulário da FUCABEM” como “medidas adotadas para evitar a manifestação de fenômenos prejudiciais à ordem individual ou social”<sup>24</sup>.

O estado de exceção, utilizando este conceito de forma geral, vive sob o julgo de uma lei que vigora em si mesma e que nada significa senão um “nada de revelação”, visto que abre portas para o próprio sistema em que os sujeitos estão inseridos. O filósofo Giorgio Agamben argumenta que o estado de exceção, paradigma das sociedades ocidentais do século XX, existe juridicamente sob a forma de uma lei vaga, que se abre para todos os lugares possíveis, sendo, portanto, legal e imprescindível, mas não-significante, como uma porta que separa dois espaços do mesmo lugar. Ao sugerir que “o único modo coerente de compreender a inoperância {da lei} seria o de pensá-la como um modo de existência genérica da potência, que não se esgota em um ‘transitus de potentia ad actum’”<sup>25</sup>, este autor ajuda a pensar o sentido de leis vagas como as do Código em questão, que deram embasamento operacional à noção de “situação irregular” a enquadrar-se em distintas situações. Citando o livro *O Processo*, de Franz Kafka, em que a personagem é vítima de um processo agonizante sem saber qual foi seu delito, Agamben embasa nossa comparação:

[...] a vida sob uma lei que vigora sem significar assemelha-se à vida no estado de exceção, na qual o gosto mais inocente ou o menor esquecimento podem ter consequências mais extremas. E é exatamente uma vida desse gênero, em que a lei é tão mais disseminada enquanto carente de qualquer conteúdo e na qual uma pancada distraidamente

<sup>24</sup> Citado por: VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo, p. 300.

<sup>25</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua, I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 67.



dada em uma porta desencadeia processos incontrolláveis, aquela que Kafka descreve [...].<sup>26</sup>

Havia tamanha flexibilidade na situação jurídica conceituada como “situação irregular”, que ela se tornou uma existência potencial. Podemos imaginar, no contexto da ditadura civil-militar brasileira, com que facilidade a autoridade jurídica, mas também policial, enquadraria o menor delito – vadiagem, conduta antissocial, situação de perigo moral – o na chamada “situação irregular”. Não esqueçamo-nos de que o texto da lei, aprovado em sua forma final, foi redigido pela ABJM – Associação Nacional de Juizes de Menores, órgão formado por aqueles que viriam a operar a referida lei menorista, sendo “essa porta que abre para o nada” uma estratégia normativa que outorgava de forma autoritária o poder de decisão sobre a vida do “menor” às autoridades competentes.

Uma lei “menorista” que entrasse em vigor no início da década de 1980 esbarraria, brevemente, em intenso debate acerca de políticas sociais para “crianças e adolescentes”, ou seja, pessoas menores de 18 anos sem referências à sua situação socioeconômica e cultural. O Código de Menores de 1979, nascido tardiamente, não pôde resistir aos movimentos sociais e comunitários que marcam o período de reabertura política no Brasil, vividos no decorrer da década de 1980. Sucumbiu, primeiramente, à Constituição Cidadã de 1988, que iniciou os debates sobre a Doutrina da Proteção Integral e, finalmente, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que encerra no Brasil a “Era Menorista” e abre espaço a inúmeras dificuldades, mas também à “Era dos direitos” dos infantojuvenis.

### **Entre o nacional e o local: a operacionalização das políticas sociais para infância e juventude em Santa Catarina**

Esta parte da narrativa será, em grande parte, construída com base em matérias jornalísticas, sejam aquelas de caráter informativo, sejam as investigativas. Com base nos periódicos disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, optamos por utilizar o jornal *O Estado* uma vez que este foi o único periódico que circulou ininterruptamente entre 1964 e 1990, respectivamente, o ano de ascensão do governo civil-

<sup>26</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua*, I, p. 58.



militar e o ano em que foi extinta a PNBEM. Cabe apresentar o periódico e o peculiar contexto de sua edição durante esse período.

A primeira edição d'*O Estado* saiu às bancas no mês de maio de 1915. O jornal era herdeiro de outros periódicos de tradição republicana conservadora e trouxe consigo, ao longo do século XX, a marca da predominância política em suas pautas, temática em torno do qual se originou e a qual serviu<sup>27</sup>. Em sua origem, *O Estado* poderia ser considerado um veículo de comunicação do Partido Social Democrático – PSD, cuja formação tinha marcada a presença do clã Ramos, família tradicional na política catarinense. No período compreendido pelo governo civil-militar, os dois arranjos político-partidários mais importantes do estado de Santa Catarina – organizados em torno das famílias Ramos e Konder-Bornhausen – foram unificados dentro do partido de sustentação do regime, a ARENA. Devido a esta unidade político-partidária entre o estado e o governo central, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a FUCABEM, entidade operacional da mesma em Santa Catarina, foram promocionadas e propagandeadas como instituições de imprescindível utilidade pública. As séries de denúncias de arbitrariedades ocorridas nas dependências das instituições voltadas à infância e juventude no Estado foram em grande parte desconectadas dos governos que as administravam. Em alguns casos, houve tentativas de desacreditar tais denúncias.

Neste contexto, os leitores e leitoras do periódico experimentaram a coexistência de duas realidades em torno dos serviços prestados à infância e à juventude em Santa Catarina: a expansão do atendimento, as comemorações, campanhas e iniciativas públicas que sugeriam o bom encaminhamento das questões sociais relativas aos infantojuvenis e o contexto de sérias denúncias envolvendo monitores dos abrigos, policiais e delegados, em geral referindo-se à violências físicas, mas também sexuais, além de outras arbitrariedades ocorridas no interior das instituições administradas pela FUCABEM. No caso desta última realidade, a origem das denúncias era comumente ex-internos das instituições ou familiares dos mesmos<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> PEREIRA, Moacir. *Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992, p. 34.

<sup>28</sup> Esta afirmação refere-se ao período compreendido pela pesquisa da qual resultou este trabalho, entre os anos de 1979 e 1990. Talvez a denúncia mais significativa do período, dentre aquelas veiculadas por *O Estado*, tenha sido a de uma jovem de 20 anos, tornada pública em 1984. A jovem dirigiu-se a edição desse periódico para informar sobre uma série de irregularidades ocorridas nas dependências das instituições de abrigo administradas pela FUCABEM. A importância da denúncia situa-se, em nosso entender, na gravidade das



Do nacional ao regional, como foi executada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor? De acordo com suas diretrizes, a FUNABEM operacionalizaria as políticas públicas para infância e juventude no país como entidade autônoma e com recursos próprios. A presidência da instituição prestaria contas diretamente ao presidente da república, a quem cabia igualmente à nomeação daquele posto. Era, sem dúvida, uma instituição gigantesca. Criada nestes termos, a FUNABEM tornou-se instituição característica do período civil-militar, cuja marca eram as obras faraônicas, como a construção da estrada transamazônica e da ponte Rio-Niterói<sup>29</sup>. Para que o mecanismo que governaria a população infantojuvenil funcionasse era necessário, entretanto, fragmentar a operacionalização da política nacional. Apesar da sugestão, nas diretrizes de 1964, de que fossem criadas entidades estaduais da FUNABEM, as chamadas FEBENS – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor em cada Estado da federação, os incentivos do Estado brasileiro neste sentido começaram a sentir-se no final da década de 1960 na região sudeste e, na região sul, apenas no meado da década de 1970. No estado de Santa Catarina, a FUCABEM – Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor tornou-se uma realidade, em 1975, pelas mãos do governador biônico do estado, Antônio Carlos Konder Reis. As instituições públicas voltadas aos infantojuvenis no estado só organizaram-se em torno da Política Nacional do Bem-Estar do Menor deste momento em diante.

Nas reportagens coletadas no jornal *O Estado*, entre os anos de 1979 e 1990<sup>30</sup>, percebemos que o termo FUCABEM, para aqueles que estavam incumbidos da redação das matérias, não era entendido como sigla de uma fundação que seguia uma política nacional, mas sim como a instituição que abrigava os “menores em situação irregular”, sediada até os primeiros anos da década de 1980 onde atualmente se encontra, na cidade de Florianópolis, a Cidade da Criança, no bairro Agrônômica. Depois, por FUCABEM

---

acusações realizadas pela jovem. De acordo com o relato publicado em 13 de outubro, sevícias sexuais contra as jovens do sexo feminino, castigos imoderados e confinamento na “solitária” durante uma semana eram práticas perpetradas pelos monitores das instituições de abrigo provisório, na cidade de Florianópolis. Ver: O ESTADO. Jovem que ajuda os viciados denuncia FUCABEM. 13 out. 1984. Cabe ressaltar que houveram outros casos noticiados, como o da cidade de Lages, em 1985, quando cinco monitores/as foram afastados de suas atividades após investigação das denúncias de violência física contra os abrigados, denúncias realizadas por familiares destes. Ver: O ESTADO. Fucabem confirma denúncias de maus tratos contra os menores. 07 set. 1985, e; O ESTADO. Fucabem demite cinco acusados de agressão contra três menores. 08 set. 1985.

<sup>29</sup> COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência, p.07.

<sup>30</sup> A referida pesquisa foi realizada para a elaboração da dissertação de mestrado da autora, defendida em 2013. A investigação contou com auxílio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ver: DAMINELLI, Camila Serafim. *Governar, assistir, tolerar: uma história sobre infância e juventude em Florianópolis através das páginas de O Estado (1979 – 1990)*. 249f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.



buscava-se referir aos Centros Educacionais situados nas cidades de Palhoça e de São José. Em outras cidades do estado esta prática também se popularizou: sobre a inauguração do Centro Educacional Regional da Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor na cidade de Itajaí, região norte de Santa Catarina, lê-se o seguinte: “*Fucabem de Itajaí* entrará em funcionamento ainda nesta semana”<sup>31</sup> (grifos nossos). A FUCABEM, como instituição de promoção social, já se fazia presente na cidade de Itajaí, disponibilizando verbas, promovendo campanhas e coordenando os Centros de Bem Estar do Menor, por exemplo. No entanto, o sentido é atribuído à FUCABEM como instituição de abrigo.

No dia 08 de novembro de 1979, *O Estado* informou a captura de “Sapo”, um considerado delinquente juvenil, após longa perseguição policial que fez despertar mais cedo naquela manhã a cidade de Tijucas, à cerca de 50 km ao norte da capital catarinense, Florianópolis. O episódio, aos olhos dos jornalistas de tal periódico, pareceu um bom momento para mostrar como a criminalidade era gestada desde os primeiros anos da infância. Dentre os feitos relevantes da vida de *Sapo*, foi destacado um número incontável de furtos cometidos. A narrativa informava sobre a passagem do jovem pela rede assistencial do estado: “Aos 11 anos de idade foi colocado no Centro de Recepção e Triagem de menores – órgão da *Fucabem*: ‘aquilo lá é como um sistema carcerário comum’ diz ele. Ficou sete anos, até completar 18 anos, e depois foi excluído”<sup>32</sup>.

O Centro de Recepção e Triagem, local onde “Sapo” ficou abrigado por sete anos, era uma instituição prescrita pelas diretrizes da FUNABEM, cuja execução ficaria a cargo das Fundações Estaduais. Como sugere o nome da instituição, ela não se destinaria a realizar abrigo permanente, mas sim recepcionar “menores” apreendidos que aguardassem triagem a abrigos permanentes, fosse aqueles caracterizados por privação de liberdade ou por regime aberto. No estado de Santa Catarina, tanto as atividades do CRT quanto do RPM – Recolhimento Provisório de Menores – foram executadas num mesmo local, onde também estava situado o Educandário XXV de Novembro. Este último era, oficialmente<sup>33</sup>, o único abrigo permanente de crianças e adolescentes na capital catarinense.

<sup>31</sup> O ESTADO. *Fucabem de Itajaí entrará em funcionamento ainda nesta semana*. 12 set. 1985.

<sup>32</sup> O ESTADO. *Polícia de Tijucas prende um dos arrombadores do supermercado*. 08 nov. 1979.

<sup>33</sup> Referimos-nos à oficialidade desta instituição no sentido de sua exclusividade enquanto abrigo gerido pelo poder público. Havia pelo menos outras duas instituições cuja característica era o abrigo de crianças e jovens em regime de internato, ambas administradas por setores religiosos. A primeira, e mais antiga instituição de abrigo do estado, era o Lar São Vicente de Paulo, internato para meninas, fundado pela Irmandade do Divino Espírito Santo no início do século XX; a segunda, o Lar das Crianças, internato misto



Estas instituições, cuja finalidade e objetivos distinguíam-nas, permaneceram, portanto, “mescladas” durante quase uma década, todas elas, conforme mencionamos, entendidas como “abrigos de menores”. Esta realidade foi transformada, em parte, no ano de 1982, quando os abrigados permanentes foram trasladados ao recém-inaugurado Centro Piloto de Palhoça ou Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara. Quanto ao CRT, também mudou-se a um novo local, no bairro Barreiros, já o RPM permaneceu na antiga sede. Quando estas mudanças ocorreram, no entanto, muitos jovens, tais como “Sapo”, já haviam atingido a maioridade penal, momento em que, inexistindo programas auxiliares que visassem fazer a passagem à vida social adulta, em “excluídos”.



Um cabisbaixo “Sapo” é apresentado aos leitores e leitoras de *O Estado*. A fisionomia contrasta com a descrição das peripécias do jovem, realizada pelos policiais e publicada nessa ocasião.

Na reportagem que informa sobre a prisão de “Sapo”, que decidira contrastar todos os delitos à polícia de maneira voluntária, o jovem contrastou a depreciação do CRT, descrito como “um sistema carcerário comum”, com o tratamento recebido na Delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações: “Fui trazido aqui pra delegacia, disse tudo o que sabia e tinha feito, mas não levei um pau sequer. Ninguém me bateu”<sup>34</sup>. A afirmação parece, por um lado, uma estratégia do jovem para ficar de bem com os polícias, temendo seu período de estadia naquela delegacia. Por outro lado, faz referência a passagens anteriores pelos

gerido pela sociedade espírita do estado de Santa Catarina. Ambas as instituições ainda existem. Para esta temática, ver: DAMINELLI, Camila Serafim. *Governar, assistir, tolerar...*, 2013, pp 165 - 216.

<sup>34</sup> O ESTADO. Polícia de Tijucas prende um dos arrombadores do supermercado. 08 nov. 1979.



Distritos Policiais, onde era comum que adolescentes e jovens sofressem violências físicas caso optassem por “fechar o bico”.

As matérias jornalísticas testemunhando agressões físicas perpetradas pelo aparato policial são inúmeras. No caso do “famoso delinquente juvenil” conhecido como “Zé Carioca”, frequentador assíduo da Delegacia de Costumes e Menores na década de 1980, somos informados de que o mesmo fora autuado em flagrante delito em março de 1981. Entrevistado por jornalistas d’*O Estado*, contou um pouco de si, relatando o seguinte sobre o período em que esteve envolvido em roubos de carros, na capital catarinense:

Primeiro era o lance de arrastar a carreta e depois de dirigi-la que, como ninguém da turma sabia fazer, quase sempre acabava dentro de uma valeta ou em cima de um poste. *Mas, logo caímos com os ‘homens’ e vimos que com os tiras que pegam ‘puxadores’, quem dança leva pau pra valer.* <sup>35</sup> (grifos nossos)

Nenhum desses relatos, no entanto, ganharia tanta repercussão no plano do simbólico<sup>36</sup>, a longo prazo, como o espectro que rondava o Centro Educacional São Lucas, situado no município de São José, região da Grande Florianópolis. É significativo que, antes que fosse criada a fundação estadual da PNBEM em Santa Catarina, aos governantes do estado pareceu apropriado buscar resolver o problema da infância e juventude em conflito com a lei através da implantação de um Centro Educacional que abrigasse exclusivamente essa demanda, em regime fechado de internamento. Ou seja, sua criação, em 1972, não buscou oferecer um local para abrigo e assistência à totalidade da população infantojuvenil, mas resolver um problema “concreto” através do encarceramento juvenil. Sem jamais ter se tornado objeto de matéria jornalística até o ano de 1990, em *O Estado*, com exceção de uma referência equivocada à sua criação em 1983<sup>37</sup>, o São Lucas foi interdito diversas vezes durante a década de 2000, sendo decretado seu fechamento definitivo no ano de 2010. Os motivos alegados pelas autoridades judiciárias eram a superlotação, as péssimas condições da estrutura e denúncias de torturas<sup>38</sup>. Dentre os

<sup>35</sup> O ESTADO. O menor “Zé Carioca” segue rápido na delinquência juvenil da capital. 22 mar. 1981.

<sup>36</sup> O conceito é emprestado do sociólogo Pierre Bourdieu, que o define como um conjunto de representações, discursos e mensagens que visam ordenar o mundo e criar um consenso em torno dele, cumprindo, portanto, uma função ideológica ao legitimar ou não os sistemas de dominação vigentes. Ver: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7ª ed. Coleção Estudos: São Paulo: Perspectiva, 2011, 361p.

<sup>37</sup> O ESTADO. FUCABEM inaugura novo centro educacional amanhã, em Barreiros. 12 nov. 1982.

<sup>38</sup> Ver: NOTÍCIAS DO DIA. Complexo São Lucas é totalmente interdito em São José por denúncias de maus tratos. 17 out. 2010. Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/1238-complexo-saao-lucas-ae-interditado-em-saao-josae-nesta-sexta-feira.html>.



problemas que se evidenciaram no São Lucas, de acordo com o Educador Ricardo Bortoli, técnico naquela instituição nos últimos anos de funcionamento, constavam ainda: educação e profissionalização precárias; ociosidade; incapacidade dos familiares de outras cidades em realizar visitas aos internos e instalações inadequadas aos preceitos descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>39</sup>. Com relação a este último item, Bortoli refere-se à organização estrutural do centro, composto por celas, coletivas e individuais, como as do sistema carcerário comum.

Para os “menores” que eram recolhidos pela polícia até o limiar da década de 1990 não havia um procedimento oficial único. O encaminhamento dependia da “situação irregular” e jurídica do mesmo. Somente foi possível esboçar o trajeto da inserção dos “menores” na rede administrada pela FUCABEM na cidade de Florianópolis, que concentrou grande parte das narrativas veiculadas por *O Estado*. Qualquer que fosse o motivo da apreensão do “menor” pela polícia, esse seria encaminhado à Delegacia de Costumes e Menores<sup>40</sup>, o 6º DP da capital catarinense. Se o “menor” fosse fugitivo de uma das instituições que operavam em regime semi-aberto, como o Educandário XXV de Novembro e, posteriormente, o Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara ou de privação de liberdade, como o Centro Educacional São Lucas e o São Mateus, seria encaminhado/a ao 6º DP e, posteriormente, reconduzido à instituição onde estava abrigado. Tanto as narrativas de fuga quanto as de delito seriam acrescidas aos relatórios sociais do interno e entregues ao Juiz de Menores. No caso de “menores” reincidentes, mas não abrigados em instituições mantidas pela FUCABEM, melhor dizendo, os “menores” que viviam com familiares, em lares substitutos ou instituições administradas pela iniciativa privada, seriam encaminhados pelos comissários de polícia ao 6º DP e conduzidos ao Centro de Recepção e Triagem. Caso a família pudesse ser encontrada e contatada, os considerados infratores certamente receberiam advertências, tanto da delegada quanto do juiz, e seriam encaminhados para casa. Se o “menor” não pudesse ser entregue ao responsável legal, poderia ficar detido no CRT ou no RPM. No entanto, se o delito fosse considerado grave, como envolvimento em homicídios e latrocínios, por exemplo, o

<sup>39</sup> BORTOLI, Ricardo. *As relações sócio-familiares dos adolescentes internos no Centro Educacional São Lucas*. 75f. Especialização em Metodologias de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004, p. 29 - 30.

<sup>40</sup> A Delegacia de Costumes e Menores, como era chamado o DP voltado prioritariamente às crianças e adolescentes, na década de 1980 foi renomeado como Delegacia da Mulher e do Menor, nome ainda hoje utilizado. No período em que foi realizada esta mudança, o 6º DP passou a ser conduzido apenas por oficiais – policiais, comissários e delegados – do sexo feminino.



“menor”, em uma cela especial da Penitenciária Estadual de Florianópolis, esperaria uma decisão do Juiz de Menores, que viria no sentido de sua inclusão no Centro Educacional São Lucas ou no São Mateus, junto a outros “menores” considerados de “alta periculosidade”.

Na mídia impressa periódica do estado de Santa Catarina, nos anos da década de 1980, era muito comum encontrar referências aos “menores” em situação irregular através de apelidos conferidos aos mesmos, ou ainda, utilizando seus nomes pessoais no diminutivo. Acreditamos que esta era uma maneira de suavizar as realidades, muitas vezes bastante duras, narradas diariamente pelos jornais no que se referia aos infantojuvenis. O caso de “Jorginho” é exemplar. “Jorginho” era um garoto pobre, que vivia em companhia da mãe num bairro popular da cidade de Florianópolis. Ainda não havia chegado à adolescência quando fora, uma e outra vez, apreendido por perambulação nas ruas do centro da capital catarinense. Aos 12 anos, havia se envolvido com alguns “menores” que, considerados abandonados como ele, cometiam pequenos furtos e atentados ao patrimônio público. Desconhecemos se “Jorginho” participava dos mesmos. Tomamos conhecimento, apenas, de que o garoto havia sido encaminhado ao regime semi-aberto de internação no Educandário XXV de Novembro. Este dado chama atenção, pois “Jorginho” não tinha histórico de delitos graves e, ademais, vivia com a família, dado que deveria ter sido levado em consideração quando foi proposto seu abrigo<sup>41</sup>.

Apartado do lar, por motivo da suposta “situação de abandono”, tradução que a FUCABEM realizou a respeito de sua “situação de rua”, “Jorginho” viria a se amalgamar à massa de “menores” institucionalizados pelo estado. Ademais, “Jorginho” tornou-se dependente do químico conhecido como cola de sapateiro. De “bicho solto”, criado na rua, passou a ser membro de *gang*. Chegou a ter sua internação em clínica especializada indicada pelo diretor do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara, o que não se realizou. Por meio de uma ironia triste, num dia 12 de outubro, Dia das Crianças do ano de 1983, O *Estado* anunciou que “Jorginho”, no dia anterior, não havia ido à classe. Evadiu-se no caminho entre o Educandário e a escola para passar o dia no parque de diversões situado no Aterro da baía Sul, em Florianópolis. Mareado pela inalação da cola de sapateiro, caiu da Roda Gigante, vindo a falecer alguns dias depois.

<sup>41</sup> O ESTADO. Menor fratura o crânio após deirar cola no parque. 12 out. 1983.



Casos como o de *Jorginho* não fizeram mais que descortinar a ineficiência do modelo de “Bem-Estar” que priorizou, ao contrário do que pregavam suas diretrizes, a institucionalização de crianças e adolescentes. No caso dos abrigos que funcionavam em regime aberto ou semi-aberto, tornou-se evidente que o método, utilizado sem outras políticas sociais que o sustentassem, resumia-se a apartar a criança ou o adolescente das famílias, que eram consideradas incapazes pela sua sobrevivência. Agia assim, o Estado brasileiro, em nome da “prevenção”. No entanto, a FUCABEM mostrou-se também incapaz de governar satisfatoriamente à população infantojuvenil. Os centros de privação de liberdade eram chamados “Centros Educacionais”, num eufemismo para o conceito de prisão. Já as instituições que operavam em regime aberto estavam centradas nas chamadas “mudanças de comportamento referentes a conhecimentos, habilidades e atitudes”<sup>42</sup> com relação ao “menor” institucionalizado, desejo de mudanças que vinha desacompanhado de perspectivas de alteração de um contexto social marginalizante.



O “menor Jorginho” teve suas últimas horas de vida fotografadas pelos jornalistas de *O Estado*. Na imagem, percebe-se que um policial fazendo a ronda no centro de Florianópolis acrou-se ao menino, sacando-lhe o entorpecente do qual fazia utilização. 12 de outubro de 1983.

### Considerações finais

O Brasil viu erguer-se, ainda nas primeiras décadas do século XX, uma prioridade no campo da assistência social, elevada a dimensões de um “problema de Estado”: a infância e juventude considerada “abandonada” ou “delinqüente”. A expansão das ações

<sup>42</sup> O ESTADO. FUCABEM abre centro quarta-feira. 28 fev. 1982.



governamentais relativas à população infantojuvenil ocorreu entre as duas ditaduras brasileiras, a do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a civil-militar, período em que situamos esta narrativa, entre 1964 e 1985<sup>43</sup>. O modelo de abrigamento, gestado pelo Código de Menores de 1927, foi concretizado ao longo do século em movimento concomitante ao de crítica ao modelo que “institucionalizava o menor”: desde o Sistema de Atendimento ao Menor e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, até os preceitos descritos no Código de Menores de 1979 buscou-se contemplar outras possibilidades para a inserção social harmoniosa de crianças e adolescentes sem assistência familiar. O cientista político Edson Passetti elabora o seguinte parecer a cerca da temática prisional voltada aos infantojuvenis, no decorrer do século XX:

O orfanato e a prisão para crianças e jovens são imagens que assustam quem está fora deles e apavoram quem está dentro. Por isso, os reformadores não se cansam de constatar a ineficácia do internato como instituição capaz de corrigir comportamentos ou reeducar o jovem prisioneiro para/pelo trabalho. Entretanto, desenvolvem programas para os políticos, a partir de um circuito ininterrupto de seminários, estudos e publicações, propondo mudanças arquitetônicas e novos estilos de abordagem do problema prisional. Discutem os comportamentos criminalizáveis e os descriminalizáveis, sugerem rotinas ditadas pelas exigências históricas de cada época (que vai do ócio ao aprendizado de ofícios passando por alfabetização) e redimensionam as penalizações. Mesmo considerando a prisão um “mal”, os reformadores, paradoxalmente, não se opuseram à introdução do seu modelo como corretivo comportamental ou como educador para jovens infratores.<sup>44</sup>

O contexto em voga no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990 deu um novo sentido ao abrigamento infantojuvenil: a Doutrina de Segurança Nacional embasou filosoficamente ações “preventivas”, ou seja, a anulação prévia de forças internas de agitação ou desarmonia, antes mesmo que estas viessem a manifestar-se nos indivíduos. A infância e a juventude que se encontrava fora do modelo desejado pelos operadores das políticas das quais eram alvo, ou seja, a infância e juventude considerada em “situação irregular” eram consideradas como fatores de desarmonia social, sob os quais deveria intervir o poder público. No estado de Santa Catarina, como buscamos demonstrar, o modelo de institucionalização do “menor” em grandes estabelecimentos, em voga no cenário nacional, também se tornou uma realidade. Os casos policiais veiculados pelo jornal *O Estado*, editado na capital catarinense, demonstram que tais instituições operaram

<sup>43</sup> PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas, p. 350.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. Crianças carentes e políticas públicas, p. 356.



negligências que se referiam, como no caso de “Jorginho”, à institucionalização de jovens sem histórico de delitos graves e que coabitavam com familiares, não se caracterizando, portanto, nem como “abandonados”, nem como “infratores”. Agrupando-os, esses meninos frequentemente se envolveram com entorpecentes e com as chamadas “gangs de menores”. Ou seja, através da “prevenção” de um possível futuro criminal, o Estado deu subsídios para o efetivo enfrentamento do mesmo com a lei. Já através da história de “Sapo”, percebemos como a FUCABEM lidou com a chegada dos jovens a maioridade: excluindo-os, simplesmente, da rede de promoção social.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o Estado brasileiro procurou desenvolver ações assistenciais complementares contínuas com relação às famílias de origem de crianças e adolescentes que necessitam intervenção pública. O regime fechado de internação, como narramos na experiência do Centro Educacional São Lucas, continua sendo decretado, embora excepcionalmente, destinado aos casos considerados de grave inadaptação social ou comunitária. A este fato, devemos a análise do passado recente, contexto que evidenciou a ineficácia do modelo de privação de liberdade, fosse parcial ou total, no tratamento destinado aos infantojuvenis.

À guisa de conclusão, cabe fazer uma incursão pelo tempo presente. Enganam-se aqueles que acreditam que o encarceramento como método de inibição de agentes de desarmonia fez parte de um passado marcado pela atuação autoritária do Estado. Após tantas experiências negativas do ponto de vista do governo da população, a criminalidade infantojuvenil continua a ser entendida por muitos como um problema que pode e deveria ser solucionado pelo poder público através do encarceramento. A redução da idade de responsabilidade penal como proposta de emenda constitucional surgiu 22 vezes entre 1995 e 2004, por exemplo<sup>45</sup>. Tirar de circulação adolescentes inadaptados socialmente ainda surge, portanto, vigente como medida propalada por aqueles que, não acreditando no poder de transformação dos indivíduos, propõem antecipar o juízo que submeteria pessoas entre 14 e 18 anos ao sistema penitenciário comum. Por outro lado, o Estado brasileiro – 20 anos após ter promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – não conseguiu instituir um modelo alternativo para os infantojuvenis que cometeram infrações senão o de privação de liberdade.

<sup>45</sup> MOREIRA, Ivana Aparecida Weissbach. *As propostas de rebaixamento da idade penal de adolescentes no Brasil e o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS*. 199f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.



As políticas públicas voltadas aos infantojuvenis, no Brasil, estão inseridas entre os problemas sociais do âmbito da cultura, quer dizer, tanto a produção dos fenômenos nos quais o Estado deve intervir, quanto o método dessa intervenção, constituem-se através de elementos culturais inamovíveis apenas pelas normativas jurídicas. Hoje, como no momento em que se situou esta narrativa, as normativas jurídicas estão veiculadas às normativas políticas, sendo pensadas e operacionalizadas por pessoas cujo projeto de política social infantojuvenil não é uníssono, daí, dentre outras coisas, a distância entre a lei a realidade, ou os percalços, para que esta lei torne-se, de fato, uma realidade.

Recebido em: 07/07/2013

Aprovado em: 04/09/2013



## ***Consta-nos que o criminoso anda nesta cidade: o processo de fuga e apreensão do escravo fugido Marcelino - Paraíba (1865)***

Elainne Cristina Jorge Dias  
Mestranda em História pela UFPB  
[elainnejorge@hotmail.com](mailto:elainnejorge@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo trata de analisar o processo de fuga e apreensão do escravo Marcelino, que, foragido das autoridades policiais em consequência de ter sido acusado de cometer crimes de ferimentos graves contra duas pessoas na Cidade da Parahyba do Norte, ficou conhecido durante meses, pela população local, através da seção policial das páginas do Jornal *O Tempo*. Este texto reflete sobre os dados contidos nas crônicas policiais em que o escravo se fez presente, já que elas nos fornecem ricos detalhes e relatos a respeito do seu dia a dia, seus laços de solidariedade, como também a atuação das autoridades policiais no processo de sua captura e de seu julgamento. Este estudo vai além das informações contidas nas crônicas, uma vez que é fundamental dar relevância às relações existentes entre senhores e escravos e aos outros tipos de fonte, como, por exemplo, declarações da polícia, para se compreender bem mais a temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravo Marcelino; Fuga; Apreensão.

**ABSTRACT:** This article deals with analyzing the process of escape and apprehension of slave Marcellin, who run the police, as a result of having been charged for committing crimes of serious injury against two people in the town of Parahyba do Norte, became known for months by the local population, through the police section of the pages of the newspaper the time. This text is a reflection of the data founded at the Police Chronicles in which the slave was present, since these provide us rich details about the daily life at the time, their forms of solidarity, as well as the performance of the police in his arrest and his trial. This study goes further the information contained in the Chronicles, since it is essential to emphasize the relations between masters and slaves, as well as the usage of other documents, as the police statements, to a better comprehension of the theme.

**KEYWORDS:** Marcellin Slave; Escape; Seizure.

Os periódicos que circularam no Brasil e, conseqüentemente, na província da Paraíba, durante a segunda metade do Século XIX são fontes importantes para se compreender a sociedade daquele período, pois, “através de seus registros, é possível perceber o cotidiano, [...] as atividades comerciais e as noções de comportamento e de moralidade”<sup>1</sup>. Porém, destacamos que a utilização de periódicos, “como essência de uma

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Heloísa Souza. Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888). *Revista de História Temporalidades*- UFMG. v.2, p.68, ago./dez. 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/4p67.pdf>. Acesso: 11 de nov. de 2011.



realidade passada, pode se revelar parcial [...] tendo-se em vista a possibilidade de a imprensa ser 'dirigida', privilegiando um ângulo específico da realidade".<sup>2</sup> Assim, é necessário perceber para quem e para qual classe social a notícia ou anúncio comercial estava sendo dirigida na época em questão.

Esse parece ser o foco de análise de alguns estudiosos brasileiros que utilizaram os jornais do Século XIX para avaliar diferentes aspectos das relações escravistas no Brasil, como, por exemplo, Lília Schwarcz<sup>3</sup>, que utilizou jornais do Século XIX para estudar a população escrava e discutir a imagem dos negros expressa na imprensa paulistana entre as décadas de 1870 e 1900<sup>4</sup>. Temos, ainda, alguns pesquisadores do estado da Paraíba que se debruçaram sobre esse mesmo tipo de fonte para discutir aspectos ligados ao cotidiano dos escravos, a partir da perspectiva da história social da escravidão. Nesse campo, destacam-se os estudos de Solange Pereira da Rocha<sup>5</sup>, Luciano Mendonça de Lima<sup>6</sup> e Maria da Vitória Lima<sup>7</sup>.

A primeira autora analisou em seu estudo, através de fontes cartoriais, paroquiais e impressas, as relações familiares e espirituais da população negra da Paraíba, além de situações de seu dia a dia. O segundo estudioso discutiu a escravidão no município de Campina Grande, estado da Paraíba, enfatizando o processo de formação de uma cultura de resistência dos escravos ao cativo. Para tal estudo, o autor se utilizou de uma base documental composta por inventários *post-mortem*, processos criminais, jornais e ações cíveis de liberdade e escravização. Por sua vez, a terceira autora buscou compreender aspectos da resistência escrava, na perspectiva dos escravos, relatando situações de seu cotidiano, relações de solidariedade e a forma como organizavam seus movimentos de fugas. Para tal

<sup>2</sup> DALMONTE, Edson Fernando. Gilberto Freyre e a Nova História. O gilete press na recriação do jornalismo: do espectador ao carapuço. *Diálogos possíveis*. v. 3, p.51-52, 2003. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/3/03.pdf>. Acesso: 15 de mai. de 2012.

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>4</sup> Convém salientar que foi Gilberto Freyre o primeiro pesquisador a utilizar os anúncios de escravos publicados nos jornais, para estudar e analisar a população escrava no Brasil. Podemos ver todo o seu estudo em sua obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX*, publicada, pela primeira vez, na década de 1960.

<sup>5</sup> ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

<sup>6</sup> LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da "Rainha da Borborema": uma história social da escravidão em Campina Grande - Século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

<sup>7</sup> LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2010, p.378.



análise, recorreu a uma importante base documental, composta por: correspondências de Chefes de polícia, relatórios de Presidentes de província, inventários e anúncios de escravos fugidos publicados em periódicos paraibanos.

Esses estudos tornaram-se possíveis de ser analisados devido ao fato de os escravos serem uma presença constante nos jornais, através de contos, crônicas, notícias e, sobretudo, de anúncios. No que se refere a este último, era corriqueiro os senhores de escravos publicarem, nos jornais, anúncios de venda, compra, aluguel e fuga de escravos, o que refletia a prática discursiva e histórica de uma sociedade que vivia sob o regime escravista e que ainda via o negro escravizado como uma “mercadoria”.

Diante desse cenário, muitos donos de escravos publicavam anúncios de escravos fugidos nos jornais, com o objetivo de recuperá-los. Vejamos:

Fugio no dia 7 de dezembro corrente da casa do abaixo assignado a escrava parda de nome Vicencia, de idade de 22 annos pouco mais ou menos com os signais seguintes: altura regular, côr parda clara, secca de corpo, cabelos carapinhos, rosto redondo, boca regular, com todos os dentes da boca. [...] Previne-se que talvez esteja n'essa capital ou tenha tomado o caminho de Itabaiana, ou de Campina Grande d'onde é natural e tem parentes. [...] Antonio Vicente Magalhães.<sup>8</sup>

Conforme podemos perceber, o senhor Antônio Vicente Magalhães anunciou a fuga de sua escrava Vicência, parda, de 22 anos pouco mais ou menos, no jornal. No anúncio, encontramos características da aparência física da escrava – altura regular e cabelos carapinhos, por exemplo – assim como informações a respeito de lugares para onde poderia ter ido após a fuga, Itabaiana ou Campina Grande. Esses detalhes eram importantes no processo de captura, pois qualquer informação não exposta poderia resultar na perda da escrava, já que, dessa forma, ficaria difícil para autoridades policiais e capitães do campo<sup>9</sup> reconhecê-la.

Para Ana Josefina Ferrari, nesses anúncios, a voz do escravo não é ouvida, posto que só é mostrada a voz do dono, a voz da lei. Todavia, a mesma autora destacou que o escravo se exprime nos anúncios de fuga de todas as formas, reagindo, inventando estratégias para permanecer livre e, conseqüentemente, fugindo, o que resulta numa escrita que lhe dá corpo, incorporando-se na sociedade como um indivíduo singular, diferente de

<sup>8</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 07 de dez. 1865. Seção de anúncios, p.4 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).

<sup>9</sup> Designação utilizada nos anúncios de fugas de escravos, na Paraíba, referindo-se aos capitães do mato.



todos os outros, com características e atitudes próprias<sup>10</sup>. Porém, queremos chamar a atenção para o fato de não ser apenas nos anúncios de fuga, contidos nos jornais, que os escravos refletiam suas atitudes e ideias diante do sistema escravista, que os oprimia e negava sua condição de seres humanos. Existiam, nos jornais, espaços destinados a notícias policiais em que, muitas vezes, constavam crimes praticados por escravos e contra escravos. Uma dessas notícias refere-se à fuga do escravo Marcelino, que pertencia ao senhor Joaquim Gomes da Silveira<sup>11</sup>.

Esse estudo de caso deve ser discutido, pois, durante meses, foram noticiadas, no Jornal *O Tempo* (1865), diversas situações que envolviam o dito escravo, em que podemos observar o seu comportamento para permanecer em liberdade<sup>12</sup>, a atuação das autoridades no processo de sua captura, além de punições impostas aos escravos em algumas situações em que cometiam crimes. Entretanto, antes de compreender essas situações que envolviam o escravo Marcelino, é preciso conhecer o suposto motivo de sua fuga.

Vejamo-lo na íntegra:

FERIMENTOS: Há cerca de 45 dias o escravo Marcelino, do engenho Gargaú, esfaqueou a seu parceiro Francisco, depois do que fugio para sub trahir-se à acção da justiça.

Consta-nos que o criminoso anda nesta cidade, onde tem sido visto por diversas vezes na rua da Matinha com soldados do corpo de polícia que o acoutão.

Dizem-nos também que ameaça tentar contra seu antigo senhor José Luiz Pereira Lima, morador no Engenho da Graça, perto desta cidade.

Chamamos em tempo a atenção da polícia para este assumpto que deve ser tomado em toda a consideração, visto que além de envolver um crime já praticado a até hoje sem a devida punição, põe em risco a existência de um cidadão considerado.

O Sr. Chefe de polícia que se mostra tão diligente com futilidades, não pode e nem deve perder de vista este attentado.

Cumpra que seus agentes fação alguma cousa de seriamente util.<sup>13</sup>

Como vemos, o que, provavelmente, motivou a fuga do escravo Marcelino do Engenho Gargaú foi o fato de ter esfaqueado seu “parceiro” Francisco. Essa atitude

<sup>10</sup> FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos*. São Paulo: Editora Pontes, 2010, p.27.

<sup>11</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 08 de maio de 1865. Seção policial, p.2-3 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).

<sup>12</sup> O conceito de liberdade utilizada neste estudo é o de Marcus Carvalho, em que ela é entendida como um processo de conquistas que poderiam ser graduais ou bruscas, no caso de fugas. CARVALHO, Marcus. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

<sup>13</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 08 de maio de 1865. Seção policial, p.2-3 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).



poderia resultar-lhe em punição por parte das autoridades, assim como de seu senhor que poderia castigá-lo. Outro motivo que poderia tê-lo levado a fugir seria sua venda pelo seu antigo senhor, Luiz Pereira Lima, já que poderia ter resultado em desarranjos familiares e de parentesco espiritual, assim como de “direitos” costumeiros que haviam sido adquiridos no antigo cativo, como, por exemplo, a possibilidade de cultivar suas roças e de comercializar os produtos delas provenientes<sup>14</sup>. Além disso, não podemos deixar de destacar que alguns escravos fugiam por não concordar com os castigos. Conforme Flávio Gomes, “não era necessariamente uma questão sempre de castigos exagerados aplicados por senhores e feitores cruéis. Podia tratar-se de um castigo considerado ‘injusto’ pelo cativo<sup>15</sup>. Isso demonstra que “o escravo ‘em fuga’ não escapava somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo de escravos e no conjunto da sociedade.”<sup>16</sup>

Segundo a notícia, Marcelino estaria “nesta cidade” – referia-se à Cidade da Parahyba do Norte<sup>17</sup>, onde teria sido visto diversas vezes na Rua da Matinha<sup>18</sup> com soldados do corpo de polícia que o acoutavam. Para Heloísa Souza Ferreira, o sucesso da maioria dos empreendimentos de fuga foi resultado da solidariedade da população local que o acoitou ou ajudou na fuga, que sugeriu ou então que viu a evasão, mas não contou<sup>19</sup>. No caso do evadido Marcelino, ele deveria ter contado com a ajuda de terceiros para permanecer em “liberdade” e longe de seu senhor, já que, conforme informações dessa

<sup>14</sup> Sobre esse aspecto, consultar: GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003, p.150-152. Para João José Reis e Eduardo Silva, existia uma resistência silenciosa por parte dos escravos, que brigavam e conseguiam obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para sua subsistência e até vender algum excedente da produção. Eles acrescentam que se trata da “brecha camponesa”, que poderia interessar aos senhores como fator de redução dos custos de manutenção ou, ainda, como estratégia de controle social. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.8.

<sup>15</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Revista Tempo*. v. 1. Rio de Janeiro, 1996, p.67-93. Disponível em: [www.historia.uff.br/tempo/artigos-livres/artg1-5.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos-livres/artg1-5.pdf). Acesso: 06 de Jun. de 2012.

<sup>16</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.153.

<sup>17</sup> Atual João Pessoa, capital da Paraíba.

<sup>18</sup> A Rua da Matinha, atualmente, começa na Rua da República e termina no Matadouro Público da cidade de João Pessoa. In: RODRIGUES, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p.40. Segundo a pesquisadora Solange Pereira da Rocha, essa rua era uma dos espaços de lazer de mulheres e homens negros, onde ocorriam festas e desavenças entre os que ali circulavam. In: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.88.

<sup>19</sup> FERREIRA, Heloísa Souza. *Ardis da sedução e estratégias de liberdade: escravos e senhores nos anúncios de jomais do Espírito Santo (1849-1888)*. 117f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Vitória, 2012, p.278.



notícia, ele já estaria foragido há, aproximadamente, 45 dias. Isso nos permite “desvelar intrincadas redes de solidariedade que podiam se ocultar por trás das fugas e espaços de sociabilidade reconstituídos, inclusive articulando áreas urbanas e regiões circunvizinhas.”<sup>20</sup>

No entanto, essa mesma notícia nos demonstra, também, que da mesma maneira que haviam pessoas dispostas a ajudar o escravo em sua fuga, existiram pessoas que denunciavam esses atos, caso contrário, não saberíamos que lugares ele frequentava, ou, ainda, com que pessoas contava. E mais, por meio dessa notícia, podemos perceber indícios das relações escravistas e do comportamento do escravo Marcelino, uma vez que ela informa que ele ameaçava tentar contra seu antigo senhor José Pereira Lima, morador do Engenho da Graça, próximo à capital da província, o que deveria ser visto pela polícia com muita consideração, pois, além de envolver um crime, o esfaqueamento de Francisco poderia pôr em risco a vida de um “cidadão considerado”<sup>21</sup>.

Nesse tempo, passaram-se dois meses até Marcelino voltar a ser notícia nas páginas do jornal, conforme podemos observar:

Polícia: Apezar das deligências/ de que nos deu notícia a chronica, esbordou a um parceiro/ da polícia, continua o escravo Marcelino a homisiar-se nos subúrbios da capital. Os agentes encarregados da captura desse criminoso tem se portado, segundo nos informarão, desastradamente. Faz-se muito barulho, sem proveito algum.

Ainda ultimamente, depois da diligência de que nos deu notícia a chronica, esbordou a um seu parceiro, por suspeitar que fora ele quem denunciara o lugar, onde estava acoutado, no Riacho.

A propósito deste negócio remetem-nos o seguinte.

<<As deligências que sido encarregadas da captura do escravo Marcelino, longe de trazerem preso esse criminoso, voltão carregados de milhos e cannas, que encontrarão nos roçados por onde passam.

<<Ainda a pouco, no dia dezenove do corrente, presenciámos semelhante facto, que muito depõe contra a moralidade não só dos que a praticão, como de quem o consente.

<<Pedimos as autoridades competentes que ponhão termo à tal abuso e escândalo>>.<sup>22</sup>

Mais uma vez, segundo a notícia, Marcelino estava contando com a ajuda de acoitadores para permanecer foragido, o que estaria dando certo em sua empreitada, já que

<sup>20</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do Século XIX*. São Paulo: Editora Alameda, 2006, p.33.

<sup>21</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 08 de mai. 1865. Seção policial, p.3-4 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).

<sup>22</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 24 de jul. 1865, Seção policial, p.3-4 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).



haviam se passado alguns meses desde sua fuga<sup>23</sup>. Para Liana Reis, muitas vezes, o sucesso da fuga do escravo, que estava expresso em sua duração, era garantido pela mobilidade do cativo, que poderia circular livremente pelas regiões<sup>24</sup>. A cidade que o escondia era, ao mesmo tempo, a cidade que o libertava e que engrenava um novo tipo de sujeição, a fundada na suspeição generalizada<sup>25</sup>. No caso de Marcelino, mesmo com a ajuda das pessoas da comunidade local, ele havia sido denunciado, supostamente, por seu “parceiro”, que acabou sendo “esbordado” pelo foragido em razão da suspeita de ter sido ele o informante do lugar onde estava acoutado no Riacho.

Em relação à atuação da polícia na captura e na apreensão do escravo evadido, a notícia nos relata que, apesar das diligências empregadas, Marcelino continuava a “homisiar-se” nos subúrbios da Cidade da Parahyba do Norte. E acrescenta que os responsáveis pela captura do “criminoso” portaram-se desastrosamente, já que, além de não terem conseguido capturá-lo, voltaram carregados de milho e de canas que encontraram nos roçados por onde passaram. Finalmente, o cronista dessa notícia pede às autoridades competentes que capturem o dito escravo, que ponham termo a tal atitude, ou seja, que se comportem da maneira esperada e cumpram com suas obrigações.

Cabe destacar que não foi apenas no caso de Marcelino que as autoridades policiais se comportaram dessa maneira. Diversas vezes, eram publicadas notícias nos jornais que denunciavam a atuação da polícia diante de suas atividades. Vejamos:

Ronda: As patrulhas, que andão rondando esta cidade, teem-se portado inconvenientemente, desacatando as pêssoas qualificadas e deixando a paz os peraltas e vadios conhecidos. Esperamos que enérgicas ordens as levem à melhor conducta.<sup>26</sup>

Então, as patrulhas eram alvos de denúncias nos jornais, devido a se portarem inconvenientemente diante de algumas pessoas “qualificadas” e de deixarem em “paz” os

---

<sup>23</sup> Para Marcus Carvalho, em regra geral, os acoitamentos aconteciam por interesse do acoitador que ganhava um trabalhador sem ter que pagar por ele o preço do mercado. Todavia, o mesmo autor enfatizou que o aspecto mais significativo dessa situação é a participação do escravo no processo, que saía da casa de seu dono para se estabelecer em outra residência. IN: CARVALHO, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Revista Tempo*. v. 3, n. 6, Dez. 1998. Disponível em: <[www.historia.uff.br/tempo/artigos-dossie/artg6-5.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos-dossie/artg6-5.pdf)>. Acesso: 06 de Jun. 2012.

<sup>24</sup> REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias no cotidiano escravista mineiro. *Revista Cadernos de História*. v. 1, n.1, Out. 1995. Disponível em: [periodicos.pucminas.br/index.php/cademoshistoria/artide/view/1642](http://periodicos.pucminas.br/index.php/cademoshistoria/artide/view/1642). Acesso: 30 de Ago. 2012.

<sup>25</sup> Sobre esse aspecto, ler: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.212-248.

<sup>26</sup> Jornal *A Opinião*, Cidade da Parahyba do Norte, 10 de jun. 1877, Seção policial, p.2-3 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).



vadios conhecidos. Sendo assim, será que poderíamos dizer que as autoridades estavam deixando em “paz” Marcelino ao não capturá-lo, mesmo sabendo quais eram os lugares que frequentava? Ou poderíamos afirmar que o fato de não ser apreendido deve-se às precárias condições de manutenção das patrulhas e autoridades policiais? Provavelmente, através dos indícios encontrados nas notícias, seria um pouco de cada situação, já que, conforme demonstrado, as forças policiais não foram suficientes para cumprir a exigência da “comunidade” de capturar Marcelino. Porém, algumas medidas eram tomadas pelas autoridades com a intenção de evitar que escravos fugissem, conforme podemos observar nesta declaração da polícia publicada no Jornal *O Publicador*:

Pela subdelegacia do 1º districto desta capital se faz publico que de ordem do Ilm. Sr. Dr. Chefe de polícia é prohibido a todo e qualquer escravo vagar ao depois de 9 horas da noite, salvo os que forem à mandado de seus senhores, trazendo um bilhete.  
Subdelegacia de polícia do 1º districto da capital da Parahyba, em 25 de agosto de 1864.  
O subdelegado do 1º districto  
João Pinto Monteiro e Silva.<sup>27</sup>

A partir dessa declaração, é possível perceber que algumas medidas foram tomadas para controlar a circulação de escravos nas ruas da capital. Francisco Vidal Filho comentou que a cidade era vigiada à noite por patrulhas rondantes e outra montada. Segundo o mesmo autor, às nove horas da noite, os sinos das Igrejas de São Bento, São Francisco e do Carmo davam o sinal de recolher e de silêncio, quando fechavam as casas de comércio, com exceção das boticas<sup>28</sup>. Dando sequência, o referido autor ressaltou que o indivíduo negro que

andasse nas ruas depois do toque de recolher, sem “bilhete” do seu senhor, seria logo preso e não readquiriria a liberdade sem levar pelo menos duas dúzias de bolos. Constituíam uma delícia para o sargento, quase sempre preto ou mestiço, rachar as mãos dos seus desamparados irmãos de sangue.<sup>29</sup>

Isso mostra que “a legislação aparecia como controladora e como regulamentadora das ações dos escravos”<sup>30</sup>, pois, ao mesmo tempo em que impedia legalmente o escravo de

<sup>27</sup> Jornal *O Publicador*, Cidade da Parahyba do Norte, 27 de ago. 1864, Seção policial, p.2-3 (Acervo digital da Biblioteca Nacional).

<sup>28</sup> Nome utilizado, na época, para farmácia.

<sup>29</sup> VIDAL FILHO, Francisco. “Nossa cidade em 1850”. In: AGUIAR, Wellington. OCTÁVIO, José (Orgs.). *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa: Ed. Governo do Estado da Paraíba, 1975. p. 91.

<sup>30</sup> FERRARI, Ana Josefina. Fuga e resistência: o caso das fugas de escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1880. Disponível em: [www.msmedia.com/conexao/01/anaj.pdf](http://www.msmedia.com/conexao/01/anaj.pdf). Acesso: 13 de Ago. 2012. p.4.



ir e vir a qualquer lugar e hora, punia-o por qualquer excesso em caso de flagrante<sup>31</sup>. Todavia, mesmo com essas medidas, não foram poucos os escravos que tinham certa modalidade e conseguiram fugir e permanecer distantes de seus senhores. Prova disso foi o fato, como vimos, há pouco, de Marcelino ter permanecido foragido durante meses vivendo em liberdade, sem que as autoridades o capturassem. Concordamos com Isabel Cristina dos Reis, ao afirmar que “poder viver em liberdade significava fazer, em tese, o que bem quisesse e entendesse de sua vida [...], ter o pleno direito de ir e vir”<sup>32</sup>, uma vez que, durante todo o período em que esteve fugido, Marcelino viveu momentos de autonomia, colocando-se de modo ativo em relação ao domínio de seu senhor, utilizando-se da fuga como um instrumento de poder contra o regime escravista. No entanto, como a liberdade do escravo que havia fugido estava sempre por um fio<sup>33</sup>, Marcelino, finalmente, foi capturado e apreendido em meados do mês de outubro de 1865, como podemos verificar neste fragmento:

Prisão: Finalmente acha-se preso o escravo Marcelino que tanto tempo illudio as diligências policiaes.

À 23 teve lugar esta prisão nas proximidades do mercado, para onde viose obrigado a fugir o mesmo Marcelino, perseguido por uma força que havia sido mandada em sua procura e com a qual luctou por muito tempo.

Infelizmente esta prisão não realisou-se sem desgraça: foi gravemente ferido um soldado da escolta que talvez não sobreviva, e mais, levemente um paisano.

Marcelino sendo levado á polícia fingio-se de morto por algum tempo, talvez com a esperança de evadir-se de novo; mas vendo-se amarrado, e sem recursos poz-se imediatamente de pé, e seguiu para a cadeia com a maior arrogância e desenvoltura.

Dous ferimentos graves, senão um assassinato, pesão sobre este criminoso.<sup>34</sup>

Marcelino acabou preso pelas forças policiais, nas proximidades do mercado, em 23 de agosto de 1865, ou seja, mais de seis meses depois de sua fuga. Porém, a prisão do

<sup>31</sup> Thomas Holloway, em seu estudo sobre a polícia no Rio de Janeiro, salientou que as energias do sistema policial não só eram empregadas na repressão de comportamentos como, por exemplo, vadiagem e violação do toque de recolher. Segundo o mesmo autor, a mesma força policial que combatia esses tipos de comportamento da população também lidava com crimes, roubos, homicídios e ofensas correlatas. In: HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.25.

<sup>32</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio e consta que já tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia”. *Afro-Ásia*, Bahia, n.23, p. 28, 1999. Disponível em: [www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia-n23-p29.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia-n23-p29.pdf). Acesso: 14 de Ago. 2012.

<sup>33</sup> Expressão utilizada por Marcus Carvalho (2002).

<sup>34</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 26 de out. 1865, Seção policial, p.2-3 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).



evadido não foi tão fácil. Segundo a notícia, o “criminoso” foi perseguido pelas forças policiais que haviam sido destinadas para sua apreensão, o que resultou em dois feridos: um soldado, que poderia não sobreviver, e um paisano. Mas, ao ser preso, Marcelino fingiu-se de morto. Estaria ele também ferido? Provavelmente, sim. E mais, estando preso, seguiu para a cadeia com a maior arrogância e desenvoltura e aguardaria o julgamento pelos crimes de ferimentos graves cometidos contra seu “parceiro” Francisco e contra o soldado que, conforme consta, poderia falecer<sup>35</sup>.

Outro fato importante que merece ser destacado é que, ao ser preso, Marcelino tentou fingir-se de morto. Essa, talvez, tenha sido a última estratégia para se evadir novamente. Caso fosse estratégia, fracassou, pois, logo que se viu amarrado e sem recursos, o evadido levantou-se e seguiu para a cadeia. A última informação de que dispomos sobre Marcelino, em nosso levantamento nos jornais, consta no Jornal *O Tempo* do mês de dezembro. Trata-se de seu julgamento:

Tribunal do jury-

[...]

Dia 15: - Entrou em julgamento o réo escravo Marcelino, escravo do comendador Joaquim Gomes da Silveira, acusado por crime de ferimentos graves, tendo por advogado o Sr. Dr. Lindolpho José Correia das Neves. A ação foi julgada perempta pelo Sr. Dr. Juiz de direito interino. O acusado por parte da justiça foi o Sr. Advogado José Lucas de Souza Rangel.

- Foi submetido o mesmo réo á segundo julgamento, por crime igual, tendo por advogado o mesmo Sr. Dr. Lindolpho.

Foi condenado no máximo da pena do art. 205 do cod. Criminal, a qual foi comutada pelo juiz de direito com 200 açoites. O promotor ad hoc deste processo foi o Sr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves, estudante do 5º anno da faculdade de direito.<sup>36</sup>

Conforme o relato do cronista, podemos ter uma ideia das relações de poder da sociedade escravista. Marcelino foi a julgamento, no dia 15 de dezembro de 1865, acusado de crime com ferimentos graves cometidos contra duas pessoas. Foram dois julgamentos, cujo advogado do réu foi o Sr. Dr. Lindolpho José Correia das Neves, e como parte da justiça de acusação, o Sr. José Lucas de Souza Rangel e o promotor Sr. Ernesto Adolpho Vasconcelos Chaves, respectivamente.

<sup>35</sup> A fuga não era considerada crime, e o escravo, muitas vezes, era perseguido e apreendido a pedido de seu dono. No caso de Marcelino, ele estava sendo perseguido pelas autoridades, sobretudo, por ter ferido Francisco.

<sup>36</sup> Jornal *O Tempo*, Cidade da Parahyba do Norte, 18 de dez. 1865, Seção policial, p.2-3 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).



Depois do julgamento, Marcelino recebeu a condenação máxima prevista no Art. 205 do Código Criminal – oito anos de prisão –, além de multas que acabaram sendo substituídas pelo juiz por duzentos açoites<sup>37</sup>. Essa mudança de pena se deve ao fato de o réu ser escravo, já que um “aspecto de fundamental importância para compreensão da sub-representação da criminalidade escrava prende-se à consideração do valor econômico do cativo e dos prejuízos acarretados pela sua prisão”<sup>38</sup>, ou seja, para o sistema escravista, era preferível que o escravo recebesse a pena de açoites à reclusão de oito anos, pois o impediria de dar lucro com trabalhos. Todavia, após dois anos do julgamento e, conseqüentemente, de sua punição, Marcelino reapareceu nas páginas policiais.

Quanto a essa última notícia, não tivemos acesso ao documento, o que nos impossibilita de mostrá-lo na íntegra como fizemos com os outros. Sabemos desse fato, em razão de outra pesquisadora da Paraíba – Solange Pereira da Rocha – ter analisado o mesmo caso. Segundo enuncia, em 10 de fevereiro de 1867, Marcelino foi preso novamente. Porém, dessa vez, o motivo que o levou para a prisão foi o fato de andar à noite na rua sem um bilhete de seu senhor, e depois do horário do toque de recolher. Nessa ocasião, a punição imposta a Marcelino foi diferente da que havia levado, anteriormente, quando julgado pelos crimes de ferimentos graves. Dias depois de sua prisão, o seu senhor, Joaquim Gomes da Silveira, o mesmo de dois anos atrás, ordenou que ele fosse posto em liberdade, mas não sem antes receber um castigo com palmatoadas nas mãos e ter o cabelo raspado<sup>39</sup>. Isto se deve ao fato da polícia ser responsável apenas pelos “casos ocorridos entre os civis, ou seja, cabia a ela capturar o escravo foragido, mas quem determinava o castigo ou a justiça sobre ele era seu proprietário.”<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> O artigo citado trata do crime de ferimentos graves e ofensas físicas cometidas contra algum indivíduo. A pena máxima prevista para esse crime era de oito anos de reclusão e a cobrança de uma multa. Além disso, conforme o art. 60 do Código Criminal do Império, as penas de prisão impostas a cativos deveriam ser comutadas em açoites, os quais teriam seu número fixado na sentença. Para mais informações, consultar: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.96.

<sup>38</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo- 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 28.

<sup>39</sup> Esses dados foram extraídos da obra da pesquisadora Solange Pereira da Rocha, onde ela refere que essas últimas informações sobre o escravo Marcelino foram pesquisadas em correspondências entre autoridades policiais, ou seja, não estavam nos jornais em que pesquisamos, o que justifica a ausência do documento neste estudo. Para saber mais sobre esta última informação do escravo Marcelino, consultar: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.96.

<sup>40</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.157.



Então, podemos concluir, através da experiência do cativo Marcelino, que, para se manter fugidos, alguns escravos acionavam uma rede de solidariedades, o que, muitas vezes, poderia resultar em longos períodos de autonomia distantes de seus senhores. Além disso, na Cidade da Parahyba do Norte, mesmo com a atuação da polícia e a implantação do controle social – através de códigos de posturas, que visavam limitar espaços, horários e hábitos da população, sobretudo a escrava –, o cativo foragido conseguiu burlar as normas<sup>41</sup> e conquistou momentos de liberdade e autonomia, colocando-se de modo ativo em relação ao domínio de seu senhor, utilizando-se da fuga como um instrumento de poder contra o regime escravista. Finalmente, constatamos que essa experiência de Marcelino é o retrato de situações vividas por diversos homens e mulheres que foram escravizados, pois, caso contrário, os jornais paraibanos, que circularam em meados do Século XIX, não estariam repletos de notícias, anúncios de escravos fugidos e, conseqüentemente, de senhores que solicitavam a captura deles pelas autoridades policiais e pelos capitães do campo.<sup>42</sup>

Recebido em: 20/11/2012

Aprovado em: 07/07/2013

---

<sup>41</sup> Sobre o fato de os escravos burlarem as normas, ler: CELESTINO, Mairton. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na província do Piauí, 1870-1888. In. *Revista de Estudos Culturais Fênix*. v. 1, n.3, Jul./Ago. de 2008.

Disponível em: [www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO-11-MAIRTON-CELESTINO-FENIX-JUL-AGO-SET2008.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO-11-MAIRTON-CELESTINO-FENIX-JUL-AGO-SET2008.pdf). Acesso: 15 de Ago. de 2012.

<sup>42</sup> Em nossas pesquisas, foram encontrados, aproximadamente, 130 anúncios diferentes de fugas de escravos.



## Ousmane Sembène: uma abordagem cultural na luta contra o colonialismo de 1950 a 1969

Gustavo de Andrade Durão  
Doutorando em História – UFRJ  
[gad20055@gmail.com](mailto:gad20055@gmail.com)

**RESUMO:** A trajetória de Ousmane Sembène (cineasta, escritor e militante marxista) explicita algumas estruturas da sociedade africana dos antigos territórios coloniais franceses. Buscando-se a percepção e a valorização das obras de Sembène, e principalmente de sua obra cinematográfica *Le Mandat*, de 1969, tem-se uma representação dos problemas que envolveram a sociedade senegalesa no que tange seus valores humanos, políticos e de identidade no período posterior à independência. Dessa forma, pretende-se promover uma reflexão sobre o papel do intelectual africano no respectivo período, no âmbito de História da África contemporânea, como uma análise acerca dos escritores negro-africanos falantes da língua francesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Senegal; História da África; *Négritude*.

**ABSTRACT:** The trajectory of Ousmane Sembène (filmmaker, writer and marxist militant) explain some african society structures of the old french colonial territories. Seeking the perception and exploitation of Sembène's work, and particularly his movie *Le Mandat*, from 1969, which represents some of the problems surrounding the senegalese society regarding their human values, political and identity in the period after independence. Thus, it is intended to promote a reflection on the role of african intellectual in the respective period, in the course of the Contemporary African History, as a reflection on the black african writers when speaks french.

**KEYWORDS:** Senegal, African History, *Négritude*.

### Introdução

A partir dos estudos de África que surgem com força no âmbito acadêmico brasileiro, pode-se perceber que em poucos anos desde o lançamento da Lei 10.639/03 (que obriga o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas e universidades) muito se fez para enriquecer o conhecimento em relação ao continente e às obras dos intelectuais negro-africanos do século passado.

Através deste balanço e da percepção de fragilidades acadêmicas sobre o tema foi desenvolvido e pensado este artigo, no qual se pretende fazer uma provocação preliminar acerca de um tema que está negligenciado pelos estudiosos da África contemporânea: a África francófona e às implicações do colonialismo francês no continente africano no



período que vai da produção literária pós-independente até os primeiros anos da emancipação política africana.

Este trabalho baseia-se na obra de um importante autor, romancista e militante de um movimento anticolonialista que começa fora da África, mas têm suas bases no questionamento do colonialismo no Senegal. Ousmane Sembène, além de ter sido escritor, foi um importante cineasta, pioneiro na representação da África de expressão francesa através da cinematografia.

A singularidade de sua obra justifica-se por retratar um ambiente social africano em meio às transformações político-sociais do mundo contemporâneo. Além disso, o referido autor expôs elementos suficientes para acreditarmos que a passividade do africano (de expressão francesa) não ocorreu de fato como os livros de história pretendiam nos ensinar ou transmitir.

Ousmane Sembène não deixa de se referir ao Senegal em suas obras e é representante importante de uma elite colonial francófona que pôde acompanhar o processo de independência de seu país. Além disso, participou de uma construção nacional que criticava não só a estrutura capitalista deixada pelo colonizador, mas também o não enfrentamento por parte do ex-colonizado (transformado oficialmente em cidadão a partir de 1960).

Suas obras são de fundamental importância para os historiadores, se analisadas como representação do tempo histórico. Os romances de Sembène e seus filmes demonstram parte do modo de vida africano e das complexidades que foram encontradas após a independência, uma realidade pouco explorada até o momento.

Há diversas obras que poderiam ser escolhidas, tais como *Véhi Ciosane*, *Le Bouts de Bois de Dieu*, *Xala* ou *Molaade*, mas a escolha pelo *Le Mandat* foi motivada pelo caráter representativo da sociedade africana que se relaciona com os poucos estudos sobre pensadores da África Ocidental Francesa.

Através de um diálogo intercultural e interdisciplinar propõe-se movimentar uma reflexão entre a História da África e o contato colonial francês, que se mostra um bom caminho de análise sobre a escrita literária e as movimentações políticas dos pensadores africanos de expressão francesa.



A compreensão dos métodos coloniais franceses (como a assimilação, que contava com a educação colonial dos indivíduos) e as críticas à colonização francesa foram abordadas sutilmente por Sembène em suas obras. Nelas, é possível perceber importantes reflexões através da análise entre literatura e cinema, pontos relevantes na narrativa de Sembène, principalmente, se tomando como base a obra cinematográfica *Le Mandat* de 1968.

### **Sembène, uma trajetória de crítica e de contestação**

Ousmane Sembène nasceu em 1923 e começou a sua carreira como escritor a partir de 1956. Como era comum entre os colonizados na África Ocidental Francesa, ocupou diversos pequenos ofícios como mecânico, pescador, marceneiro, etc. Em 1942 Sembène foi recrutado para ser atirador senegalês (os recrutamentos dos atiradores foram iniciadas pelo deputado Blaise Diagne em 1917) e com isso, deu-se início a sua relação com a metrópole.<sup>1</sup>

Pode-se dizer que as obras de Sembène eram direcionadas para uma elite cultural africana que não pôde captá-la de maneira produtiva, como ele almejava. A escolha de Sembène pelo cinema, segundo seus críticos, foi um modo de tornar suas produções acessíveis a um público mais amplo, assim, as obras de Sembène estariam imbuídas de uma característica mais popular<sup>2</sup>. O cinema foi, portanto, uma escolha que além de popularizar seu pensamento, tornou possível difundi-lo mais abertamente.

Vale ressaltar que, no que diz respeito à sua trajetória, Ousmane Sembène foi enviado a Moscou para estudar cinema nos *Estúdios Gorki*, a fim de aprender com os mestres da cinematografia soviética. Esse era o resultado de um programa de incentivo do Ministério da França para a Cultura e Cooperação.<sup>3</sup>

Contudo, o pensador senegalês não estava sozinho na empreitada de pesquisa e desenvolvimento de trabalhos sobre cinema, pois com ele foram estudar na Rússia outros pensadores africanos como Costa Diagne (senegalês) e Souleymane Cissé (malinês), que

<sup>1</sup> NZBATSINDA, Anthère. Le Griot dans le récit d'Ousmane Sembène: entre la rupture et la continuité d'une représentation de la parole africaine. *The French Review*, EUA, v. 70, n. 6, p. 865-872, mai. 1997, p. 865.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. Le Griot dans le récit d'Ousmane Sembène: entre la rupture et la continuité d'une représentation de la parole africaine, p. 865.

<sup>3</sup> GENOVA, James E. Cinema and the Struggle to (De)colonize the Mind in French/ Francophone West Africa (1950s-1960s). *The Journal of the Midwest Modern Language Association*, EUA, v. 39, n.1, p. 50-62, mar. 2006, p. 58.



pode ter sido o primeiro africano a ter terminado o ciclo de estudos na *École Supérieure de Cinéma*.<sup>4</sup>

Desse modo, vê-se que o papel de Sembène no campo cultural foi de extrema importância, pois operando com as representações da vida cotidiana nas suas obras, o autor expunha um colonialismo que era censurado. Essa crítica circulava na maioria dos periódicos somente a uma parte dos representantes da elite letrada francófona, não atingindo a maior parte da população não alfabetizada.

A trajetória de Sembène foi diferente dos pensadores do Movimento da *Négritude* como Léopold Senghor e Aimé Césaire, já que ele foi autodidata. Principalmente porque o sistema educacional francês nas colônias desconsiderava as tradições culturais dos povos que habitavam os territórios antes da chegada do colonizador e de alguma maneira a obra de Sembène se tornou uma arma importante na luta anticolonial nas décadas de 1950 e 1960.

Segundo o filósofo ganês Anthony Kwame Appiah:

Insistir na alienação dos súditos coloniais de educação ocidental, em sua capacidade de apreciar e valorizar suas próprias tradições, é correr o risco de confundir o poder dessa experiência primária com o rigor de muitas formas de resistência cultural ao colonialismo. O sentimento de que os colonizadores superestimam o alcance de sua penetração cultural é compatível com a raiva ou o ódio, ou a ânsia de liberdade; mas não implica as deficiências de autoconfiança que levam à alienação.<sup>5</sup>

Desse modo vê-se que a característica do sistema de assimilação adotado pela França era a manutenção de um sistema de ensino que não levasse em consideração a vida e os costumes dos súditos coloniais. Por isso, levanta-se a hipótese de que caracterizando essa tentativa de alienação nos mecanismos da missão civilizadora francesa, o papel de Sembène foi de esclarecer sobre as ambiguidades da colonização através de uma militância anticolonialista fortemente influenciada pelo ideal marxista.

Como também aponta a crítica literária Claire-Neige Jaunet, Sembène, bem como Ferdinand Oyono (*Le vieux nègre et la médaille* – 1956) foram romancistas pioneiros na crítica

<sup>4</sup> GENOVA, James E. Cinema and the Struggle to (De)colonize the Mind in French/ Francophone West Africa (1950s-1960s), p. 58.

<sup>5</sup> APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 25.



à atividade colonial francesa e expuseram as necessidades mais urgentes de se pôr fim ao processo colonial na África Ocidental Francesa.<sup>6</sup>

A mesma autora assegura ser a produção de Sembène uma das mais importantes dentre os escritores negro-africanos por estar relacionada diretamente às questões de sua sociedade e de sua época. Um exemplo é a primeira obra publicada de renome: *Les Bouts de bois de Dieu*. O livro tratava da greve ocorrida entre 1947 e 1948 em Dacar, Thiès e Bamako (colônias francesas antes da independência em 1960) e expunha não só as atividades de exploração promovidas pela França, como demonstrava a movimentação dos trabalhadores que exigiam condições iguais de trabalho para todos nas colônias.

É possível perceber ainda que a análise de Sembène nesta obra é pioneira por demonstrar o papel das mulheres diante da contestação ao colonialismo francês e a importância destas em militarem à favor dos homens negros de Dacar.<sup>7</sup>

Segundo um dos principais críticos da obra de Sembène, Anthère Nzbatsinda, o escritor e cineasta pode ser comparado a um *griot*, verdadeiro artista da palavra africana, já que a principal característica das suas obras foi de buscar remontar às tradições africanas<sup>8</sup>. De modo análogo ao *griot* africano, Sembène conta uma história do passado e relembra a oralidade, ou seja, na presente análise ele ilustra um personagem que fez parte da rede de saber. Revelando o ser pensante dentro de um espaço dominado pelo francês, onde o africano era constantemente bombardeado pela ideologia alienante da *mission civilisatrice*.

Utilizando a análise de Aimé Césaire sobre a relação entre a cultura e a política, pode-se compreender a dificuldade e a resistência ao contato cultural francês (bem como sua ideologia) que ocorreu diante do sistema da assimilação. No ensaio apresentado no Primeiro Congresso de Artistas e Escritores Negros em Paris, por exemplo, o autor define que o fracasso de “tal teoria é que ela se baseia na ilusão que a colonização é um contato como outro qualquer e que todos os empréstimos são válidos”.<sup>9</sup>

### ***Négritude* e a movimentação cultural dos escritores negros**

<sup>6</sup> JAUNET, Claire-Neige. *Les écrivains de la négritude*. Paris : Ellipses - Col. Réseau\_ les écoles artistiques, 2001, p. 66-67.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. *Les écrivains de la négritude*, p. 70-71.

<sup>8</sup> NZBATSINDA, Anthère. Le Griot dans le récit d'Ousmane Sembène, p. 867.

<sup>9</sup> CESAIRE, Aimé. Culture et colonisation. *Liberté*, v. 5, n. 1, 1963, p. 29 (tradução livre do autor).



“Subtendido por uma visão marxista, sua arte literária e cinematográfica se encontrava em conflito, frequentemente, com o governo senegalês.”<sup>10</sup> Essa fala da jornalista Nicole Aas-Rouxparis apresenta Sembène, narrando o fato de que este pensador obteve, no final de sua vida, um grande reconhecimento artístico por parte da intelectualidade da antiga metrópole. O que ocorreu para além das discordâncias ocorridas no período de consolidação das independências na África.<sup>11</sup>

Poder-se-ia questionar o silenciamento por parte de grandes escritores francófonos sobre a atuação de Sembène ou expor a querela que envolveu Senghor e Sembène nos anos de independência do Senegal (1960-1980), mas é preferível retomar o momento da formação intelectual deste autor que se iniciou nos anos 1950. Por isso, a entrevista deste pensador à jornalista Nicole Aas-Rouxparis, ilustra as diferentes posturas de Sembène ao longo de sua trajetória e esclarece em relação a uma melhor compreensão dos primeiros anos de atuação política e intelectual deste pensador.<sup>12</sup>

A década de 50 foi o amadurecimento de um processo que se iniciou com o Movimento da *Négritude* do entre-guerras, e que tomava outros direcionamentos e alianças mais efetivas. Fato que culminaria na análise dos estudiosos do tema com os Congressos dos Escritores e Artistas Negros de 1956 em Paris e 1959 em Roma.

Em relação ao Movimento da *Négritude* animado por Léopold Senghor, Leon Gontram-Damas e Aimé Césaire, pode-se dizer que perde a força de movimentação política ao final da Segunda Guerra Mundial quando os autores alteram o sentido de alguns de seus diálogos (no campo literário e cultural) e se engajam nas atividades políticas dos seus respectivos países, com outras preocupações e linhas de ação.

Para a justa compreensão desta movimentação intelectual africana de expressão francesa, deve-se ter claro que as formas de solidariedade entre os negros se alteram profundamente após o final da Segunda Guerra Mundial.

Como nós vimos anteriormente, nos anos da guerra viriam então a se criar uma pequena sociedade negra parisiense, formada de intelectuais

<sup>10</sup> AAS-ROUXPARIS, Nicole; SEMBENE, Ousmane. Conversation avec Ousmane Sembène. *The French Review*, v. 75, n. 3, p. 572-583, fev. 2002, p. 572, (tradução livre do autor).

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. Conversation avec Ousmane Sembène, p. 572.

<sup>12</sup> AAS-ROUXPARIS, Nicole; SEMBENE, Ousmane. Conversation avec Ousmane Sembène, p. 572-583.



que prolongaram os debates começados antes da guerra, preparando todas as mudanças que viriam.<sup>13</sup>

O historiador Pap Ndiaye afirma que o período de 1945 a 1956 representou o diálogo entre os pensadores africanos assimilacionistas e os anticolonialistas<sup>14</sup>. Os primeiros comungavam do ideal de aceitação e implementação do sistema de assimilação preconizado pelos colonizadores franceses; já os segundos eram os que demandavam o fim da presença política e administrativa dos colonizadores na África Ocidental Francesa, prezando pela autodeterminação dos povos nos territórios da África Negra.<sup>15</sup>

Ainda vale lembrar que os debates possuíram grande complexidade e exigência no campo intelectual, por grande incentivo do governo francês em garantir bolsas de estudo de qualidade para os indivíduos das elites intelectuais na metrópole. É ainda apontado por Ndiaye que o investimento por parte da Rússia e do partido comunista também foram fatores determinantes na manutenção de redes de solidariedade entre os pensadores negros do início da década de 1950.<sup>16</sup>

Por isso, grande parte da historiografia sobre os pensadores negros de expressão francesa define a atuação de Alioune Diop como um fator determinante para o momento que se iniciava. Isso se deu porque a revista *Présence Africaine* (fundada por ele em 1946), conseguiu grande projeção e apoio político de uma intelectualidade negra que ganhava cada vez mais espaço no campo literário da sociedade parisiense. “A *négritude* de hoje, disse Alioune Diop, tem por missão restituir a história em suas verdadeiras dimensões”.<sup>17</sup>

Essa grande crítica de Alioune Diop foi pronunciada no Primeiro Congresso de Artistas e Escritores Negros, em 1956, e definia a qualidade da formação intelectual dos participantes de um contexto que ainda não rejeitava totalmente o conceito de *négritude*, mas buscava uma atitude mais direcionada ao sistema de dependência com o colonialismo francês, tanto no âmbito político, quanto cultural.

Ainda na expressão de Alioune Diop no referido congresso: “Os homens de cultura, em África, não podem mais se desinteressar da política, que é uma condição

<sup>13</sup> NDIAYE, Pap. *La condition Noire: Essai sur une minorité française*. Paris: Calmann-Lévy/ Gallimard, 2008, p. 384. (tradução livre do autor).

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *La condition Noire: Essai sur une minorité française*, p. 359-362.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *La condition Noire: Essai sur une minorité française*, p. 361.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *La condition Noire: Essai sur une minorité française*, p. 361.

<sup>17</sup> KESTELOOT, Lilyan. *Histoire de la Littérature Nègro-africaine*. Paris: Karthala/AUF, 2004, p. 214.



necessária do renascimento cultural”<sup>18</sup>. Esta afirmação de Diop demonstra que um dos objetivos desse congresso era definir as linhas de ação ideológicas que seriam seguidas pelos artistas e escritores que estavam engajados na luta contra a colonização.

No primeiro congresso (1956), as linhas de ação estavam se definindo em torno dos intelectuais negros americanos, antilhanos, africanos e malgaches com forte presença dos ideais marxistas. De acordo com Lillian Kesteloot, a presença de Josephine Baker no Congresso seria uma representação da multiplicidade de temas que circularam entre os intelectuais ali presentes, demonstrando que as questões culturais ainda estavam essencialmente em pauta.<sup>19</sup>

Contudo, aponta-se que, durante esse congresso, as questões nacionais não estavam ainda fortemente definidas e o debate literário-cultural ainda estava em voga. Por isso, percebe-se que o discurso direcionado estritamente ao nacional só se dará mais explicitamente no Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, em 1959.

Retomando a análise da escritora e estudiosa do tema Lillian Kesteloot, têm-se que as bases deste primeiro encontro foram tratadas a partir de três verdades fundamentais: “Que primeiramente não há povo sem cultura, que em segundo, não há cultura sem ancestrais e que não há liberdade cultural autêntica sem liberação política prévia”.<sup>20</sup>

A análise da locução do martiniquenho Aimé Césaire é de suma importância para compreendermos parte do sistema assimilacionista, porque ilustra a dificuldade em se ter liberdade e condições propícias para produzir-se intelectualmente na metrópole. Principalmente quando este afirma que “um regime político e social que suprime a autodeterminação de um povo, mata ao mesmo tempo o poder criativo deste povo”.<sup>21</sup> Ou seja, é neste contexto de formação de novas propostas para a questão colonial que Sembène procurou engajar-se para tornar possível a realização de suas produções culturais voltadas às transformações político-sociais necessárias à sua realidade.

### **Sembène e os escritores negros de 1959**

<sup>18</sup> KESTELOOT, Lillian. *Histoire de la Littérature Nègro-africaine*, p. 214-215.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Histoire de la Littérature Nègro-africaine*, p. 218.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Histoire de la Littérature Nègro-africaine*, p. 219.

<sup>21</sup> CÉSAIRE, Aimé. *Culture et colonisation*, p. 20.



Certamente essa ambiência cultural foi percebida por Sembène, pois, Aimé Césaire já apresentara seu *Discours sur le Colonialisme* (1950), Frantz Fanon escrevera *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e Léopold Senghor já circulava seus escritos, como o chamado *Les éléments constitutifs d'une civilisation d'expression negro-africaine* de 1956. Provavelmente Sembène teria acesso àquelas publicações e certamente inteirou-se da discussão sobre produção cultural, racismo e valorização dos aspectos de uma literatura negro-africana.

Cabe lembrar também que a FEANF (Federação dos Estudantes da África Negra na França) representou um papel importante na militância anticolonial, incentivando os estudantes negros a iniciarem as manifestações políticas e aderir aos sindicatos. Nota-se que a partir da análise detalhada de grande parte das fontes trabalhadas, grande parte de escritores que constituem o campo de reflexão sobre o tema da *négritude* exalta o papel das influências marxistas no período (início da bipolarização do mundo contemporâneo) e outras silenciam quanto ao posicionamento destas ideologias como resultado do posicionamento de não alinhamento tomado por muitos países africanos após a conferência da Bandung (1955).<sup>22</sup>

Foram ainda instituições como a FEANF e o PCF (Partido Comunista Francês) que incentivaram o Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros (1959), onde a *Présence Africaine* de Alioune Diop continuava com a sua forma de aglomerar os intelectuais engajados nas questões político-culturais e, além disso, onde a SAC (Sociedade Africana de Cultura) possuía um amplo espaço de penetração.

Através das análises dos textos sobre o tema percebe-se que houve uma grande movimentação transnacional dos escritores negros que transpunham os territórios coloniais chegando às metrópoles, atingindo escritores que também eram simpáticos ao tema da emancipação dos povos africanos e suas produções artístico-literárias.

Neste momento, segundo Kesteloot, Ousmane Sembène acabara de escrever seu *Docker Noir* e se aproximava intelectualmente de Frantz Fanon e de Albert Memmi que também expuseram seus trabalhos em diálogos no segundo congresso. A questão de estar engajado ou não foi um dos grandes debates das décadas de 1950 em diante, onde foi exposto que não era mais possível escrever qualquer obra literária sem se tomar um posicionamento claro.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> KESTELOOT, Lylian, *Histoire de la Littérature Négro-africaine*, p. 218-226.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *Histoire de la Littérature Négro-africaine*, p. 226.



Segundo o pensamento do filósofo estruturalista francês Jean-Paul Sartre: “Se tratava na maior parte do tempo de criticar uma política, de denunciar uma medida arbitrária, de se posicionar contra um homem ou contra uma propaganda (...)”<sup>24</sup>. Essa afirmação faz referência a defesa que o escritor francês faz de um papel de engajamento quase intrínseco ao papel de todo intelectual e homem das letras. Faz-se importante refletir em que medida essas noções foram compartilhadas pelos pensadores africanos como Ousmane Sembène.

Desse modo, como aponta o filósofo francês, essa nova geração intelectual possuía não só um compromisso com a estética e com a arte em si, mas tinha consciência de que ela estava atrelada a um posicionamento político e que a questão colonial restringia e limitava uma qualidade essencial da cultura: a liberdade. Na definição de Aimé Césaire “a ideia de uma influência do político sobre o cultural se impõe como uma evidência”<sup>25</sup>.

O último congresso antes dos processos de independência (1959) foi importante para essa intelectualidade africana emergente e, sobretudo, para Sembène, já que foram colocados em pauta temas como a participação dos soldados senegaleses (*tirailleurs*), a questão da unidade política e tantos outros assuntos referentes à emancipação dos povos.

É possível que Sembène tenha se utilizado de alguns aspectos das críticas dos escritores que fizeram parte do Movimento da *Négritude* para elaborar suas obras<sup>26</sup>. Além disso, imagina-se que ele tenha melhor construído toda a sua crítica à civilização francesa a partir disto.

De maneira geral e prática, a colonização não havia como ser combatida sem um projeto que propusesse uma construção ideológica para a unidade do Estado. Por isso, Sembène, com a sensibilidade de um artista e com o compromisso do engajamento do escritor, retratou o processo de assimilação e como ele permanece incrustado na estrutura sócio-cultural de um Senegal pós-independente. Pelo menos é o que fica demonstrado amplamente em sua obra *Le Mandat* (escrito em 1966 e filmado em 1969).

### ***O Mandato* – uma resposta à herança deixada pela missão civilizadora**

<sup>24</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Qu'est-ce que la littérature?* Paris: Editions Gallimard, 1948, p. 230. (tradução livre do autor)

<sup>25</sup> CÉSAIRE, Aimé. *Culture et colonisation*, p. 20. (tradução livre do autor).

<sup>26</sup> LIAUZU, Claude. *Histoire de l'anticolonialisme en France: Du XVI e siècle à nos jours*. Paris: Armand Colin, Pluriel, 2007, p. 296-297.



A estória de *Le Mandat*, de 1966, representa uma espécie de odisseia do personagem principal diante das dificuldades de se firmar como cidadão no contexto sócio-político-cultural do Senegal pós-independente. O filme de Ousmane Sembène retrata com vastidão as dificuldades de Ibrahima Dieng para conseguir retirar um vale postal do correio, presente de seu sobrinho (Abdou) que estava trabalhando na França.

Dentre os inúmeros questionamentos de Sembène, pode-se notar a relação com as instituições, com o dinheiro e com as questões complexas de uma sociedade matrilinear e fundamentada nas práticas islâmicas.

A principal dificuldade de Ibrahima em conseguir a retirada do dinheiro do sobrinho é apenas um primeiro aspecto que demonstra inúmeros questionamentos por parte de Sembène, gerando um retrato bastante fiel da situação pós-independente para os indivíduos comuns da antiga África Ocidental francesa.

Os problemas de Ibrahima permeiam o campo da moral, mas demonstram também que há uma imensa dificuldade em agir de maneira igualitária naquela sociedade que é apresentada como dominada pela ambição do capitalismo e das instituições. Um grande exemplo pode ser a fala do funcionário dos correios, quando diz: “Velho, não importa, respondeu-lhe, pousando a mão sob Dieng. Sem foto, certidão de nascimento e carimbo eu não posso nada, deixe o lugar ao próximo.”<sup>27</sup>

Nessa passagem do livro, percebe-se que a carteira de identidade era o que conferia a cidadania a Ibrahima e quando tenta a retirada do vale postal, o personagem principal do livro compreende a sua impossibilidade. Ao não possuir documento com foto (sua identidade) ele não era realmente cidadão, entretanto, Ibrahima possuía somente o título de eleitor, o que lhe permitiria cumprir sua função de decisão nas escolhas da política, única responsabilidade diante do Estado.

Ibrahima Dieng parece representado tanto na obra literária como na cinematográfica como alguém que está à parte na infraestrutura das instituições no Senegal após 1960, que sem identidade não pode existir perante as estruturas político-econômicas que permeiam o mundo dos antigos súditos coloniais.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> OUSMANE, Sembène. *Le Mandat* – Précédé de Véhi Ciosane. Ed. 1996, Paris: Présence Africane, 2008, p. 133, (tradução livre do autor).

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Le Mandat* – Précédé de Véhi, p. 133.



Esta reflexão pretendeu demonstrar que além de criticar a burocracia ou a dificuldade em lidar com as instituições presentes no capitalismo moderno, a obra de Sembène, traça uma crítica da Assimilação Total adotada no Senegal durante o período colonial, sobretudo a partir da departamentalização dos Territórios da África Ocidental Francesa a partir de 1920.

Pode-se perceber a importância deste conceito no sentido de que ele explicita um sistema jurídico-administrativo planejado para o controle e a organização dos territórios coloniais. Nas palavras de Anna Maria Gentili: “A Assimilação Total, baseando-se sobre o princípio da igualdade de todos os homens, defendia que não existiam diferenças que não pudessem ser superadas pela instrução e pela ação da ‘missão civilizadora’.”<sup>29</sup>

Sendo assim, pode-se inferir que a implementação dos mecanismos administrativos dos colonizadores franceses foi uma forte herança deixada pela administração colonial aos antigos súditos que perceberam, conseqüentemente, o agravamento dos modos de exclusão em sua sociedade.

Pode-se perceber representado na obra de Sembène não só a crítica à exclusão do capitalismo, mas também o retrato de uma sociedade que estava deficiente nos seus aspectos morais e nas estruturas das organizações sociais.

O autor de *Le Mandat* quer mostrar que as instituições estão corrompidas e que a moralidade está se tornando um problema social. Por isso, a estória de Ibrahima contada por Sembène merece destaque ao mostrar uma situação sociocultural ainda conturbada, devido ao contato entre o antigo colonizador, a tradição e as próprias tentativas de se compreender uma nova ordem social, neste novo contexto que apresentava mudanças externas ao cidadão comum.

Através da última frase do filme que está também presente na obra literária, “A honestidade é um delito dos nossos dias”<sup>30</sup>, vê-se claramente que os valores morais foram questionados em sua obra.

A saga de Ibrahima pode representar a decadência dos valores morais na antiga África Ocidental Francesa, que além dos problemas sociais e das questões do cotidiano em África, demonstram a ambigüidade de se ‘herdar’ valores europeus. Ao mesmo tempo, a

<sup>29</sup> GENTILI, Anna Maria. Verbete Assimilação. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política, v. 1, 12 ed. Brasília: UnB, 2004, p.64.

<sup>30</sup> OUSMANE, Sembène. *Le Mandat* – Précédé de Véhi, p. 189, (tradução livre do autor).



representação do escritor senegalês auxilia a compreensão das estruturas políticas e institucionais do Senegal recém-independente.

Sembène é pioneiro quando expõe uma representação das dificuldades em ser de fato cidadão em meio a uma sociedade que apresenta uma estrutura já complexa, de instituições, burocracias e signos pré-estabelecidos por uma lógica do mundo do trabalho e do sistema capitalista. O sistema das instituições pode ser analisado como as imposições do capitalismo que não apresentaram qualquer sistema lógico de valores morais na sociedade senegalesa das décadas de 1950 e 1960.

### **Fechando uma análise e convidando ao diálogo**

A presente reflexão buscou demonstrar uma representação de África e das complicadas relações coloniais no pós-independência, onde Sembène ilustra elementos fundamentais para as ponderações acerca da História e do processo de contato colonial em meados do século XX.

A manutenção das estruturas institucionais é a principal crítica de Sembène e apesar da possibilidade de escolha de outras obras (como *Xala*) para fundamentar a análise, optou-se por *Le Mandat* que permite estabelecer uma relação entre cinema, obra literária e a História da África. A ‘epopeia’ de Ibrahima foi exemplar para a análise da colonização francesa e de como os escritores negro-africanos representaram-na.

A grande tarefa de Sembène como representante de uma elite cultural africana foi demonstrar as ambiguidades do sistema assimilacionista que deixa uma herança de dependência e uma manutenção de um determinado complexo de inferioridade ao negro-africano. Por outro lado, vê-se a forte característica de inovação na obra do cineasta senegalês, por realizar a projeção de uma ambiência sócio-política e cultural (por sinal, verossímil) em um período decisivamente importante para a África contemporânea.

Para não encerrar a análise sobre a obra de Sembène, deve-se ressaltar que através da leitura e pesquisa das obras literárias e cinematográficas inicia-se uma construção de uma História da África que centraliza o humano e a sua importância no tempo-espaço do continente africano. Nas palavras de Nzbatsinda:

Se por um lado, se preocupa em atribuir à literatura africana sua função sociocultural, e então, de suavizar a ruptura (com o público ‘autêntico’) devido à modernidade inerente à escritura, e talvez, haja nisso também a vontade de uma certa impossibilidade de representar ficionalmente o



‘real’, se ele necessita cada vez explicar e justificar as modalidades e as funções desta representação.<sup>31</sup>

Por fim, a obra dos escritores negros de expressão francesa precisa ser mais profundamente investigada e analisada pela historiografia como maneira de se perceber uma África moderna, complexa e ainda repleta de ambiguidades.

Recebido em: 06/05/2013

Aprovado em: 15/07/2013

---

<sup>31</sup> NZBATSINDA, Anthère. Le Griot dans le récit d’Ousmane Sembène: entre la rupture et la continuité d’une représentation de la parole africaine, p. 871, (tradução livre do autor).



## A missão jesuíta de Cabo Verde e o islamismo na Guiné (1607-1616)

Thiago Henrique Mota\*  
Mestrando em História – UFF  
[thiago.mota@ymail.com](mailto:thiago.mota@ymail.com)

**RESUMO:** O presente artigo, decorrente de pesquisa em curso, objetiva analisar a obra *Etiópia Menor e descrição geográfica da província da Serra Leoa*, elaborada pelo jesuíta português Manuel Álvares entre sua chegada à missão de Cabo Verde (1607) e seu falecimento (1616). Buscamos destacar os conflitos vivenciados pelo missionário frente à presença e atuação islâmica na Guiné, no tocante à região dos rios Senegal e Gâmbia. Buscamos compreender o desempenho dos missionários inacianos à luz das necessidades do Império português e da recessão econômica de Cabo Verde. As fragilidades da missão jesuíta, como o baixo contingente de padres e o envolvimento destes em questões comerciais e políticas, são somadas aos conflitos com agentes islamizados que, em situação análoga, interessam-se pela conversão das populações ao islamismo e pelos benefícios econômicos e políticos atrelados às práticas religiosas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Padre Manuel Álvares, islamismo africano, Império português.

**ABSTRACT:** This article is part of research in development and aims to analyse the Portuguese Jesuit Manuel Álvares' narrative *Etiópia Menor e descrição geográfica da província da Serra Leoa*, elaborated between his arrived in the mission of Cape Verde (1607) and his death (1616). We highlight the conflicts lived by the missionary face to the Islamic presence and agency in Guinea, especially in Senegal and Gambia rivers. We look for to understand the missionaries' performance dealing with the necessities of the Portuguese Empire and the economic recession in Cape Verde. The fragilities of Jesuit mission in Guinea, like the low contingent of priests and their engagement in commercial and political questions, are added to conflicts with Islamized agents who, in similar situations, are interested in the conversion of peoples to Islam and its economical and political benefits linked to religious practices.

**KEYWORDS:** Father Manuel Álvares, African Islam, Portuguese Empire.

Em 27 de setembro de 1540, em Roma, o papa Paulo III ratificava a bula *Regimini militantis ecclesiae*, dando existência formal a uma das mais famosas ordens religiosas de todos os tempos: a Companhia de Jesus. Anos antes, em 1534, sete “amigos no Senhor”, dentre eles Inácio de Loyola, tomaram a decisão de ir a Jerusalém, tomada pelos turcos otomanos, e oferecer-se ao papa para serem usados naquilo que lhe parecesse melhor. Em 1535, mais três homens juntaram-se ao grupo inicial, compondo aqueles que, depois, seriam os primeiros jesuítas. A conversão ao cristianismo e o auxílio aos necessitados foram os principais objetivos da ordem e, dentre os variados tipos que lhe compunham o

---

\* O autor agradece à agência CAPES pela bolsa oferecida para a realização do curso de mestrado.



público alvo, destacam-se “os turcos ou outros infiéis, mesmo aqueles que vivem na região chamada Índia ou quaisquer heréticos, cismáticos ou qualquer fiel”<sup>1</sup>. Em 1539, porém, antes da ratificação da ordem, Paulo III censurou o desejo dos autodenominados membros da Companhia de Jesus de ir à Terra Santa, afirmando que poderiam exercer suas atividades ali mesmo, em Roma.<sup>2</sup>

Não obstante, se a Terra Santa não se configurou como espaço de embate entre jesuítas e muçulmanos, os confrontos entre diferentes sagrados desenvolveram-se noutras partes. Na Índia, o choque cristão com os ismaelitas é constante: na documentação do Tribunal do Santo Ofício de Goa, área de missão jesuíta, frequentemente se encontram relatos acerca do uso de trajes muçulmanos e outras manifestações heterodoxas dos cristãos nativos, além de práticas consideradas heréticas ou idólatras pelos religiosos<sup>3</sup>. Outro ponto de contato entre jesuítas e “mouros” foi o continente africano, acentuadamente na costa da Guiné.

Roma tornou-se o centro da ação jesuíta, que logo se dispersou pelo mundo. Como todas as ordens mendicantes, os inicianos pronunciavam os votos de pobreza, castidade e obediência e, diferindo-se das demais, um voto especial a Deus, comprometendo-se a percorrer qualquer lugar do mundo para exercer os ministérios, logo que ordenados pelo papa. Esse quarto voto confrontou a Companhia com o problema fundamental da dispersão de seus membros, destacado na partida do missionário Francisco Xavier, rumo a Lisboa e, posteriormente, ao Oriente português. As necessidades de integração e mobilidade exigiram a elaboração de uma arquitetura governativa que possibilitasse a centralização da ordem e o contato constante com suas províncias mais periféricas. Numa época em que o registro escrito firmava-se como instrumento essencial ao exercício do poder, a Companhia de Jesus encontrou solução para o problema da

<sup>1</sup> *Constituições*, apud O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo: Editora da Unisinos. Bauru: Edusc 2004. p. 22. Os “turcos” são muçulmanos turco-otomanos que conquistaram Jerusalém, partes da Europa Oriental e do Norte da África, formando o Império Otomano, grande potência política do período moderno. Muitas vezes, o termo “turco” é utilizado em crônicas europeias para designar, de modo geral, muçulmanos, sejam ou não integrantes dos domínios deste império, destacadamente na região da Guiné, periférica às possessões otomanas.

<sup>2</sup> O'MALLEY, J. *Os primeiros jesuítas*, p.61-62.

<sup>3</sup> GOMIDE, Ana Paula Sena. Inquisidores e jesuítas em defesa do catolicismo: a experiência imperial portuguesa na Índia (séculos XVI-XVII). *Revista 7 Mares*, Niterói, ano 01, n.1, out. 2012, p.53.



dispersão no estabelecimento de um complexo sistema de circulação de informações através de cartas.<sup>4</sup>

Trata-se de correspondência oriunda de todas as partes do mundo trocadas pelos missionários e centralizada em Roma, sobretudo a partir do ordenamento institucional da Companhia, em 1558, através de suas *Constituições*, que estabeleceram o modo de proceder jesuíta. Através das cartas, foi possível garantir ação concertada dos missionários, estivessem no Brasil ou na Guiné. Além disso, as missivas serviam a fins como publicidade da Companhia, anúncio de vocações, alcance de benesses por meio de mercês, estímulo à fé e oferecimento de conforto aos religiosos em missão, na solidão das distâncias percorridas.

A principal documentação<sup>5</sup> aqui analisada é produto desse processo de dispersão e institucionalização da Companhia de Jesus e do contato com o muçulmano e suas perspectivas religiosas e temporais, na África. Tivemos acesso a *Etiópia Menor e Descrição Geográfica da Província da Serra Leoa*, de autoria do jesuíta português Manuel Álvares, através do site da *African Studies Collection* da Universidade de Wisconsin<sup>6</sup>. O documento original<sup>7</sup> foi transcrito por Avelino Teixeira da Mota e Luís de Matos e encontra-se traduzido do português para o inglês por Paul Edward Hendley Hair. Em 1990, a tradução foi disponibilizada a um reduzido número de pesquisadores, na expectativa de que uma edição completa fosse publicada em Lisboa, juntamente com o texto original<sup>8</sup>. Entretanto, tal publicação ainda não aconteceu e o referido material datilografado foi digitalizado e disponibilizado *online* pelo *University of Wisconsin Digital Collections Center*.

<sup>4</sup> PALOMO, Frederico. Corregir letras para unir spiritus. Los jesuitas y las cartas edificantes em el Portugal del siglo XVI. *Cuadernos de Historia Moderna* – Anejo IV. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 2005, p. 58-59

<sup>5</sup> Além da crônica de Manuel Álvares, dedicaremos atenção aos textos de André Álvares de Almada – *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde* – e André Donelha – *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde*. Embora muito ricos e importantes, esses textos serão trabalhados como fontes de apoio, visto que nosso foco central encontra-se na documentação missionária jesuíta.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://uwdclibrary.wisc.edu/collections/AfricanStudies>, último acesso em 23/12/2012. Destaca-se que todas as citações decorrentes desta fonte, apresentadas neste artigo, são traduções livres do autor.

<sup>7</sup> Paul Hair afirma que a transcrição de Avelino Teixeira da Mota partiu do documento original, preservado no Real Convento de São Francisco, em Lisboa, muito embora Walter Rodney afirme tratar-se de uma cópia do século dezoito, conforme Hair. O manuscrito conta com 143 fólios e encontra-se na Biblioteca da Sociedade Geográfica de Lisboa, *Res 3, E-7* (Cartas e Relações, 1607, 1616), cf. O'NEILL, Charles; DOMÍNGUEZ, Joaquín María (diretores). *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús: Biográfico-Temático*. Roma: Institutum Historicum, S.I.; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001.

<sup>8</sup> HAIR, Paul. Introduction. In: ÁLVARES, Manuel. *Ethiopia Minor and a geographical account of the province of Sierra Leone (c.1625)*. Trad. para inglês e introdução: Paul Hair. Liverpool: Department of History, University of Liverpool, 1990, p. 06.



Manuel Álvares nasceu em Torres Novas, Portugal, em 1580. Em 1604, ingressou na Companhia de Jesus, em Coimbra, depois de haver estudado oito anos de Cânones e um ano de Filosofia. Em 1607, passados três anos do início das atividades jesuítas em Cabo Verde, Padre Manuel Álvares embarcou rumo ao arquipélago, com destino à ilha de Santiago, de onde partiu para o porto de Bissau, na costa ocidental do continente africano<sup>9</sup>. Ainda em 1607, em Serra Leoa, encontrou-se com Padre Baltazar Barreira, superior da missão, com quem conviveu até 1608, ano em que este regressou a Santiago. Em 1609, Álvares visitou outro jesuíta em missão na África e, entre 1613 e 1614, manteve contato com missionários agostinianos. Afora estes curtos intervalos, o inaciano trabalhou a maior parte do tempo sozinho, vindo a falecer em 1616 (ou 1617), “esgotado pelo trabalho”.<sup>10</sup>

O texto *Etiópia Menor...*, dedicado ao Superior Geral da Companhia de Jesus (1581-1615), Padre Cláudio Acquaviva, é composto por um conjunto de informações geradas a partir das experiências do jesuíta no continente africano e de subsídios por ele recolhidos. Acredita-se que sua escritura tenha sido iniciada em 1608, como procedimento para envio de informações anuais, e que, nos anos seguintes, o autor tenha feito vários acréscimos, sendo provável que a maior parte tenha sido realizada entre 1612 e 1613. Ainda em 1614 e 1615, houve acréscimos decorrentes de informações prestadas pelo jesuíta ao superior da missão, em Cabo Verde, para elaboração das respectivas cartas ânuas.<sup>11</sup>

O texto encontra-se dividido em duas partes: a primeira trata das populações residentes na região dos Rios da Guiné (bacia dos rios Senegal e Gâmbia) e mais ao sul, nas imediações de Cacheu, Bissau e Guinala (Santa Cruz), correspondentes ao território da atual Guiné-Bissau. A segunda trata dos povos de Serra Leoa, área delimitada à época pelo baixo Rio Scarcéus, ao norte, Porto Loko, a leste, e pelo estuário da ribeira de Serra Leoa ao sul e oeste (atual baía de Tagrin).

No que tange às regiões dos Rios da Guiné e às proximidades de Bissau, Cacheu e Guinala, o texto é formado a partir das vivências de Álvares, reduzidas a algumas semanas de observação direta, entre 1607 e 1608, e informações derivadas de outras fontes escritas e

---

<sup>9</sup> O'NEILL, C., DOMÍNGUEZ, J. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, p. 90. Os autores chamam a atenção para uma confusão de dados biográficos operada por Barbosa Machado e C. Sommervogel, que confundem o jesuíta com um seu homônimo (1572-1665), professor de filosofia e teologia em Évora e Coimbra. É interessante notar que a biografia proposta do Paul Hair, partindo de Sommervogel e de dados jesuítas, mescla os dois personagens, atribuindo ao jesuíta a data de nascimento e as ocupações docentes no ensino de Filosofia e Teologia do professor, acrescentando-lhe os dados conhecidos a partir de fontes inacianas.

<sup>10</sup> O'NEILL, C., DOMÍNGUEZ, J. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, p.91.

<sup>11</sup> HAIR, P. *Introducción*. p.02-03.



orais. O missionário teve contato com uma edição de cartas jesuítas publicadas pelo inaciano Fernão Guerreiro, em 1611. A publicação traz uma versão sumarizada do *Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde* (1594), do luso-cabo verdiano André Álvares de Almada, além de outras cartas que tratavam da missão de Cabo Verde até 1610. Hair acredita que esse material tenha chegado às mãos de Álvares em 1612, pois ele o cita em 1613.

No tocante à oralidade presente no texto, o jesuíta afirma que as fontes de suas “informações precisas derivam de vários amigos, tão experientes e conhecedores do objeto [a costa da Guiné] quanto confiáveis”, destacando a falibilidade das descrições anteriores sobre a África Ocidental, visto que, em sua opinião, a “precisão [de tais escritos] depende menos da boa fé daqueles que os compilam que da veracidade que deveria ser mantida por aqueles que providenciam informações sobre matérias tão exóticas”<sup>12</sup>. Ao defender o compromisso de seus informantes, o autor justifica seu objetivo ao produzir o tratado, “já que considerei o tema o mais agradável e não sem interesse, do ponto de vista de ganhar conhecimento sobre pontos muito importantes em relação ao tópico da servidão e sobre outras questões discutidas no tratado”<sup>13</sup>. Paul Hair destaca o contato constante com comerciantes portugueses e mestiços nas comunidades luso-africanas, responsáveis pelo envio de *Etiópia Menor...* a Portugal, uma vez que o autor permaneceu com o texto até sua morte.<sup>14</sup>

Referindo-se a Serra Leoa, a maior parte das informações decorre de observação direta e convívio constante, visto que o missionário atuou muitos anos nessa região, na qual veio a falecer entre 1616 e 1617. Embora a segunda parte do documento apresente maior riqueza etnográfica e precisão de detalhes que a primeira, deter-nos-emos na análise desta, por buscarmos compreender as relações da missão jesuíta na Guiné com os povos islamizados da Senegâmbia.

### **A Companhia de Jesus e a missão de Cabo Verde: algumas aproximações**

A presença portuguesa na África demandava colégios e seminários, sobretudo tendo em vista o número reduzido de padres atuantes na diocese de Cabo Verde, fundada em 1533, que compreendia o arquipélago e a extensão costeira desde o rio Gâmbia até o rio Santo André (atual rio Sassandra, na Costa do Marfim)<sup>15</sup>. Em 1570, o rei D. Sebastião

<sup>12</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...* Prologue to the Reader, s/p.

<sup>13</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...* Dedications.s/p.

<sup>14</sup> HAIR, Paul. Introduction, p.4-5.

<sup>15</sup> RECHEADO, Carlene. *As missões franciscanas na Guiné (século XVII)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p.1.



(1557-1578) fixou renda anual de 200 mil réis para a criação de colégio em Cabo Verde, encarregando o bispo D. Francisco da Cruz do assunto, que não teve prosseguimento.<sup>16</sup>

No final da década de 1580, o jesuíta Sebastião de Moraes escreveu ao Superior Geral da Companhia de Jesus, padre Cláudio Acquaviva, informando que Mesa de Consciência e Ordens do reino de Portugal pretendia enviar uma missão à costa da Guiné, composta por jesuítas portugueses e um padre jalofo vindo de São Tomé, Juan Pinto, ordenado naquele reino sob a supervisão inaciana. Moraes afirma que Juan Pinto pretendia regressar à sua terra para divulgar o evangelho na costa africana e acrescenta que, “embora da nação Jalofo, ele é um bom homem, de excelente senso comum, virtude e zelo pelas almas”. Entretanto, o jesuíta prossegue afirmando que a experiência mostra ser preciso manter os africanos sob o domínio português para que sua conversão seja efetiva<sup>17</sup>. O inaciano acreditava na possibilidade de se criar uma missão jesuíta em Cabo Verde, que contribuiria com a formação de clero local sob a supervisão lusa e, para tanto, remeteu suas impressões ao Superior Geral, em Roma.

Em 1595, o fidalgo da Casa Real e membro do Conselho de Estado, Lopes Soares de Albergaria, lembrava que

Embora a Guiné do Cabo Verde tenha sido descoberta antes do reino do Congo, Brasil e Índia e esta primeira descoberta tenha trazido ganhos para a Coroa deste reino e embora esta tanto ajude no descobrimento de outros reinos, já que navios vem a esta parte obter suprimentos e água, como pode ser visto esculpido em pedra viva na Serra Leoa, no Rio do Matimbo, embora seja este o caso, hoje a Guiné permanece tão esquecida quanto seu estado cristão (...).<sup>18</sup>

O autor segue apresentando condições para o fortalecimento da cristandade na Guiné, destacando o interesse dos negros na religião e o adiantado processo de latinização em que se encontram, nas margens do rio São Domingos, em Cacheu, afirmando que “muitos deles falam português e, de sua própria e livre vontade, muitos receberam as águas do batismo, por viagem à ilha de Santiago, para se tornarem cristãos”<sup>19</sup>. A solução apresentada pelo fidalgo, e com o aparente consentimento do bispo de Cabo Verde, D. Frei Pedro de Brandão, seria a construção de um seminário ou colégio na ilha de Santiago

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *As missões franciscanas na Guiné...*, p.11.

<sup>17</sup> MORAIS, Sebastião. Carta do padre Sebastião de Moraes para o Padre Geral da Companhia de Jesus. In: MOTA, Avelino Teixeira da; HAIR, Paul Edward Hedley. *Jesuit documents on the Guinea of Cape Verde and the Cape Verde Islands, 1585-1617*: in English translation. Liverpool: Department of History, University of Liverpool, 1989, s/p.

<sup>18</sup> ALBERGARIA, Lopes Soares de. Account of Guinea of Cape Verde and the college it would be appropriate to establish here, c.1559. In.: MOTA, Avelino. ; HAIR, Paul. *Jesuit documents...* s/p.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Account of Guinea of Cape Verde...*



para receber os padres da Companhia de Jesus pois, a partir desse colégio, os missionários poderiam pregar na costa da Guiné, em cada povoação que fosse necessário.<sup>20</sup>

Caracterizando a necessidade de missões católicas na África Ocidental, com o fito de expandir e legitimar a presença lusa na costa daquele continente, o comerciante cabo-verdiano André Almada afirmava, em seu *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, ser preciso olhar aquelas terras e perceber a cristandade que lá se podia estabelecer, sobretudo tendo em vista as heresias que se desenvolviam na Europa. O autor tratava da Reforma Protestante e buscava convencer Felipe I da premência de se enviarem clérigos para o continente africano, garantindo a colonização da costa em busca de alternativas à crise econômica vivenciada pelo arquipélago cabo-verdiano. Tal crise decorria da descentralização do arquipélago no trato com a Guiné. Reforçando seu argumento, Almada comenta que há grande presença islâmica na região, que necessita ser combatida, sobretudo pelo fato desta “seita”, liderada pelos bexerins, estar em crescimento na costa.<sup>21</sup>

Acreditamos que essa iniciativa deva ser analisada no conjunto do império português, tendo em vista a função de “posto avançado da colonização” muitas vezes desempenhado pela Igreja, no padroado lusitano<sup>22</sup>. Para tanto, cabe destacar a crise econômica vivenciada por Cabo Verde. Durante o século XVI, vigoraram as determinações da Carta de Limitação de Privilégios, de 1472, que previa aos moradores do arquipélago o direito de comerciar na costa da Guiné, até Serra Leoa, com as limitações de negociar apenas produtos produzidos na ilha e destinarem-se à costa africana em embarcações próprias, por eles armadas e capitaneadas, sendo vedado estabelecimento de parcerias com estrangeiros e o atravessamento de produtos originários de outras partes. Tal medida criava condições para consolidação da presença portuguesa naquelas ilhas, ligando os mercadores à terra com o fito de produzir gêneros a serem trocados por ouro, escravos e demais produtos na costa. Forma-se, então, uma elite de terratenentes-mercadores.<sup>23</sup>

Essa primeira elite era composta por membros da baixa nobreza portuguesa, que viram no comércio com a costa da Guiné a possibilidade de enriquecimento e inseriram-se nas tramas do poder local, buscando cargos camarários e mantendo privilegiado canal de

<sup>20</sup> ALBERGARIA, Lopes Soares de.. Account of Guinea of Cape Verde...

<sup>21</sup> FERRONHA, A. L. *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde: feito pela capitão André Álvares de Almada, ano de 1594*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994. p.132.

<sup>22</sup> BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

<sup>23</sup> RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *Terratenentes-Mercadores: tráfico e sociedade em Cabo Verde, 1460-1613*. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p.30-37.



comunicação direta com o reino. Essa sociedade imperou durante a maior parte do século XVI e decaiu no XVII, quando o porto da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, perdeu importância frente a Cacheu. A invasão da costa por piratas e a perda do monopólio sobre a região para mercadores de Lisboa e Castela reduziram a participação Cabo Verde nas principais rotas de circulação mercantil.

A decadência do arquipélago levou seus moradores à crença de que, para sobreviverem, deveriam colonizar a costa da Guiné, caso contrário, corriam o risco de perder o comércio para os lançados e nativos. Os homens da ilha de Santiago fizeram povoação às margens do rio Cacheu (também conhecido como São Domingos) e enviaram André Almada a Portugal, como procurador de Santiago, com a incumbência de tratar da colonização de Serra Leoa. Não conseguindo uma audiência, o Cavaleiro da Ordem de Cristo escreveu seu *Tratado Breve*, destinado a Felipe I, solicitando missionários, padres e a colonização da Guiné. Seu relato rendeu frutos e, em julho de 1604, a Missão de Cabo Verde teve início, quando quatro jesuítas (três sacerdotes e um irmão) desembarcaram no arquipélago.

Acreditamos que um dos esforços para restabelecer a primazia cabo-verdiana no oeste africano possa ser notado na criação desta Missão, com o apoio do bispo e da elite local. Em dezembro do mesmo ano, o superior provincial, Padre Baltazar Barreira, dirigiu-se ao continente, onde, três anos depois, encontrou-se com o recém-chegado jesuíta, Manuel Álvares. Embora o principal objetivo dos jesuítas fosse construir um colégio<sup>24</sup>, os inicianos logo se envolveram na economia local, o que representou uma de suas fraquezas. Vanicléia Santos afirma que os conflitos no trato de questões comerciais e religiosas, somados à dificuldade encontrada diante do processo de expansão missionária muçulmana, na Guiné, restringiram o sucesso da missão jesuíta<sup>25</sup>. A atividade missionária entrou em declínio com a morte de Álvares, em 1616 (ou 1617), e foi formalmente finalizada em 1642.

### Presença muçulmana na *Etiópia Menor*: missões em conflito

<sup>24</sup> Em sua expansão pelo mundo, a Companhia se fez presente através de dois tipos de estabelecimentos: os colégios e as residências, sendo que as segundas eram dependentes dos primeiros. As residências não possuíam bens próprios e os missionários que nelas habitavam viviam de doações e de recursos fornecidos pelos colégios. Estes eram a estrutura central das províncias jesuítas e deveram-se ao processo de acomodação da Companhia ao mundo temporal. Ver. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006. p.52.

<sup>25</sup> SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na Costa da Guiné (século XVII). *Métis: história e cultura*. v.10, n.19, p.187-213. jan/jun, 2011, p. 188.



Cristãos e muçulmanos atingiram as terras subsaarianas em busca de novas rotas comerciais, trocando tecidos, instrumentos de cobre, cavalos, sal e outros produtos por pedras preciosas, marfim e escravos. De acordo com Alberto da Costa e Silva, o tráfico de ouro através do Saara é anterior à conquista árabe na região: o estabelecimento de rotas que ligam as regiões do Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito ao vale do rio Senegal, sul da Mauritânia, curva do Níger e lago Chade é datado por volta dos séculos III e V d. C.. Entretanto, no século VIII, a presença árabe-berbere-islâmica na região já era notável, buscando articular o *Bilad al-Sudan*, o “País dos Negros”, ao extenso império galgado pelos omíadas. Em troca de produtos exóticos, como plumas de avestruzes, e outros de alto valor, como ouro, marfim e escravos, esses comerciantes islâmicos levavam tecidos, cavalos, perfumes, sal, além de sua fé, sua religião.<sup>26</sup>

A presença portuguesa no litoral da Alta Guiné, a partir do século XV, caracterizou-se como um alterador das rotas comerciais e das relações sociais na região. Os produtos que saíam das savanas e atravessavam o deserto nas cáfilas de berberes islamizados passaram, a partir de meados do século XV, a ser desviados para o litoral. As rotas interiores, nas quais o comércio por zoneamento era muito importante, pouco a pouco foram cedendo lugar ao comércio atlântico<sup>27</sup>. A presença portuguesa na Senegâmbia desestabilizou a Confederação Ulofe, conjunto formado por povos Mandinga, Fula, Ulofe e Tuculor que, conforme James Sweet, passou por processo de islamização não muito eficiente e tinha seu centro econômico na região das savanas, a comerciar com os mercadores que atravessavam o Saara. Sweet afirma que o contato das províncias costeiras de Caior, Ualo e Baol com o comércio atlântico levou-as a alcançar índices de prosperidade econômica que superavam o centro da confederação, num processo de deslocamento do eixo econômico regional que possibilitou a cisão política e social do grupo.<sup>28</sup>

Além do comércio, a presença portuguesa na costa africana estimulou a instalação de missões religiosas, bem como noutras partes do Império Português. Em 1604, iniciou-se a missão jesuíta de Cabo Verde, com a chegada dos inacianos no arquipélago, em julho. Contudo, a redução do comércio português na região, devido à concorrência com outras

---

<sup>26</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002. p.36-37.

<sup>27</sup> PERSON, Yves. Os povos da costa – os primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História Geral da África IV – África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO. 2010. p.338.

<sup>28</sup> SWEET, James H. *Recriar a África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70. 2007. p.111-113.



nações europeias, limitou o alcance das ações missionárias<sup>29</sup>. No tocante ao islamismo, percebemos que seus principais representantes na Alta Guiné estavam diretamente envolvidos com as práticas comerciais. Esses mercadores religiosos eram os bexerins, termo que, de acordo com Antônio Luís Ferronha, deriva da palavra árabe *mubecherin*, que significa propagandista do islamismo<sup>30</sup>. Considerados à época como os maiores comerciantes da região, a presença dos bexerins era grande em toda a Guiné, conforme destaca outro luso-cabo verdiano, André Donelha:

Há-se saber que os maiores mercadores que há em Guiné são os Mandingas, em especial os bexerins, que são os sacerdotes. Estes, assim pelo proveito que tiram como por semear a maldita seita de Mafoma entre a gente bárbara, correm todo o sertão de Guiné e todos os portos do mar, e assim se não achará nenhum porto, desde os Jalofos, São Domingos, rio Grande até à Serra Leoa, que neles se não achem Mandingas bexerins. E o que levam para vender são feitiços em cornos de carneiros e nóminas e papéis escritos, que vendem por relíquias, e como vender tudo isso semeiam a seita de Mafamede por muitas partes, e vão em romaria à casa de Meca e correm todo o sertão d’Etiópia.<sup>31</sup>

Ao se tratarem de povos com influência islâmica, as atividades religiosas recorrentemente são adjetivadas como falsidades, afirmando que os bexerins “dizem mil mentiras, e como falam pela boca do diabo, e como dizem muitas mentiras”, fazem orações “ao seu maldito Mafoma”<sup>32</sup>. Laura de Mello e Souza afirma que a linguagem dos contrários foi o elemento mais importante da demonologia, por caracterizar o universo mental do mundo moderno. Reproduzidas por missionários-etnógrafos, essa estrutura de significação funcionou como recurso à inversão, uma vez que “permitia dar conta de múltiplos fatos culturais concretos análogos às realidades europeias, mas opostos a elas devido à ação do Diabo no sentido de parodiar as honras prestadas a Deus”<sup>33</sup>. Já o princípio da desordem mostrou-se um rico instrumento de análise por dispensar o etnodemonólogo da compreensão dos costumes e hábitos nativos, exaustivamente inventariados. Considerando que emanavam da desordem, tais práticas seriam incognoscíveis, oferecendo maior liberdade para as descrições, ante a inutilidade da compreensão.<sup>34</sup>

Embora tais reduções estejam evidentes, é preciso notar que elas não esgotam a questão. Ao tratar da “maldita seita de Mafoma” e sua presença junto ao comércio, o

<sup>29</sup> SANTOS, Vanidécia Silva. Bexerins e jesuítas... p. 188.

<sup>30</sup> FERRONHA, A. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde...* p.133.

<sup>31</sup> DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*. Org. Avelino Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1977. p.160.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Descrição da Serra Leoa...*, p.150.

<sup>33</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993, p. 33.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Inferno Atlântico...*, p.33-34.



cronista aponta traços significativos da emergência do islamismo na África subsaariana, e não apenas relaciona práticas religiosas e comerciais não cristãs à antítese de sua fé. Informa-nos também da existência institucional do islamismo na Guiné, marcada por centros de formação, missões muçulmanas e uso de utensílios religiosos, todos atrelados à expansão das relações comerciais com os ismaelitas do norte da África, em rotas que os ligava até a cidade de Meca.

André Álvares de Almada afirma haver “três casas principais grandes, como entre nós conventos, de grande religião e devoção entre eles, nas quais residem estes religiosos e os que aprendem para esse efeito”<sup>35</sup>, localizadas ao longo do rio Gâmbia: a primeira junto à foz, a segunda setenta léguas ao interior, na localidade de Malor, e a terceira distante cinquenta léguas da segunda, em Sutuco. Há um esforço em traduzir, semanticamente, esses centros de formação de bexerins em equivalentes aos seminários e conventos, bem como os pregadores à figura do padre, como percebeu Vanicléia Silva Santos<sup>36</sup>. O cronista afirma ainda que nestes locais eram praticados jejuns e abstinências, escreviam-se livros “nos quais dizem muitas mentiras, e dá o demônio ouvido aos outros para os ouvirem e crerem” e praticavam-se transações comerciais, sendo que em Sutuco havia um grande mercado de ouro, seja em pó ou peças, o qual era trocado principalmente por manilhas de cobre, além de materiais de luxo, como contarias da Índia e de Veneza, roupa branca da Índia, fio vermelho, papel cravo, bacias de barbear, entre outros.<sup>37</sup>

Manuel Álvares apresenta-nos a organização desse islamismo, argumentando que havia diferentes níveis hierárquicos entre os religiosos: o nível mais alto era ocupado pelos alemanes, “que corresponde à posição de bispo ou arcebispo entre nós”, seguidos dos fodigues, “que correspondem aos nossos vigários gerais ou ordinários” e, por fim, encontravam-se os mozes (bozes ou bixirins), “que são como padres entre nós”.<sup>38</sup> Amparado no modelo de tradução da alteridade, o missionário apresenta uma estrutura eclesiástica islâmica, embora acrescente que “a hierarquia de clérigos não é bem desenvolvida, já que os alemanes estão acima de todos eles [fodigues e bexerins]”, mas, na

---

<sup>35</sup> FERRONHA, A. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde...*, p.54.

<sup>36</sup> SANTOS, Vanicléia Silva. *As Bolsas de Mandinga no espaço Atlântico – século XVIII*. 2008. 256f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p.45.

<sup>37</sup> FERRONHA, A. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde...*, p.54-55.

<sup>38</sup> ÁLVARES, Manuel. *Ethiopia Minor...* Parte 1, cap. 3, p. 6.



prática cotidiana, “o título em si não seja adequado já que eles têm mais poder [que os alemães]”.<sup>39</sup>

Amparando-se no princípio da tradução da alteridade, o religioso busca correspondências entre a hierarquia eclesiástica católica e uma suposta estrutura análoga muçulmana. Contudo, Ioan Lewis afirma que não havia divisões formais entre o corpo religioso muçulmano africano nativo, o que possibilitava o recrutamento de discípulos nos mais variados meios sociais e contribuía com a expansão da fé maometana<sup>40</sup>. Fazendo estas ponderações às observações de Álvares, elas conduzem-nos à percepção de que, mais do que uma tradução da religiosidade afro-islâmica dentro do arcabouço cultural cristão, estamos diante de um contexto efetivo de islamização, decorrente do avanço da prática comercial entre os negros e os berberes islamizados, através do Saara.

Descrevendo os Jalofo, o jesuíta percebe a relação direta estabelecida entre as práticas comerciais e o desenvolvimento da religião islâmica. Ele afirma que a terra habitada pelos Jalofo era rica e possuía muito comércio. Havia navios de várias partes, a comerciar escravos, tecidos e roupas de algodão, peles, marfim e cera. Era encontrado ouro, que vinha dos sertões por intermédio de mercadores Mandinga, cujas redes comerciais estendiam-se por toda a costa Sahel e atravessam o deserto do Saara, destacadamente mercadejando noz de cola,

muito valorizada por toda a Etiópia. É contada como uma dádiva do céu e os mercadores Mandinga carregam-na para todas as partes da Barbária e, na forma de pó, até Meca. Lá eles são feitos bexerins superiores e retornam com a recompensa normal de nómias, que eles oferecem por todas essas províncias.<sup>41</sup>

Além da noz de cola, ouro e escravos aproximaram a Senegâmbia aos domínios árabe-islâmicos, ligando as duas partes do deserto. É preciso destacar que o fazer-se bexerim em Meca é fundamental à formação do poder religioso destes homens. A viagem à terra santa dos muçulmanos compreende um dos cinco pilares essenciais ao islamismo – a peregrinação à Meca – e era vista como uma peregrinação capaz de atribuir a *baraka* aos marabutos, cacizes ou bexerins que a realizassem. *Baraka* é o vínculo que mantém os homens santos do islamismo ligados a Deus. Clifford Geertz explica que *baraka* significa “benção”, como um favor divino. Esse significado nuclear é delimitado em sentidos como “prosperidade material, bem-estar físico, satisfação corporal, plenitude, sorte e, aspecto

<sup>39</sup> ÁLVARES, Manuel. *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p.7-8.

<sup>40</sup> LEWIS, Ioan M. *O Islamismo ao Sul do Saará*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa. 1986.

<sup>41</sup> ÁLVARES, Manuel. *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p.1-2.



mais ressaltado pelos escritores ocidentais ansiosos para incluir esse significado na mesma categoria do mana, poder mágico<sup>42</sup>. Tais elementos podem ser percebidos nas práticas de cura, proteção, manuseio de fatores naturais, e outros fatos que destacaremos agora.

A “recompensa normal de nómimas” é um dos elementos mais presentes na documentação a caracterizar o islamismo. Como nos disse o comerciante cabo-verdiano André Donelha, o que os mercadores islamizados “levam para vender são feitiços em cornos de carneiros e nómimas e papéis escritos, que vendem por relíquias, e como vender tudo isso semeiam a seita de Mafamede por muitas partes, e vão em romaria à casa de Meca e correm todo o sertão d’Etiópia<sup>43</sup>. Esses amuletos, bolsas de mandinga resignificadas e disseminadas pelo mundo português, eram bolsas de couro cozido, costuradas, contendo dentro trechos do Alcorão escritos em papel. Eram utilizadas amarradas no corpo e a elas era atribuído grande poder para proteção do indivíduo. Entre os Jalofo, por exemplo, “as armas que usam na guerra e na paz são as *nomeadas*, e além delas seis azagaias pequenas de umas farpas, e uma grande<sup>44</sup>”.

A partir do comércio, o islã desenvolveu-se nos vales dos rios Senegal e Gâmbia e os bexerins conquistaram grande importância nas altas esferas sociais e políticas, aconselhando reis em assuntos de guerra, cura a enfermidades e exercício do poder. Manuel Álvares descreve o mecanismo de poder desses ministros:

Quando vão para a guerra ou expedição, além de cobrir suas camisas, escudos e arcos com um grande número de amuletos e cobrindo seus braços com outros e pendurando alguns em seus pescoços, os bexerins preparam para os guerreiros certos medicamentos, os quais dizem, e os reis acreditam, que se carregados providenciam segurança para o rei contra perda da vida. Afirmam isso não porque acreditem ou pensem ser verdade, mas, como disseram para alguns portugueses, porque isso proporciona um meio de se manterem em boas graças com os nobres, porque, atentando deste modo para o que os nobres desejam ouvir, os bexerins obtêm as melhores partes das terras deles.<sup>45</sup>

Ao apontar o uso pragmático da religião para obtenção de benefícios temporais, o cronista não consegue lançar seu olhar para a prática análoga desempenhada pelos missionários portugueses, que usam do proselitismo cristão para obter “grande proveito para a Fazenda de Sua majestade<sup>46</sup>”. Não obstante, ele chama a atenção para o uso de amuletos e mezinhas, como formas de proteção. Esses elementos são produtos da

<sup>42</sup> GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. *Op. cit.*, p.55.

<sup>43</sup> DONELA, André. *Descrição da Serra Leoa...*, p.160.

<sup>44</sup> FERRONHA, A. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde...*, p.28-29. Grifo nosso.

<sup>45</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...* Parte 1, cap.1, p.9.

<sup>46</sup> FERRONHA, A. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde...* p. 131.



confluência da cultura religiosa islâmica com práticas tradicionais africanas, caracterizando adaptações da religião ao contexto social no qual acontece seu exercício. Embora a presença dos bexerins e suas relações nominais com o islamismo não possam caracterizar os povos da Guiné em sua totalidade como estritamente islâmicos, é necessário atentarmos para o uso pragmático do misticismo religioso, próprio do islã popular, nessas paragens. Como recurso ao alcance de melhores posições sociais, o papel desempenhado por esses indivíduos oferece-lhes um retorno social em *status* e privilégios nas sociedades em que se estabelecem.

O desenvolvimento do islamismo na Guiné deu-se por meio de instituições, como as escolas islâmicas:

Eles têm mesquitas; e os bozes ou bexerins mantêm escolas para ensinar a ler e escrever em letras arábicas, as quais usam em seus amuletos, já que esses malditos relicários consistem em certos preceitos escritos em árabe. A tarefa dos bexerins é educar meninos que, depois, servirão como clérigos da seita. Eles aprendem do mesmo jeito que nós, fazendo cópias de exercícios, à luz normal, durante o dia, à luz do fogo, à noite. É impressionante ver o número de fogos em volta daqueles que sentam para ler e repetir suas lições, os quais leem com vozes tão estridentes que aborrecem quem vê (e escuta) estes discípulos infernais. Eles pedem esmolas dia e noite e vivem delas.<sup>47</sup>

A tarefa de educar os meninos que posteriormente tornar-se-ão bexerins é desenvolvida por homens dotados de carisma e respeitados pela comunidade, devido aos poderes místicos que a eles se atribuem. Álvares explica que:

O alemane guarda o Corão e somente a ele é permitido entrar na Casa de Meca. Sua função é ensinar a seita, e ele vive no reino que lhe parece mais adequado para preservação e continuidade da vida e no qual ele possa mais facilmente enviar o ordinário ou qualquer dos religiosos menores (...) para visitar as terras e vilas sob sua jurisdição. O alemane é muito respeitado: quando ele chega numa vila, todos beijam suas vestes e seus pés. Ele é muito rico e, portanto, distribui grandes esmolas por amor a *Allah*.<sup>48</sup>

Percebemos uma liderança espiritual; um mestre dotado de carisma, ao redor do qual se reúnem discípulos interessados em seus conhecimentos. Os centros de formação se estabeleceram no rastro dos mercadores, uma vez que as novas comunidades muçulmanas, formadas por migrações e interações com a população local, necessitavam de mestres para instruir os jovens, formar novos pregadores e dirigir a vida religiosa dos crentes<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p. 7.

<sup>48</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...* Parte 1, cap. 3, p.7-8.

<sup>49</sup> LEWIS, Ioan M. *O Islamismo ao Sul do Saará...*, p.49.



Narrativas miraculosas são somadas às descrições da ação dos alemanes e bexerins, sempre com conotação demoníaca. Dentre vários casos, como de curas de doenças como a hanseníase<sup>50</sup> ou proteção a exércitos em guerra, destacamos a capacidade que um bexerim tinha de fazer chover. Manuel Álvares descreve a cena, amparado em relatos de portugueses, que vivenciaram a experiência:

Antes de abordar o assunto dos verdadeiros legados de Mafamede, quero discutir algo notável que aconteceu com um destes clérigos em Bambaceita, na terra de Borçalo, uma cidade de Bezeres, e seu Alcorão. Aqui existe uma escola comum onde a leitura e a escrita são ensinadas na maneira a ser descrita mais tarde. A este lugar, veio um desses peregrinos perversos, vestido como um homem pobre, todo em trapos. Foi uma época de grande seca e as colheitas de grãos tinha sido perdidas. Os membros da paróquia do infernal Mafamede apressaram-se a este agente maldito para pedir-lhe ajuda diante de tão grande desastre. Como se ele tivesse os favores dos céus a seu comando, ele ordenou àqueles em necessidade que lhe providenciassem uma boa refeição. Eles vieram com cuscuz, leite, etc. Quando ele teve o suficiente, ele prometeu-lhes que choveria. Todos eles riram e zombaram deste homem louco. Ele pediu uma bacia de água. Quando lhe deram, ele se afastou, gravemente, como se quisesse ser muito sagrado. Ele derramou a água sobre um formigueiro, fazendo lama, e untou-se com isto, então fez uma cruz de madeira e fixou-a no monte, passando a noite gritando e chamando, e ao amanhecer desapareceu. Tal quantidade de chuva caiu que os Mandingas vangloriaram e celebraram o feito com grande festa e grande espanto.<sup>51</sup>

Após ser procurado por seus reconhecidos dons (sua *baruka*), o bexerim apresentou-se à aldeia necessitada e realizou o milagre esperado. Trajando roupas simples, o homem apresentou-se como de maneira análoga aos membros das ordens mendicantes católicas, sem ostentações e realizando serviços para a glória de Deus. Após a cerimônia e realização da chuva, o muçulmano desapareceu. Álvares afirma que mais surpreendidos com o fato ficaram os portugueses que estavam nesta aldeia, no tempo do milagre, e o informaram acerca do evento. Admirado com o acontecido, um nobre perguntou ao missionário a que ele atribuía o feito. O jesuíta respondeu-lhe que:

Foi por permissão divina, como diariamente experimentamos aqui em várias outras questões, nas provações por ferro em brasa ou pela “água vermelha”, em respostas do Inimigo através de ídolos, aqueles que são genuínos e assim por diante. “Eu não duvido disso”, disse o português, “já que eu também vi outros acontecimentos”. E o clérigo fez a mesma coisa em outra aldeia, da primeira ele tinha partido na manhã (ele desapareceu da primeira), e a qual estava sofrendo da mesma falta de chuva, e lá ele foi venerado e regalou-se com todas as coisas boas da terra.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> FERRONHA, A. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde...*, p. 24-26.

<sup>51</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p. 4

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_ . *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p. 4.



O inaciano é cético diante do milagre atribuído ao bexerim, que teria se repetido em outra aldeia que sofria a mesma intempérie. Para Álvares, o resultado positivo, verdadeiro ou genuíno das práticas realizadas pelos clérigos islâmicos indica tratar-se de manifestação divina, mesmo em cerimônias destinadas ao “Inimigo”. Em busca da verdade e da justiça, o autor aponta a utilização dos juramentos do ferro em brasa e da água vermelha, aplicados pelos juízes ou soberanos africanos diante de querelas duvidosas, apresentadas pelos súditos, nas quais não há provas ou testemunhas.

O juramento do ferro, que se realizava no reino do Borçalo, constituía-se da seguinte maneira:

Trazem ali um ferreiro ou o vão tomar a sua casa, e este põe um pedaço de ferro ao fogo, e tange os foles até que se faça o ferro tão vermelho como uma brasa. Diz a parte que há de tomar o juramento: “Deus sabe a verdade; se eu fiz tal cousa ou tal, que se ma impõe, este ferro me queime, e a minha língua, de maneira que jamais fale”. Acabando de dizer estas palavras, mete-lhe o ferreiro com a tenaz o ferro na mão, lançando de si mil faíscas, e a parte que disse as palavras toma a tenaz na mão, e com a língua lambe aquele ferro vermelho três vezes e, ficando livre, ele e seus padrinhos escaramuçam e têm a sentença por si. E não ousando de tomar esse juramento ficam condenados.<sup>53</sup>

O resultado do juramento é a condenação ou absolvição do réu. Vale destacar que o sistema é viciado e opera em duas frentes: por um lado busca evitar dissensões entre a população, inspirando o medo da prática irreversível, por outro busca produzir culpados, uma vez que a pena é a alienação dos bens e, em muitos casos, escravização das famílias dos réus. Mas este tipo de justiça não ocorria apenas no Borçalo. Na terra dos Casangas, acontecia o juramento da água vermelha quando o exercício da justiça fica nublado pela ausência de provas e testemunhas que sustentassem as afirmações das partes envolvidas. Trata-se do seguinte evento:

Chama-se este Juramento o da água vermelha, que eles temem muito; a qual trazem, quando se dá, em uma panela, e a água é em si vermelha, como pisada de cortiça de algumas árvores desfeita em água, ou que tenham sumo que baste para este mister. E esta água dão às partes, e aquele que primeiro vomita fica livre. Muitos morreram tomando esta água, e são aquelas pessoas que quer o Rei que morram se são ricas, e têm este ardid.<sup>54</sup>

O interesse do rei na morte de determinada pessoa decorre da pena aplicada aos culpados após o veredito do juramento: se a água for vomitada, a pessoa está livre, se não for e a pessoa vier a morrer, ela é dada como culpada, seus bens são confiscados pelo rei “e

<sup>53</sup> FERRONHA, A. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde...*, p.44-45.

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_ . *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde...*, p.69.



há casos por onde as gerações ficam cativas do Rei e se vendem”. Almada informa que o ministrante do juramento, sob ordens régias, passa um veneno muito fino no dedo da mão que sustenta o pote com a água. Primeiro a dá a beber aos mais pobres que têm menos a oferecer. Por último, ficam os ricos e aqueles que se deseja que morram. Então, o ministrante mergulha o dedo na água, discretamente, e a dá a esses homens. Percebe-se que a prática tem sentido análogo àquela representada no juramento do ferro em brasa.

Esses exercícios de justiça são compreendidos por Álvares como “permissão divina”, uma vez que se acredita que Deus intercederá em favor dos justos e reprimirá os culpados pela prática de delitos, de forma semelhante a certas punições realizadas na cristandade europeia, como a queima de bruxas ou o lançamento de mulheres suspeitas de bruxaria em abismos: a morte indica que a suspeita era verídica. A mentalidade católica e os preceitos adequados à compreensão da alteridade, como a inversão dos valores mediados pela certeza absoluta da ação divina medeiam a compreensão inacciana da realidade e das práticas africanas.

Contudo, o jesuíta não se contenta apenas em apresentar uma justificativa teológica ao milagre atribuído ao muçulmano. Ele analisa os significados da prática religiosa na vida mundana dos homens santos do islã, buscando compreender seus motivos de se apresentarem como porta-vozes dos desígnios divinos:

Eu não vou esconder uma coisa notável sobre estes lobos em peles de cordeiro, seu método de pedir esmolas. Os verdadeiros Mandingas são todos muito gentis e companheiros e, assim, muito caridosos. (Estas pessoas) vêm aos acampamentos ou casas dos portugueses, apoiando-se numa lança, e pedem os presentes normais, inteiramente para o amor de Deus: eles se agacham e pedem com extrema cortesia, derramando palavras de forma que obtêm tanto quanto buscam, como resultado de sua enorme persistência. Que nação astuta é essa! Então eles ganham e completam tudo que desejam.<sup>55</sup>

Perceber a formação teológica inacciana é fundamental para que compreendamos o sentido da interpretação feita pelo missionário. A Companhia de Jesus caracterizava-se pela primazia da vida nos ministérios, práticas que contribuíssem com a divulgação da religião e valores cristãos e com a captação de fiéis. O ideal de vida no mundo é o que melhor a representa por ligar-se ao princípio da *Devotio Moderna*, concepção que prega a manifestação de Deus na realidade objetiva, esta que, por sua vez, é a “casa” dos jesuítas<sup>56</sup>. O exercício da religiosidade no mundo seria capaz de ligar os homens a Deus. Por outro lado, o uso

<sup>55</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p.4.

<sup>56</sup> O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas...* p.74-76.



vão da palavra divina e a apropriação da graça para benefícios terrenos são condenados pelos jesuítas e explicitamente atribuídos a seus adversários nas arenas religiosas e sociais: lobos em pele de cordeiro. É assim que o inaciano interpreta as ações maometanas e o cumprimento de um dos cinco pilares da fé islâmica – a esmola –, entendendo-os como falsidade alicerçada no interesse de obter benefícios materiais.

Até aqui discutimos a existência de centros de formação islâmica, as escolas corânicas e a proliferação de pregadores e divulgadores da fé maometana, atrelados ao comércio. A crença no poder transcendental destes homens abençoados, capazes de realizar milagres, é um fator importante em sua identidade social. Contudo, sua dispersão pelo espaço ocidental africano decorre de outro aspecto desta identidade dos religiosos: seu caráter nômade ou transeunte, ainda que tenha residência nalgum reino, visitando aldeias e cidades.

Como já apresentamos, os alemanes percorreram grandes extensões de terras, fazendo pregações e praticando o comércio. Às vezes, é difícil analisar o papel desempenhado pelos comerciantes e pelos religiosos, separadamente, na islamização da África Ocidental, visto que é comum o mesmo homem praticar as duas atividades. Assim como o mercador, o religioso está em constante deslocamento e, em peregrinações entre centros religiosos formados em grandes empórios comerciais, eles adquirem conhecimentos mais aprofundados da doutrina islâmica e tornam-se referências locais de santidade e devoção: adquirem a *baraka*, que os faz admirados pela população local e traz seguidores para seu entorno, que logo se tornarão novos mestres.

Explicando como são as visitas missionárias islâmicas e as formas adotadas para a “catequese muçulmana”, Álvares afirma ser costume dos alemanes fazer visitas anuais às vilas sob sua jurisdição, levando consigo alguns religiosos integrantes dos seminários espalhados pela região. Logo que chegavam às vilas, os missionários maometanos anunciavam os dias em que se iniciariam as lições do Alcorão. Chegada a data divulgada, o inaciano informa que a população se reunia em um espaço aberto na vila, no qual o alemane e os bexerins entravam com grande espetáculo.

Então, o alemane espalha algumas esteiras finas pelo chão e, de sua bolsa bordada, retira a lenda infernal escrita em pergaminhos, que desenrola sobre as esteiras e inicia sua prática cerimonial, ficando de pé e levantando suas mãos e olhos para os céus. Depois de ficar assim por um momento, como se estivesse em contemplação, prostra-se no chão, diante dos “tours” infernais. O povo imediatamente faz grandes gestos de reverência para ele. Quando estes são finalizados, ele fica de pé e em



voz alta diz a todos para darem graças a Deus e a Seu Profeta por tê-los reunido para perdoar-lhes seus grandes pecados, e fazem várias outras declarações em louvor ao demônio. Depois disso, ele elogia o ensino dos pergaminhos enquanto busca manter a atenção das pessoas, e elas consentem de tal forma que, embora o religioso gaste mais de duas horas lendo e expondo partes das Escrituras, ninguém conversa ou dome ou se agita e, na grande audiência, ninguém tira os olhos do religioso.<sup>57</sup>

Acreditamos que o caráter missionário islâmico esteja atrelado ao fenômeno do marabutismo e diga respeito ao compromisso com o ensinamento da crença maometana, à leitura do livro sagrado dos muçulmanos, o Alcorão, e à expansão política e religiosa de seus líderes a partir de sucessivas migrações. Essa prática competia frontalmente com a missão jesuíta, que tinha os mesmos objetivos, a partir da expansão da fé cristã. Mais do que duas religiões em confronto, notamos dois contextos missionários bastante específicos, esforçando-se mutuamente para atingir e conquistar o maior número de fiéis para suas fileiras. A presença islâmica era beneficiada frente à cristã, uma vez que suas rotas eram internas ao continente e seus representantes, em vários momentos, integravam o corpo político e econômico das comunidades africanas, facilitando assim sua expansão e incentivando esforços para sua assimilação por parte da população local.

Ao contrário da missão jesuíta, que não chegou a instalar um colégio em Cabo Verde para atender a diocese e formar padres para atuarem na costa da Guiné, os ismaelitas obtiveram algum sucesso nesse empreendimento. A caracterização das escolas corânicas, estabelecidas em mesquitas, informa-nos sobre um islamismo tanto místico quanto ativo, que buscava aproximar as pessoas da prática da fé sem abrir mão do estudo e conhecimento da doutrina islâmica, características do *sufismo*. Essa concepção religiosa foi percebida pelo jesuíta e aproxima-se da teologia inaciana, ocupada com a manifestação de Deus no mundo através da compreensão, devoção e especulação espirituais. Entretanto, o cronista inverte os valores pregados pelo islã, na formação de “discípulos infernais”.

Notamos uma competição por fiéis, com ambos os adversários assentados em concepções teológicas e práticas sociais específicas que as caracterizem e justifiquem: o exercício dos ministérios jesuítas é análogo, na descrição de Álvares, aos objetivos islamitas, no tocante à proteção da vida e expansão da fé, neste caso, muçulmana. Vanicléia Santos argumenta que a tradução operada pelos inacianos diante das práticas dos bexerins conduz-lhes à estratégia de adaptação cultural para exercício missionário cristão na Guiné. Por esta via, os padres exerciam atividades próximas àquelas desempenhadas pelos maometanos,

<sup>57</sup> ÁLVARES, M. *Ethiopia Minor...*, Parte 1, cap. 3, p. 4.



como o recurso a amuletos e mezinhas. Este “efeito espelho”, na concorrência por fiéis, levou os padres a serem reconhecidos pela população local como “bexerins cristãos”.<sup>58</sup>

Para entender o fenômeno marabúptico na expansão islâmica que se confrontou diretamente com a presença missionária jesuíta, é preciso compreender o contexto no qual ele se insere: o desenvolvimento de uma concepção “popular” do Islamismo na Senegâmbia, o sufismo. Antônio Dias Farinha explica-nos que sufismo é o misticismo islâmico. A origem do termo é a palavra *sūfī*, utilizada para designar “uma pessoa piedosa, idealista, afastada dos bens das honras”. Trata-se de esforço místico para experimentação pessoal de métodos que possam aproximar o fiel e Deus, caracterizando um processo de aperfeiçoamento, estudo e contínuo ensaio de métodos que conduzam a Deus. O autor afirma que “a exigência de aprendizagem e imitação originou a formação de escolas e confrarias em que os noviços (*múrid*) procuravam, junto do mestre, conhecer ou encontrar esse anelo supremo de Deus, a beatitude do conhecimento ou o sentimento de integração (...)”.<sup>59</sup>

Clifford Geertz acrescenta que o sufismo desenvolve-se de diferentes maneiras ao longo do mundo islâmico, sendo caracterizado pelo esforço em estabelecer uma relação efetiva entre o islã e o mundo, tornando a religião acessível aos seus seguidores e estes acessíveis a ela. Na África Ocidental, o autor destaca que este parece ter significado a definição de sacrifícios, possessões, exorcismos e curas como rituais islâmicos. Essas transformações acontecem em contextos institucionais diferenciados e, aqui, destaca-se aquele classificado pelo autor como complexo de *siyyid*: “um culto dos santos centrado nos túmulos dos marabus mortos e envolvendo a definição de linhagens sagradas constituídas pelos descendentes patrilineares do marabu enterrado”.<sup>60</sup>

Caracterizado pela contemplação, estudo e valorização da conduta moral, o sufismo permite a admiração dos “santos do islã”, chamados no Magrebe e na África Subsaariana de marabutos, cacizes, bexerins, alemanes. Eram mestres religiosos, cujos exemplos de vida e piedade levavam sua reputação a muitos povos, trazendo discípulos para sua proximidade. O termo marabuto tem origem árabe (*murabit*) e significa atado, amarrado, acorrentado a Deus. Estudando a presença islâmica em Portugal no século XVI, Rogério Ribas afirma que os termos *cacis* e *marabuto*, além de *mulei*, eram aplicados a

<sup>58</sup> SANTOS, Vanidéia Silva. Bexerins e jesuítas, p.192-193.

<sup>59</sup> FARINHA, Antônio Dias. O Sufismo e a islamização da África Subsaariana. In: Antonio Custódio Gonçalves Alves (co rd.). *O Islão na África Subsaariana: Actas do 6º Colóquio Internacional, Estados, Poderes e Identidades na África Subsaariana*. Universidade do Porto, 2003. p.29-30.

<sup>60</sup> GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã...*, p.60.



indivíduos considerados pela comunidade mourisca como guias religiosos ou espirituais, santificados pela visão popular<sup>61</sup>. O autor esclarece ainda “que o termo cacis foi usado de forma genérica pelos portugueses para designar personagens religiosos do Norte da África”, sendo substituído, na documentação de meados do século XVI, por marabuto.

Na região da Senegâmbia, o termo cacis aparece com frequência na documentação, sobretudo no *Tratado Breve...*. Como exemplo, destacamos o momento em que Almada aponta a presença de “um Caciz destes no reino da Casamança, no tempo do rei Masatamba, nosso amigo, e foi que se veio ao rei e lhe apresentou uma nómina muito bem guarnecida, dizendo que a trouxesse, porque jamais, trazendo-a, seria ferido com arma nenhuma (...)”<sup>62</sup>, apontando a dimensão miraculosa e islâmica representadas na nomina, conforme já discutimos.

O caráter sagrado dos cacizes é expresso após sua morte: seus túmulos transformam-se em lugar de peregrinação, onde acorrem os fiéis à procura de bençãos. Essas peregrinações acontecem em formas de romarias, em época fixas do ano. Clifford Geertz aponta que o túmulo é uma construção colocada, geralmente, sob uma árvore, no topo de uma colina ou noutra lugar isolado, como uma caixa em meio a uma planície<sup>63</sup>. Partindo desses elementos, observemos a citação abaixo:

Da banda do norte a terra é algum tanto mais alta. Da mesma banda passamos a raiz de um monte alto, só, alevantado; chama-se o monte Vermelho. Tem pela sua costa acima, ainda que íngreme, árvores pequenas. Em cima deste monte têm os Mandingas um ídolo de Mafamede, aonde vão em romaria fazer salas ao maldito Mafoma, porque não há nação de negros que tenha tomado com mais fervor a lei de Mafamede como os Mandingas.<sup>64</sup>

Os indivíduos reconhecem esse local como espaço de peregrinação, afastado dos locais comuns de circulação, e recorrem a ele para o exercício de um dos cinco pilares essenciais ao islamismo: o rito da *salat* ou *al-salat*, apresentado na corruptela “sala”, a oração realizada cinco vezes por dia (embora esse número possa variar), com o fiel direcionando-se a Meca<sup>65</sup>. Ademais, a crença de que esses homens eram portadores de *baraka* sacraliza seus túmulos, onde as pessoas acorrem em busca de bênçãos e dádivas. O que o cronista chama de ídolo de Mafamede pode, adequadamente, ser objetos funerários que adornam o

<sup>61</sup> RIBAS, Rogério de Oliveira. *Filhos de Mafoma*. Mouriscos, cripto-islamismo e inquisição no Portugal quinhentista. Tese (Doutorado em História Moderna – sociedades islâmicas). Universidade de Lisboa. Lisboa. 2005, p.138.

<sup>62</sup> FERRONHA, A. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde...*, p.99.

<sup>63</sup> FERRONHA, A. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde...*, p.61.

<sup>64</sup> DONELA, André. *Descrição da Serra Leoa...*, p.146.

<sup>65</sup> RIBAS, Rogério de Oliveira. *Filhos de Mafoma...*, p.123.



túmulo de um cacis, bexerim ou alemane, sacralizado pela população por seus atributos espirituais e sua liderança temporal.

José da Silva Horta afirma que essa imagem distorcida (concepção idolátrica) sobre o que caracteriza o islamismo, conflitando entre religião e idolatria, era corrente nos países da Europa do Norte, durante o período moderno, mas não na Península Ibérica. Esta gozou de longo convívio entre cristãos e muçulmanos e os praticantes destas religiões conheciam os ritos que as caracterizavam<sup>66</sup>. Entretanto, os elementos apresentados dizem-nos tratar-se de uma modalidade popular praticada pelos filhos de Mafamede que, diferentemente da ortodoxa, valoriza a via mística e a manutenção de um contato mais íntimo com Deus, através da adaptação da crença às práticas culturais desenvolvidas pelos povos que a aceitam e desenvolvem.

Diante desse quadro, acreditamos haver um intenso processo de difusão do islamismo na África Ocidental, muito superior ao convencionalmente acreditado pela historiografia. A difusão de escolas islâmicas e a formação de um clero nativo na África tropical ocidental, versados na escrita árabe ou aljamiada<sup>67</sup>, são fenômenos a serem investigados com mais fôlego, para melhor compreensão da natureza e das práticas islâmicas das populações africanas.

As impressões de Manuel Álvares referem-se acentuadamente às etnias Mandinga e Jalofo, a primeira oriunda do fragmentado império do Mali, a segunda marcada por serem os primeiros povos encontrados às margens do rio Senegal, no setor norte da Alta Guiné. Reconhecidos como os maiores mercadores da Guiné, os Mandinga tinham o comércio como recurso para expansão do islamismo. Já os Jalofo, acreditamos, não haviam sofrido um processo de islamização pouco eficiente, como defendeu James Sweet, mas mantinham-no em curso, quando da chegada portuguesa ao litoral. Esse movimento religioso islâmico, posteriormente, tornou-se vitorioso frente ao cristão, com o fracasso da missão jesuíta e o pouco alcance de outras ordens, como os franciscanos, e da *Propaganda Fide*.

### Considerações Finais

<sup>66</sup> HORTA, José da Silva. O Islão nos textos portugueses: noroeste africano (séc. XV-XVII) – das Representações à História. In: GONÇALVES, António Custódio (org.). *O Islão na África Subsaariana: actas do 6º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsaariana*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. 2004. p.174.

<sup>67</sup> Ioan Lewis aponta que transcrição do vernáculo local na escrita árabe foi adotada pelos Jalofo e Haussá, no ocidente africano, como estratégia muçulmana para tornar a mensagem islâmica acessível a esses povos. LEWIS, Ioan M. *O Islamismo ao Sul do Saará...*, p.51.



Ao final do século XVII, percebe-se a expansão dos Fula muçulmanos, que veem do sertão rumo ao litoral ampliando sua área de produção de couro, para atender a demanda europeia. Também os Mandinga expandem-se pelo litoral guineense, levando a cabo um processo de amandingaço acompanhado da crescente presença muçulmana às margens dos principais rios da região, e participando de conselhos de reinos, atuando como comerciantes e desenvolvendo ritos islâmicos, como a *sala* cinco vezes ao dia, voltados para Meca<sup>68</sup>. Ao espalharem amuletos com versos do Alcorão, os Mandinga ofereceram às etnias não islamizadas formas de converterem-se a um islamismo resignificado, acessível a elas.

O islamismo guineense não foi o único fator de fragilização da missão jesuíta na costa ocidental africana. A centralização portuguesa nos reinos do Congo e de Angola diminuiu os investimentos na Guiné e a região tornou-se periférica no Império Português. A periferização da costa ocidental levou à redução das missões e dos incentivos à conversão da população local, bem como à redução da participação das elites de Cabo Verde e Cacheu no tráfico atlântico. Ainda assim, o contexto de competição entre as formas de acesso ao sagrado e resguardo do exercício mundano foi um fator de peso no desenvolvimento das missões cristãs na região. Tal elemento foi favorável aos maometanos, que alcançaram as tramas políticas, através da liderança dos bexerins, cacizes, alemanes e marabutos; comerciais, por meio das rotas que os ligavam a Meca e a outras partes do mundo islâmico, além do comércio litorâneo, com cristãos; e religiosas, por meio das escolas-mesquitas, que auxiliaram na propagação de missionários e religiosos muçulmanos na Guiné. Esse último tópico precisa ser destacado, devido à ausência de estrutura cristã que pudesse competir com os ismaelitas: embora desejado e prometido, o colégio não chegou a ser efetivados no bispado de Cabo Verde, durante a missão jesuíta.

Os apontamentos de Álvares mostram-nos sua percepção da ação missionária islâmica, assentada em uma autoridade, o alemane, e exercida por vários religiosos a ele ligados. O arcabouço significativo utilizado pelo jesuíta é a própria ordem da qual faz parte, a Companhia, no qual percebemos as relações entre a forma de gestão inaciana, hierarquizada e desenvolvida a partir de colégios, e aquela descrita. Muito embora, o próprio autor se relativiza ao apontar as limitações de suas caracterizações, afirmando que não parece haver muita hierarquia no exercício das práticas missionárias.

---

<sup>68</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. O *Jihad* do Futa Jalom. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexander, BITTENCOURT, Marcelo. *África passado e presente* – II Encontro de Estudos Africanos da UFF. Niterói (RJ): PPGHISTÓRIA-UFF. 2010. p.19.



A teologia e os princípios jesuítas, justificados pelo exercício dos ministérios e pela expansão missionária pelo mundo, parecem chocar-se com atividades análogas desenvolvidas pelos ismaelitas, no mesmo tom de acomodação cultural proposto pelos seguidores de Loyola. Entretanto, os filhos de Ismael estão melhor instrumentalizados, com suas mesquitas-escolas, e habilitados para o exercício do poder político atrelado às suas práticas comerciais, que se prolongam por intrincáveis veios pelo interior do continente.

A missão jesuíta de Cabo Verde e o islamismo na Guiné se encontram nas tramas do Império português, que nasce como império cruzado, através das vitórias de Afonso Henriques sobre Ismar e os cinco reis mouros, na batalha de Ouriques. O Império agrega a essa característica primeira a face do mercador e, inserindo-se em rotas comerciais, negocia poderes políticos com proselitismo religioso, justificando a escravidão atlântica como resgate de gentios e combate ao infiel, transformando a escravidão islâmica africana, de caráter doméstico, em grande empresa comercial no mundo atlântico<sup>69</sup>. Nesse contexto, tanto político quanto religioso, tanto social quanto econômico, as missões cristã e maometana se cruzam e repelem-se, semelhantes que são em suas práticas e devoções, ambas atendendo à fé que lhes sustentam e sustentando-se a partir dos recursos disponibilizados pelo avanço da fé.

Recebido em: 16/01/2013

Aprovado em: 16/08/2013

---

<sup>69</sup> LOVEJOY, Paul. Nas fronteiras do islã. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.



## De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”<sup>1</sup>

Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza  
Mestrando em História – UFRN  
[thyagoruzemberg12@yahoo.com.br](mailto:thyagoruzemberg12@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Conceitos como raça, cultura, etnia e nação fazem parte do vocabulário erudito brasileiro desde a década de 1870. Esses termos, na primeira metade do século XX, foram utilizados pelos estudos sobre os “negros” e passaram por mudanças significativas. Junto com as transformações conceituais, ocorreu a reinvenção do Quilombo de Palmares na literatura dos “estudos do negro”. O objetivo desse artigo é perceber e expor as nuances dessa reinvenção, por meio de dois textos, *A Troya Negra* de Nina Rodrigues, publicado em 1904, e *A República de Palmares* de Arthur Ramos de 1939. Se em Nina Rodrigues o Quilombo fora um espaço racionalizado, para uma perspectiva do racismo científico que dominava o final do século XIX fora visto enquanto espaço de uma raça inferior que não tinha capacidade imediata de civilizar-se. O segundo autor, dentro de um olhar da antropologia cultural das décadas de 1930 e 40 colocou Palmares como espaço da resistência ao processo de aculturação imposto aos escravos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raça, Cultura, Palmares.

**ABSTRACT:** Concepts such as “race”, “culture”, “ethnicity” and “nation” are part of brazilian classical lexicon since 1870. In the first half of the twentieth century, these concepts were used by studies concerning the “negroes”, and have gone through significant changes since then. The reinvention of “Quilombo de Palmares” occurred along with conceptual transformations in the literature of “negroes” studies. The aim of this article is to perceive and expose the nuances of this reinvention through two works: *A Troya Negra* (The Black Troy), by Nina Rodrigues, published in 1904 and *A República de Palmares* (The Republic of Palmares), by Arthur Ramos, published in 1939. If in Nina Rodrigues' text the Quilombo was a rationalized space for a scientific perspective of racism that dominated the late nineteenth century, it was also seen as an area of an inferior race that had no immediate ability to civilize itself. The latter, based on the cultural anthropology of the 30's and 40's, transformed Palmares into a space of resistance to the acculturation process imposed on slaves in Brazil.

**KEYWORDS:** Race, Culture, Palmares.

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo identificar nuances da reinvenção do Quilombo de Palmares na cultura historiográfica<sup>2</sup> da primeira metade do século XX,

---

<sup>1</sup> Esse artigo foi produzido com os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a construção da República de Palmares na escritura de Arthur Ramos, essa pesquisa está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



analisando dois textos, produzidos em períodos distintos dentro da tradição dos estudos sobre o negro no Brasil, *A Troya Negra*<sup>3</sup>, de Nina Rodrigues, publicado em 1904 e *A República de Palmares*<sup>4</sup>, de Arthur Ramos, de 1939. Dentro de que tipos de racionalidades foram compostos os discursos sobre Palmares? Como essa tradição de “estudos do Negro” no Brasil colaborou na escrita desses dois autores? Quais as aproximações e distanciamentos desses pensadores? São questões que nortearão esse texto. Palavras como raça, cultura, etnia e nação tornaram-se velhas conhecidas do vernáculo erudito brasileiro durante o século XIX. Nas mãos de pensadores que procuravam compreender o Brasil, momentos antes do fim da escravidão, ou dentro do processo de liberdade da população escrava, esse vocabulário compunha as “novas ideias” advindas da Europa e dos Estados Unidos da América que eram *traduzidas* por eruditos e pela elite brasileira. Na década de 1870 esses termos tornaram-se centrais nas análises de uma literatura que objetivava ser científica.

Um meio de manifestação desse discurso, ou o principal meio, foi a literatura. Esses conceitos estavam em todos os tipos de obras e textos no final do século XIX e início do XX, nos jornais, revistas científicas, romances, ensaios etc. Literatura nesse período não pode ser pensada como uma categoria fechada, como conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético, pelo contrário, trata-se de algo mais amplo e que ainda não separava definitivamente uma obra de ficção de uma obra científica. Portanto, é considerado parte da literatura um discurso que tem uma definição ficcional expoente (Machado de Assis, Lima Barreto), mas por outro lado, um discurso híbrido que relacionava romance e ciência (Euclides da Cunha), ou etnológico e científico (Nina Rodrigues). No Brasil é uma época de delimitação histórica de um corpo literário, no qual o letramento permite valorizar Nina Rodrigues e Machado de Assis como expoentes de

---

<sup>2</sup> Fabrício Gomes Alves produziu um texto que debate os conceitos de cultura histórica e cultura historiográfica, sendo o primeiro composto por representações e interpretações históricas feitas pela sociedade e que não está necessariamente ligada a produção historiográfica, enquanto o outro era referente especificamente à produção historiográfica, mas que não está limitada apenas a historiadores de formação. Ver: ALVES, Fabrício Gomes. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. In: *Aedos*. Rio Grande do Sul, v. 2, n. 5, p. 82 – 97, Jul.-Dez., 2009.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Nina. *A Troya Negra*: erros e lacunas da História de Palmares. In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, v.11, n.63, p. 645-672, set., 1904. Utilizaremos também a segunda versão, ver: RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p.9. Disponível em: <http://www.bvce.org/>.

<sup>4</sup> RAMOS, Arthur. *A República de Palmares*. In: *O Negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora Casa do Estudante, 1971. P.65-77.



cultura, aproximando-os, mas também os separando, como *homens de letras* e *homens de sciencia*<sup>5</sup>. Mariza Corrêa observou que o momento em que o negro se tornou “livre” coincidiu com a emergência de uma elite profissional que incorporara os princípios liberais à sua retórica, assim como “com o surgimento de um discurso científico, etnológico, que tentava instituir para ele uma nova forma de inferioridade, retomando os ensinamentos de nossa história escravista recente”<sup>6</sup>. Era grande o número de eruditos envolvidos com esse discurso e suas ideias eram diferentes e conflituosas. Apesar disso, um termo era comum no pensamento desse período, a raça<sup>7</sup>.

Dentro dessa tradição de pensamento, foram desenvolvidos na primeira metade do século XX os “estudos do negro”, ou estudos sobre o negro no Brasil. Compreendemos que estes são compostos por várias coisas interdependentes, podemos destacar três áreas de atuação: a primeira é composta por uma tradição acadêmica que engloba escritores, professores e pesquisadores de diversos campos do conhecimento que se dedicam a problematizar o negro no Brasil, exemplo disso são os trabalhos da antropologia, da etnografia e do folclore nos institutos e nas universidades; a segunda é um estilo (instituição) das elites brasileiras para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o negro ou mulato, exemplo mais notório são as políticas públicas de higienização, urbanização e segurança; por último, um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre “Negros” e “Branços”, isso engloba o imaginário da sociedade e ideologias (mestiçagem e democracia racial)<sup>8</sup>. O Negro é um conceito que tem sua história e uma tradição, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença para intelectualidade dos estudos antropológicos e etnográficos brasileiros.

<sup>5</sup> Distinção feita pelo contemporâneo Sylvio Romero (*homem de sciencia*) vinculado a ideias das ciências modernas provenientes da Europa e América do Norte, em oposição a Machado de Assis (*homem de letra*), um artista. Ver: SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1970-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 28-42.

<sup>6</sup> CORRÊA, Mariza. *Ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2.ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001. p. 49.

<sup>7</sup> Ver sobre as diferenças e conflitos nas visões sobre a questão raça e nacionalidade: DANTAS, Caroline Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. In: *Tempo*. Niterói, v.13, n.26, p. 56-79, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100004).

<sup>8</sup> Essa caracterização foi desenvolvida baseada numa aproximação com a caracterização do Orientalismo feita por Edward Said, evidentemente levamos em consideração as diferenças entre os “Estudos do Negro” no Brasil e o “Orientalismo”, tanto que consideramos desde o início as duas últimas áreas de atuação como subordinadas à primeira, ainda que sejam interdependentes. Ver: SAID, Edward. *Orientalismo*. nov. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 28-29.



A partir dessa premissa, podemos entender que, devido à produção de imagens do Negro nesse campo de estudos, ocorreu uma reinvenção do Quilombo de Palmares. Devemos designar o Quilombo dentro do discurso dessa tradição como um espaço imaginativo e que partilha de uma história imaginativa. De acordo com Edward Said, isso significa que escapam à atmosfera objetiva e adentram em significados simbólicos, ou poéticos, que determinam ou delimitam as fronteiras do Outro e conseqüentemente do Eu<sup>9</sup>. Comparando as produções de dois pensadores desses “estudos”, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, observando a possibilidade da influência do primeiro sobre o segundo, procuraremos refletir como Palmares - um espaço imaginativo - foi urdido dentro de racionalidades que pensavam também o negro.

### Duas gerações dos estudos do Negro

Até a década de 1950, a pesquisa sobre o negro no Brasil teria vivenciado, pelo menos, dois momentos distintos ou duas gerações. O primeiro momento é o da fundação, no qual são iniciados, na virada para o século XX, no Brasil, os estudos sobre os africanos e seus descendentes, desenvolvidos por *homens de ciencia* autodidatas de formação “bacharelesca” da medicina e do direito, que interpretariam as teorias do racismo científico de uma maneira original ao procurar explicar a realidade do *negro* e do *mestiço*.

Nina Rodrigues foi o precursor da primeira geração, realizando as primeiras pesquisas sistematizadas sobre a população negra. Em *Os Africanos no Brasil*<sup>10</sup>, ele coloca uma epígrafe de Silvio Romero enunciando que é “uma vergonha para a ciência no Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e religiões africanas”<sup>11</sup>, ainda por cima, clama para que os estudiosos se apressem, pois os últimos africanos estariam prestes a desaparecer do Brasil. Ao pôr essa epígrafe, Rodrigues colocou o seu trabalho como a resposta ao clamor de Silvio Romero, ou seja, na posição do pesquisador que respondeu o chamado e assumiu a responsabilidade. No final da introdução, deixa bem claro o seu papel como precursor, ao afirmar que é a “um ensaio de

<sup>9</sup> Edward Said também denomina esse espaço imaginativo como geografia imaginativa, além disso designa história imaginativa como tempo imaginativo. SAID, Edward. *Orientalismo*, p. 92-93.

<sup>10</sup> Essa obra foi idealizada e organizada por ele, porém, devido a sua morte em 1906, ela não foi conduzida. Mesmo assim o seu discípulo, Oscar Freire, iniciou a organização para a publicação que só foi conduzida sob os cuidados de Homero Pires em 1932.

<sup>11</sup> ROMERO, Sílvio. Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil. Rio de Janeiro: s.e.,1888. p. 10-11. *Apud* RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*, p. 7.



sistematização destes estudos que consagro o presente livro, destinando-o ao conhecimento de uma das preliminares do problema, a história dos Negros colonizadores”<sup>12</sup> e que não lhe constava ninguém que houvesse feito isso.

O segundo momento ocorre na década de 1930, quando os estudos consolidam-se com a fundação das universidades no Brasil<sup>13</sup>. Junto com estas instituições surgiram os primeiros especialistas das humanidades, profissionalizando as áreas de atuação intelectual. Ocorre nessa transformação um aprimoramento do rigor científico, devido à adoção de teorias e metodologias específicas em trabalhos que procuram analisar as problemáticas da nação. Nos estudos sobre o negro, a entrada de teorias da antropologia cultural norte-americana trouxe grandes mudanças epistemológicas.

Os dois Congressos de Estudos Afro-Brasileiros ocorridos em 1934, no Recife, sob a organização de Gilberto Freyre, e em 1937, em Salvador, sob os cuidados de Arthur Ramos, foram de suma importância dentro desse momento por agregar os estudiosos da temática. As chefias dos congressos nos mostram quem eram os pensadores que estavam à frente dessa segunda geração. Estes eventos foram inaugurais e procuraram demonstrar a produção sobre o negro no Brasil, acabando também por demarcar a consolidação desse campo de pesquisa na inteligência brasileira. De maneira alguma ignoramos as contribuições dos movimentos culturais da década de 1920, dos quais se destaca o Modernismo e o Regionalismo na contribuição da formação dos pesquisadores da década de 1930, desenvolvendo a preocupação com a questão nacional<sup>14</sup> e a procura de uma identidade brasileira vinculada a uma cultura singular. Para Antônio Candido, na década de 1930, as maneiras de pensar a nação encontraram refúgio no radicalismo intelectual e na

<sup>12</sup> RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*, p. 18.

<sup>13</sup> Após algumas tentativas frustradas de fundar universidades no Brasil, houve, em 1920, a implantação da Universidade do Rio de Janeiro — mais tarde, em 1937, Universidade do Brasil. A partir da reunião de algumas escolas superiores já existentes na então Capital Federal, os governos provinciais passaram a flertar com a ideia de ter suas próprias instituições. Em 1927 organizou-se a Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte; em 1934 a criação da Universidade de São Paulo (USP); em 1935 a Universidade do Distrito Federal foi fundada.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Questão nacional na Primeira República*. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.



análise sociológica, que procurou a todo momento demonstrar o Brasil como uma nação singular e soberana, e reconheceu os seus problemas como únicos<sup>15</sup>.

Essas duas gerações de pesquisadores sobre o negro brasileiro construíram, em seu discurso, um vocabulário para caracterizar um grupo da população brasileira, construindo, a partir do conceito de negro, significados para: raça negra, raça inferior, raça degenerada, fetichista, infantil, cultura negra, estágio de cultura inferior etc. No entanto, não significa que o discurso tenha sido homogêneo e não sofra transformações de acordo com o tempo e o autor. As narrativas produzidas em momentos diferentes construíram significados distintos para o Negro, embora demonstrem também certa continuidade no modo de pensar. De maneira que, conforme demonstrou Ella Shohat em *Des-orientar Cleópatra*, tropos discursivos elaborados em vários momentos constroem imagens e representações visuais em diferentes discursos<sup>16</sup>. Determinados grupos, em momentos específicos, por meio de conceitos contemporâneos, construíram conhecimentos históricos que determinaram a produção de imagens, representações e espaços do passado.

Esses pesquisadores não produziram um discurso unilateral sobre os africanos e seus descendentes, pelo contrário, havia um diálogo entre eles, como representantes, e seus objetos de pesquisa, o Outro. Nina Rodrigues e Arthur Ramos, tornaram-se *ogãs* de candomblés na Bahia, ou seja, receberam um título honorífico que é conferido pelo chefe do terreiro – ou por um orixá incorporado – aos beneméritos do *ilê*<sup>17</sup> que contribuíram com sua riqueza, prestígio e poder. Ao receberem esse título, assumiram uma postura de proteger esses grupos religiosos. Dessa maneira, podemos concluir que essa representação era negociada ou dialogada. Para Ramos isso seria mais evidente, devido a sua influência dentro do movimento negro e da imprensa negra como intelectual e defensor da

<sup>15</sup> CANDIDO, Antônio. Os significados de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. XXXIX – li.

<sup>16</sup> Ao analisar a imagem de Cleópatra “encenada” em vários tipos de discurso produzidos dentro de “guerras culturais”, Shohat percebeu que dentro da geografia da modernidade, as cansadas dicotomias Oriente contra Ocidente, África contra Europa, e Negro contra Branco continuam a informar o modo como as civilizações antigas são diacriticamente construídas. Ver: SHOCHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra. In: *Cadernos Pagu*. n. 23, p. 11-54, jul-dez, 2004.

<sup>17</sup> Casa de candomblé ou terreiro como um todo.



democracia racial. Jeffrey Lesser demonstrou que as identidades étnicas no Brasil foram negociadas entre os grupos marginalizados e a elite<sup>18</sup>.

### **Do racismo científico nos Institutos à antropologia cultural nas universidades**

O olhar médico sobre as questões sociais foi uma das maiores marcas de Raimundo Nina Rodrigues, visto que iniciou a sua carreira como docente da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB), em 1889, e lá ficou até seu falecimento em 1906. A vinculação com a antropologia, nesse sentido, não se dá por acaso, uma vez que se trata de uma área proveniente da medicina e da biologia. Segundo Mariza Corrêa, as preocupações com a raça como origem de problemas sociais e médicos e a proximidade com a antropologia, especialmente a raciologia<sup>19</sup>, estão desde os seus primeiros textos. É no livro *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*<sup>20</sup>, de 1894, que a “antropologia criminal” ganha centralidade em seu pensamento e ele dialoga diretamente com Lombroso, Ferri, Garofalo – chefes da nova escola criminalista italiana - e Alexandre Lacassagne - chefe da nova escola médico-legal francesa.

Nos seus textos, a ideia de inferioridade da raça negra toma a sua forma mais radical dentro dos pensadores do racismo científico brasileiro. Ele compreendia que “não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em discussão. Ninguém se lembrou de ainda de contestá-la. E tanto importaria contestar a própria evidência”<sup>21</sup>. Nina Rodrigues era singular por sua visão pessimista, como diria Lilia Moritz Schwarcz, sobre a miscigenação, advogou que “toda mistura de espécies era sinônimo de degeneração”<sup>22</sup>, elas evoluíam separadamente, de acordo com a sua capacidade e essência. Mariza Corrêa observa que não é possível reduzir os trabalhos dele sob a perspectiva da medicina,

<sup>18</sup> Ver: LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001

<sup>19</sup> O termo “raciologia” que utilizamos aqui é como sinônimo de “racismo científico”.

<sup>20</sup> RODRIGUES, Nina. *Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s.d.

<sup>21</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*, p. 289

<sup>22</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues e o Direito Penal: mestiçagem e criminalidade. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S. et. al. (org.). *Religião, raça e identidade: colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues*. São Paulo: Paulinas, 2009. V. 6. Coleção estudos da ABHR. p. 38



sobretudo quando ele envereda na análise dos negros e mestiços, ela afirma que a obra é marcada igualmente pela criminologia, antropologia e psicologia<sup>23</sup>.

Sobressaem nos textos sobre Palmares outros lugares de fala, isto é, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). Na verdade, Rodrigues era sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e sócio correspondente de outros institutos regionais do Norte que auxiliavam na produção da história nacional projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na tradição do IHGB, no conhecimento sobre a população negra, vigorava uma visão evolucionista e determinista e, no que se refere ao potencial civilizatório da raça, essa mesma visão predominou no IAGP. Segundo Lilia Moritz Schwarcz<sup>24</sup>, no início do século XX uma nova forma de entender a história se destaca: “escrever a história nacional significava tomar parte de um debate sobre os problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos”; portanto, predominou um discurso determinista e científico baseado nas obras de Buckle, Darwin e Spencer. O IAGP além de dialogar com essa maneira de escrever a história tem um projeto marcado pelo seu regionalismo – prestigiando o Norte em oposição ao Sul - ou por uma perspectiva local – centrada em Pernambuco<sup>25</sup>. A população negra aparece como uma preocupação desse instituto, pois esse faz parte de uma tradição de pensadores que começaram a refletir, na década de 1870, sobre o negro na sociedade e sobre as teorias do racismo científico, o principal deles é Silvio Romero.

Aproximadamente vinte anos depois da morte de Nina Rodrigues, surge Arthur Ramos no ambiente acadêmico. Este se formou em medicina na FMB, no ano de 1926, com a tese *Primitivismo e Loucura*. Dialogando com a psicologia durante esse período, adota as influências de Sigmund Freud, Paul Eugen Bleuler e Lucien Lévy-Bruhl<sup>26</sup>. Depois de formado, foi trabalhar no Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues, organização que congregava alguns personagens que construíram uma identidade intelectual baseada no interesse comum por temáticas de pesquisa e uma herança intelectual de Raimundo Nina Rodrigues. Estamos falando da *Escola Nina Rodrigues*, um grupo de intelectuais e eruditos

<sup>23</sup> CORRÊA, Mariza. *Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2. Ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Coleção Estudos CDAPH, Série Memória. p. 106.

<sup>24</sup> SCHWARTZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1970-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 116.

<sup>25</sup> SCHWARTZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*, p. 117-124.

<sup>26</sup> CORRÊA, Mariza. *Ilusões da liberdade*, p. 228.



baianos da década de 20 – se nem todos nasceram na Bahia, pelo menos tiveram sua formação superior ou atividade profissional nesse estado – principalmente médicos que procuraram desenvolver pesquisas nas temáticas que o “mestre” Nina Rodrigues já havia trabalhado: a medicina-legal, a psicologia e a antropologia – o problema do Negro. Em suas obras, Arthur Ramos está a todo o momento mencionando seu vínculo à Escola e, ao mesmo tempo, reivindicando um lugar como herdeiro intelectual do “mestre”<sup>27</sup>.

Em 1934, publicou o livro *O Negro brasileiro* que serviria como obra inaugural dos seus estudos sobre o negro, ainda muito próximo da psicanálise. Todavia, em 1937, é com *As Culturas Negras no Novo Mundo* que demonstra o início de sua aproximação com a antropologia cultural norte-americana (Boasiana) principalmente Herskovits<sup>28</sup>. No ano de 1935, se torna professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, onde morava desde o ano anterior, período no qual a preocupação com o estudo das relações raciais assume uma posição cada vez mais central na sua produção intelectual e paulatinamente passa também a se definir como antropólogo.

O alcance nacional de algumas das atividades dos membros da Escola Baiana<sup>29</sup> só ocorreu devido à centralização promovida a partir de 1930, época em que vários membros do grupo ampliaram a sua atuação. É também nesse momento que Arthur Ramos se aproxima de eruditos participantes dos movimentos culturais ocorridos na década de 1920. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros relata que em palestras do Dr. Téo Brandão, etnógrafo e folclorista, discípulo e amigo de Arthur Ramos, falava-se de um grupo que se reunia na casa do antropólogo, “nas quais Ramos tocava piano para os amigos, convivia com Mário de Andrade, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Aurélio Buarque de Holanda, Diegues [...]”<sup>30</sup>. Essa mesma autora afirma que Ramos viveu a euforia idealista e esperançosa do movimento de 30, mas decepcionou-se principalmente com o autoritarismo do momento. Em 1939, foi publicado nos Estados

<sup>27</sup> MARTINS, Hildeberto V. *As ilusões da cor: sobre a raça e assujeitamento no Brasil*. 243 f. Tese (Doutoramento em psicologia) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2009.; CORRÊA, Mariza. *Ilusões da liberdade*.

<sup>28</sup> EDUARDO, Osctavio da C.; FERNANDES, Florestan; BALDUS, Hebert. Arthur Ramos 1903-1949. In: *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. IV, p. 439-459, 1950.

<sup>29</sup> Outra maneira de denominar a Escola Nina Rodrigues.

<sup>30</sup> BARROS, Luitgarde O. C. *Arthur Ramos e as dinâmicas de seu tempo*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 28.



Unidos o *The Negro in Brazil*<sup>31</sup>, livro que contém o texto “A República de Palmares”. Nesse mesmo ano, assumiu a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da recém-criada Universidade do Brasil. Nesse momento ele ainda não havia formado a sua identidade de antropólogo<sup>32</sup>, pois estava no início da carreira e ainda estava consolidando a sua rede de relações internacionais. Por outro lado, tinha uma posição de liderança em meio aos eruditos e intelectuais dos estudos do Negro no Brasil, principalmente os provenientes da Escola Nina Rodrigues. Podemos inferir que essa obra é composta no princípio da transição de um conhecimento construído com amadorismo para o conhecimento especializado nas humanidades, transição vivenciada pelos pesquisadores nas décadas de 1930 a 1940 – uns mais e outros menos – e que foi encabeçada, na antropologia, por Arthur Ramos.

As proximidades entre eles nos permitem fazer comparações. Ambos são médicos que tiveram sua formação na Faculdade de Medicina na Bahia, o primeiro no final da década de 1880 e o segundo no início da década de 1920. Há também um elo entre eles por causa do interesse pelas mesmas áreas de pesquisa e atuação: medicina-legal, psicologia e estudos sobre o negro no Brasil. Mas a ligação principal é a proximidade intelectual, devido Arthur Ramos ter feito parte da Escola Baiana. Embora Mariza Corrêa enfatize que a influência de Rodrigues é apenas “retórica”<sup>33</sup> em Arthur Ramos, é notório que esse autor, ao revisar os conceitos e as ideias de seu “mestre”, aproveita muito do que ele tinha produzido, compreendendo as obras dele como clássicas nos estudos dos negros e utilizando-as como fonte para suas pesquisas. Ramos aproveita, também, a etnografia, se afastando da teoria de Rodrigues e muitas vezes criticando-o. Outra importante proximidade é o método comparativo desenvolvido por Rodrigues e que Ramos adotou para suas pesquisas sobre o Negro brasileiro, cujo objetivo era “investigar as sobrevivências

<sup>31</sup> Esse texto só veio a ser publicado no Brasil em 1956 pela Livraria-Editora Casa do Estudante, já sob o título *O Negro na civilização brasileira*.

<sup>32</sup> “Apenas após a sua passagem pelo seminário de Herskovits e de sua introdução ao mundo da antropologia norte-americana, se sentirá plenamente um antropólogo”. GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herskovits e Arthur Ramos (1935 -1949)*. p. 6. Captado em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%20e%20democracia%20racial.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2012.

<sup>33</sup> CORRÊA, Mariza. *Ilusões da liberdade*, p. 239



culturais no Brasil, fazendo o cotejo comparativo com culturas idênticas no Continente Negro”<sup>34</sup>.

### Os Negros de Palmares

Havia uma característica que transpassava os trabalhos dos *homens de sciencia* até a década de 1910, principalmente daqueles que assistiram a Abolição e a República, sobretudo os integrantes dessa tradição do racismo científico ligados aos institutos: a preocupação com a manutenção da ordem social. A obra de Rodrigues também é definida pela tentativa da “garantia da ordem social”. Sua perspectiva raciológica conduzia à explicação do que ele compreendia como problemas físicos e sociais dos negros e mulatos pela degeneração da raça. Nesse caso, epidemias, crimes, alienação, charlatanismo, fetichismo etc., tornaram-se metáforas de pessoas afrodescendentes, indígenas ou mestiças, de maneira que esses termos já descrevessem ou designassem esse grupo, depreciando-o. Um exemplo da sua preocupação com a manutenção dessa ordem era o medo constante em ver acontecer, no Brasil, o que ocorreu no Haiti. Utilizava o exemplo dessa república como impossibilidade de organização do negro, mesmo os mais avançados, de alcançar a civilização ariana e de se adequar totalmente à organização do branco. Esse medo em perder a ordem, medo do caos no qual a origem ele entende estar no negro e mulato, possivelmente o faz pensar o espaço de Palmares como um risco à civilização. O medo da paisagem da revolução haitiana sobrepõe a sua escrita sobre Palmares, o Quilombo é um espaço do medo ou uma metáfora do caos. O medo dos africanos e seus descendentes fazia parte do imaginário das elites que viam boa parte de suas ações como problemas sociais<sup>35</sup>.

Perceber esse medo em sua obra conduz ao estranhamento do termo *Troya Negra*. A origem da comparação não é dele, ele expõe que “*Troya Negra* chamou Oliveira Martins a Palmares e uma *Ilíada* a sua história”<sup>36</sup>, o autor português lançou esse epíteto em 1876, em Lisboa, no livro *O Brasil e as colônias portuguesas*. A ideia de Oliveira Martins obedecia a um pensamento que acreditava ser positiva a instalação dos negros em quilombos no interior

<sup>34</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971. p. 103.

<sup>35</sup> AZEVEDO, Célia Maria M. *Onda Negra e Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2004. p. 153-188

<sup>36</sup> RODRIGUES, Nina. *A Troya Negra*, p.663



da América Portuguesa, pois se estes negros voltassem à África retornariam ao nível de barbárie inicial<sup>37</sup>. Palmares é apresentado como um espaço intermediário entre o espaço totalmente civilizado dos Estados brancos e o espaço bárbaro das demais raças, assim como Tróia, que estava entre a civilização grega e a Ásia, frequentemente pensada como bárbara pela cultura histórica do século XIX e início do XX.

A *Troia Negra* de Nina Rodrigues, diferentemente de Oliveira Martins e dos demais autores que se dedicaram a compreender Palmares, procura na composição racial as respostas. Ocorre que, devido à complexidade de sua visão raciológica, a compreensão do Quilombo como espaço intermediário acima citado é confuso e talvez subvertido. O seu argumento é que Palmares foi formada por negros da África Meridional, mais especificamente da *raça bantu* que é interpretada como inferior aos demais negros. Ao comparar povos Sudaneses aos *Bantus*, chega à conclusão de que: “tem-se a impressão de que, através de toda a culta e sanguinária barbaria dos últimos, povos há no Sudão que atingiram a uma fase de organização, grandeza e cultura que nem foi excedida, nem talvez atingida pelos Bantus”<sup>38</sup>. Caracterizados por uma “pobreza mítica” que, segundo Rodrigues, está “perfeitamente reconhecida e demonstrada” e lhes possibilitou adotar uma “caricatura da religião católica dos colonos”<sup>39</sup>, é assim que ele explica a existência de uma igreja na capital Macacos<sup>40</sup>. Sobre os palmarinos, ele afirma que eram “negros fetichistas os que ali se congregaram”<sup>41</sup>. Era defensor da “ideia da incapacidade psíquica das ditas raças inferiores para assimilar as elevadas abstrações do monoteísmo”<sup>42</sup>. Mesmo quando ocorre uma suposta adoção do catolicismo, há persistência do fetichismo africano como expressão do sentimento religioso do negro e mestiço. Segundo Nina Rodrigues, a organização de Palmares era condizente com a capacidade intelectual do povo *bantu*<sup>43</sup>.

Apresenta, nas partes iniciais do texto, Palmares como um estado africano e, como “em geral nas cidades africanas”, as organizações das cidades de Palmares deviam ser

<sup>37</sup> REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: historiografia e imagens*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, Franca, 2004.

<sup>38</sup> REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi*, p.297

<sup>39</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*, p. 97, 247.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *Os Africanos no Brasil*, p. 96.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Os Africanos no Brasil*, p. 96.

<sup>42</sup> MUNANGA, Kabengele. Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S. et. al. (org.). *Religião, raça e identidade: colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues*. São Paulo: Paulinas, 2009. V. 6. Coleção estudos da ABHR. p. 21.

<sup>43</sup> MUNANGA, Kabengele. Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues, p. 25



“agrupamentos de pequenas vilas, quarteirões ou distritos, em que raças, povos ou famílias diversas, regidas por leis e costumes diferentes, muitas vezes se associam ou confederam”<sup>44</sup>. Os palmarinos se “organizaram em um estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta”, a “tendência geral dos Negros é a se constituírem em pequenos grupos, tribos ou estados em que uma parcela variável de autoridade e poder cabe a cada chefe ou potentado”<sup>45</sup>. Por muitas vezes em seu texto, os africanos aparecem como sendo sempre os mesmos. Esse é um dos pontos de ambiguidade em seus textos, pois em sua teoria o negro era compreendido como capaz de evoluir ainda que muito lentamente, mas ele dificilmente demonstra essa mudança. Ricardo Siqueira Bechelli<sup>46</sup> constatou que em *Os africanos no Brasil*, apesar de Nina Rodrigues continuar propagando o racismo, este aparece aqui de forma muito mais suavizada, ou melhor, dentro de uma tensão evidente, uma vez que Nina Rodrigues ao trabalhar com um material direto, por meio da etnografia, ao fazer uma pesquisa empírica, pôde analisar a questão do negro de forma mais aprofundada.

Outras contradições aparecem no decorrer dos textos, principalmente na versão final que está em *Os africanos no Brasil*, devido à tentativa de incrementar as explicações sobre o caráter racial *bantu* do Quilombo. As contradições são menos frutos da falta de documentação que comprovasse a sua teoria e mais do desejo de provar sua tese baseada na teoria raciológica. Sua explicação aponta para a originalidade de um espaço, no qual “as noções de que se tinham impregnado os negros na longa convivência com o povo em cujo seio viveram escravos, deviam forçosamente comunicar a Palmares tons das regras e hábitos a que estiveram submetidos”, portanto “no governo de Palmares muito devia haver de importado das práticas e costumes da colônia portuguesa”<sup>47</sup>. Deste modo, expõe determinados aspectos ou indícios de uma nova cultura e uma nova organização em Palmares, entretanto ele ignora esses indícios confirmando sua tese do estado africano ou de tradição *banta*, por meio do argumento da incapacidade psicológica desses povos<sup>48</sup>. A

<sup>44</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*, p. 84

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. *Os Africanos no Brasil*, p. 84

<sup>46</sup> BECHELLI, Ricardo Siqueira. *Interpretação do Brasil: tensões no paradigma racial* (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Eudides da Cunha e Oliveira Vianna). 420 f. Tese (doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009. p. 215.

<sup>47</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*, p. 84

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. *Os Africanos no Brasil*, p. 101.



sua leitura das fontes é submetida à racionalidade racista que distancia – ou opõe – Palmares dos estados “civilizados”<sup>49</sup>.

Arthur Ramos, de certa maneira, percebeu que na obra de Nina Rodrigues o paradigma racial não abarcava completamente as análises e que, ao se aproximar dos negros através da etnografia, ele acabou aproximando-se das análises culturalistas. Ramos percebeu a importância dos seus estudos sobre o negro e a forma como ele pretendia compreender este povo, mas sempre fez críticas ao racismo científico de Rodrigues, evidentemente afirmando que era entendível pelas ideias da época. Ramos compreendeu que o racismo científico não prejudicou totalmente as contribuições para o estudo do negro, pois “se nos trabalhos de Nina Rodrigues substituirmos os termos raça por cultura, e mestiçagem, por aculturação, por exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade.”<sup>50</sup>

Lília M. Schwarcz chama a atenção que esse tipo de interpretação feita por Arthur Ramos é equivocada, pois colocaria a questão racial em segundo plano, para poder colocar Rodrigues como um autor culturalista. Sobre essa possibilidade de corrigir a obra de Nina Rodrigues com as mudanças dos termos – de raça por cultura – ou de colocá-lo como um autor que teve uma preocupação maior sobre uma análise social e cultural do negro, Schwarcz escreveu que: “Com efeito, era a raça e o grupo que delimitavam as possibilidades de um indivíduo e, portanto, a relatividade defendida era absolutamente referida à ‘constância da raça’.”<sup>51</sup>

Porém, antes de colocar apenas como um equívoco de Arthur Ramos a sua interpretação sobre a obra de Rodrigues, devemos entender o motivo desse deslocamento. Isso ocorreu devido à procura de filiação dele e do grupo da Escola Nina Rodrigues ao pensamento e à herança do “mestre”. Porém, os “discípulos” apesar de serem herdeiros das preocupações ou problemas do seu antecessor, não podiam de modo algum se aproximar das teorias racialistas que estavam sendo ultrapassadas por sua geração. Por isso, demonstrar a contribuição do “mestre” era tão importante, mas ao fazê-lo precisava se distanciar do paradigma racial e enfatizar as contribuições da análise cultural e social.

<sup>49</sup> Racialista é também sinônimo de raciológica e de racismo científico.

<sup>50</sup> RAMOS, Arthur. *Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia da Editora Nacional, 1942. p. 179

<sup>51</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nina Rodrigues e o Direito Penal*, p. 49.



Analisaremos em que a reinvenção de Arthur Ramos sobre o Quilombo de Palmares se distanciou do “mestre”, mas também em que ele deu continuidade.

“A República de Palmares” é o primeiro texto de Arthur Ramos sobre o tema. Este caráter inicial possivelmente o limitou a repetir os acontecimentos narrados por Nina Rodrigues e pelos Institutos Históricos do Norte. O seu diferencial está nas interpretações, na parte imaginativa, que possibilita uma reinvenção de Palmares. Logo no início do texto, Arthur Ramos se contrapõe aos trabalhos de historiadores e sociólogos que afirmam que o “Negro, ao contrário do índio, foi, no Brasil, um elemento passivo e resignado ao regime da escravidão”<sup>52</sup>, causa da substituição da escravidão indígena pela negra. Essa visão do negro como passivo não foi compartilhada por Arthur Ramos e nem pela Escola Nina Rodrigues. Ramos, assim como Rodrigues, dá centralidade ao africano e seus descendentes como temática de pesquisa e como sujeitos históricos em sua narrativa. Isso não significa que esses sujeitos falaram em seus trabalhos, mas que eles são representados e tornam-se protagonistas da narrativa<sup>53</sup>.

A hierarquia cultural é algo muito importante no seu entendimento das relações entre diferentes grupos. Haveria estágios diferentes de cultura, umas sendo superiores as outras. É baseado nessa concepção que ele desenvolve o conceito de aculturação, definido por ele como o “fato de duas ou mais culturas se porem em contato tendendo a mais adiantada a suplantam a mais atrasada”<sup>54</sup>. É também a partir dessa hierarquia que é explicada a substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana, pois “o Negro se adaptou maravilhosamente a faina agrícola, consequência de seu estágio de cultura, superior ao do índio”<sup>55</sup>. Em Ramos, o negro era mais capaz que o índio no trabalho agrícola, pois a sua cultura já havia desenvolvido a agricultura em muitos povos da África, no entanto reagiu ao regime da escravidão, muitas vezes de maneira violenta: “Foi bom trabalhador, porém mau escravo”<sup>56</sup>.

<sup>52</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 47.

<sup>53</sup> Gayatri Spivak analisa esse papel de representante – que “fala por” ou “re-presentar” – exercido pelos intelectuais e pelas elites que silenciam o Outro da sociedade ou o subalterno – o representado. Ver: SPIVAK, Gayatri C.. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

<sup>54</sup> RAMOS, Arthur. *Aculturação Negra no Brasil*, p. 75

<sup>55</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 47

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. *O Negro na civilização brasileira*, p. 48.



Essa reação dos negros ao regime escravista em sua obra é elaborada de maneira laudatória, não é vista com desânimo. Desde meados da década de 1910, a cultura historiográfica sobre Palmares escrita pelos Institutos do Norte já vinham produzindo uma narrativa elogiosa da luta pela liberdade e do heroísmo dos negros de Palmares<sup>57</sup> e não podemos ignorar o contato de Arthur Ramos com essa produção. Ele participou do I Congresso Afro-Brasileiro (1934) organizado por Gilberto Freyre no Recife, no qual Alfredo Brandão e Mario Mello apresentaram suas teses sobre o Quilombo de Palmares, ambos dos Institutos do Norte. O primeiro, membro do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA), observou Palmares inserido na história de Alagoas; importantes cidades do interior desse estado foram vistas como originárias das lutas ao Quilombo, mas a narrativa destacou o caráter heroico e libertário do Quilombo<sup>58</sup>. O segundo, membro do IAGP, apresentou a luta dos palmarinos como uma defesa da liberdade, porém, como lembrou Andressa Reis<sup>59</sup>, não havendo intenção de considerá-lo um movimento vitorioso, Mello opta por uma leitura mais tradicional sobre o final do Quilombo. Próximo às versões de Nina Rodrigues e Rocha Pombo, considerava que o extermínio do Quilombo fora necessário para que o desenvolvimento do país se realizasse. Considerando essa cena de produção, é compreensível a afirmação de Ramos sobre essas reações, com um teor poético que enaltece os participantes em seus atos de fuga, suicídio ou grandes movimentos de insurreição coletiva que “destacaram-se as suas qualidades de liderança, de organização, o ímpeto de combate e os sentimentos de afirmação da dignidade pessoal.”<sup>60</sup>

Dentro dessa maneira de pensar, Palmares seria o grande feito heroico, “foi a primeira grande epopeia que o Negro escreveu em terras do Brasil”, sendo engrandecido por Ramos como movimento realizado pelos negros, pois “passou à história brasileira como uma grande tentativa negra de organização de estado”<sup>61</sup>. O Quilombo de Palmares seria, no seu entendimento, um “estado, com tradições africanas dentro do Brasil”. Embora essa afirmativa seja parecida com a de Nina Rodrigues há uma diferença sutil, mas significativa: para o “mestre”, Palmares teria sido um “estado africano” em terras

<sup>57</sup> REIS, Andressa. *Zumbi*, p. 86.

<sup>58</sup> BRANDÃO, Alfredo. Os negros na história de Alagoas. In: Congresso Afro-brasileiro. *Estudos Afro-brasileiros*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p.55-92.

<sup>59</sup> REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi*, p. 104

<sup>60</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 48.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *O Negro na civilização brasileira*, p. 65.



brasileiras, isso conota um maior isolamento devido à diferença evolutiva ou desnível psicológico da raça *bantu*, os construtores de Palmares eram de uma raça inferior aos colonos e aos europeus e isso impossibilitava a adaptação à civilização<sup>62</sup>. Em contrapartida, o “discípulo” faz uma leitura que coloca Palmares como uma reação cultural de povos africanos ou descendentes às imposições da cultura europeia através da escravidão e ao mesmo tempo diminui o isolamento, pois essas tradições africanas estariam no Brasil e de forma alguma poderia salvar-se do sincretismo<sup>63</sup>.

A cultura do Quilombo era *Banto*, tal qual em Rodrigues, porém com o “sincretismo” ou “aculturação” sofrida no novo mundo. Segundo Ramos, os “usos e costumes” dos quilombolas dos Palmares copiavam as organizações africanas de origem *banto*, todavia com as modificações introduzidas com os hábitos aprendidos na Colônia Portuguesa. Para fazer essa distinção entre um “estado africano”, ele utiliza a ideia de Estado Negro, “que os escravos brasileiros organizaram no século XVII, onde se evidenciaram as capacidades de liderança, de administração, de tática militar, de espírito associativo, de organização econômica, de constituição legislativa [...] do Negro brasileiro”<sup>64</sup>. Ou seja, não era um “estado africano” ou um “estado estrangeiro”, era um “estado do Negro brasileiro”, no qual predominava as tradições africanas. Essa ênfase na brasilidade desse negro que compôs o Quilombo possivelmente está relacionada aos debates da década de 1930 sobre a nacionalidade ou a identidade nacional do povo brasileiro, que valorizava a integração das três raças, impulsionada pela ideia de “democracia racial”<sup>65</sup>, a qual, de acordo com Alfredo A. Guimarães<sup>66</sup>, pode ser considerada como mito fundador de uma nova nacionalidade nessa década.

Talvez, Arthur Ramos, tenha procurado construir um espaço de um povo cuja identidade é hifenizada<sup>67</sup>, o afro-brasileiro. O seu prestígio e diálogo com o movimento negro possibilitariam esse tipo de construção, percebendo que “Palmares permanecerá

<sup>62</sup> Segundo Nina Rodrigues era uma raça negra proveniente da costa da África, principalmente da região da Angola e do Congo. Ver sobre Palmares e a raça *bantu*: RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*.

<sup>63</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 65.

<sup>64</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 75.

<sup>65</sup> A expressão “democracia racial” usada por Ramos, sinônima da “democracia étnica” de Freyre, sobreviverá, entretanto, como reivindicação negra até pelo menos 1964, e, até mesmo na grande reviravolta política de 1968. Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Africanismo e democracia racial*, p.20.

<sup>66</sup> GUIMARÃES, Antônio S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: FUSP; Ed. 34, 1999. p. 50-55.

<sup>67</sup> Essa identidade hifenizada é parte de uma nacionalidade, cuja identidade é cindida entre a igualdade – brasileiro – e a diferença – afro. Ver: LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*.



sempre como um monumento à habilidade inata do Negro brasileiro em criar por ele mesmo, sem auxílios ou influências externas, os fatores essenciais a uma ordem social.”<sup>68</sup> E assim acaba por lançar uma hipótese da civilização do negro, como “um caso curioso e instrutivo de fusão da experiência e dos elementos africanos com as imposições do novo meio na formação de um Estado em miniatura, manifestando todos os atributos de uma comunidade civilizada.”<sup>69</sup>

Ao tratar Palmares como uma resistência das tradições africanas, o antropólogo chega à conclusão de que foi “uma desesperada reação à desagregação cultural que o africano sofreu com o regime da escravidão”<sup>70</sup>. Palmares é percebida como uma tentativa, da parte dos negros brasileiros, de reconstituição das suas culturas perdidas, num trabalho que ele denomina de “reação contra-aculturativa” ou “contra-aculturação”<sup>71</sup>. A influência da antropologia cultural e principalmente de Melville Herskovits com seu conceito de aculturação são notórios nessa compreensão. Arthur Ramos pegou o velho método de Nina Rodrigues de comparação das raças e povos na África a seus remanescentes e descendentes no Brasil, e introduziu, pelas leituras da antropologia, o conceito de cultura em detrimento daquele de raça<sup>72</sup>.

O antropólogo tendeu a repetir a versão do suicídio de Zumbi como Nina Rodrigues<sup>73</sup> e Alfredo Brandão<sup>74</sup> já haviam colocado. No entanto, desvia-se destes últimos colocando Zumbi como indivíduo em vez de um título de liderança. Ao mesmo tempo, aproxima-se da versão do suicídio heroico de Zumbi defendida pelos autores do IAGP da década de 1920. O silêncio desse autor sobre a documentação<sup>75</sup> que tratava do assassinato de Zumbi é revelador do seu propósito: enaltecer a imagem de Zumbi com o ato heroico

<sup>68</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 75.

<sup>69</sup> \_\_\_\_\_. *O Negro na civilização brasileira*, p. 75-76.

<sup>70</sup> \_\_\_\_\_. *O Negro na civilização brasileira*, p. 65.

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_. *O Negro na civilização brasileira*, p. 181.

<sup>72</sup> Essa introdução do conceito de cultura não pode ser resumida a uma simples substituição de conceitos ou de termos, trata-se de uma grande mudança, e que gerou certas contradições e conflitos nas obras de Arthur Ramos. Ver: CORRÊA, Mariza. *Ilusões da liberdade*.

<sup>73</sup> RODRIGUES, Nina. *A Troia Negra*.

<sup>74</sup> Sobre a produção de Alfredo Brandão, ver: REIS, Andressa M. B. dos. *Zumbi*, p. 85-99.

<sup>75</sup> Em especial um documento conhecidíssimo publicado na Revista do Instituto Arqueológico Geográfico Alagoano (RIAGA), de 1904. Foram doadas, pelo Barão Stuart do Instituto do Ceará, duas cartas reais do século dezessete, destinadas ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e ao Governador Caetano de Melo e Castro de Pernambuco, que mudavam a lenda tecida em torno de Zumbi e de sua morte por suicídio. Nesse documento a versão do assassinato de Zumbi é confirmada. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*. Alagoas, v.1, n.4, 31-33, jun.1904.



de escolher o sacrifício em vez da redenção<sup>76</sup>. Arthur Ramos poderia ter seguido o exemplo do “mestre” que apresentou as duas versões, e demonstrou a sua preferência. No entanto, o que ele fez foi expor a versão do suicídio como única possível, ignorando a polêmica gerada por esse debate.

### Considerações finais

Regressando a Rodrigues, quando ele se depara com os relatos da organização de Palmares – no que seria compreendido pelas culturas historiográficas posteriores como parte da cultura nacional –, ele percebe um símbolo da inferioridade que não se adequa a civilização. *Troya Negra* não teria, nesse caso, o significado que foi colocado por Oliveira Martins como um espaço intermediário entre a barbárie e a civilização. Aqui ela se colocaria como um entrave, um inimigo do avanço civilizacional da nação brasileira. A proximidade com a história da civilização grega, ou melhor, de seu grande adversário, a civilização de Tróia, não traz a Palmares uma visão positiva do autor como é previsto para a comparação. O que na verdade ocorreu foi que ele negou a proximidade do Quilombo com a herança da civilização, devido a sua negritude.

A imagem do negro *bantu* como uma raça inferior e impossibilitada psicologicamente o prende a metáforas que ocasiona a reinvenção do Quilombo, como: “a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil”<sup>77</sup>. A sua luta e a sua sublevação é, antes de tudo, resultado da inadequação dessas raças ao espaço da civilização branca ocidental. Palmares, na verdade, é um espaço menor dentro dos espaços Negros, inferior racialmente e de uma pobreza mítica ou cultural reconhecida. Palmares lembrava que o Brasil poderia ser um Haiti. A *Troya Negra* de Nina Rodrigues é, antes de tudo, um inimigo da civilização, um espaço do medo, um espaço construído pela racionalidade raciológica de inferioridade do negro *bantu*, um espaço que ameaçava a ordem social.

Em contrapartida, a reinvenção do espaço numa narrativa heroica, como Arthur Ramos projetou, faz parte de uma racionalidade de transformação dentro da tradição sobre os estudos dos negros brasileiros, não como uma maneira de negar ou negligenciar as

<sup>76</sup> RAMOS, Arthur. *O Negro na civilização brasileira*, p. 73.

<sup>77</sup> RODRIGUES, Nina. *A Troya Negra*, p. 652

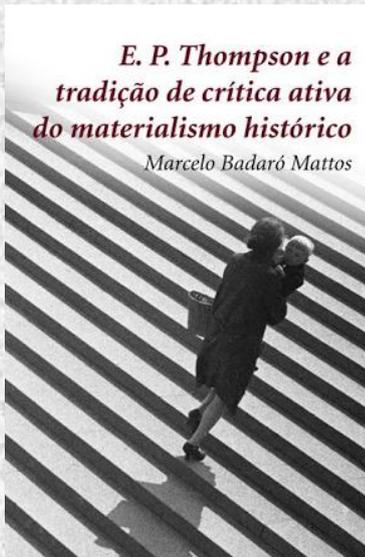


produções anteriores. Quatro anos antes de *O Negro na civilização brasileira*, Arthur Ramos fora iniciado nos estudos culturalistas que passariam a dominar o discurso dos estudos do negro, o conceito de aculturação, juntamente com o mito da “democracia racial” adotada pelos intelectuais e pelo Estado e que passariam até certa medida a valorizar a cultura negra, possibilitando a reinvenção de Palmares como espaço do Negro brasileiro, visto sob uma perspectiva heroica, épica e ao mesmo tempo original.

O autor está entre duas “escolas” de pensamento brasileiro que terão como objetivo pensar o negro brasileiro: a Escola Nina Rodrigues, na qual teve a sua formação básica nos estudos do negro; a Antropologia Cultural brasileira, que por sua vez foi uma grande divulgadora da democracia racial ou mestiçagem brasileira. Na primeira, o negro é visto como problema social, um Outro distante da verdadeira cultura brasileira – europeia ou branca. Na segunda, as explicações sobre a cultura negra estarão imersas nas concepções de aculturação – do negro brasileiro – e ao mesmo tempo na ideia de mistura entre as culturas, na qual a branca, pelo seu estágio de desenvolvimento cultural, foi hegemônica. Ele jamais deixou de pensar o negro, de certa maneira, como um problema da sociedade brasileira – Escola Baiana – devido ao seu argumento do baixo estágio de cultura do negro. Palmares é reinventado por ele dentro dessa racionalidade que acaba por constituir-lo como um espaço novo do Negro brasileiro. O Quilombo foi um espaço ascendente por não ser africano, mas não o suficiente por não ser somente brasileiro. O termo Negro estabelece um deslocamento entre esse espaço e o espaço nacional, que dentro dessa perspectiva só seria superado depois na “civilização brasileira” com a mestiçagem.

Por meio da raciologia, Nina Rodrigues atribui aos negros (raça) uma etnicidade (africanos e *bantus*) que permite tanto garantir sua inferioridade, como dá a Palmares africanidade a ser excluída idealmente ao ser demonstrado como erro local, no Brasil. Rodrigues quer eliminar o elemento alienígena, pois seu estrangeiro – o espaço africano – faz de Palmares um perigo à nova ordem nacional. Já Arthur Ramos pensa, seguindo outro paradigma, que admite a brasilidade como incorporadora do africano, como negro aculturado, portanto, brasileiro. Ele diminui o valor da etnicidade na definição do Quilombo, para realçar o valor nativo da localidade, ou seja, brasileiro.

Recebido em: 20/11/2012  
Aprovado em: 03/07/2013



## E. P. Thompson: transformação e crítica ativa

Vitor Leandro de Souza  
Mestrando em História Social - UFRJ  
[vitorleandro@id.uff.br](mailto:vitorleandro@id.uff.br)

Livro: MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

A formação da classe operária inglesa (*The Making of the English Working Class*)<sup>1</sup> é considerado, pela comunidade acadêmica, uma das mais importantes obras do século XX, inspirando diferentes gerações de historiadores e cientistas sociais. A obra de Edward Palmer Thompson atacaria “duas ortodoxias ao mesmo tempo, a história econômica quantitativa e a marxismo dogmático”<sup>2</sup> tão presentes na intelectualidade da época. Publicado há 50 anos, este clássico teve sua primeira edição em língua portuguesa somente em fins dos anos 1980, causando um grande impacto na historiografia brasileira (assim como nas demais ciências sociais) por suas novas propostas teórico-metodológicas e, principalmente, pela prática de historiador proposta e vivenciada por Thompson.

E justamente a influência da obra de Thompson na historiografia brasileira é um dos pontos altos do livro *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*. Marcelo Badaró Mattos – autor de livros sobre os sindicalismos e a formação da classe trabalhadora brasileira e fluminense, além de ter ministrado uma série de cursos na Universidade Federal Fluminense, onde atua como professor do departamento de história – apresenta não somente a obra do historiador inglês, mas aspectos importantes da tradição de crítica ativa proposta pelo materialismo histórico, tão presente nos escritos de Thompson, e problematiza a recepção e a influência da obra do intelectual britânico na historiografia brasileira.

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988. 3v.

<sup>2</sup> O espírito whig sem o elitismo: entrevista com E. P. Thompson. In: Pierre Bourdieu (e outros), *Liber 1*, São Paulo, Edusp, 1997, p. 172.



O livro *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico* é dividido em quatro capítulos, além de apresentação e epílogo. A proposta de Badaró é unir o resgate, a crítica e a interpretação na obra do autor inglês, através da sua trajetória. Nesse sentido Badaró recupera fatos da biografia de Thompson e a influência dos mesmos na sua produção, preocupando-se em deixar clara a ligação entre os escritos thompsonianos, sua trajetória e seu engajamento político-social.

O autor desvela as principais polêmicas em que o historiador inglês se envolveu, dentre elas o conhecido debate travado com Louis Althusser no livro *A Miséria da Teoria*<sup>3</sup>, em que a posição de Thompson é de reafirmar a urgente necessidade da historiografia “romper em definitivo com o idealismo de um marxismo de cunho religioso”<sup>4</sup>. Ao utilizar um tom endurecido de discussão, Thompson acelera o rompimento entre os intelectuais da corrente “culturalista” – na qual se inseria ao lado de Raymond Williams, por exemplo – e os da corrente “estruturalista”, representada por Althusser e Perry Anderson.

No capítulo denominado “Classes sociais e lutas de classe”, Badaró recupera a tradição marxista dos conceitos e reafirma o papel de Edward Palmer Thompson nesse debate, assim como a sua contribuição, a partir de meados do século XX, na realidade vivenciada pelo grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico. A preocupação clara do autor inglês era a ampliação da visão da história social, como refratária aos determinismos, considerando, além da dimensão econômica de classe, também outros níveis de análise: o político, o cultural e o social. Badaró defende a importância e atualidade do conceito “classe”<sup>5</sup>, sobretudo, diante de alegações de alguns historiadores que tal conceito teria “caído em desuso” pela perda de sentido como categoria de explicação histórica, inserindo-se na defesa da centralidade dos conceitos que nomeiam o capítulo, assim como na importância da defesa da história.

Outro ponto chave na contribuição de Thompson para a historiografia – “A Cultura” – dá título ao terceiro capítulo, em que Badaró mantém o esquema de estabelecer linhas gerais sobre a tradição de debate em torno do conceito cultura. Indo de Marx a Benjamin, passando por Lênin e Trotski, de Gramsci à escola de Frankfurt, passando por

<sup>3</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>4</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p. 35.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_, *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*, pp. 98-111.



Raymond Willians e voltando à obra de Thompson na tradição marxista, Marcelo Badaró relembra que, na produção historiográfica thompsoniana, o materialismo histórico e o determinismo econômico não são sinônimos. Ressalta ainda a importância do “estímulo” antropológico<sup>6</sup> na elaboração do pensamento teórico do historiador britânico e na sua consonância com a tradição de crítica ativa do materialismo histórico, assim como sua recusa à ideia de cultura como algo fora da vida social material ou “como um modo de vida”. Antes de tudo, para Thompson, cultura e experiência são indissociáveis.

Marcelo Badaró faz também um balanço da influência e presença da produção e pensamento de “E. P. Thompson no Brasil”. Essa certamente é uma das suas grandes contribuições para a historiografia brasileira. O autor ressalta a importância de Thompson não somente entre os historiadores, mas também entre estudiosos da área das ciências sociais. Particularmente diante da realidade encontrada no Brasil em fins dos anos 1970, da emergência dos novos movimentos sociais e do declínio da ditadura civil-militar, favorecendo o uso dos conceitos fundamentais de Thompson de forma generalizada e muitas vezes distanciada do materialismo histórico, reivindicado e visto como fonte fundamental pelo próprio historiador inglês.

Sem dúvidas *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico* é uma importante forma de compreensão da obra de Thompson e de sua apropriação por importantes autores da historiografia brasileira. Badaró critica os usos e desvios fundamentais para a compreensão dos conceitos propostos pelo historiador inglês, especialmente (mas não exclusivamente) nos estudos relacionados à história social do trabalho. Os usos casados de autores de matrizes distintas, como, por exemplo, Thompson e Foucault, inviabilizaram a plena compreensão das ideias thompsonianas.

Badaró alerta os limites na aplicação dos principais conceitos propostos por Thompson, que sofreram muitas vezes uma “domesticação” de sua interpretação<sup>7</sup> e causaram a associação do intelectual britânico aos estudos culturalistas, tão criticados por ele. Tal domesticação, objetivando afastá-lo da matriz marxista, foi rechaçada com veemência pelo próprio Thompson, que inúmeras vezes reafirmou seu comprometimento com a teoria marxista e com o materialismo histórico.

<sup>6</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>7</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico*, pp. 237-248.



Marcelo Badaró ao (re)inserir o debate de Thompson na tradição marxista resgata o significado de sua obra e ecoa o incômodo do intelectual inglês<sup>8</sup> diante das acusações de que seus estudos valoravam demasiadamente a dimensão cultural. O livro *E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico* nos ajuda a lançar luzes sobre a obra de um dos intelectuais que mais influenciam a produção historiográfica brasileira, especialmente em uma época em que as lutas por direitos e a (re)tomada das ruas pela “gente simples” tenciona a cena política e social do nosso país.

Recebido em: 28/08/2013

Aprovado em: 18/09/2013

---

<sup>8</sup> Especialmente no artigo intitulado *Folclore, antropologia e história social*. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227 – 267.



## Cartas em Latim: correspondências dos carmelitas reformados da Capitania de Pernambuco no século XVII<sup>1</sup>

André Cabral Honor  
Doutorando em História – UFMG  
[cabral.historia@gmail.com](mailto:cabral.historia@gmail.com)

Bárbara Faleiro  
Graduada em Biologia – UFMG  
[btf8@hotmail.com](mailto:btf8@hotmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Carmelitas, Capitánias de Pernambuco, Correspondência.

**KEYWORDS:** Carmelites, Captaincy of Pernambuco, Mailing.

Os desafios de uma transcrição documental são bem conhecidos pelos paleógrafos. Uma palavra mal compreendida ou indecifrável pode comprometer uma informação fundamental para o entendimento do discurso existente no documento. Por vezes, o pesquisador se depara com documentos raros, que nunca antes haviam sido analisados, mas que apresentam dificuldades extras a serem enfrentadas. Trata-se do caso das presentes cinco cartas escritas em latim do século XVII<sup>2</sup>.

Tais documentos encontram-se localizados na Pasta Reforma Turônica no arquivo do Convento do Carmo do Recife. Infelizmente, os originais dessas cartas não existem mais. Restam apenas transcrições, feitas por algum religioso, com datação provável do início do século XX, quando toda a documentação da província reformada de Pernambuco foi realocada para a cidade do Recife. Tal afirmação se sustenta na análise visual do tipo de papel utilizado na transcrição, pois trata-se de um papel pautado, e da letra de seu transcritor, que se mostra extremamente legível, denotando uma caligrafia do século XX.

Essa transcrição sofreu problemas de mau acondicionamento, corrosão de tinta e agentes biológicos. Em algum momento, outra pessoa – provavelmente um religioso, já que o arquivo possui acesso restrito – tentou consertar os danos causados pelos problemas acima registrados. Tentando salvar as partes danificadas dos documentos, utilizou-se de

<sup>1</sup> Documentos do Arquivo do Convento do Carmo do Recife-PE. Pasta Reforma Turônica.

<sup>2</sup> As normas de técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos utilizadas são aquelas propostas pela Revista *Temporalidades* em sua página virtual.



uma fita adesiva transparente para colar os pedaços de papel soltos que haviam se quebrado devido, provavelmente, a dobraduras feitas na folha. Esse ‘conserto’ fez com que partes dos documentos ficassem manchadas de cola, aumentando ainda mais o transbordamento da tinta utilizada na escrita, tornando trechos completamente ilegíveis. A fita, que não mais se encontra no suporte, prejudicou também o conteúdo do verso das cartas, já que a tinta transbordou para o verso do papel.

Tais lacunas, que já afetariam o entendimento de um documento em português, agravam-se ainda mais nesse caso, pois as cartas foram escritas em latim. Como regra geral, a cadência da frase em português é sujeito+verbo+predicativo, contudo, no caso do latim, a ordem da frase não é bem definida. Geralmente, aparece sujeito+predicativo+verbo, porém, não se trata de uma regra estabelecida. A variedade de tal estruturação da frase em latim se explica porque essa língua se utiliza de declinações para construir uma oração. Em poucas palavras, é possível afirmar que o que define a função sintática do elemento na frase é a terminação da palavra, ou seja, é o seu sufixo que forma a declinação. Nesse contexto, a posição da palavra na sentença pouco influencia na sua função sintática. Por isso mesmo, uma lacuna na sentença em latim pode vir a prejudicar a compreensão de grandes partes do texto.

Mesmo apresentando tais problemas, essas cartas constituem fontes raras, que merecem a atenção do historiador. Trata-se de uma documentação interna da ordem, datada de um período crucial da história da presença dos carmelitas na América Portuguesa. Em 1666, frades seguidores da constituição carmelita da Estrita Observância se instalaram no convento de Santo Alberto em Goiana dando início à Reforma Turônica nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil<sup>3</sup>. À exceção do convento carmelita de Santo Antônio, em Olinda, que continuou sob o regime da Antiga Observância, as demais casas conventuais de Recife e Cidade da Paraíba adotaram a constituição reformada como regra de vida.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A Reforma Turônica se iniciou na Província de Turon na França pelas mãos do frade Felipe Thibault. A decadência dos costumes monásticos suscitou de um grupo de frades a necessidade de uma modificação nos conventos pertencentes à província. Tomando algumas características dos descalços, Frei Felipe Thibault conseguiu reformar as casas conventuais criando uma nova constituição. O sucesso da reforma ultrapassou os muros da província e a mesma passou a ser adotada em outros conventos.

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre a instalação da Reforma Turônica nos conventos das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil ver: BAYÓN, Balbino. *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas, 2001; HONOR, André Cabral Honor. *O verbo mais que perfeito: uma análise alegórica da cultura histórica carmelita na*



As três primeiras cartas foram escritas por Frei Ferdinando Tartaglia em 1680, quando era geral dos carmelitas, enquanto que a quarta carta foi escrita por Frei Angelo Monoignanero, prior geral da ordem no ano de 1683. A quinta e última carta encontrava-se tão danificada que sua compreensão encontra-se comprometida, por isso, optamos por apenas transcrever as partes legíveis em latim, sem nos arriscarmos numa tradução. Todas as cartas foram escritas em Roma, à exceção da última que não foi possível identificar, sendo que a primeira e terceira foram escritas no convento de Santa Maria de Transpontina, onde se realizou o capítulo provincial geral da Ordem Calçada de Nossa Senhora do Carmo.

Documentação de caráter interno, versa sobre questões relativas à implantação da Reforma Turônica nos conventos das Capitanias do Norte, fazendo referência, inclusive, ao convento do Rio Real, cuja constituição da Estrita Observância não chegou a ser confirmada como regra naquela casa. Também faz referência ao desejo dos reformadores de tomarem o Convento de Olinda sob a Constituição Turônica, vontade esta que não se concretizou.

Através da leitura das correspondências, percebem-se alguns dos problemas centrais para a sobrevivência da Ordem Calçada de Nossa Senhora do Carmo na América Portuguesa. A questão da entrada de noviços nos conventos se mostra como peça essencial para a sobrevivência dessas casas nos trópicos. Em 1603, o papa Clemente VIII estabeleceu regras para que os conventos pudessem receber noviços, os quais deveriam ser previamente aprovados antes de abrirem suas portas a novos membros. As casas aptas a acolher aspirantes à ordem deveriam ter no mínimo um curso de teologia, com professores versados na matéria, complementado pelo estudo das humanidades.

Não era possível abastecer os conventos do além-mar unicamente com missionários professados em Portugal. O número de religiosos dispostos a virem à América Portuguesa era escasso. Vários religiosos pereciam durante essas viagens, fosse devido às

---

*Paraíba colonial*. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009; JOAQUÍN SMET, O. Carm. *Los carmelitas, Historia de la Orden del Carmen: Las reformas. Em busca de la autenticidad (1563-1750)*. v. 2. Trad. Antonio Ruiz Molina. Madrid: biblioteca de autores cristianos, 1990; PIO, Fernando. *O convento do Carmo de Goiana e a Reforma Turônica no Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1970; PLATTIG, Michael. *Gebet als Lebenshaltung*. Trad. Paulo Pollmann, O. Carm. s.l.: s.n., s.d.; COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 10 v. Recife: Arquivo Público Estadual, 195\_. CD-ROM; COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelitana em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.



doenças a bordo das naus, ataques de piratas ou naufrágios. Abastecer os conventos com pessoas nascidas na América Portuguesa era a única forma de tentar manter o mínimo de religiosos necessários para a manutenção da ordem. No caso dos carmelitas, havia duas restrições para que pudessem ser aceitos nos conventos: os candidatos não podiam ser mouros ou indígenas.

As cartas também versam sobre questões de organização interna dos conventos: a importância da meditação dentro da Constituição da Estrita Observância. Ressalta-se a importância da prática da oração mental em consonância com a militância de catequização dos infiéis, no caso, os autóctones da América Portuguesa. As cartas atentam para a ausência de hierarquia entre os irmãos, prevista nas constituições da Estrita Observância, além de ressaltarem que, qualquer tentativa de reforma da dita regra, seria compreendida como rebelião, passível de punição.

O que torna uma carta um documento histórico não é apenas o seu conteúdo em si, mas a operação historiográfica que o historiador aplica sobre as informações que lhe são passadas pelo registro. É a erudição do pesquisador, juntamente com as ferramentas de análise da História, que transformam as cartas em documentos. É o cruzamento de informações sobre o contexto que levará o historiador a escrever uma História. Cada novo documento descoberto acrescenta e problematiza a vivência humana, bastando apenas que ele seja colocado sob o prisma desejado. Assim como acontece com a luz branca, que quando refratada se decompõe em diversas cores, o documento, quando visto sob os olhares atentos de um historiador, se divide em diversas temáticas, cuja percepção e análise ficará a cargo do profissional de História.

### Primeira Carta

*Carta escrita por Frei Ferdinandus Tartaglia – Geral dos Carmelitas – 29 de junho de 1680*

#### **Texto original em latim**

Fr. Ferdinandus Tartaglia Sacrae Theologiae Magister, ac humilis Prior Generalis Totius Ordinis Fratrum Dei Genitricis Semperque Virginitatis Mariae de Monte Carmelo, Antiquae Observantiae Regularis: In Diffinitorio nostro generali cum summa omnium Consolatione Expositum fuit qualiter ad normam pristinam instituti Religionis nostrae et juxta



Constitutiones Provinciae nostrae Turoniae jam pridem a S. Sede confirmatas, introducta sit observantia Regularis in Conventu nostro de Goyanna Vicariae nostrae Braziliensis unanimi consensu eam desiderantibus et amplectentibus cunctis illius Caenobii nostri religiosis inco-[ilegível] tetius diffinitorii Magistrorum et seniorum Patrum ejusdem nostrae Vicariae prout in Relatione Authentica eidem nostro Diffinitorio generalis exhibita plenius Continentur quod opus Laudatum approbatum e confirmatum e confirmatum fuit a dicta deffinitorio et ordinatum omnibus et singulis Fratibus nunc, et pre tempore in dicto conventu existentibus et secundum dictas Constitutiones vitum et mores component eas que fidelitur et [ilegível] cujuscunque gradus et qualitatis existunt ne aliquid circa [ilegível] institute viviendi normam alterare praesumant sub pena rebellium et nullitatis actorum omnesque eos, ac singulos in visceribus domini nostri Jesu Christi Deffinitorii generalis et nostro nomine exhortamur, quatinus memoratum vivendi institutum in illo conventu introductum pro vivibus fovere ac promovere satagant. In quorum fidem praesentes litteras nostra manum subscriptas et secretarii generalis subscriptione firmatas, ac sigillo nostri capituli genrali signatas dedimus Romae in Conventu nostro Sanctae Mariae Transpontinae die vigesimo nono mensis Junii millesimo sexcentesimo octogesimo. Fr. Ferdinandus Tartaglia Generalis Carmelitarum = Fr. Seraphimus a Jesu Maria Provincialis terrae Sanctae et Secretarius Capituli Genralis.

### **Tradução**

Frei Ferdinando Tartaglia, mestre em Sacra Teologia, humilde prior geral de toda a Ordem dos irmãos da regular e antiga observância da bem-aventurada e sempre virgem Maria do Monte Carmelo: no definitório, para nossa consolação, o altíssimo geral, expôs a todos como a norma anterior me foi instituída na nossa religião e conforme a nossa constituição da província turônica e mais recentemente confirmada pela Santa Sede, foi introduzida na regular observância no nosso convento de Goiana da nossa vigaria do Brasil com consentimento unânime dos que a desejavam, e todos a abraçaram [ilegível] aprovação definitório mestre e do mesmo modo os padres mais velhos e também o definitório geral mostraram completamente que são mantidos os exercícios de oração, que foi aprovado e confirmado pelo dito definitório que regulamentou a todo e cada irmão que no presente dito convento existe, e de acordo com a dita constituição de vida, montem moradia, a partir de então [ilegível] que para cada um não existem graus e qualidades dentro [ilegível] alterar as



normas de prática de vida sob pena de rebelião e nulidade de todos aqueles atos. Em cada definitório geral, nosso nome é exortado no coração de Nosso Senhor Jesus Cristo, menciona-se que a prática de vida introduzida naquele convento protege e promove com força os muitos deveres. No presente transcrevo fielmente, por nossa mão, a constituição assinada pelo secretário geral, com o selo do nosso capítulo geral assinada por nós em Roma no nosso convento de Santa Maria Transpotina no dia 29 do mês de junho de 1680. Frei Ferdinando Tartaglia, geral dos carmelitas = Frei seráfico de Jesus Maria provincial da Terra Santa e Secretário Geral do capítulo.

### Segunda carta

*Carta escrita por Frei Ferdinandus Tartaglia – Geral dos Carmelitas – 7 de dezembro de 1680*

#### **Texto original em latim**

Fr. Ferdinandus Tartaglia Sacrae Theologiae Magister ac humilis Prior Generalis nec non Visitatur Apostolicae totius Ordinis Fratrum Beatissimae Dei Genitricis semperque Virginis Mariae de Monte Carmelo. Inter ea, quae nostra intersunt, illud semper toto pectore expetivimus, ardentibusque desideravimus [*ilegível*] est Divina Voluntas, quae sanctificatio nostra est. [*ilegível*] a nostris impleatur et congregatus nobis Carmeliticus Ordo Restitutionibus ad pristinum condorem revocetur. Cum itaque Dilectissimus noster Conventus Goyannensis pristini illius condores cupidos Constitutiones strictae observantiae a S. Sede confirmatas acceptaverit, et loco probationes in quo novitii instituendi juxta praedictarum Constitutionum [*ilegível*] probentur, ac instruantur, eareat, sumoque opere desideret, ut ipsi concedatur probationis locus, in quo qui eorum institutum amplectari desiderant probari possint nos Autoritate nostra harum serie in dicto Conventu fundamus et erigimus Novitiatum ab idoneo Magistro istae Constituendo, juxta praedictarum Constitutionum praecriptum, regendum, et gubernandum. Siquis vero ex nostri inferioribus praedictes quocumque pretextu, vel quaesito colore contrahere vel contrafacere ausus fuerit, rebellium pena puniatur. Horum fidem datum Romae die setima Decembris anno millesimo sexcentesimo Octogesimo = Fr. Ferdinandus Tartaglia totius Ordinis Carmelitarum Generalis nec non Commissarius et Visitator Apostolicus = Loco + sigilli = Fr. Antonius Maria Tusci Provincialis Seotice et Secretarius Ordinis.



### Tradução

Frei Ferdinando Tartaglia, mestre em Sacra Teologia e humilde prior geral e também visitador apostólico de toda a Ordem dos irmãos da Beatíssima Mãe de Deus e sempre virgem Maria do Monte Carmelo. Entre eles, criticasse aquela <reforma>, desejamos que sejamos diferentes para todo o sempre, e ardentemente desejamos [*ilegível*] seja feita a vontade divina, que é nossa santificação, [*ilegível*] que seja implementada a nossa perfeição e confiada a nós a restauração da Ordem Carmelita para retornar a regra original. Assim, no nosso amado Convento de Goiana, anteriormente, eles desejosos de instituir a constituição da Estrita Observância, confirmada e aceita pela Santa Sé, e aprovada localmente no qual instituiu o noviciado conforme estas constituições [*ilegível*] ser testado, e na falta de instrução faça a execução desejada por eles concebida com a aprovação local, naqueles que adotam a prática, desejam ter poder de aprovar para nós a nossa autoridade verdadeira no dito convento que fundamos e erigimos noviciado como mestres habilitados nesta constituição, perto do determinado e <não foi possível compreender a frase> na constituição, regendo, e governando. É evidentemente verdadeiro que para qualquer um, a partir de nossos inferiores, em virtude do que foi mencionado, ou aqueles que foram de contra o caráter <da reforma>, ou agiu contra a mesma, que sejam punidos os insurgentes. Dou fé, Roma data dia 7 de dezembro do ano mil seiscentos e oitenta = Frei Ferdinando Tartaglia, geral da Ordem Carmelita e também comissário e visitador apostólico = lugar + selo = Frei Antonio Maria Fusci provincial <palavra não encontrada> e secretário da ordem.

### Terceira carta

*Carta escrita por Frei Ferdinandus Tartaglia – Geral dos Carmelitas – 29 de junho de 1680*

### Texto original em latim



Fr. Ferdinandus Tartaglia Sacrae Theologiae Magister, ac humilis Prior Generis totius Ordinis Fratrum Dei Genitricis semperque Virginis Mariae de Monte Carmelo Antiquae Observantiae Regularis = In Deffinitorio nostro generalis cum sumam omnium Consolatione expositum fuit qualiter ad normam pristini instituti Religionis nostrae et juxta Constitutionis [ilegível] jam pridam a S. Sede confirmatas, introducta sit Observantia Regularis in conventu nostro de Goyana Vicariae nostrae Brasiliensis [ilegível] eam desiderantibus, et amplectentibus cunctis illius [ilegível] approbatione [ilegível] Deffinitorum, Magister et Soncorum Patrum ejusdem nostrae Vicariae prout in [ilegível] Authentica eidem nostro Deffinitorio Generalis exhibita plenius continetur, quod opus Laudatum, approbatum, et confirmatum fuit a dicto Deffinitorio, et ordinatum omnibus, et Singulis Fratribus nunc, et pro tempore in dicto Conventu existentibus, et secundum dictas Constitutiones vitam, et mores component easque fideliter, et exate observent, ac aliis Religiosis nostri Ordinis cujuscunque gradus, et qualitatis existant, ne aliqua circa praefati instituti vivendi normam alterare praesumant sub paena Rebellionum, et nullitatis actorum, eosque omnes, ac Singulos in Visceribus Domini nostri Jesu Christi Deffinitoris generalis, et nostro nomine exhortamus, quatenus memoratum vivendi institutum in illo Conventu introductum pro viribus fovere ac promovere Satagant. In quorum fidem praesentes Litteras manu nostra subscriptas, et Secretarii Generalis subscriptione firmatas ac Sigillo nostri Capituli generali signatas dedimus Romae in Conventu nostro Sanctae Mariae Transpontinae die vigesimo nono mensis Junii millesimo centingentesimo octogessimio. Fr. Ferdinandus Tartagliae Generalis Carmelitarum = [ilegível] Jesu Maria Provincialis Terrae Sanctae, et Secretarius Capituli Generalis. Loco + sigilli.

### **Tradução**

Frei Ferdinando Tartaglia Mestre em Sacra Teologia e humilde prior geral dos irmãos de toda a Ordem da Mãe de Deus e sempre virgem Maria do Monte Carmelo da Antiga e Regular Observância = No definitório, nosso geral, como toda consolação, estabelecendo o que foi exposto, de modo que seja instituída a regra original da nossa religião e pela constituição [ilegível] Turônica já confirmada pela Santa Sé, que está introduzida na regular observância no nosso convento de Goiana da nossa Vicaria do Brasil [ilegível] eles desejam, e abraçam todos eles [ilegível] aprovação [ilegível] mestre e santo pai da mesma nossa Vicaria



como na resolução<sup>5</sup> autenticada pelo nosso Definitório Geral demonstra plenamente o conteúdo cujo ofício foi testemunhado, aprovado e confirmado no dito Definitório e em toda a ordem e agora devotos irmãos, e durante o tempo que existir o dito convento, e segundo as ditas constituições de vida, e de modo que aqueles que fielmente fazem parte, e observam perfeitamente, e a outra nossa ordem religiosa independente do grau, mostrem qualidades, ninguém a respeito do que foi dito altere a norma de vida instituída, presumindo uma acusação de rebelião e nulidade dos atos no Definitório Geral, e todos eles, e cada um, no coração de Nosso Senhor Jesus Cristo, e exortamos nosso nome, visto que o modo de vida mencionado, introduzido nesse convento, no esforço para sustentar e tomar medidas para promovê-lo. No presente, dou fé, à carta subscrita por nossa mão, e assinada e firmada pelo secretário geral e selado com o selo do nosso capítulo geral que houve em Roma no nosso Convento de Santa Maria Transpontina no dia 29 do mês de junho de 1680. Frei Ferdinando Tartaglia – Geral Carmelita = Frei [ilegível] Jesus Maria provincial da Terra Santa e Secretário do Capítulo Geral. Local + selo.

#### Quarta carta

*Carta escrita por Frei Angelo Monoignare – Monsenhor Geral - 17 de dezembro de 1683*

#### **Texto original:**

Fr. Angelus Monsignanus sacrae theologiae magister, ac humilis prior generalis Ordinis Fratrum B.mae ac glorissimae sempreque virginis Mariae de Monte Carmelo: guia ex officii nostri debito omni conatu tenemur disciplinam regularem, ubi collapsa est instaurare per ante scriptos articulos, die quinta maii habentis<sup>6</sup> anni conditas illa sinavimus, quae ad stabiliendam et fovendam reformationem in conventu nostro de Goyanna inchoatam, illamque ad alios conventus vicariae nostrae braziliensis propagandam tunc visa sunt opportuna: et inter [ilegível] in conventibus Fluvii realis, et Recife Pernambuci etiam institueretur: verum cum nobis instuerit Ill.mum ac Rev.mum Dominum Matheum Orlandum Episcopum Cephaluditarum tunc generalem ordinis nostre ordinasse, ut dicta reformatio insititueretur in conventu de Olinda id que percupiant tam Ill.mus ac Rv.mus

<sup>5</sup> Não conseguimos traduzir mais precisamente esta palavra devido a problemas no original.

<sup>6</sup> Não conseguimos traduzir mais precisamente esta palavra devido a problemas no original.



Dominus Episcopus, quam amplissimus senatus istius urbis, nos horum pio desiderio annuere, et jussionem predecessoris nostri executioni man[ilegível] lentes: autoritate nostri officii precipimus adm. R. Patri Magister [ilegível] Vigario Provinciali [ilegível] instituto, ut incunetanter et a[ilegível] que ulla aut \_\_giversationem prefatum conventum olindae omnibus religiosis cum nunc inhabitantibus evacuatum tradat aut realiter tradi jubeat et curet R. P. Piori dicti conventus Goyannae qui in illo ollocet aliques ex [ilegível] subdits illi [ilegível] constitutiones pro conventibus in ordine nostro reformatis et reformandis a S. Sede confirmatas (quas ad illas nuper transmissimus) ducant et omnia munia pro salute proximi autem conventus priorem et conventuum estrictionis observantiae comissarium facimus et creamus.

R. P. Fr. Joannem a D. Josepho eique damus facultatem alium Priorem insituendi in conventu Goyannae, quando opus fuerit, insuper cupientes dictam reformationem fovere et propagare juxta perscriptum articulum octavum decretarum anno millesimo sexcentesimo quadragessimo octavo comditorum pro introducenda, conservanda, ac promovenda estrictiore observantia in conventibus et provintiis nostri ordinis tenoris sequentis: conformiter ad decreta sumorum pontificum, Ordinis Constitutiones et ordinationes capitulorum generalium, non recipiantur novitii, nisi in conventibus in quibus viget strictia observantia, in unum [ilegível] aut altero novitiatu juxta exigentia cujusque provintiae, qui alifei receperit ad noviciatum vel professionem, hoc ipso sint inhabiles ad quolibet officium obtentum vel obtinendum, et receptio et professio sit nulla.

[fl. 2]

Et in executionem articuli tertii ante scriptorum decretorum per nos conditorum in dicto conventus Olindae instituimus noviciatum profatae <?> vicariae et praecipimus omnes candidatas sacrae religionis: habitu in eo, et non alibi investiri probationis annum peragere, et ad professionem admitti sub [ilegível] et inhabilitatis si autem \_\_tigerit (quot ab-sit) aliquem ex nostris subditis de permissovum executioni [ilegível] que opponere aut dictam executionem sub quocunque praetocum protrahi et differri [ilegível] rogamus, et obsecramus Ill.mum et Rv.mum dominum episcopum ut illam aseclerare imo et facere dictosque patres reformatos sum <?> patrocinis honorare, suaque protectione adversus quoslibet tirere et defendere et in istum finem omnem autoritatem nostram, (quam luce Illustrissimae ac Reverendissimae [ilegível]) acceptare eaque eti [ilegível]. Omnibus autem nobis subditis in [ilegível] santae obdientia et sub pena excommunicationis a Sanctis



Ponticibus Pio 2º et Paulo 2º contra quamdocumque impedientes reformationem conventuum nostri ordinis [ilegível] inhabilitatu ad quodcunque et privationis graduum, et vocis at locis ipso facto, el absque alia declaratione incurrendae: ne praesentium executioni per se, vel per aliu <?>, directe, vel indirecte refragentur. Datum Romae decimo septimo Decembris millesimo sexcentesimo octogessimio tertio. Fr. Angelus Monsignanum Generalis Carmelitarum – Fr. Antonius Maria Tusci Provincialis Seotiae et secretarius ordinis.

### **Tradução**

Frei Angelo Monoignanero professor de teologia sacra e humilde prior geral da Ordem dos irmãos da beatíssima e gloriosíssima e sempre virgem Maria do Monte Carmelo: pagamento, a partir do nosso trabalho devido, todo esforço que temos para alcançar a disciplina regular, quando em decadência é restaurada, através dos artigos escritos que regulamos no quinto dia de maio do ano corrente em que ela foi fundada, que em direção a estabilização e conservação da reforma empreendida no nosso convento de Goiana e dela em direção aos outros conventos da nossa vigaria do Brasil, como visto as propagações são oportunas: e entre [ilegível] convento do Rio Real e no Recife de Pernambuco fosse estabelecido: a verdade para nós instituída, ilustríssimo e reverendíssimo senhor (Matheus) Orlando bispo principal e naquela ocasião geral da nossa ordem e a dita reforma fosse instituída no Convento de Olinda e isto desejavam tanto o ilustríssimo e reverendíssimo senhor bispo, quando este (magnífico) senado da cidade, nos conceda este piedoso desejo, e mandar executar a ordem do nosso antecessor [ilegível]: a autoridade que comanda o nosso ofício adm. Reverendo pai e mestre [ilegível] vigário provincial [ilegível] é sem demora e ele <ou, de outro modo> [ilegível] dito convento de Olinda e todos os seus religiosos neste instante entregue e esvazie as habitações ou verdadeiramente ordene e cuide entregar ao reverendo padre, prior do dito convento de Goiana, no qual [ilegível] constituições em prol da nossa reforma na ordem e conduzam a consolidação da reforma na Santa Sé (os quais foram transmitidas recentemente) e conduzam a todos as obrigações em prol da salvação



próxima.<sup>7</sup> Também o prior do convento e comissário do convento da estrita observância fazemos e criamos.

O Reverendo Padre Frei João de parte de D. José dá a ele a possibilidade de instituir outro prior no Convento de Goiana, quando foi necessário, a respeito do desejo de fomentar e propagar a dita reforma, e deveres prescritos no artigo oitavo do decreto de fundação do ano de mil seiscentos e quarenta e oito a favor da introdução, conservação e promovendo a nossa regra da estrita observância nos conventos e província da nossa ordem que seguem o conteúdo: conforme decreto do sumo pontífice, constituições da ordem e regras do capítulo geral, não são aceitos noviços, exceto nos conventos que vigora outro noviciado que esteja de acordo com a exigência da mesma província, que alguns favorecidos receberam o noviciado ou profissão, estes incapazes de promover e obter qualquer ofício, e não podem receber e professar <noviços>.

[//.2]

E na execução do artigo terceiro diante dos decretos escritos por nós, no dito convento de Olinda instituímos noviços na vigaria antes mencionada, e recomendamos a todos os candidatos a sacra religião o hábito dela<sup>8</sup>, e não se revestir de outro hábito, terminar o ano probatório: e [ilegível] se também foi tocado, (incongruente) por qualquer parte que nossos súditos a partir das permissões existentes [ilegível] e expor ou dizer a execução debaixo do que quer o pretexto levado e difundido, com esforço rogamos e imploramos ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor bispo, para ele acelerar e fazer a dita reforma dos padres [ilegível] proteção honrosa, para afastar e aniquilar o seu inimigo protestante, e para esse fim, toda a nossa autoridade (que oferecemos ao ilustríssimo e reverendíssimo senhor) ter recebido [ilegível]. E todos os assuntos têm assistido na virtude da santa obediência e sob pena de excomunhão pelo santo pontífice Pio II e Paulo II contra todos que impedirem a reforma do convento de nossa ordem. [ilegível] ofício habitação a todos e graus de privação, e voz e lugar de fato, sem incorrer em tal pena: não prosseguindo com a execução por si, ou por outro diretamente, ou indiretamente, que tenha se oposto. Roma, data 17 dez. 1683. Frei Ângelo, Monsenhor Geral. Frei Antonio Maria Fusci provincial <palavra não encontrada> e secretário da ordem.

<sup>7</sup> Aqui há um espaço em branco. Como se trata de uma cópia da documentação acreditamos que, por algum motivo, o original estava danificado, o que impediu o copista de transcrever esta parte.

<sup>8</sup> Neste caso a tradução seria dele, porém mudamos o gênero para melhor entendimento da frase.



Quinta carta

*Carta escrita Frei Angelo Monoignare – Monsenhor Geral – 4 de outubro de 1684*

**Texto original:**

Fr. Angelus Monsignanus Sacra Theologia Magister, ac humilis Prior Generalis Ordinis Fratrum Beatissimae Dei Genitricis semperque Virginis Mariae de Monte Carmelo Sollicitudinis nostrae (quae pro ordine nobis eo\_\_\_ [Doc. Per.] [Doc. Per.] a Sacris Canonibus, et Constitutionibus [Doc. Per.] Regularium Regimines, instituta sunt [Doc. Per.] Satagamus. Et quia S.S. Pontifices, et Consilia nihil exhementius comendat, quano disciplinam regularem, ubi collapsa est ad pristinam Formam, primaevumque Vigorem per exactam Regula Constitutionum que Observantia reduci, et ingenti ordi nostri jubilo intelleximus, quod tandem in nonnullis conventibus nostrae Vicariae Brasiliensis instituta fuerit strictian Observantia, rati sumus nostri muneris esse, ut illius firmitati et incremento salutaribus, ac opportunis ordinationibus auxiliaremur, quo affectum nostrum erga illam exhibere habeamus, et cum ad eam corpore appropere non liceat, salutem animo pertingamus, et praesentiae corporalis defectum suppleat.

Officionae nostrae sollicitudinis interpres, et executor. Maque Ordinamus, ut strictior Observantia in Conventu de Goyanna instituta etiam in conventibus Fluvii Realis, et Recife Pernambuni quamprimum introducatur. Juxta decretum Capituli Generalis Anno 1615 in Urbe Cilibrata in [Doc. Per.] Conventibus, et allis post modum predicta strictiare Observantia [Doc. Per.] semper tam a superioribus, quam ab inferioribus [Doc. per.] pro Conventibus in [Doc. Per.] erunt <?> ad conventus non reformatos transire nepraent (?)speciali S. Sedis Licentia, est ab aodem Veh. 8 per litteras datas 18 Januarii 1636, et 24 Feb. 1639, et [Doc. Per.] 1680 declaratum est. In unum dictorum [Doc. Per.] Reformationes Consentiente [Doc. Per.] parte Gremium persuffragia directa ad habitum nostrum ad\_\_\_ sub uno Magistro sufficiente doutrina praedito et , mortificationes que cultera educabuntur, (olhar outra carta) modo in dictis Constitutionibus Ordinato. Pro dirigenda, [Doc. Per.] manutenenda et amplianda [Doc. Per.] Reformationes singulis trienniis [Doc. Per.] per priorem generalem instituetur, qui duos ex [Doc. Per.] alumnis probater virtutis sibi [Doc. Per.], quoru consilio [Doc. Per.] ad Conventus Strictio Observantiae Spectantibus [Doc. Per.] ante [Doc. Per.] conventus a Reformatis inhabitabentus cum eorum [Doc. Per.] dictum [Doc. Per.] sibi aligent [Doc. Per.] ae allius



Conventibus solent transi\_\_\_ a Commissario, et a duobus [Doc. Per.], confirmiter Litteris ejusdem Urb. 8. Ordinaria Autoritate Notorius, hic fideliter transcribere feci, et [Doc. Per.]cum praesenti Copia adm. R. Pater Fr. Jeanni ab Incarnatione, in quorum fidem testimonium dedis dia decimal secunda Octobris milésimo setisgentesimi sexagessimi quarti = Regatus AC requisitus Antonius [Doc. Per.] Marciel pub.cus Authi. Ap.ca Nostris. In veritatis + testimonium.

Recebido em: 31/01/2013

Aprovado em: 15/07/2013